

AUTOR: AGNELO QUEIROZ

PARTIDO: PC DO B

UF: DF

Emenda: 1469 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 24 **Parágrafo:** 1 **Inciso:** **Alínea:**

Texto: ADICIONAR: PARÁGRAFO AO ART. 24:

... - A exclusão no inciso VIII do caput deste artigo dos pagamentos referentes a consultorias realizadas por professores ou pesquisadores de instituições de ensino ou pesquisa através de recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Emenda: 1470 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 3 **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Insira-se no art. 8º, §3º, inciso nos seguintes termos:

... As despesa estadualizadas do Sistema Único de Saúde - SUS, destacando as parcelas atinentes a cada um dos critérios previstos no art. 35 da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Emenda: 1471 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 56 **Parágrafo:** 1,2 **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Emenda SUBSTITUTIVA

Dê-se ao art. 56, caput e §§ 1º e 2º, a seguinte redação:

"Art. 56. Se o setor competente do Poder Executivo verificar que, ao final de um bimestre, a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público da União promoverão, por ato próprio, nos trinta dias subsequentes, a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os percentuais informados por aquele setor competente.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º A Limitação de empenho e movimentação financeira será feita com a aplicação dos percentuais mencionados no caput sobre a soma das dotações para "outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões financeiras" dos órgãos de cada Poder e do Ministério Público da união, excluídas as parcelas destinadas ao cumprimento de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida."

Emenda: 1472 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 61 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Emenda ADITIVA

Inclua-se o seguinte "parágrafo único" no art. 61:

"Parágrafo único. Os créditos adicionais dependentes de lei autorizativa e solicitados pelos órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido."

Emenda: 1473 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Emenda ADITIVA

Inclua-se o seguinte artigo 62 e renumere-se os que lhe seguem:

"Art. 62. Os órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União poderão encaminhar seus pedidos de crédito adicional ao setor competente do Poder Executivo até 15 de outubro de 2001, prazo este que não pode ser restringido.

§ 1º. Os créditos suplementares solicitados pelos órgãos mencionados no "caput" deste artigo serão aberto no prazo máximo de 30 (trinta) dias, quando depender apenas de decreto do Poder Executivo, a contar da data do pedido.

§2º. O crédito suplementar dependente de lei autorizativa e solicitado por órgão mencionado no "caput" deste artigo, com indicação dos recursos compensatórios, será encaminhado ao Congresso Nacional no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido."

Emenda: 1474 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se onde couber:

As receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, serão destinadas:

I - em até 60% para custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida, e à contrapartida das operações de crédito;

II - no mínimo em 40% para investimento em atividades-fim da entidade arrecadadora.

Emenda: 1475 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 3 **Inciso:** I **Alínea:**

Texto: Dê-se a seguinte redação ao inciso:

"I - a projeção dos resultados correntes dos orçamentos fiscal e da seguridade social;"

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 1476	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: III	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação inciso III					
"III - o detalhamento dos principais custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos."						
Emenda: 1477	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XIII	Alínea:
Texto:	Dê-se ao inciso nova redação:					
"XIII - os montantes das receitas diretamente arrecadadas, por..."						
Emenda: 1478	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XV	Alínea:
Texto:	DÊ-SE NOVA REDAÇÃO AO DISPOSITIVO INDICADO: "XV - A DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, POR PODER E TOTAL, EXECUTADA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, A EXECUÇÃO PROVÁVEL EM 2000 E O PROGRAMADO PARA 2001, COM A INDICAÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE PERCENTUAL DO TOTAL E POR PODER EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE E À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, ESTA ÚLTIMA TAL COMO DEFINIDA NA FORMA DA LEI COMPLEMENTAR N.º 101, DE 4 DE MAIO DE 2000, PARA OS EXERCÍCIOS A QUE SE REFEREM."					
Emenda: 1479	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XXV	Alínea:
Texto:	Dê-se a seguinte redação ao dispositivo indicado:					
"XXV - os subtítulos de projeto em andamento, cuja....."						
Emenda: 1480	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte dispositivo:					
"XXVIII - discriminação por órgão, programa, projeto e atividade, regionalizada por estado, das despesas destinadas ao combate do crime organizado e do narcotráfico, separadamente para os anos de 1999, 2000 e 2001."						
Emenda: 1481	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto:	Restabeleça-se o inciso XXIX da LDO anterior:					
"XXVIII - a correlação entre as novas categorias de programação introduzidas a partir de 2000 e as existentes anteriormente."						
Emenda: 1482	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo III: Art. ... No exercício de 2001, serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 2000. § 1º Para fins do disposto neste artigo, entende-se por ações e serviços de saúde aqueles a cargo do Ministério da Saúde, excluídos os gastos com a dívida e com os encargos previdenciários da União. § 2º No projeto de lei orçamentária para 2001 enviado ao Congresso Nacional, a distribuição dos recursos destinados à assistência ambulatorial de média e alta complexidade e hospitalar - MAC - pautar-se-á por sua equalização per capita em todas as unidades da Federação, nos termos da Lei n.º 8.080, de 1990, combinada com a Lei n.º 8.142, de 1990.					
Emenda: 1483	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 06	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Acrescente-se in fine a expressão:					
"devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser totalmente registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI."						
Emenda: 1484	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 06	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no caput do art. 6º in fine:					
"... Devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser registrada no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI na modalidade total."						
Emenda: 1485	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 06	Parágrafo: ÚNICO	Inciso: IV	Alínea:
Texto:	Exclua-se a parte final do inciso IV do parágrafo único do art. 6º, passando o dispositivo a constar com a seguinte redação: "Art. 6º. Parágrafo único. IV - transferências para aplicação em programas de financiamento nos termos do disposto nos arts. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal."					

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 1486	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao inciso VII: VII - memória de cálculo das estimativas: a) do resultado da previdência social geral, especificando receitas e despesas mensais e no exercício, explicitando as hipóteses quanto aos fatores que afetam o crescimento das receitas, ao crescimento vegetativo das despesas com benefícios e do índice de reajuste do salário mínimo; b) do gasto com pessoal e encargos sociais, mês a mês e no exercício, explicitando as hipóteses quanto a seu crescimento vegetativo, aos reajustes geral e específicos que afetem essas despesas e ao aumento do número de servidores.						
Emenda: 1487	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XX	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao inciso XX: XX - as receitas decorrentes do Programa Nacional de Desestatização até 1999, bem como estimativas e uso previsto para 2000 e 2001, por empresa ou participação da União objeto da alienação;						
Emenda: 1488	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se onde couber a seguinte alínea: ..) as estimativas das receitas de concessões e permissões, por serviço outorgado, com os valores total e mensais;						
Emenda: 1489	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte parágrafo no art. 8º do projeto: "§ Os órgãos setoriais do sistema de orçamento encaminharão à Comissão de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, no mesmo prazo fixado no § 3º deste artigo, detalhamento dos subtítulos destinados à realização de obras cujo valor total ultrapasse R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), contendo: a) especificação da obra a ser realizada; b) estágio em que se encontra a obra; c) cronograma físico-financeiro da obra; e d) etapas a serem executadas com as dotações consignadas no projeto de lei orçamentária.						
Emenda: 1490	Capítulo: II	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se novo artigo após o artigo 11: "12 - É vedada a criação de atividade ou projeto com a mesma finalidade de outra existente com o único propósito de especificar a unidade executora."						
Emenda: 1491	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 12	Parágrafo:	Inciso: I	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação aos incisos I e II: I - 30 - estado; II - 40 - município;						
Emenda: 1492	Capítulo: II	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se após o art. 14 o seguinte artigo e seu parágrafo único: A proposta e a lei orçamentária conterão código classificador em todas as categorias de programação identificando se a despesa é de natureza financeira ou não-financeira. Parágrafo único. A metodologia adotada para a classificação mencionada no caput acompanhará os demonstrativos previsto no art. 8º, § 3º.						
Emenda: 1493	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 18	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao caput do art. 18: Art. 18. Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites as suas respectivas propostas orçamentárias, para outras despesas correntes e despesas de capital, o conjunto das dotações fixadas na lei orçamentária de 2000.						
Emenda: 1494	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 21	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte parágrafo: "§ ... A inclusão de recurso na lei orçamentária e em seus créditos adicionais para atender as despesas mencionadas neste artigo fica condicionada ao encaminhamento de todas as informações relacionadas nas alíneas do caput deste artigo."						
Emenda: 1495	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XXI	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao inciso XXI: "XXI- o resultado do Banco Central do Brasil verificado no exercício de 1999, destacando os principais elementos que contribuíram para esse resultado, bem como o estimado para 2000 e 2001;"						
Emenda: 1496	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 21	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se ao dispositivo 21 a seguinte alínea: "g) data do trânsito em julgado;"						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 1497	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 22	Parágrafo:	Inciso: II	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao inciso II: "II- incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão orçamentário;"						
Emenda: 1498	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 22	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se novo inciso ao artigo em pauta: "V- classificadas como atividades dotações que visem ao desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como classificadas como projetos ações de duração continuada;"						
Emenda: 1499	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 23	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao parágrafo único, transformando-o em dois: "§1º - excluem-se, para fins de aplicação do disposto neste artigo, projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores; §2º - entendem-se como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de junho de 2000, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no demonstrativo previsto no inciso XXV do § 3º. do art. 8º. desta Lei."						
Emenda: 1500	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 24	Parágrafo: 1	Inciso: I	Alínea: a
Texto: Dê-se nova redação ao dispositivo emendado: "a) unidades equipadas, inclusive quadras esportivas e próprios residenciais, essenciais à ação das organizações militares;"						
Emenda: 1501	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 24	Parágrafo: 1	Inciso:	Alínea: b,e
Texto: Suprima-se do artigo indicado, § 1º., alínea "b". "b - as unidades necessárias à instalação de novas representações diplomáticas no exterior"; "e - as despesas dessa natureza, que sejam relativas às sedes oficiais das representações diplomáticas no exterior e que sejam cobertas com recursos provenientes da renda consular;"						
Emenda: 1502	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 24	Parágrafo: 2	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao parágrafo 2º.: "§ 2º. - Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Federal, publicando-se no Diário Oficial da União, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação."						
Emenda: 1503	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 24	Parágrafo:	Inciso: VI	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao inciso: "VI - ações que não sejam de competência exclusiva da União, comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou ações para as quais a Constituição não estabeleça a obrigação da União em cooperar técnica e financeiramente;"						
Emenda: 1504	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 22	Parágrafo:	Inciso: VIII	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao inciso: "VIII - pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado da administração pública ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais."						
Emenda: 1505	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 25	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao parágrafo único: "Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo a destinação, mediante a abertura de crédito adicional de recursos de contrapartida para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade da sua aplicação original."						
Emenda: 1506	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 30	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se ao artigo 30 a seguinte redação: Art. 30. A lei orçamentária anual conterá reserva de contingência em montante equivalentes a, no mínimo, um por cento da receita corrente líquida, sendo quarenta por cento destinados a atender à programação do orçamento fiscal e sessenta por cento ao orçamento da seguridade social. Parágrafo único. Para o projeto de lei orçamentária anual o montante da reserva será de, no mínimo, dois por cento da receita corrente líquida.						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1507	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	32	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao caput do art. 32: Art. 32. As transferências voluntárias de recursos da União consignadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, para Estados, Distrito Federal e Municípios, a qualquer título, dependerão da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que:"												
Emenda:	1508	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	38	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no art. 38 o seguinte § 9º: § 9º. Os créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual, referentes a remanejamentos de dotações, exceto despesas com pessoal, no âmbito dos programas de trabalho dos respectivos órgãos, serão abertos e publicados com justificativa e indicativo dos efeitos sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e respectivos subtítulos e metas atingidos: I - no Poder Legislativo, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União; II - no Poder Judiciário, pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores; III - no Ministério Público da União, pelo Procurador-Geral da República.												
Emenda:	1509	Capítulo:	III	Seção:	II	Artigo:	38	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte parágrafo no art. 38: § 9º A lei orçamentária anual poderá autorizar a abertura, por decreto do Presidente da República, de créditos suplementares referentes ao pagamento de pessoal e encargos sociais, com o cancelamento de recursos do mesmo grupo de despesa ou com recursos provenientes de excesso de arrecadação.												
Emenda:	1510	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo: "A parcela equivalente a 20% (vinte por cento) das receitas vinculadas e das diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, inclusive especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com o direito a voto, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, será obrigatoriamente destinada a investimentos nas atividades-fim, tratando-se de órgãos ou entidades voltadas para a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico ou para ações na área de recursos hídricos."												
Emenda:	1511	Capítulo:	VI	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se seguinte artigo no Capítulo VI: "Art. ... Será encaminhado trimestralmente à Comissão Mista do Congresso Nacional, de que trata o art. 166, § 1º da Constituição Federal, demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este capítulo."												
Emenda:	1512	Capítulo:	VI	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se novo art. 53, renumerando-se os demais, com a seguinte redação: "Art. 53. Acompanhará o relatório de que trata o art. 163, § 3º, da Constituição Federal, demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este capítulo."												
Emenda:	1513	Capítulo:	IV	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se novo art. 44, renumerando-se os demais, com a seguinte redação: "Art. 44. As despesas com refinanciamento da dívida pública mobiliária federal serão incluídas, na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida e constarão em unidade orçamentária específica, distinta da que contemple os encargos financeiros da União".												
Emenda:	1514	Capítulo:	VII	Seção:		Artigo:	54	Parágrafo:	4	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Suprima-se o § 4º do art. 54.												
Emenda:	1515	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	59	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda MODIFICATIVA Dê-se ao "parágrafo único" do art. 59, a seguinte redação: "Parágrafo único. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União, será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ressalvado o relativo aos gastos com pessoal e encargos sociais, que será liberado no montante das despesas, mensais respeitados os limites orçamentários."												
Emenda:	1516	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	59	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda ADITIVA Inclua-se o seguinte § no art. 59, renumerando-se o atual " parágrafo único para § 1º. " § 2º. Em ocorrendo o disposto no inciso II do § 6º do Art. 57 da Constituição Federal, os recursos necessários para fazer face à despesa serão liberados em acréscimo aos duodécimos previstos no parágrafo anterior."												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 1517 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 60 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Emenda MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 60 a seguinte redação:

"Art. 60. A execução de gastos não previstos nos limites fixados no art. 47 desta Lei somente poderá ocorrer após a abertura de créditos adicionais para fazer face a tais despesas, ressalvados:

- I - O pagamento de eventuais reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais,
- II - as despesas decorrentes de convocação extraordinária do Congresso Nacional;
- III - as despesas decorrentes da fixação do teto remuneratório dos três Poderes da União
- IV - as vantagens autorizadas por lei."

Emenda: 1518 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte artigo onde couber no Capítulo VIII:

Art. XX. O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166, § 1º da Constituição Federal, até 30 dias após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo, inclusive em meio magnético de processamento eletrônico:

I - relação das obras em execução com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nas quais tenham sido identificados indícios de irregularidades graves ou de danos ao Erário, ainda que relativas a processos não apreciados por órgão colegiado do Tribunal, incluídas ou não na proposta orçamentária, devendo, nesses casos serem indicados a classificação institucional, funcional e programática correspondente atualizada conforme o constante na proposta orçamentária para 2001, o órgão executor, a localização da obra, a descrição circunstanciada dos indícios verificados, as providências adotadas pelo Tribunal e o andamento dos respectivos processos;

II - informações gerenciais sobre a execução físico-financeira dos subtítulos mais relevantes, constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, atualizada conforme o constante na proposta orçamentária para 2001, selecionados, especialmente, de acordo com critérios que levem em consideração o valor liquidado no exercício de 1999 e o fixado, 2000, a regionalização do gasto, sem prejuízo das das solicitações do Congresso Nacional.

§ 1º A lei orçamentária anual poderá contemplar subtítulos realtivos a obras mencionadas no inciso I deste artigo com execução orçamentária suspensa até a adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável, sujeitas à apreciação do Congresso Nacional e da Comissão referida no caput deste artigo;

§ 2º O Tribunal encaminhará à Comissão referida no caput deste artigo, sempre que necessário, relatórios de atualização das informações constantes da relação mencionada no inciso I deste artigo.

§ 3º Nas obras a que se refere o inciso I deste artigo, quando não houver dotação consignada na proposta de lei orçamentária para 2001. O Tribunal poderá apresentar a classificação funcional e programática utilizada em exericícios anteriores, fazendo menção expressa ao fato.

§ 4º Na relação mencionada no inciso I deste artigo, não deverão constar as obras já julgadas regulares ou regulares com ressalvas pelo Tribunal, em decisão final.

Emenda: 1519 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Emenda ADITIVA

Inclua-se o seguinte art. 39, renumerando-se os demais

"Art. 39. Os créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual, referentes a remanejamento de dotações no âmbito dos programas de trabalhos dos órgãos dos Poderes Legislativos e Judiciário e do Ministério Público da União, serão abertos por ato dos respectivos dirigentes máximos, cuja publicação incluirá a justificativa e o indicativo dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e respectivos subtítulos e metas atingidas."

Emenda: 1520 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 56 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Suprima-se o art. 56.

Emenda: 1521 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 56 **Parágrafo:** 3,4 **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Dê-se nova organização aos §§ 3º e 4º, transformando-os em dispositivos separados, a saber:

"Art. ... O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de trinta dias após encerramento de cada trimestre e quinze dias após o fechamento do SIAFI, no encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas do exercício, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas. Parágrafo Único. A Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º da Constituição, apreciará os relatórios mencionados neste artigo e acompanhará a evolução dos resultados primários dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária."

Emenda: 1522 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 59 **Parágrafo:** ÚNICO **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Suprima-se o parágrafo único do art. 59

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 1523	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 63	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se ao artigo indicado o seguinte inciso: "VII - Sistema de Gerenciamento de Convênios - SIGECONV."						
Emenda: 1524	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 67	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao artigo: "Art. 67 - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa."						
Emenda: 1525	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se ao Capítulo citado o seguinte artigo: Art. Os custos unitários de obras executadas com recursos dos orçamentos da União, relativas a construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico - CUB - por metro quadrado, divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção para cada Unidade da Federação, acrescido de até trinta por cento para cobrir custos não previstos no CUB."						
Emenda: 1526	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 07	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se os seguintes incisos no art. 7º: - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial - consultoria e assessoramento						
Emenda: 1527	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 2	Inciso:	Alínea:
Texto: Restabeleça-se parcialmente o contido no inciso V da LDO anterior ora suprimido: " V - os valores das aplicações das agências financeiras oficiais de fomento nos dois últimos anos, a execução, a provável de 2000 e as estimativas para 2001, consolidadas e por agência, região, estado, setor e fonte de recursos, evidenciando, quando possível, a participação dos pequenos, médios e grandes tomadores."						
Emenda: 1528	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 2	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte inciso no § 2º do art. 8º do projeto: "V avaliação das seguintes políticas públicas, com informações detalhadas para que se possa comprovar o cumprimento da legislação pertinente e estimar a efetividade das ações governamentais: a - política fundiária; b - política de desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério; c- política nacional de segurança pública; d - política nacional de saúde."						
Emenda: 1530	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Incluir no § 3º do art. 8º inciso com a seguinte redação: Memória de cálculo da complementação da União ao Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, indicando o valor mínimo por aluno, nos termos do art. 6º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.						
Emenda: 1531	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 18	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Emenda MODIFICATIVA Dê-se ao caput do art. 18 a seguinte redação: " Art. 18 Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão com limites de outras despesas correntes e de capital em 2001 o conjunto das dotações fixadas na lei orçamentária de 2000, corrigidas pelo IGP-DI verificado no período de abril de 1999 a março de 2000."						
Emenda: 1532	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 65	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Emenda ADITIVA Inclua-se o seguinte inciso V no art. 65 " V - concessão dos auxílios creche, alimentação e transporte aos servidores públicos."						
Emenda: 1533	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 28	Parágrafo: 1	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se ao § 1º do art. 28 a seguinte redação: Art. 28 § 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2001 por três autoridades locais, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 1534 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 28 **Parágrafo:** **Inciso:** II **Alínea:**

Texto: Dê-se a seguinte redação ao inciso II do art. 28:

Art. 28

II - sejam de natureza filantrópica, institucional ou assistencial, vinculadas a organismos internacionais;

Emenda: 1535 **Capítulo:** **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 3 **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Suprimam-se os seguintes dispositivos:

- a) inciso I;
 - b) inciso IX;
 - c) inciso XXII;
 - d) inciso XXVI.
-

Emenda: 1536 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 3 **Inciso:** XIV **Alínea:** b

Texto: Dê-se nova redação à alínea b):

b) das receitas administradas pela Secretaria da receita Federal, segundo as rubricas da lei orçamentária, calculadas a partir dos montantes estimados na alínea anterior, mês a mês;

AUTOR: AIRTON DIPP

PARTIDO: PDT

UF: RS

Emenda: 0730	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 32	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no art. 32, o seguinte parágrafo: "Art. 32. § ... Os órgãos responsáveis pelas transferências de que trata este artigo deverão disponibilizar na Internet informações contendo, no mínimo, data da assinatura dos convênios, nome do conveniente, objeto, valor liberado e classificação funcional programática e econômica do respectivo crédito, em conformidade com o disposto na Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998."						
Emenda: 0731	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 29	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no Parágrafo único do art. 29 o seguinte inciso: "Art. 29. Comprovação de que, no mínimo, sessenta por cento dos serviços prestados pela entidade sejam gratuitos;"						
Emenda: 0733	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 24	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no art. 24 o seguinte inciso: "Art. 24.- início de construção, ampliação, reforma voluptuária e aquisição de imóveis administrativos no âmbito da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes da União;"						
Emenda: 0734	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 24	Parágrafo:	Inciso: VI	Alínea:
Texto: Dê-se ao inciso VI do art. 24 a seguinte redação: "Art. 24. VI- ações que não sejam de competência exclusiva da União, comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou com ações em que a Constituição não estabeleça a obrigação da União em cooperar técnica e financeiramente, ressalvadas as ações compreendidas nos arts. 23, inclusive para aquisição de patrulhas mecanizadas, 30, incisos VI e VII, 200, 204, inciso I, e 225, § 1º, inciso III, da Constituição Federal, em lei específica e destinada à melhoria de transporte e sistema viário primário nas regiões metropolitanas, ou constantes do Plano Plurianual, financiadas total ou parcialmente pela União ou por agência oficial de fomento e que se encontrem inacabadas, com mais de cinquenta por cento de execução, desde que já tenham aquelas entidades adimplido mais de setenta por cento da contrapartida;"						
Emenda: 0735	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 38	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se ao art. 38 a seguinte redação: "Art. 17. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na Lei Orçamentária Anual."						
Emenda: 0736	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 14	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se ao art. 14 a seguinte redação: "Art. 16. As fontes de recursos que corresponderem às receitas provenientes da concessão e permissão e ressarcimento pela fiscalização de bens e serviços públicos constarão na lei orçamentária com código próprio, que as identifiquem conforme a origem da receita, discriminando-se durante a execução, no mínimo, aquelas decorrentes da concessão ou permissão nas áreas de telecomunicações, transporte, petróleo e eletricidade."						
Emenda: 0737	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 9	Inciso:	Alínea:
Texto: Suprima-se o § 9º do art. 8º.						
Emenda: 0738	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso XXXIII "Art. 8º § 3º XXXIII- o detalhamento das negociações das dívidas dos estados e Municípios, indicando os valores totais envolvidos, a data e os valores de pagamentos devidos pelas unidades beneficiadas vencidos e vincendos, e, ainda, as datas e os valores em que foram efetivamente realizados;"						
Emenda: 0739	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XXII	Alínea:
Texto: Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso XXII "Art. 8º § 3º XXII- discriminação, por órgão, atividade, projeto, operação especial e respectivos subtítulos, dos recursos destinados aos Programas "Comunidade Solidária", "Brasil em Ação" e "Rede de Proteção Social;"						
Emenda: 0740	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XXI	Alínea:
Texto: Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso XXI: "Art. 8º § 3º XXI- o resultado do Banco Central do Brasil realizado no exercício de 1999, destacando os principais elementos que contribuíram para esse resultado, bem como o estimado para 2000 e 2001;"						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0741	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:	
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso XXVIII "Art. 8º § 3º XXVIII- das despesas regionalizadas do Sistema Único de Saúde - SUS, destacando as parcelas atinentes a cada um dos critérios previstos no art. 35 da Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990;"										
Emenda:	0742	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	XV	Alínea:
Texto:	Dê-se ao inciso XV do § 3º do art. 8º a seguinte redação: "Art. 8º § 3º XV- a despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder e total, executada nos últimos três anos, a execução provável de 2000 e o programado para 2001, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente e à receita corrente líquida, esta última tal como definida na Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999, e alterações posteriores, para os exercícios a que se referem;"										
Emenda:	0743	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	III	Alínea:
Texto:	Dê-se ao inciso III do § 3º do art. 8º a seguinte redação: "Art. 8º § 3º III- o detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os investimentos, com justificativa fornecida pelos órgãos setoriais para aqueles que excederem em mais de 20% (vinte por cento) a média do mercado;"										
Emenda:	0744	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	III	Alínea:
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso: "Art. 8º § 3º - as obras ou serviços que estejam submetidos à investigação do Tribunal de Contas da União, por força de irregularidades observadas, incluídas na proposta orçamentária, indicando subprojeto/subatividade orçamentária correspondente, órgão, cronograma físico-financeiro e empresa executora;"										
Emenda:	0745	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso: "Art. 8º § 3º - metodologia de cálculo do superávit primário, indicando o valor do PIB empregado, as principais premissas subadjacentes a tais previsões, as estimativas das variáveis fiscais básicas, receita, despesa, resultado, dívida e patrimônio líquido do Governo federal e do setor público consolidado, além de indicar, também, o resultado operacional do Governo Federal e o consolidado;"										
Emenda:	0746	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso: "Art. 8º § 3º- os critérios adotados na proposta para a regionalização dos gastos nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saneamento, saúde e transporte;"										
Emenda:	0747	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso no § 3º do art. 8º. "... - a memória de cálculo da estimativa das despesas com amortização e com juros e encargos da dívida pública mobiliária federal interna e externa em 2001 indicando as taxas de juros, os deságios e outros encargos e os prazos médios de emissão, considerados para cada tipo e série de títulos, evidenciando, ainda, os montantes de juros e amortização, pagos ao Banco Central e ao público, respectivamente."										
Emenda:	0748	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso: "... - Demonstrativo da estimativa do 'Resultado do Banco Central' no exercício de 2001, discriminando o impacto das gerações realizadas no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - PROER."										
Emenda:	0749	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se no § 3º do at. 8º o seguinte inciso: "... - A consolidação dos gastos nos Grupos de Natureza da Despesa (GND) 'investimentos', 'inversões financeiras' e 'outras despesas de capital' programados nos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento, por órgão e por Unidade da Federação, eliminadas as transferências intragovernamentais, explicitando-se os critérios utilizados na regionalização."										

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0750	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso: "... - a evolução da receita e da despesa do Tesouro Nacional, contendo a realização nos últimos três anos, a execução provável , para 2000, e a programação para 2001, segundo categorias econômicas e grupos de despesa, incluindo as premissas básicas de comportamento dos principais itens."												
Emenda:	0751	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso: "... - as contrapartidas consoantes da proposta orçamentária, por unidade orçamentária e classificação funcional programática, com base em informações fornecidas pelos órgãos setoriais, inclusive contratante e contratado, valor total, prazo e finalidade."												
Emenda:	0752	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Acrescente-se o seguinte inciso ao § 3º do art. 8º. "... - o percentual de execução física e financeira até 30 de junho de 2000 das obras cujo custo total estimado ultrapasse três milhões de reais, incluídas ou não na proposta orçamentária, paralisadas ou não, indicando a classificação institucional e funcional programática correspondente, o custo total atualizado, o custo estimado para sua conclusão e a etapa em que se encontra a obra, do ponto de vista de sua licitação ou contratação."												
Emenda:	0753	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se os seguintes incisos no § 3º do art. 8º. "... - a estimativa do 'Resultado do Banco Central' no exercício de 2001, discriminando o impacto das operações realizadas no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - PROER; ... - a compatibilidade das metas presentes na proposta orçamentária com as constantes do Anexo desta Lei e com as previstas no Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003, correlacionando-as com as categorias de programação orçamentária; ... - as contrapartidas constantes da proposta orçamentária, por unidade orçamentária e classificação funcional programática, com base em informações fornecidas pelos órgãos setoriais, inclusive contratante e contratado, valor total, prazo e finalidade."												
Emenda:	0754	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso: "... O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional extrato indicando, por unidade orçamentária e funcional programática, as informações para se ter conhecimento do real valor de todas as contrapartidas a cargo da União, inclusive contratante e contratado, valor total, prazo, finalidade, termos do contrato e percentual ou valor da contrapartida."												
Emenda:	0755	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no § do art. 8º o seguinte inciso: "XXV - o impacto em 1998 e 1999, as estimativas para 2000 e 2001, no âmbito do orçamento fiscal, da securitização das dívidas do setor rural e das dívidas de estados e municípios assumidas pela União."												
Emenda:	0756	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso: "... - cópia dos contratos de gestão previstos no art. 31 e dos respectivos planos de trabalho de cada entidade para o atingimento de suas metas no exercício de 2001, assim como os relatórios de que trata o art. 8º, § 1º, da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998."												
Emenda:	0757	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso: "... - O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional extrato indicando, por unidade orçamentária e funcional programática, as informações para se ter conhecimento do real valor de todas as contrapartidas a cargo da União, inclusive contratante e contratado, valor total, prazo, finalidade, termos do contrato e percentual ou valor da contrapartida."												
Emenda:	0758	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso: "... - Os recursos destinados à contrapartida nacional de empréstimos externos, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, por órgão e categoria de programação."												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0790	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º a seguinte redação: "§ 3º - Comparativo da estimativa de gasto com pessoal e encargos sociais em 2001 e 2002 e o efetivamente realizado em 1999, 1998, 1997, 1996 e 1995, relativamente às despesas com juros e encargos da dívida interna, com o estoque da dívida interna e com a receita líquida de impostos, segundo os parâmetros previstos na Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999."									
Emenda:	0791	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso: "... - Os recursos destinados à contrapartida nacional de empréstimos externos, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, por órgão e categoria de programação."									
Emenda:	0792	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	2	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso V ao § 2º do art. 8º. "Art. 8º - § 2º V - os valores das aplicações das agências financeiras oficiais de fomento nos dois últimos anos, a execução provável para 2000 e as estimativas para 2001, consolidadas e por agência, região, Estado, setor e fonte de recursos, evidenciando ainda, a participação dos pequenos, médios e grandes tomadores."									
Emenda:	0800	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	2	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no § 2º do art 8º o seguinte inciso: "... - a avaliação das ações, previstas na proposta orçamentária, destinada ao atingimento do disposto no art. 165, § 7º, da Constituição Federal, de redução dos desequilíbrios espaciais e sociais do País, como expresso no Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003, demonstrado pelo aumento, em relação a 2000, da participação relativa dos investimentos nos estados e regiões com bases econômicas mais frágeis, bem assim as ações e metas não alcançadas pelo referido Plano e os motivos que impediram o seu cumprimento."									
Emenda:	0801	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	2	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no § 2º do art. 8º o seguinte inciso: "... - a discriminação dos subprojetos em andamento, cuja execução financeira, até 30 de junho de 2000, ultrapasse vinte por cento do seu custo total estimado, informando o percentual de execução e o custo total acima referidos, observado o que estabelece o art. 24."									
Emenda:	0802	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	1	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao inciso I do § 1º do art. 8º a seguinte redação: "Art. 8º - § 1º - I - evolução da receita do Tesouro Nacional, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição de que tratam os incisos e alíneas do art. 195 da Constituição Federal;"									
Emenda:	0803	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:		Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no art. 8º o seguinte parágrafo: "§... - O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional os projetos de lei orçamentária anual e dos créditos adicionais, com a sua despesa discriminada por elemento, também em meio eletrônico, com a sua despesa regionalizada."									
Emenda:	0804	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:		Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se inciso no art. 8º com a seguinte redação: "... - demonstrativo da compatibilidade da proposta orçamentária com as prioridades e metas constantes do Anexo desta Lei, correlacionando-as com as categorias de programação orçamentária."									
Emenda:	0805	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao § 3º do art. 8º a seguinte redação: "3º - Acompanharão o projeto de lei orçamentária anual demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:"									
Emenda:	0806	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:		Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao inciso III do art. 8º a seguinte redação: "III - anexos individualizados dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei."									

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0807	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	INCLUA-SE NO ART. 8º O SEGUINTE INCISO: "... - NO DEMONSTRATIVO DE QUE TRATA O ART. 8º, § 1º, INCISO V, SEPARADAMENTE, AS ESTIMATIVAS RELATIVAS ÀS CONTRIBUIÇÕES DOS EMPREGADORES PARA A SEGURIDADE SOCIAL, INCIDENTES SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS, O FATURAMENTO, OS LUCROS E A CONTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES, ESTABELECIDOS, RESPECTIVAMENTE, NOS INCISOS I E II DO ART. 195 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL."								
Emenda:	0808	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	06	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao art. 6º a seguinte redação: "Art. 6º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes da União, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser totalmente registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi."								
Emenda:	0809	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte parágrafo no art. 8º: "Art. 3º - § ... - Os órgãos setoriais do sistema de orçamento encaminharão à Comissão de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, no mesmo prazo fixado no § 3º deste artigo, demonstrativo dos subtítulos destinados à realização de obras, cujo valor total ultrapasse R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), contendo: a) especificação da obra a ser realizada; b) estágio em que se encontra a obra; c) cronograma físico financeiro da obra; e d) etapas a serem executadas com as dotações consignadas no projeto de lei orçamentária."								
Emenda:	0810	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: "Art. ... - A prestação de contas anual do Presidente da República incluirá relatório de execução na forma e com o detalhamento apresentado pela lei orçamentária anual. Parágrafo único - Da prestação de contas anual constará, necessariamente, informação quantitativa sobre o cumprimento das metas físicas previstas na lei orçamentária anual."								
Emenda:	0811	Capítulo:	IV	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: "Art. ... - O excesso de arrecadação proveniente de receita de aplicação financeira, bem como de retorno ou de amortização de empréstimos concedidos, dos órgãos, fundos, autarquias e fundações, ressalvados os fundos e os recursos previstos na Lei nº 9530, de 10 de dezembro de 1997, será aplicada prioritariamente na concessão de novos empréstimos e financiamentos e no pagamento de juros e amortização de sua própria dívida."								
Emenda:	0812	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: "... Integrará o relatório bimestral de execução orçamentária quadro comparativo, discriminando para cada um dos níveis referidos no parágrafo anterior: I - o valor constante da lei orçamentária anual; II - o valor orçado, considerando-se a lei orçamentária anual e os créditos adicionais aprovados; III - o valor empenhado até o mês; IV - o valor liquidado até o mês; e V - o valor pago até o mês."								
Emenda:	0813	Capítulo:	VI	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no Capítulo VI o seguinte dispositivo: "Art. ... - As agências financeiras de fomento aplicarão no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos seus recursos na concessão de empréstimos ou financiamentos a empresas com faturamento bruto anual não superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)."								
Emenda:	0814	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:	Alínea:
Texto:	Inclua-se, na LDO para 2001, o seguinte artigo: "Art. ... - A abertura de créditos adicionais que tenham como sustentação o superávit financeiro do exercício anterior deverá obedecer a vinculação das respectivas fontes de recursos."								

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0815	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se, na Seção III, do Capítulo III, o seguinte artigo: "Art. ... - A lei orçamentária anual contemplará dotações para o Fundo Nacional de Assistência Social para atender ao disposto no art. 203, V, da Constituição e na Lei nº 8.742, de 7 dezembro de 1993."												
Emenda:	0816	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	INCLUA-SE, NA LDO 2001, NO CAPÍTULO ACIMA, O SEGUINTE ARTIGO: " ART.... - O orçamento da seguridade social destinará no mínimo 5% (cinco por cento) de todos os seus recursos para o programa Assistência".												
Emenda:	0817	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: "...O Tribunal encaminhará à Comissão Mista Permanente de que trata o art. 166, § 1º da Constituição Federal, sempre que necessário, relatórios de atualização das informações sobre as obras irregulares. "												
Emenda:	0818	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: "....- O Poder Executivo publicará e distribuirá síntese da proposta e da lei orçamentária, também em meio magnético e por meio da Internet, em linguagem clara e acessível ao cidadão em geral, autorizando sua reprodução. "												
Emenda:	0819	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Incluam-se no Capítulo VIII os seguintes dispositivos: "....- O Poder Executivo encaminhará quinzenalmente ao Congresso Nacional, por meio eletrônico, informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira dos convênios nos quais a União seja parte". "...- A publicação do relatório relativo ao bimestre de novembro e dezembro de que trata o art. 165 da Constituição Federal deverá se dar no máximo até trinta dias do encerramento das operações contábeis do órgão central do sistema de execução financeira."												
Emenda:	0820	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se, no Capítulo acima, o seguinte artigo: ART...- O orçamento da seguridade social destinará no mínimo 30 % (trinta por cento) de todos os recursos para a função "saúde e saneamento"												
Emenda:	0821	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo II o seguinte dispositivo: " As receitas provenientes de remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional serão discriminadas conforme sejam originadas de : I- emissão de títulos da dívida pública mobiliária federal, e II - contribuições sociaisi"												
Emenda:	0822	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo III o seguinte dispositivo: "... No projeto de lei orçamentária para 2001 serão destinados recursos necessários: I - à complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, nos termos do art. 6º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 9424, de 1996; II - ao atendimento do disposto no art. 42 do ADCT ".												
Emenda:	0823	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no capítulo II o seguinte dispositivo: "Art.....- Todas as receitas e as despesas decorrentes das operações no âmbito do Programa Nacional de Desestatização e relativas a participações acionárias da União e das operações de securitização envolvendo títulos da dívida público mobiliária federal, constarão da lei orçamentária anual nos seus valores brutos, vedada qualquer dedução."												
Emenda:	0824	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	37	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo II o seguinte artigo: " Art...As fontes de recursos e as modalidades de aplicação aprovadas na lei orçamentária e em seus credits adicionais poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução se publicadas por meio de : I- portaria do Ministro do Orçamento e Gestão, para as fontes, exceto as de que trata o § 2º do art. 69 desta Lei; II - portaria do dirigente máximo de cada órgão a que estiver subordinada a unidade orçamentária, para as modalidades de aplicação, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito na modalidade prevista na lei orçamentária"												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0825	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	38	Parágrafo:	2	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo II o seguinte dispositivo: " Art... §... Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos títulos ."												
Emenda:	0826	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	38	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo II o seguinte dispositivo: " Art... Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual. "												
Emenda:	0827	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	38	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo II o seguinte dispositivo: " Art..... § ... Até cinco dias após a publicação dos decretos de abertura de créditos suplementares, o Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos".												
Emenda:	0828	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	38	Parágrafo:	2	Inciso:		Alínea:	
Texto:	" Art... §... Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministro do Orçamento e Gestão ao Presidente da República., acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais e respectivos subtítulos atingidos e das correspondentes metas ".												
Emenda:	0829	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	38	Parágrafo:	4	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo II o seguinte dispositivo: " Art.... §... Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional".												
Emenda:	0830	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	38	Parágrafo:	5	Inciso:		Alínea:	
Texto:	"Art..... §... Os créditos adicionais destinados à despesa com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade "												
Emenda:	0831	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	38	Parágrafo:	2	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no capítulo II o seguinte dispositivo: "Art. ... - §... - Os créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual, referentes a remanejamento de dotações, exceto despesas com pessoal, no âmbito dos programas de trabalho dos respectivos órgãos, serão abertos e publicados com justificativa e indicativo dos efeitos sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e respectivos subtítulos e metas atingidos: I - no Poder Legislativo, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União; II - no Poder Judiciário, pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores; III - no Ministério Público da União, pelo Procurador Geral da República."												
Emenda:	0832	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	40	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no capítulo II o seguinte dispositivo: "Art. - §... - Os recursos destinados a precatórios judiciais somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos adicionais com outra finalidade mediante autorização específica do Congresso Nacional."												
Emenda:	0833	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo II o seguinte dispositivo: " ... - A Secretaria Nacional de Assistência Social publicará trimestralmente no Diário Oficial da União a relação dos Estados e Municípios beneficiados e o montante dos recursos a eles transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social nos termos do § 2º da Lei nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998."												
Emenda:	0834	Capítulo:	VI	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no capítulo VI o seguinte artigo: "...- Acompanhará o relatório de que trata o art. 165, § 3º, da Constituição Federal demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este capítulo."												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0835	Capítulo:	VI	Seção:	Artigo:	65	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	
Texto:	Dê-se ao art. 65 a seguinte redação: "Art. 78 - Se o Projeto de Lei Orçamentária não foi sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2000, a programação dele constante poderá ser executada, durante o primeiro mês do exercício, até o limite de um doze avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida ao Congresso Nacional."									
Emenda:	0836	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:	63	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	
Texto:	Inclua-se no art. 63 o seguinte inciso: "Art. 63 - Sistema de Gerenciamento de Convênios - Sigeconv."									
Emenda:	0837	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:	59	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao "parágrafo único" do art. 59, a seguinte redação: "Art. 59 - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2001, cronograma anual de desembolso mensal, consolidando as despesas classificadas em "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" à conta de recursos do Tesouro, por órgão do Poder Executivo. "Parágrafo único. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União, será feito até o dia 20 de cada mês."									
Emenda:	0838	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:	58	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	
Texto:	Inclua-se no art. 58 o seguinte parágrafo: "Art. 58 - ... § ... - Cada transferência, movimentação financeira ou pagamento efetivado no âmbito do Siafi, somente poderá referir-se a uma única nota de empenho, de lançamento ou movimentação."									
Emenda:	0839	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:	56	Parágrafo:	4	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao § 4º do art. 56 a seguinte redação: "Art. 56 - §4º - A Comissão Mista de que trata o art. 166, §1º, da Constituição, apreciará os relatórios mencionados no parágrafo anterior e acompanhará a evolução dos resultados primário e operacional dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária."									
Emenda:	0840	Capítulo:	VII	Seção:	Artigo:	53	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	
Texto:	Inclua-se no art. 53 o seguinte parágrafo: "Art. 53 - §... - O Poder Executivo, quando solicitado pelo órgão deliberativo do Poder Legislativo, deverá efetuar a estimativa de renúncia de receita no prazo máximo de noventa dias."									
Emenda:	0841	Capítulo:	VI	Seção:	Artigo:	52	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	
Texto:	Inclua-se no art. 52 o seguinte parágrafo: "§... - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária ao Congresso Nacional apresentará, em anexo, relativamente ao BNDES relação dos vinte maiores clientes inadimplentes, informando as datas de vencimento dos respectivos débitos e relatório sobre as gestões da instituição para reavê-los."									
Emenda:	0842	Capítulo:	VI	Seção:	Artigo:	52	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	
Texto:	Inclua-se no art. 52 o seguinte parágrafo: "§... - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária ao Congresso Nacional apresentará, em anexo, relativamente ao BNDES a divisão porcentual dos empréstimos da instituição por setor e, dentro destes, a participação relativa de cada segmento, assim entendido mini, pequeno, médio e grande."									
Emenda:	0843	Capítulo:	VI	Seção:	Artigo:	52	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	
Texto:	Inclua-se no art. 52 o seguinte parágrafo: "§... - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária ao Congresso Nacional apresentará, em anexo, relativamente ao BNDES relação dos vinte maiores tomadores de empréstimos da instituição, os valores desses empréstimos e datas dos respectivos vencimentos."									
Emenda:	0844	Capítulo:	VI	Seção:	Artigo:	52	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	
Texto:	Inclua-se no art. 52 o seguinte parágrafo: "Art. 52 - § ... - Os bancos de desenvolvimento federais e seus agentes financeiros adotarão políticas de fomento destinadas a privilegiar os segmentos das micro, pequenas e médias empresas, de forma que, no mínimo, sessenta e cinco por cento do total de seus recursos sejam a elas concedidas."									

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0845	Capítulo:	VI	Seção:	Artigo:	52	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no art.52 os seguintes §§ 4º e 5º: Art. 52 - §3º - A programação orçamentária dos recursos destinados às agências oficiais de fomento será detalhada de forma a possibilitar a verificação do cumprimento do disposto nesta Lei. §4º - Acompanhará o relatório de que trata o art. 165, §3º, da Constituição Federal, demonstrativo regionalizados dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este capítulo."								
Emenda:	0846	Capítulo:	V	Seção:	Artigo:	51	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao art. 51 a seguinte redação: "Art. 51 - No exercício de 2001, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento dos limites referidos no art. 47 desta Lei, exceto no caso previsto no art. 57, §6º, da Constituição, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos, especialmente os voltados para as áreas de segurança e saúde, que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade."								
Emenda:	0847	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:	41	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se na Seção II do Capítulo III o seguinte artigo: "Art. ... - O orçamento de investimento, previsto no art. 165, §5º, inciso II, da Constituição Federal, detalhará, individualmente, por empresa, categoria de programação e grupo da despesa as aplicações programadas em despesas de capital, inclusive, as resultantes da aplicação do conceito estabelecido pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para as participações acionárias em outras empresas."								
Emenda:	0848	Capítulo:	IV	Seção:	Artigo:	43	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao art. 43 a seguinte redação: "Art. 43 - A atualização monetária do principal da dívida pública mobiliária refinanciada da União, não poderá superar, no exercício de 2001, a variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística."								
Emenda:	0849	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	33	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao § 3º do art. 33 a seguinte redação: "Art. 33 - §3º - Ressalvam-se ainda das disposições deste artigo as operações realizadas no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e da assunção e refinanciamento da dívida dos Municípios."								
Emenda:	0850	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	32	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no art. 32 o seguinte parágrafo: "Art. 32 - §... - Desde que não haja impedimento de ordem técnica ou legal, não será cancelado o empenho referente a convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere celebrado em outras esferas de governo, se já houver sido liberado recurso dele decorrente, ou se, ainda que não tenha havido liberação, o conveniente comprovar a existência de comprometimento à conta de recurso a ser transferido."								
Emenda:	0851	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:	32	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no § 1º do art. 32 o seguinte inciso: "Art. 32 - ----- destinam-se ao atendimento dos programas de educação fundamental, exclusivamente nos bolsões de pobreza identificados como áreas prioritárias."								
Emenda:	0852	Capítulo:	IV	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no Capítulo IV o seguinte artigo e parágrafos: "Art. ... Todas as despesas relativas à dívida pública federal, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual. § 1º - As despesas com o refinanciamento da dívida pública federal e a estimativa da receita proveniente da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional para atendê-lo serão incluídas na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida e das demais receitas provenientes da emissão de títulos. § 2º - Entende-se por refinanciamento o pagamento do principal corrigido da dívida pública federal, realizado com receita proveniente da emissão de títulos e, por sua amortização efetiva, o seu pagamento efetuado com recursos das demais fontes. § 3º As despesas com o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal ...								

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0853	Capítulo:	IV	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	
Texto:	<p>Inclua-se no Capítulo IV o seguinte artigo e parágrafos:</p> <p>"Art. ... Todas as despesas relativas à dívida pública federal, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.</p> <p>§ 1º - As despesas com o refinanciamento da dívida pública federal e a estimativa da receita proveniente da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional para atendê-lo serão incluídas na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida e das demais receitas provenientes da emissão de títulos.</p> <p>§ 2º - Entende-se por refinanciamento o pagamento do principal corrigido da dívida pública federal, realizado com receita proveniente da emissão de títulos e, por sua amortização efetiva, o seu pagamento efetuado com recursos das demais fontes.</p> <p>§ 3º As despesas com o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal constarão da lei em unidade orçamentária específica, distinta da que contemple os encargos financeiros da União.</p>								
Emenda:	0854	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Inclua-se no Capítulo III, o seguinte dispositivo:</p> <p>"... As ações voltadas para a criança e o adolescente no âmbito do Ministério da Justiça, deverão estar previstas na Unidade Orçamentária - FNCA - 30.908"</p>								
Emenda:	0855	Capítulo:	VI	Seção:		Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Acrescente-se ao Capítulo VI o seguinte dispositivo:</p> <p>"É vedada a utilização de recursos das agências financeiras oficiais de fomento, inclusive o BNDES, para concessão de empréstimos ou financiamentos a empresas com a finalidade de integrar o processo de privatização."</p>								
Emenda:	0856	Capítulo:	VI	Seção:		Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Inclua-se no Capítulo VI o seguinte dispositivo:</p> <p>"§ ... - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual ao Congresso Nacional apresentará, em anexo, os valores das aplicações das agências financeiras oficiais de fomento nos dois últimos anos, a execução provável para 2000 e as estimativas para 2001, consolidadas e por agências, por região e Estado, por setor e por fonte de recursos."</p>								
Emenda:	0857	Capítulo:	IV	Seção:		Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Inclua-se no Capítulo IV o seguinte artigo:</p> <p>"Artt. ... - A emissão de títulos da dívida pública federal externa será limitada a atender a despesas com a amortização, inclusive o refinanciamento, os juros e outros encargos da dívida, interna ou externa, de responsabilidade direta ou indireta do Tesouro Nacional."</p>								

AUTOR: ALBERTO MOURÃO

PARTIDO: PMDB

UF: SP

Emenda: 0004 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 25 **Parágrafo:** **Inciso:** VII **Alínea:**

Texto: Dê-se nova redação ao inciso VII do art. 25, incluindo-se a expressão "ações e apoio para a melhoria de transporte e sistema viário primário nas regiões metropolitanas", ficando o inciso com a seguinte redação:
VII - ações típicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ressalvadas as ações compreendidas nos arts. 23, inciso VIII, inclusive para aquisição de patrulhas mecanizadas, 30, incisos VI e VII, 200, 204, inciso I, e 225, §1º, inciso III, da Constituição Federal, ações e apoio para a melhoria de transporte e sistema viário primário nas regiões metropolitanas em lei específica, ou constantes do Plano Plurianual, financiadas total ou parcialmente pela União ou por agência oficial de fomento e que se encontrem inacabadas, com mais de cinquenta por cento de execução, desde que já tenham aquelas entidades adimplido mais de setenta por cento da contrapartida:

AUTOR: ÁLVARO DIAS

PARTIDO: PSDB

UF: PR

Emenda:	0507	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	30	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se ao art. 30 do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias a seguinte redação: "Art. 30. A lei orçamentária fixará reserva de contingência em montante equivalente a, no mínimo, um por cento da receita corrente líquida. §1º Constará do projeto da lei orçamentária reserva de contingência em montante que atenda ao disposto no caput deste artigo. §2º Para os passivos contingentes e demais riscos e ventos fiscais identificados na lei orçamentária anual, a abertura dos créditos orçamentários necessários à realização das despesas dele decorrentes, à conta da reserva de contingência, poderá ser feita mediante decreto do Presidente da República. § 3º Para fins do disposto no parágrafo anterior, deverá o projeto da lei orçamentária anual ser acompanhado por quadro orçamentário em que se especifiquem os passivos contingentes e os demais riscos e eventos fiscais que possam justificar, total ou parcialmente, a proposta e a fixação da reserva de contingência nos termos previstos neste artigo. § 4º Tratando-se de despesas decorrentes de passivos, riscos e eventos que não tenham sido relacionados nos termos do parágrafo anterior, a abertura dos respectivos créditos orçamentários que acorram à realização dessas despesas, à conta da reserva de contingência, imprescindirá do encaminhamento de projeto de lei ao Congresso Nacional".												

Emenda:	0508	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	XXI	Alínea:	
Texto:	Dê-se ao inciso XXI do § 3º do art. 8º do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias a seguinte redação: "XXI - os resultados do Banco Central do Brasil, apurados em 31 de dezembro de 1999 e em 30 de junho de 2000, especificando: a) os principais fatos geradores dos resultados apurados nas operações: 1) com títulos; 2) da área externa; 3) com instituições em regime especial; 4) da área bancária; b) os motivos que ensejaram a constituição e a reversão de provisões; c) os principais fatos geradores de receitas e despesas não operacionais; d) para cada período de apuração, o saldo médio dos depósitos à ordem do Governo Federal; e) a origem de créditos e débitos junto à CENTRUS, assim como os respectivos prazos médios de realização e exigibilidade;"												

Emenda:	0509	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	XIX	Alínea:	
Texto:	Dê-se ao inciso XIX do § 3º do art. 8º do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias a seguinte redação: "XIX - o total da dívida pública federal, interna e externa, assim como o total dos débitos da União junto ao Banco Central do Brasil, ambos apurados em 31 de dezembro de 1999 e em 30 de junho de 2000 e previstos para 31 de dezembro 2000 e 2001, especificando: a) em relação ao total da dívida pública federal e dos débitos da União junto ao Banco Central do Brasil, o montante das obrigações de natureza mobiliária e aquele decorrente de contrato ou lei; b) em relação à dívida mobiliária, além de seu prazo médio de vencimento, tipos, séries, prazos de resgate e demais características dos títulos emitidos; c) o montante da dívida pública consolidada, apurada conforme o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;"												

Emenda:	0510	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	XV	Alínea:	
Texto:	Dê-se ao inciso XV do § 3º do art. 8º do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias a seguinte redação: "XV - a despesa total com pessoal, repartida entre os órgãos referidos nas alíneas do inciso I do art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, executada nos exercícios de 1997, 1998 e 1999, juntamente com a estimativa de execução para 2000 e a programação para 2001, assim como a receita corrente líquida realizada em cada um desses exercícios financeiros, calculada nos termos do disposto na Lei Complementar mencionada neste inciso;"												

Emenda:	0511	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	XXVII	Alínea:	
Texto:	Inclua-se no art. 8º do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias o seguinte: "§ 3º XXVIII - para cada projeto de obra pública, com prazo de execução superior a um exercício financeiro, inclusive para aqueles cujo início tenha ocorrido antes do exercício financeiro de 2001: a) o prazo estimado de execução, especificando o exercício financeiro de conclusão; b) o custo total estimado até a conclusão, especificando os custos já incorridos; c) o percentual acumulado de execução financeira até 31 de maio de 2000. § 10. O disposto no inciso XXVIII e em suas alíneas aplica-se, igualmente, aos projetos relativos a obras públicas cuja execução, estando sob a responsabilidade de Estado ou Município, seja parcial ou totalmente custeada com recursos oriundos dos orçamentos da União. § 11. As informações de que tratam o inciso XXVIII e suas alíneas e o parágrafo anterior serão apresentadas em demonstrativo específico".												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0512	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:		
Texto:	<p>Inclua-se o seguinte artigo 60 no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2001, renumerando-se os demais:</p> <p>"Art. 60. Todas as informações e os dados necessários à condução, ao controle e à fiscalização da gestão e das metas fiscais, nos termos em que estas são definidas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, serão evidenciados no SIAFI, especialmente quando relativos a:</p> <p>I - balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial e demonstração das variações patrimoniais;</p> <p>II - demonstrativo de execução de receitas e despesas;</p> <p>III - receitas e despesas decorrentes de operações de crédito, destacando as relativas ao refinanciamento da dívida pública mobiliária;</p> <p>IV - despesas decorrentes de subvenções e subsídios concedidos, inclusive quando resultantes da realização de operações oficiais de crédito;</p> <p>V - receita corrente líquida e seus elementos constituintes;</p> <p>VI - resultados primário e nominal e seus elementos constituintes;</p> <p>VII - receitas e despesas decorrentes de juros e outros encargos;</p> <p>VIII - execução das despesas inscritas em Restos a Pagar;</p> <p>IX - execução de receitas e despesas do regime geral de previdência social, discriminando as receitas por categoria econômica e fontes de receita e as despesas por tipo de benefício;</p> <p>X - as despesas totais com pessoal, discriminadas as realizadas com inativos e pensionistas;</p> <p>XI - o total do passivo, discriminados os montantes referentes às dívidas consolidada e mobiliária;</p> <p>XII - o total do ativo, discriminado o montante referente aos ativos financeiros utilizados no cálculo da dívida líquida do setor público;</p> <p>XIII - a dívida bruta do setor público, conformee considerada para eefeito da definição das metas fiscais constantes desta Lei;</p> <p>XIV - o custo efetivo médio da dívida pública mobiliária federal, assim como seu prazo médio de realização;</p> <p>XV - o valor total das emissões de títulos públicos federais, considerado como valor aquele utilizado para o fim de registro da respectiva obrigação no passivo da União.</p> <p>§ 1º. A divulgação de dados sobre receitas, despesas e elementos patrimoniais será efetuada por seus valores brutos, devendo as respectivas contas redutoras, as provisões ou os ajustes, a qualquer título, ser apresentados separadamente.</p> <p>§ 2º. Os valores referentes a bens, direitos e obrigações, particularmente os relativos a dívida pública, consolidada e mobiliária, e a ativos e passivos financeiros, deverão ser os constantes dos balanços e balancetes levantados, cabendo explicar quaisquer diferenças existentes entre os valores demonstrados na forma deste artigo e aqueles registrados nas contas patrimoniais.</p> <p>§ 3º. Os dados e as informações de que tratam o caput e seus respectivos incisos, além daqueles referidos no parágrafo anterior, serão divulgados por intermédio do SIAFI, mediante a prévia estruturação das consultas correspondentes.</p> <p>§ 4º. A União, diretamente ou por intermédio de entidade integrante da administração pública federal, proverá, na forma de prestação de serviço ao público, a partir de 1º de janeiro de 2001, os dados e as informações de que trata este artigo, devendo para tanto instituir a retribuição necessária à recuperação do custo dos serviços prestados e à remuneração dos correspondentes investimentos, caso a prestação do serviço ocorra de forma indireta.</p> <p>§ 5º. O serviço público de que trata o parágrafo anterior será preestado sem prejuízo da divulgação de dados e informações sobre as atividades financeiras da União nos termos previstos na legislação em vigor".</p>									
Emenda:	0513	Capítulo:	I	Seção:	Artigo:	02	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	
Texto:	<p>Inclua-se no art. 2º do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias o seguinte parágrafo:</p> <p>"§ 2º. Acompanhará o projeto de lei orçamentária quadro demonstrativo no qual se evidenciará o Índice de Desenvolvimento Humano para áreas brasileiras, de conformidade com a metodologia utilizada, na elaboração do projeto de lei, com vistas à destinação de recursos a programas sociais".</p>									
Emenda:	0514	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Inclua-se no § 3º do art. 8º do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias o seguinte inciso:</p> <p>"XXVIII - com relação ao Anexo de Metas e Prioridades:</p> <p>a) os recursos necessários à integral consecução de cada meta constante do Anexo de Metas e Prioridades desta Lei, discriminados por ação e respectivo produto;</p> <p>b) das metas constantes do Anexo de Metas e Prioridades desta Lei, aqueles que tenham sido incluídas no projeto de lei orçamentária anual, evidenciando os recursos consignados à sua consecução, discriminados por ação e respectivo produto".</p>									

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0515	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	06	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Dê-se ao art. 6º do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias a seguinte redação:</p> <p>"Art. 6º. Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes da União, de seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive eespeciais, e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, assim como das empresas estatais dependentes.</p> <p>§ 1º. Exclui-se do disposto no caput deste artigo a empresa controlada que tenha firmado contrato de gestão com o poder público, nos termos previstos na Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.</p> <p>§ 2º. A celebração de contrato de gestão não impede que a empresa controlada seja subvencionada pela União, por intermédio do Tesouro Nacional, desde que, para tanto, haja previsão no próprio contrato de gestão e a subvenção econômica se realize no limite do crédito orçamentário para esse fim constituído.</p> <p>§ 3º. Independentemente do disposto nos § 1º e 2º deste artigo, o fornecimento de bens ou a prestação de serviços ao poder público, por parte de empresa controlada, somente ocorrerá mediante a devida contratação administrativa, nos termos previstos na legislação que institui normas para contratos da administração pública.</p> <p>§ 4º. Para fins do disposto no caput deste artigo, excluem-se da definição de empresas estatais dependentes as empresas controladas que recebam recursos da União destinados a:</p> <p>I - subscrição de ações;</p> <p>II - pagamento de seus créditos junto à própria União ou a entidades integrantes da administração pública federal;</p> <p>III - pagamento de seus créditos junto à própria União ou a entidades integrantes da administração pública federal;</p> <p>IV - aplicação em programas de financiamento e em programas de desenvolvimento econômico, com base no disposto, respectivamente, nos arts. 159, I, "c", e 239, § 1º, ambos da Constituição Federal;</p> <p>V - subvenção econômica, nos termos do disposto no § 2º deste artigo.</p> <p>§ 5º. Os programas de financiamento e de desenvolvimento econômico referidos no inciso IV do parágrafo anterior farão parte do orçamento fiscal, nos termos previstos no art. 3º desta Lei, decorrendo de sua execução a realização de despesas orçamentárias.</p> <p>§ 6º. Constituem as fontes necessárias à realização das despesas de que trata o parágrafo anterior os recursos referidos no inciso IV do § 4º deste artigo, assim como as receitas e os ganhos arrecadados, a qualquer título, decorrentes da aplicação desses recursos nos programas de financiamento e desenvolvimento econômico.</p> <p>§ 7º. As instituições financeiras incumbidas da execução dos programas mencionados no parágrafo anterior, mediante a aplicação dos recursos a elas destinados nos termos do inciso IV do § 4º deste artigo, farão jus a pagamento pela prestação desse serviço de intermediação financeira, segundo cláusulas contratualmente estipuladas.</p>								

AUTOR: ANTONIO CARLOS KONDER REIS

PARTIDO: PFL

UF: SC

Emenda: 0195 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 07 **Parágrafo:** **Inciso:** IV **Alínea:**

Texto: Dê ao inciso IV do art. 7º a seguinte redação:
"IV - ao conjunto de Municípios de cada Estado e ao Distrito Federal para o atendimento de ações relativas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar e ao Programa Dinheiro Direto na Escola;"

Emenda: 0290 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 32 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Incluir o seguinte inciso no caput do art. 32:
- a observância do art. 69 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, verificada por certidão negativa de débito ou de regularidade fornecida pelo fundo de previdência a que estiver vinculado.

Emenda: 2128 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 30 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Dê-se ao art. 30 a seguinte redação e, em seguida, acrescente-se ao Projeto o art. 30-A, para posterior numeração:

"Art. 30. O projeto de lei orçamentária anual conterá reserva de contingência, em montante equivalente a 3% (três por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício financeiro, destinada à suplementação de dotações dos orçamentos fiscal e da seguridade social, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos".

"Art. 30-A. Todo decreto que abrir crédito suplementar à conta da reserva de contingência será precedido de solicitação fundamentada do titular da unidade orçamentária proponente e de exposição de motivos conjunta dos ministros responsáveis pelo planejamento e a fazenda."

Emenda: 2189 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 32 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Incluir o seguinte inciso no caput do art. 32:
- a observância do art. 69 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, verificada por certidão negativa de débito ou de regularidade fornecida pelo fundo de previdência a que estiver vinculado, excetuados os casos de auxílio para atender a prejuízos provocados por calamidade pública e de recursos destinados a conclusão de obras objeto de convênios com a União."

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

AUTOR: ANTONIO JORGE **PARTIDO: PTB** **UF: TO**

Emenda: 0546	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 03	Parágrafo: 3	Inciso: I	Alínea:
Texto: Dê-se a seguinte redação ao inciso: "I - a projeção dos resultados correntes dos orçamentos fiscal e da seguridade social."						
Emenda: 0547	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 06	Parágrafo: CAPU	Inciso:	Alínea:
Texto: Acrescente-se in fine a expressão: "devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser totalmente registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI."						
Emenda: 0548	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 06	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no caput do art. 6º in fine: "... Devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser registrada no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI na modalidade total."						
Emenda: 0549	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 06	Parágrafo: ÚNICO	Inciso: IV	Alínea:
Texto: Exclua-se a parte final do inciso IV do parágrafo único do art. 6º, passando o dispositivo a constar com a seguinte redação: " Art. 6º Parágrafo Único. IV - transferências para aplicação em programas de financiamento nos termos do disposto nos arts. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal."						
Emenda: 0550	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte parágrafo no art. 8º do projeto: "Os órgãos setoriais do sistema de orçamento encaminharão à Comissão de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, no mesmo prazo fixado no § 3º deste artigo, detalhamento dos subítulos destinados a realização de obras cujo valor total ultrapasse R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), contendo: a) especificações da obra a ser realizada; b) estágio em que se encontra a obra; c) cronograma físico-financeiro da obra; e d) etapas a serem executadas com as dotações consignadas no projeto de lei orçamentária."						
Emenda: 0551	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 2	Inciso: V	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte inciso no § 2º do art. 8º do projeto: "V - avaliação das seguintes políticas públicas, com informações detalhadas para que se possa comprovar o cumprimento da legislação pertinente e estimar a efetividade das ações governamentais: a - política fundiária; b - política de desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério; c - política nacional de segurança pública; d - política nacional de saúde."						
Emenda: 0552	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: I	Alínea:
Texto: Dê-se a seguinte redação ao inciso: "I - a projeção dos resultados correntes dos orçamentos fiscal e da seguridade social."						
Emenda: 0553	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 2	Inciso:	Alínea:
Texto: Restabeleça-se parcialmente o contido no inciso V da LDO anterior ora suprimido: "V - os valores das aplicações das agências financeiras oficiais de fomento nos dois últimos anos, a execução provável de 2000 e as estimativas para 2001, consolidadas por agência, região, Estado, setor e fonte de recursos, evidenciando, quando possível, a participação dos pequenos, médios e grandes tomadores."						
Emenda: 0554	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: III	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao inciso III: "III - o detalhamento dos principais custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos."						
Emenda: 0555	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XIII	Alínea:
Texto: Dê-se ao inciso nova redação: "XIII - os montantes das receitas diretamente arrecadadas, por..."						
Emenda: 0556	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XV	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao dispositivo indicado: "XV - a despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder e total, executada nos últimos três anos, a execução provável em 2000 e o programado para 2001, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente e à receita corrente líquida, esta última tal como definida na forma da lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para os exercícios a que se referem."						
Emenda: 0557	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XXV	Alínea:
Texto: Dê-se a seguinte redação ao dispositivo indicado: " XXV - os subítulos de projetos em andamento, cuja..."						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0558	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte dispositivo: "XXVIII - discriminação por órgão, programa, projeto e atividade, regionalizada por Estado, das despesas destinadas ao combate ao crime organizado e do narcotráfico, separadamente para os anos de 1999, 2000 e 2001."						
Emenda: 0559	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Restabeleça-se o inciso XXIX da LDO anterior: "XXVIII - a correlação entre as novas categorias de programação introduzidas a partir de 2000 e as existentes anteriormente."						
Emenda: 0560	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Insira-se no art. 8º, § 3º, inciso nos seguintes termos: "... As despesas estadualizadas do Sistema Único de Saúde - SUS, destacando as parcelas atinentes a cada um dos critérios previstos no art. 35 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990."						
Emenda: 0561	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo III: "Art.... No exercício de 2001, serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 2000. § 1º Para fins do disposto neste artigo, entende-se por ações e serviços de saúde aqueles a cargo do Ministério da Saúde, excluídos os gastos com a dívida e com os encargos previdenciários da União. § 2º No projeto de lei orçamentária para 2001 enviado ao Congresso Nacional, a distribuição dos recursos destinados à assistência ambulatorial de média e alta complexidade e hospitalar - MAC pautar-se-á por sua equalização per capita em todas as unidades da Federação, nos termos da Lei nº 8.080, de 1990, combinada com a Lei nº 8.142, de 1990."						
Emenda: 0562	Capítulo: II	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se novo artigo após o artigo 11: "Art. 12 - É vedada a criação de atividade ou projeto com a mesma finalidade de outra existente com o único propósito de especificar a unidade executora."						
Emenda: 0563	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 12	Parágrafo:	Inciso: I	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação aos incisos I e II: "I - 30 - estado; II - 40 - município"						
Emenda: 0564	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 14	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se após o art. 14 o seguinte artigo e seu parágrafo único: "A proposta e a lei orçamentária conterão código classificador em todas as categorias de programação identificando se a despesa é a natureza financeira ou não-financeira. Parágrafo Único. A metodologia adotada para a classificação mencionada no caput acompanhará os demonstrativos previstos no art. 8º, § 3º."						
Emenda: 0565	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 18	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao caput do art. 18: "Art. 18. Na proposta orçamentária, os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites de outras despesas correntes e de capital, em 2001, os seguintes parâmetros, calculados com base na receita corrente líquida: Poder Legislativo - 0,34% (trinta e quatro centésimos por cento); Poder Judiciário - 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) e o Ministério Público da União - 0,07% (sete centésimos por cento)."						
Emenda: 0566	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 21	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se ao dispositivo 21 a seguinte alínea: "g) data do trânsito em julgado."						
Emenda: 0567	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 22	Parágrafo:	Inciso: II	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao inciso II: "II - incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão orçamentário".						
Emenda: 0568	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 22	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se novo inciso ao artigo em pauta: "V - classificadas como atividades dotações que visem ao desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento de ação do Governo, bem como classificados como projetos ações de duração continuada."						
Emenda: 0569	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 23	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao parágrafo único, transformando-o em dois: "§ 1º - excluem-se, para fins de aplicação do disposto neste artigo, projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores; § 2º - entendem-se como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de junho de 2000, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no demonstrativo previsto no inciso XXV do § 3º do art. 8º desta Lei."						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0570	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 24	Parágrafo: 1	Inciso: I	Alínea: a
Texto: Dê-se nova redação ao dispositivo emendado: "a) unidades equipadas, inclusive quadras esportivas e próprios residenciais, essenciais à ação das organizações militares;"						
Emenda: 0571	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 24	Parágrafo: 1	Inciso: I	Alínea: b
Texto: Suprima-se do artigo indicado, § 1º, a alínea "b": "b - as unidades necessárias à instalação de novas representações diplomáticas no exterior"; "e - as despesas dessa natureza, que sejam relativas às sedes oficiais das representações diplomáticas no exterior e que sejam cobertas com recursos provenientes da renda consular;"						
Emenda: 0572	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 24	Parágrafo: 2	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao parágrafo 2º: "§ 2º - Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Federal, publicando-se no Diário oficial da União, além do extrato, a justificativa e a autorização da contratação."						
Emenda: 0573	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 24	Parágrafo:	Inciso: VI	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao inciso: "VI - ações que não sejam de competência exclusiva da União, comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou ações para as quais a Constituição não estabeleça a obrigação da União em cooperar técnica e financeiramente;"						
Emenda: 0574	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 24	Parágrafo:	Inciso: VIII	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao inciso: "VIII - pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado da administração pública ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais."						
Emenda: 0575	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 25	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao parágrafo único: "Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo a destinação, mediante a abertura de crédito adicional, de recursos de contrapartida para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade da sua aplicação original."						
Emenda: 0576	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 28	Parágrafo:	Inciso: II	Alínea:
Texto: Dê-se a seguinte redação ao inciso II do art. 28: "Art. 28 II - sejam de natureza filantrópica, institucional ou assistencial, vinculadas a organismos internacionais;"						
Emenda: 0577	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 28	Parágrafo: 1	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se ao § 1º do art. 28 a seguinte redação: "Art. 28. § 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deveá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2001 por três autoridades locais, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria."						
Emenda: 0578	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 30	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se ao artigo 30 a seguinte redação: "Art. 30. A lei orçamentária anual conterà reserva de contingência em montante equivalente a, no mínimo, um por cento da receita corrente líquida, sendo quarenta por cento destinados a atender à programação do orçamento fiscal e sessenta por cento ao orçamento da seguridade social. Parágrafo único. Para o projeto de lei orçamentária anual o montante da reserva será de, no mínimo, dois por cento da receita corrente líquida."						
Emenda: 0579	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 32	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao caput do art. 32: "Art. 32. As transferências voluntárias de recursos da União consignadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, para Estados, Distrito Federal e Municípios, a qualquer título, dependerão da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que: "						
Emenda: 0580	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 38	Parágrafo: 9	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte parágrafo no art. 38: "§ 9º A lei orçamentária anual poderá autorizar a abertura, por decreto do Presidente da República, de créditos suplementares referentes ao pagamento de pessoal e encargos sociais, com cancelamento de recursos do mesmo grupo de despesa ou com recursos provenientes de excesso de arrecadação."						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0581	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 39	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte art. 39, renumerando-se os demais:						
"Art. 39. Os créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual, referentes a remanejamento de dotações no âmbito dos programas de trabalho dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, serão abertos por ato dos respectivos dirigentes máximos, cuja publicação incluirá a justificativa e o indicativo dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e respectivos subtítulos e metas atingidas."						
Emenda: 0582	Capítulo: IV	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se novo artigo art. 44, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:						
"Art. 44. As despesas com o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal serão incluídas, na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida e constarão em unidade orçamentária específica, distinta da que contemple os encargos financeiros da União."						
Emenda: 0583	Capítulo: VI	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se novo art. 53, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:						
"Art. 53. Acompanhará o relatório de que trata o art. 165, §3o, da Constituição Federal, demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este capítulo."						
Emenda: 0584	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 56	Parágrafo: 3,4	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se nova organização aos §§3o e 4o, transformando-os em dispositivos separados, a saber:						
"Art. ...O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada trimestre e quinze dias após o fechamento do SIAFI, no encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas do exercício, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas. Parágrafo único. A Comissão Mista de que trata o art. 166, §1o da Constituição, apreciará os relatórios mencionados neste artigo e acompanhará a evolução dos resultados primários dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária."						
Emenda: 0585	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 56	Parágrafo: 1,2	Inciso:	Alínea:
Texto: Emenda substitutiva Dê-se ao art. 56, caput e §§1o e 2o, a seguinte redação:						
"Art. 56. Se o setor competente do Poder Executivo verificar que, ao final de um bimestre, a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público da União promoverão, por ato próprio, nos trinta dias subsequentes, a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os percentuais informados por aquele setor competente. §1o. No caso de restabelecimentos da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á na forma proporcional às reduções efetivadas. §2o. A limitação de empenho e movimentação financeira será feita com a aplicação dos percentuais mencionados no caput sobre a soma das dotações para "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras" dos órgãos de cada Poder e do Ministério Público da União, excluídas as parcelas destinadas ao cumprimento de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida."						
Emenda: 0586	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 56	Parágrafo: 3,4	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se nova organização aos §§3o e 4o, transformando-os em dispositivos separados, a saber:						
"Art. ... O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada trimestre e quinze dias após o fechamento do SIAFI, no encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas do exercício, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas. Parágrafo único. A Comissão Mista de que trata o art. 166, §1o da Constituição, apreciará os relatórios mencionados neste artigo e acompanhará a evolução dos resultados primários dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária."						
Emenda: 0587	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 59	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto: Suprima-se o parágrafo único do art. 59.						
Emenda: 0588	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 59	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto: Emenda modificativa Dê-se ao "parágrafo único" do art. 59, a seguinte redação:						
"Parágrafo único. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União, será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ressalvado o relativo aos gastos com pessoal e encargos sociais, que será liberado no montante das despesas mensais, respeitados os limites orçamentários."						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0589 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 59 **Parágrafo:** ÚNICO **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Emenda aditiva

Inclua-se o seguinte §2o no art. 59, renumerando-se o atual "parágrafo único" para §1o:
"§2o. Em ocorrendo o disposto no inciso II do §6o do art. 57 da Constituição Federal, os recursos necessários para fazer face à despesa serão liberados em acréscimo aos duodécimos previstos no parágrafo anterior."

Emenda: 0590 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 60 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Emenda modificativa
Dê-se ao art. 60 a seguinte redação:

"Art. 60. A execução de gastos não previstos nos limites fixados no art. 47 desta Lei somente poderá ocorrer após a abertura de créditos adicionais para fazer face a tais despesas, ressalvados:

- I - O pagamento de eventuais reajustes concedidos aos servidores públicos federais;
- II - as despesas decorrentes de convocação extraordinária do Congresso Nacional;
- III - as despesas decorrentes da fixação do teto remuneratório dos três Poderes da União;
- IV - as vantagens autorizadas por lei."

Emenda: 0591 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 61 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Emenda aditiva

Inclua-se o seguinte "parágrafo único" no art. 61:

"Parágrafo único. Os créditos adicionais dependentes de lei autorizativa e solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido."

Emenda: 0592 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 62 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Emenda aditiva

Inclua-se o seguinte artigo 62 e renumere-se os que lhe seguem:

"Art. 62. Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União poderão encaminhar seus pedidos de crédito adicional ao setor competente do Poder Executivo até 15 de outubro de 2001, prazo este que não pode ser restringido.

§1o. Os créditos suplementares solicitados pelos órgãos mencionados no "caput" deste artigo serão abertos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, quando depender apenas de decreto do Poder Executivo, a contar da data do pedido.

§2o. O crédito suplementar dependente de lei autorizativa e solicitado por órgão mencionado no "caput" deste artigo, com indicação dos recursos compensatórios, será encaminhado ao Congresso Nacional no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido."

Emenda: 0593 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 63 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se ao artigo indicado o seguinte inciso:

"VII - Sistema de Gerenciamento do Convênios - SIGECONV."

Emenda: 0594 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 65 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Emenda aditiva

Inclua-se o seguinte inciso V no art. 65:

"V - concessão dos auxílios creche, alimentação e transporte aos servidores públicos."

Emenda: 0595 **Capítulo:** VI **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se seguinte artigo no Capítulo VI:

"Art. ... Será encaminhado trimestralmente à Comissão Mista do Congresso Nacional, de que trata o art. 166, §1o, da Constituição Federal, demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este Capítulo."

Emenda: 0596 **Capítulo:** VI **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se seguinte artigo no Capítulo VI:

"Art. ... Será encaminhado trimestralmente à Comissão Mista do Congresso Nacional, de que trata o art. 166, §1o, da Constituição Federal, demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este Capítulo."

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0597 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 67 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Dê-se nova redação ao artigo:

"Art. 67. As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários processarão o empenho da despesa, observados os limites para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa."

Emenda: 0598 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se ao Capítulo citado o seguinte artigo:

"Art. ... Os custos unitários de obras executadas com recursos dos orçamentos da União, relativas a construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico - CUB - por metro quadrado, divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção para cada Unidade da Federação, acrescido de até trinta por cento para cobrir custos não cobertos pelo CUB."

Emenda: 0599 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o artigo, em anexo, no Capítulo VIII do projeto.

Emenda: 0600 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte artigo no Capítulo VIII do projeto:

"Art. ... O Congresso Nacional publicará síntese da lei orçamentária, em linguagem clara e acessível ao cidadão, a ser distribuída a governos estaduais e municipais, universidades públicas e entidades representativas da sociedade."

Emenda: 0601 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o artigo em anexo no Capítulo VIII do projeto.

Emenda: 0602 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte artigo onde couber no Capítulo VIII:

Art. XX. O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166, §1o, da Constituição Federal, até 30 dias após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo, inclusive em meio magnético de processamento eletrônico:

I - relação das obras em execução com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nas quais tenham sido identificados indícios de irregularidades graves ou de danos ao Erário, ainda que relativas a processos não apreciados por órgão colegiado do Tribunal, incluídas ou não na proposta orçamentária, devendo, nesses casos, serem indicados a classificação institucional, funcional e programática correspondente atualizada conforme o constante na proposta orçamentária para 2001, o órgão executor, a localização da obra, a descrição circunstanciada dos indícios verificados, as providências adotadas pelo Tribunal e o andamento dos respectivos processos;

II - informações gerenciais sobre a execução físico-financeira dos subtítulos mais relevantes, constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, atualizada conforme o constante na proposta orçamentária para 2001, selecionados, especialmente, de acordo com critérios que levem em consideração o valor liquidado no exercício de 1999 e o fixado em 2000, a regionalização do gasto, sem prejuízo das solicitações do Congresso Nacional.

§1o. A lei orçamentária anual poderá contemplar subtítulos relativos a obras mencionadas no inciso I deste artigo com execução orçamentária suspensa até a adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável, sujeitas à apreciação do Congresso Nacional e da Comissão referida no caput deste artigo.

§2o. O Tribunal encaminhará à Comissão referida no caput deste artigo, sempre que necessário, relatórios de atualização das informações constantes da relação mencionada no inciso I deste artigo.

§3o. Nas obras a que se refere o inciso I deste artigo, quando não houver dotação consignada na proposta de lei orçamentária para 2001, o Tribunal poderá apresentar a classificação funcional e programática utilizada em exercícios anteriores, fazendo menção expressa ao fato.

§4o. Na relação mencionada no inciso I deste artigo, não deverão constar as obras já julgadas regulares ou regulares com ressalvas pelo Tribunal, em decisão final.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

AUTOR: BENEDITO DIAS				PARTIDO: PFL		UF: AP							
Emenda:	0237	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	03	Parágrafo:	2	Inciso:		Alínea:		
Texto:	Dê-se ao § 2º do Art. 3º, a seguinte redação: "Art.3º..... §2º As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, com as suas respectivas metas quantificadas, para especificar a ação executiva e identificar a localização geográfica integral ou parcial das respectivas atividades, projetos e operações especiais, não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade."												
Emenda:	0238	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:		
Texto:	Inclua-se novo artigo no capítulo II, onde couber, renumerando-se os demais, com a seguinte redação: "Art. Os investimentos correspondentes a projetos de execução descentralizada, a cargo de Estados, Distrito Federal e Municípios, terão seus recursos consignados em dotações globais por Unidade da Federação. Parágrafo único. A identificação da execução local ficará a cargo do Congresso Nacional, mediante a inclusão de subtítulos específicos, correspondentes a cada projeto."												
Emenda:	0239	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:		
Texto:	Dê-se ao § 3º, do Art. 8º do Capítulo II, a seguinte redação: "Art. 3º..... § 3º Acompanharão o projeto de lei orçamentária anual, podendo ser disponibilizado por meio eletrônico, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares."												
Emenda:	0240	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	VI	Alínea:		
Texto:	Dê-se ao inciso VI, do §3º do Art. 8º, a seguinte redação: "Art. 8º..... §3º..... VI - critérios e modelos de alocação de recursos para a execução descentralizada de programas setoriais, por Unidade da Federação, destacadamente, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação."												
Emenda:	0241	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se à Seção I, do Capítulo III, artigo com a seguinte redação: "Art. As receitas vinculadas e as diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, serão destinadas prioritariamente aos custeios administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida, e à contrapartida das operações de crédito, excetuando-se a parcela de vinte por cento dos recursos diretamente arrecadados por órgãos ou entidades voltadas para a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico e para ações na área de recursos hídricos, desde que destinadas a investimentos em suas atividades fim."												
Emenda:	0242	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	18	Parágrafo:	1	Inciso:	II	Alínea:	
Texto:	Dê-se ao §1º, do Art. 18, a seguinte redação: "Art. 18..... §1º Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites de outras despesa correntes e de capita em 2001 o conjunto das dotações fixadas na lei orçamentária, devidamente corrigidas pela taxa média de inflação de 2001 sobre a de 2000, prevista na elaboração da proposta orçamentária."												
Emenda:	0243	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	22	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Suprima-se o parágrafo único do Art.22 da Seção I, do Capítulo III.												
Emenda:	0244	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	37	Parágrafo:		Inciso:	I	Alínea:	
Texto:	Dê-se ao inciso I do Art. 37 a seguinte redação: "Art. 37..... I - Portaria do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as fontes, exceto as de que trata o § 2º do art. 54 desta lei, obedecidos os limites fixados na lei orçamentária para cada fonte."												
Emenda:	0245	Capítulo:	VII	Seção:		Artigo:	54	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Suprima-se o Art. 54												
Emenda:	0246	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se ao Art. 56, a seguinte redação: "Art. 56. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de trinta dias, após o encerramento de cada trimestre e quinze dias após o fechamento do SIAFI, no encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas." Parágrafo Único. A Comissão Mista de que trata o art.166, § 1º da Constituição, apreciará os relatórios mencionados neste artigo e acompanhará a evolução dos resultados primários do orçamentos fiscal e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária."												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0247	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 06	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no caput do art. 6º in fine: "...devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser registrada no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI na modalidade total."						
Emenda: 0248	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: III	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação inciso III: "III - o detalhamento dos principais custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos."						
Emenda: 0249	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Insira-se no art. 8º, §3º, inciso nos seguintes termos: ... As despesa estadualizadas do Sistema Único de Saúde - SUS, destacando as parcelas atinentes a cada um dos critérios previstos no art. 35 da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990.						
Emenda: 0250	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo III: Art. ... No exercício de 2001, serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 2000. § 1º Para fins do disposto neste artigo, entende-se por ações e serviços de saúde aqueles a cargo do Ministério da Saúde, excluídos os gastos com a dívida e com os encargos previdenciários da União. § 2º No projeto de lei orçamentária para 2001 enviado ao Congresso Nacional, a distribuição dos recursos destinados à assistência ambulatorial de média e alta complexidade e hospitalar - MAC - pautar-se-á por sua equalização per capita em todas as unidades da Federação, nos termos da Lei n.º 8.080, de 1990, combinada com a Lei n.º 8.142, de 1990.						
Emenda: 0251	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 21	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se ao dispositivo 21 a seguinte alínea: " g) data do trânsito em julgado."						
Emenda: 0252	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 24	Parágrafo: 2	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao parágrafo 2º: "§ 2º - Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Federal. Publicando-se no Diário Oficial da União, além do extrato do contrato, a justificativa e autorização da contratação."						
Emenda: 0253	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 59	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto: Emenda MODIFICATIVA Dê-se ao "parágrafo único" do art. 59, a seguinte redação: "Parágrafo único. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados aos Poderes Legislativos e Judiciário e ao Ministério Público da União. Será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ressalvado o relativo aos gastos com pessoal e encargos sociais, que será liberado no montante das despesas mensais, respeitados os limites orçamentários."						
Emenda: 0254	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 06	Parágrafo: CAPU	Inciso:	Alínea:
Texto: Acrescente-se in fine a expressão: "devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser totalmente registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal -SIAFI."						

AUTOR: BEN-HUR FERREIRA

PARTIDO: PT

UF: MS

Emenda: 0007 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se o seguinte artigo onde couber:

"Art. A Proposta Orçamentária do Exercício 2001 consignará, no mínimo, o valor de duzentos e cinquenta milhões de reais (R\$ 250.000.000,00) ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

AUTOR: CARLOS DUNGA

PARTIDO: PMDB

UF: PB

Emenda: 0224 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

"O projeto de lei orçamentária de 2001 poderá consignar recursos para construção e recuperação de obras de infraestrutura hídrica no Agreste, no Cariri e no Sertão Paraibano."

Emenda: 0225 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à LDO/2001:

"o projeto de lei orçamentária para 2001 poderá garantir recursos para infra-estrutura urbana nas Regiões do Agreste, do Cariri e do Sertão Paraibano."

AUTOR: CARLOS PATROCINIO

PARTIDO: PFL

UF: TO

Emenda: 0172 Capítulo: VIII Seção: Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescente-se, onde couber o seguinte artigo:

"Art. ... A União garantirá recursos necessários para criação da Universidade Federal do Tocantins."

Emenda: 0173 Capítulo: VIII Seção: Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescente-se, onde couber o seguinte artigo:

"Art. ... A União incluirá na proposta orçamentária para o exercício de 2.001, recursos para programas de desenvolvimento das regiões mais atrasadas do Estado do Tocantins, em observância ao § 6º do Art. 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."

Emenda: 0174 Capítulo: VIII Seção: Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescente-se, onde couber o seguinte artigo:

"Art. ... A União incluirá na proposta orçamentária para o exercício de 2.001, recursos para atender ao disposto ao § 7º do Art. 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."

Emenda: 0175 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescente-se, onde couber o seguinte artigo:

"Art. ... A programação dos investimentos para 2001, no orçamento fiscal e da seguridade social, obedecerá para fins de sua distribuição, aos seguintes critérios:

I - Metade, proporcional à população de cada Estado;

II - Metade, inversamente proporcional à renda per capita de cada Estado:

§ Excetua-se do disposto no caput do artigo a programação de investimentos:

a) que tenha critérios já fixados na Constituição Federal;

b) destinada à restauração de rodovias e ferrovias federais;

c) destinada a segurança e defesa nacional;

d) destinada aos projetos considerados prioritários no plano plurianual.

§ 2º na construção de programas de trabalho das unidades que lhes são vinculadas, os órgãos orçamentários farão observar a determinação constitucional de apoiar a redução das desigualdades inter-regionais e a integração de ações de caráter inter-complementar."

AUTOR: CLEMENTINO COELHO

PARTIDO: PPS

UF: PE

Emenda: 0002 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se, imediatamente após o art. 38 do Projeto do Executivo o seguinte artigo:

"Art. 39. As dotações para o custeio de serviços regulares de atenção à saúde da população, especialmente aquelas destinadas ao custeio do SUS e à prestação de serviços de assistência social, serão desdobradas por unidades da federação com base na respectiva população, segundo os números oficiais da fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de modo a assegurar a equalização das destinações de recursos."

Emenda: 0003 Capítulo: VIII Seção: Artigo: 65 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Dê-se ao art. 65 do Projeto do Executivo, a seguinte redação:

"Art. 65. Se o projeto de lei orçamentária anual não for sancionado pelo Presidente da República até o dia 31 de dezembro de 2000, a programação dele constante poderá ser executado no mês de janeiro de 2001, exclusivamente para:

I - pagamento dos benefícios previdenciários a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social;

II - pagamento dos benefícios custeados pelo Fundo de Assistência ao Trabalhador;

III - manutenção das atividades de custeio do Sistema Único de Saúde;

IV - manutenção do programa nacional de alimentação escolar;

V - pagamentos de compromissos contratuais no exterior;

Parágrafo único. Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária anual a utilização dos recursos na forma autorizada por este artigo."

AUTOR: DARCÍSIO PERONDI

PARTIDO: PMDB

UF: RS

Emenda: 0008 Capítulo: III Seção: I Artigo: 29 Parágrafo: Inciso: III Alínea:

Texto: Inclua-se no Inciso III, do Artigo 29, a seguinte expressão:

"Art. 29.

I -

II -

III - voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas Santas Casas de Misericórdia e demais instituições filantrópicas"

Emenda: 0202 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo III:

Art. ... No exercício de 2001, serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seu créditos adicionais no exercício financeiro de 2000.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por ações e serviços de saúde aqueles a cargo do Ministério da Saúde, excluídos os gastos com a dívida e com os encargos previdenciários da União.

AUTOR: EDISON LOBÃO

PARTIDO: PFL

UF: MA

Emenda: 2158 Capítulo: Seção: Artigo: 01 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Dispõe sobre a elaboração dos demonstrativos regionalizados de benefícios tributários, financeiros e creditícios de que trata o § 6º, art. 165, da Constituição Federal e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Os demonstrativos de que trata o artigo 165, § 6º, da Constituição Federal, serão elaborados anualmente e apresentados como informações complementares ao projeto de lei orçamentária anual enviado ao Congresso Nacional.

§ 1º. A elaboração dos demonstrativos obedecerá a regionalização dos benefícios, discriminados segundo as suas finalidades e de acordo com a classificação funcional-programática adotada no orçamento fiscal e da seguridade social.

§ 2º. As estimativas dos benefícios serão revisadas periodicamente.

§ 3º. Acompanharão os demonstrativos quadros analíticos comparando as estimativas dos benefícios para cada exercício orçamentário com aquelas efetuadas para os dois últimos exercícios orçamentários precedentes, bem como comparando os valores estimados a cada exercício com os valores provavelmente realizados, calculados com base na revisão prevista no parágrafo anterior.

§ 4º. Os quadros de que trata o parágrafo anterior serão acompanhados de análise sucinta, contendo as explicações sobre as variações significativas observadas entre as estimativas anuais e os valores provavelmente realizados dos benefícios, bem como sobre a evolução provavelmente ocorrida dos diversos itens de benefícios nos três últimos exercícios, a partir da revisão prevista no parágrafo 2º.

§ 5º. A análise da evolução dos benefícios referida no parágrafo precedente será incorporada gradativamente, a partir da prestação de contas do exercício de 1997.

Art. 2º. Para efeito da elaboração do demonstrativo de benefícios tributários entende-se como benefício tributário entende-se como benefício tributário a desoneração de imposto, taxa ou contribuição social, autorizada por dispositivo legal que, excepcionando a legislação de referência de aplicação de um tributo, tenha objetivo específico e alcance grupo relativamente restrito de contribuintes, setor ou região.

§ 1º. Entende-se como integrado a legislação de referência de tributo ou contribuição social as regras comumente aplicáveis aos seus fatos geradores, incluindo, entre outras, as deduções padrões, as deduções necessárias ao auferimento da renda, as deduções de impostos e as contribuições sociais compulsórias, os limites de isenção, a estrutura de alíquotas e suas alterações.

§ 2º. Equiparam-se a alterações de alíquotas as desonerações de tributo ou contribuição social de natureza objetiva.

§ 3º. Fica implícito ao conceito de benefício tributário a possibilidade efetiva de perda de recursos fiscais pelo Estado, em decorrência da desoneração de operação normalmente sujeita à incidência de tributo ou contribuição social.

§ 4º. Não se consideram benefícios tributários:

I – as desonerações tributárias das indenizações compensatórios que não resultem em aumento de disponibilidade econômica para o contribuinte;

II – as desonerações tributárias de bens ou serviços cujo usuário final seja a União e o conjunto dos Estados e Municípios;

III – as desonerações tributárias de bens ou serviços cujo usuário final seja a União e o conjunto dos Estados e Municípios;

IV – as desonerações tributárias que atendam à reciprocidade de tratamento entre o Brasil e outros países.

§ 5º. Integram o rol de benefícios tributários as isenções, anistias e remissões tributárias que resultem em perda potencial de arrecadação.

§ 6º. Acompanharão o demonstrativo citado no caput deste artigo a exposição da metodologia empregada na sua elaboração, tomando-se por base os conceitos definidos nesta Lei, bem como a discriminação individual dos dispositivos legais desoneradores de tributos e contribuições sociais que não forem enquadrados como benefícios tributários, com a indicação sucinta e individualizada da razão deste tratamento.

Art. 3º. Para efeito da elaboração do demonstrativo de benefícios financeiros e creditícios entende-se como:

I – benefícios financeiros as subvenções sociais e econômicas, os subsídios financeiros e os desembolsos de recursos a fundo perdido efetuados por órgãos da administração direta e indireta da União, inclusive seus Fundos;

II benefícios creditícios a dispensa de taxas de serviços, comissões e de outros ônus de qualquer natureza, normalmente cobrados em operações de empréstimos e financiamentos, bem como a dispensa total ou parcial de taxa de juros incidente sobre as referidas operações e assemelhadas, concedidos por órgãos da administração direta e indireta da União, inclusive seus Fundos.

§ 1º Incluem-se como benefícios do inciso II os desembolsos realizados com o objetivo de equalizar taxas de juros.

§ 2º. Nos casos referidos no inciso II em que for impossível identificar o quantum de dispensa dos encargos de juros em relação aos juros cobrados em mercado, para operação semelhante, será utilizado como indicador deste a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente.

§ 3º. Acompanhará o demonstrativo referido neste artigo a exposição de metodologia empregada na sua elaboração.

Art. 4º. A elaboração dos demonstrativos de que trata esta lei será realizada pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, pela Secretaria de Previdência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social e pela Secretaria do Tesouro Nacional, no âmbito das suas respectivas atribuições institucionais, ou pelos órgãos que venham sucedê-las no exercício de tais atribuições.

§ 1º. Os órgãos discriminados no caput deste artigo deverão enviar os respectivos demonstrativos ao Órgão Central do sistema de orçamento do Poder Executivo, na mesma data de envio das propostas orçamentárias setoriais.

§ 2º. Os órgãos e entidades produtores das estatísticas primárias, que sirvam de base para a elaboração das estimativas, bem como dos valores que integram os demonstrativos, deverão encaminhar aos órgãos discriminados no caput deste artigo as informações requeridas, no prazo e forma que vierem a ser estabelecidas por cada um deles, mediante instrução normativa.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo autorizado a expedir instruções complementares à execução desta Lei.

Art. 7º. O Tribunal de Contas da União, no âmbito de suas atribuições institucionais, fiscalizará o cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 2162	Capítulo: V	Seção:	Artigo: 48	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Incluir no artigo 48, o seguinte parágrafo único e incisos: "Parágrafo único. No exercício financeiro de 2001, fica autorizada a Justiça Eleitoral: I - a criação de até 140 funções comissionadas FC-08, de Chefe de Zona Eleitoral das Capitais dos Estados e Distrito Federal, correspondentes ao quantitativo de zonas eleitorais criadas e/ou desmembradas nas Unidades da Federação, e homologadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, até 31 de dezembro de 1997, mediante apresentação de projeto de lei; II - a transformação de cinquenta e quatro funções comissionadas de Chefes de Zona Eleitoral das Capitais dos Estados e do Distrito Federal em FC-08. III - a criação de 02 funções comissionadas FC-09, 03 FC-08 e 03 FC-05 para o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá;						
Emenda: 2163	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 18	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Altere-se a redação do Art. 18: Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como parâmetros de outras despesas correntes e de capital em 2001 o conjunto das dotações fixadas na lei orçamentária de 2000.						
Emenda: 2176	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 38	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Até cinco dias após a publicação dos atos de que trata o § 2º. e inciso deste artigo, o Poder Executivo, e os Órgãos componentes dos Poderes Legislativo e Judiciário, encaminharão à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166, § 1º., da Constituição cópia dos referidos atos e respectivas exposições de motivos.						
Emenda: 2177	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 38	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o §3º. Renumerando os demais :Excetua-se do disposto no § 2º.a abertura de créditos suplementares em favor dos poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União, os quais serão submetidos à deliberação do dirigente máximo de cada Órgão.						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

AUTOR: EDUARDO BARBOSA

PARTIDO: PSDB

UF: MG

Emenda: 1817 Capítulo: I Seção: Artigo: 02 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescentar ao caput:

V - reduzir as desigualdades inter regionais

Emenda: 1818 Capítulo: I Seção: Artigo: 02 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescentar ao caput

VI - promover os direitos de minorias vítimas de preconceitos e discriminação

Emenda: 1819 Capítulo: III Seção: I Artigo: 29 Parágrafo: Inciso: III Alínea:

Texto: Acrescentar ao inciso III - "... E entidades de atendimento às pessoas portadoras de deficiência."

Emenda: 1820 Capítulo: III Seção: I Artigo: 29 Parágrafo: ÚNICO Inciso: II Alínea:

Texto: acrescentar ao inciso II após a palavra ampliação: " ... Construção, ... "

Emenda: 1821 Capítulo: III Seção: I Artigo: 28 Parágrafo: 1 Inciso: Alínea:

Texto: Modificar o prazo do parágrafo 1º

"..... Declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida".....

Emenda: 1822 Capítulo: VIII Seção: Artigo: 56 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescentar ao final do caput do artigo

".... E do Ministério Público da União, excetuando-se os recursos da rede de proteção social

Emenda: 1823 Capítulo: III Seção: I Artigo: 17 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescentar parágrafo

"No projeto de lei orçamentária os recursos do Fundo Nacional de Assistência Social deverão ser compatíveis com o crescimento das receitas correntes do orçamento da seguridade social"

Emenda: 1824 Capítulo: VIII Seção: Artigo: 65 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescentar inciso

XI - a complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, previsto no art. 60, § 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Emenda: 1847 Capítulo: I Seção: Artigo: 02 Parágrafo: ÚNICO Inciso: Alínea:

Texto: Redação atual: "na destinação dos recursos relativos a programas sociais, será conferida prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano."

Alteração: "A avaliação da aplicação dos recursos relativa a programas sociais, terá como critério o Índice de Desenvolvimento Humano."

Emenda: 1848 Capítulo: I Seção: Artigo: 02 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescentar ao final do caput: "e devem observar as seguintes estratégias":

I - consolidar a democracia e a cultura do respeito aos direitos humanos."

Emenda: 1849 Capítulo: I Seção: Artigo: 02 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescentar alínea ao caput:

II - consolidar a estabilidade econômica com crescimento econômico sustentado

Emenda: 1850 Capítulo: I Seção: Artigo: 02 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescentar ao caput:

III - promover o desenvolvimento sustentável voltado para a diminuição das desigualdades, geração de empregos, oportunidades de renda.

Emenda: 1851 Capítulo: VIII Seção: Artigo: 65 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescentar inciso

X - recursos da merenda escolar

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 1852 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 65 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Acrescentar inciso

VII - pagamento de abono salarial e demais recursos do fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

Emenda: 1853 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 65 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Acrescentar inciso:

V - o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos - Prodea

Emenda: 1854 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 39 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Acrescentar ao art. ".... Proporcional ao numero de alunos matriculados nas redes públicas de ensino, nas entidades privadas sem fins lucrativos de educação infantil e educação especial localizadas em cada município...."

Emenda: 1861 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 65 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Acrescentar inciso:

VI - pagamento de benefícios de prestação continuada (Lei n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993) e os recursos do Fundo Nacional de Assistência Social.

Emenda: 1862 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 65 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Acrescentar inciso:

VIII - pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde

Emenda: 1863 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 17 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Acrescentar parágrafo

"No projeto de lei orçamentária os recursos do Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - FNCA em atendimento ao disposto no art. 203 da Constituição Federal, deverá no mínimo ser equivalente na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 1999."

Emenda: 1864 **Capítulo:** I **Seção:** **Artigo:** 02 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Acrescentar ao caput:

IV - combater a pobreza e promover a cidadania e a inclusão social

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

AUTOR: ELISEU MOURA

PARTIDO: PPB

UF: MA

Emenda: 1340 Capítulo: II Seção: Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se novo artigo no Capítulo II, onde couber, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

"Art. S investimentos correspondentes a projetos de execução descentralizada, a cargo de estados, Distrito Federal e Municípios, terão seus recursos consignados em dotações globais por Unidade da Federação.
Parágrafo único. A identificação da execução local ficará a cargo do Congresso Nacional, mediante a inclusão de subtítulos específicos, correspondentes a cada projeto.

Emenda: 1341 Capítulo: II Seção: Artigo: 03 Parágrafo: 2 Inciso: Alínea:

Texto: Dê-se ao § 2º do art. 3º, a seguinte redação:

"Art. 3º
§ 2º As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, com as suas respectivas metas quantificadas, para especificar a ação executiva e identificar a localização geográfica integral ou parcial das respectivas atividades, projetos e operações especiais, não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade."

Emenda: 1342 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 3 Inciso: Alínea:

Texto: Dê-se ao § 3º, do art. 8º do Capítulo II, a seguinte redação:

"Art. 3º
§ 3º Acompanharão o projeto de lei orçamentária anual, podendo ser disponibilizado por meio eletrônico, demonstrativos contendo informações complementares:"

Emenda: 1343 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 3 Inciso: VI Alínea:

Texto: Dê-se ao inciso VI, do § 3º do art. 8º, a seguinte redação:

"Art. 8º
§ 3º
VI - critérios e modelos de alocação de recursos para a execução descentralizada de programas setoriais, por Unidade da Federação, destacadamente, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação."

Emenda: 1344 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se à Seção I, do Capítulo III, artigo com a seguinte redação:

"Art. As receitas vinculadas e as diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, serão destinadas prioritariamente aos custeios administrativos e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida, e à contrapartida das operações de crédito, excetuando-se a parcela de vinte por cento dos recursos diretamente arrecadados por órgãos ou entidades voltadas para a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico e para ações na área de recursos hídricos, desde que destinadas a investimentos em suas atividades fim."

Emenda: 1345 Capítulo: III Seção: I Artigo: 18 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Dê-se ao § 1º, do art. 18, a seguinte redação:

"Art. 18.
§ 1º Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites de outras despesas correntes e de capital em 2001 o conjunto das dotações fixadas na lei orçamentária, devidamente corrigidas pela taxa média de inflação de 2001 sobre a de 2000, prevista na elaboração da proposta orçamentária."

Emenda: 1346 Capítulo: III Seção: I Artigo: 22 Parágrafo: ÚNICO Inciso: Alínea:

Texto: Suprima-se o parágrafo único do art. 22, da Seção I, do Capítulo III.

Emenda: 1347 Capítulo: II Seção: Artigo: 37 Parágrafo: Inciso: I Alínea:

Texto: Dê-se ao inciso I do art. 37 a seguinte redação:

"Art. 37.
I - Portaria do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as fontes, exceto as de que trata o § 2º do art. 54 desta lei, obedecidos os limites fixados na lei orçamentária para cada fonte."

Emenda: 1348 Capítulo: VII Seção: Artigo: 54 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Suprima-se o art. 54.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1349	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	56	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se ao art. 56 a seguinte redação:												
"Art. 56. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de trinta dias, após o encerramento de cada trimestre e quinze dias após o fechamento do SIAFI, no encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas."													
Emenda:	1350	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	I	Alínea:	
Texto:	Dê-se a seguinte redação ao inciso:												
"I - a projeção dos resultados correntes dos orçamentos fiscal e da seguridade social;"													
Emenda:	1351	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	06	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Acrescente-se in fine a expressão:												
"devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser totalmente registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI."													
Emenda:	1352	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	06	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no caput do art. 6º in fine:												
" ... Devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser registrada no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI na modalidade total."													
Emenda:	1353	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	06	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:	IV	Alínea:	
Texto:	Exclua-se a parte final do inciso IV do parágrafo único do art. 6º, passando o dispositivo a constar com a seguinte redação:												
"Art. 6º Parágrafo único. IV - transferências para aplicação em programas de financiamento nos termos do disposto nos arts. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal."													
Emenda:	1354	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte parágrafo no art. 8º do projeto:												
"§ Os órgãos setoriais do sistema de orçamento encaminharão à Comissão de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, no mesmo prazo fixado no § 3º deste artigo, detalhamento dos subtítulos destinados a realização de obras cujo valor ultrapasse R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), contendo:													
a) especificação da obra a ser realizada;													
b) estágio em que se encontra a obra;													
c) cronograma físico-financeiro da obra; e													
d) etapas a serem executadas com as dotações consignadas no projeto de lei orçamentária."													
Emenda:	1355	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	2	Inciso:	V	Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso no § 2º do art. 8º do projeto:												
"V - avaliação das seguintes políticas públicas, com informações detalhadas para que se possa comprovar o cumprimento da legislação pertinente e estimar a efetividade das ações governamentais:													
a) política fundiária;													
b) política de desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério;													
c) política nacional de segurança pública;													
d) política nacional de saúde."													
Emenda:	1356	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	I	Alínea:	
Texto:	Dê-se a seguinte redação ao inciso:												
"I - a projeção dos resultados correntes dos orçamentos fiscal e da seguridde social."													
Emenda:	1357	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	2	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Restabeleça-se parcialmente o contido no inciso V da LDO anterior ora suprimido:												
"V - os valores das aplicações das agências financeiras oficiais de fomento nos dois últimos anos, a execução provável de 2000 e as estimativas para 2001, consolidadas e por agência, região, Estado, setor e fonte de recursos, evidenciando, quando possível, a participação dos pequenos, médios e grandes tomadores."													
Emenda:	1358	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	III	Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao inciso III:												
"III - o detalhamento dos principais custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos."													
Emenda:	1359	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	XIII	Alínea:	
Texto:	Dê-se ao inciso nova redação:												
"XIII - os montantes das receitas diretamente arrecadas, por"													

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1360	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	XV	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação ao dispositivo indicado: "XV - a despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder e total, executada nos últimos três anos, a execução provável em 2000 e o programado para 2001, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente e à receita corrente líquida, esta última tal como definida na forma da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 para os exercícios a que se referem."										
Emenda:	1361	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	XXV	Alínea:
Texto:	Dê-se a seguinte redação ao dispositivo indicado: "XXV - os subtítulos de projeto em andamento, cuja"										
Emenda:	1362	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte dispositivo: "XXVIII - discriminação por órgão, programa, projeto e atividade, regionalizada por estado, das despesas destinadas ao combate do crime organizado e do narcotráfico, separadamente para os anos de 1999, 2000 e 2001."										
Emenda:	1363	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:
Texto:	Restabeleça-se o inciso XXIX da LDO anterior: "XXVIII - a correlação entre as novas categorias de programação introduzidas a partir de 2000 e as existentes anteriormente."										
Emenda:	1364	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:
Texto:	Insira-se no art. 8º, § 3º, inciso nos seguintes termos: "... as despesas estadualizadas do Sistema Único de Saúde - SUS, destacando as parcelas atinentes a cada um dos critérios previstos no art. 35 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990."										
Emenda:	1365	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo III: "Art. No exercício de 2001, serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 2000. § 1º Para fins do disposto neste artigo, entende-se por ações e serviços de saúde aqueles a cargo do Ministério da Saúde, excluídos os gastos com a dívida e com os encargos previdenciários da União. § 2º No projeto de lei orçamentária para 2001 enviado ao Congresso Nacional, a distribuição dos recursos destinados à assistência ambulatorial de média e alta complexidade e hospitalar - MAC - pautar-se-á por sua equalização per capita em todas as unidades da Federação, nos termos da Lei n.º 8.080, de 1990, combinada com a Lei nº 8.142, de 1990."										
Emenda:	1366	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se novo artigo após o artigo 11: "12 - É vedada a criação de atividade ou projeto com a mesma finalidade de outra existente com o único propósito de especificar a unidade executora".										
Emenda:	1367	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	12	Parágrafo:		Inciso:	1,2	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação aos incisos I e II: I - 30 - estado II - 40 - município										
Emenda:	1368	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se após o art. 14 o seguinte artigo e seu parágrafo único: A proposta e a lei orçamentária conterão código classificador em todas as categorias de programação identificando se a despesa é de natureza financeira ou não-financeira. Parágrafo único. A metodologia adotada para a classificação mencionada no caput acompanhará os demonstrativos previstos no art. 8º, § 3º.										
Emenda:	1369	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:	18	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação ao caput do art. 18: "Art. 18. Na proposta orçamentária, os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites de outras despesas correntes e de capital, em 2001, os seguintes parâmetros, calculados com base na receita corrente líquida. Poder Legislativo - 0,34% (trinta e quatro centésimos por cento); Poder Judiciário - 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) e Ministério Público da União - 0,07% (sete centésimos por cento)."										
Emenda:	1370	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:	21	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se ao dispositivo 21 a seguinte alínea: "g) data do trânsito em julgado."										

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1371	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	22	Parágrafo:		Inciso:	II	Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação inciso II: "II - incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão orçamentário.												
Emenda:	1372	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	22	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se novo inciso ao artigo em pauta: "V - classificadas como atividades dotações que visem ao desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como classificados como projetos ações de duração continuada.												
Emenda:	1373	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	23	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao parágrafo único, transformando-o em dois: "§ 1º - excluem-se, para fins de aplicação do disposto neste artigo, projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores; § 2º - entendem-se como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles cuja execução financeira até 30 de junho de 2000, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no demonstrativo previsto no inciso XXV do § 3º do art. 8º desta lei."												
Emenda:	1374	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	24	Parágrafo:	1	Inciso:	I	Alínea:	a
Texto:	Dê-se nova redação ao dispositivo emendado: "a) unidades equipadas, inclusive quadras esportivas e próprios residenciais, essenciais à ação das organizações militares:"												
Emenda:	1375	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	24	Parágrafo:	1	Inciso:	B,E	Alínea:	
Texto:	Suprima-se do artigo indicado, § 1º, a alínea "b". " b - as unidades necessárias à instalação de novas representações diplomáticas no exterior"; " e - as despesas dessa natureza, que sejam relativas às sedes oficiais das representações diplomáticas no exterior e que sejam cobertas com recursos provenientes da renda consular:"												
Emenda:	1376	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	24	Parágrafo:	2	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao parágrafo 2º: "§ 2º - Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Federal, publicando-se no Diário Oficial da União, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação."												
Emenda:	1377	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	24	Parágrafo:		Inciso:	VI	Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao inciso: "VI - ações que não sejam de competência exclusiva da União, comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou ações para as quais a Constituição não estabeleça a obrigação da União em cooperar técnica e financeiramente.												
Emenda:	1378	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	24	Parágrafo:		Inciso:	VIII	Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao inciso: "VIII - pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado da administração pública ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais."												
Emenda:	1379	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	25	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao parágrafo único: "Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo a destinação, mediante a abertura de crédito adicional de recursos de contrapartida para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade da sua aplicação original.												
Emenda:	1380	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	28	Parágrafo:		Inciso:	II	Alínea:	
Texto:	DÊ-SE A SEGUINTE REDAÇÃO AO INCISO II DO ART. 28: ART. 28... II - SEJAM DE NATUREZA FILANTRÓPICA, INSTITUCIONAL OU ASSINTENCIAL, VINCULADAS A ORGANISMOS INTERNACIONAIS;												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 1381 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 28 **Parágrafo:** 1 **Inciso:** **Alínea:**
Texto: DÊ-SE AO § 1º DO ART. 28 A SEGUINTE REDAÇÃO:

ART. 28....

§ 1º PARA HABILITAR-SE AO RECEBIMENTO DE SUBVENÇÕES SOCIAIS, A ENTIDADE PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS DEVERÁ APRESENTAR DECLARAÇÃO DE FUNCIONAMENTO REGULAR NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, EMITIDA NO EXERCÍCIO DE 2001 POR TRÊS AUTORIDADES LOCAIS, E COMPROVANTE DE REGULARIDADE DO MANDATO DE SUA DIRETORIA.

Emenda: 1382 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 30 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: DÊ-SE AO ART. 30 A SEGUINTE REDAÇÃO:

ART. 30. A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL CONTERÁ RESERVA DE CONTINGÊNCIA EM MONTANTE EQUIVALENTE A, NO MÍNIMO UM POR CENTO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, SENDO QUARENTA POR CENTO DESTINADOS A ATENDER À PROGRAMAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL E SESSENTA POR CENTO AO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.

PARÁGRAFO ÚNICO. PARA O PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL O MONTANTE DA RESERVA SERÁ DE, NO MÍNIMO, DOIS POR CENTO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA.

Emenda: 1383 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 32 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: DÊ-SE NOVA REDAÇÃO AO CAPUT DO ART. 32:

"ART.32. AS TRANFEÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DE RECURSOS DA UNIÃO CONSIGNADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA E EM SEUS CRÉDITOS ADICIONAIS PARA ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS, A QUALQUER TÍTULO, DEPENDERÃO DA COMPROVAÇÃO POR PARTE DA UNIDADE BENEFICIADA, NO ATO DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO ORIGINAL, DE QUE:"

Emenda: 1384 **Capítulo:** III **Seção:** II **Artigo:** 38 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: INCLUA-SE O SEGUINTE PARÁGRAFO NO ART. 38:

§ 9º A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PODERÁ AUTORIZAR A ABERTURA, POR DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES REFERENTES AO PAGAMENTO DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, COM O CANCELAMENTO DE RECURSOS DO MESMO GRUPO DE DESPESA OU COM RECURSOS PROVENIENTES DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

Emenda: 1385 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: EMENDA ADITIVA
INCLUA-SE O SEGUINTE ART. 39, RENUMERANDO-SE OS DEMAIS:

" ART. 39. OS CRÉDITOS SUPLEMENTARES AUTORIZADOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, REFERENTES A REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS DE TRABALHO DOS ÓRGÃOS DOS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO, SERÃO ABERTOS POR ATOS DOS RESPECTIVOS DIRIGENTES MÁXIMOS, CUJA PUBLICAÇÃO INCLUIRÁ A JUSTIFICATIVA E O INDICATIVO DOS EFEITOS DOS CANCELAMENTOS DE DOTAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES, DOS PROJETOS, DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS E RESPECTIVOS SUBTÍTULOS E METAS ATINGIDAS."

Emenda: 1386 **Capítulo:** IV **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: INCLUA-SE NOVO ART. 44, RENUMERANDO-SE OS DEMAIS, COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

"ART. 44 AS DESPESAS COM O REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL SERÃO INCLUÍDAS, NA LEI E EM SEUS ANEXOS, SEPARADAMENTE DAS DEMAIS DESPESAS COM O SERVIÇO DA DÍVIDA E CONSTARÃO EM UNIDADE ORÇAMENTÁRIA ESPECÍFICA, DISTINTA DA QUE CONTEMPLE OS ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO."

Emenda: 1387 **Capítulo:** VI **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: INCLUA-SE NOVO ART. 53, RENUMERANDO-SE OS DEMAIS, COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

"ART. 53. ACOMPANHARÁ O RELATÓRIO DE QUE TRATA O ART. 165, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DEMONSTRATIVO REGIONALIZADO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS PELAS AGÊNCIAS A QUE SE REFERE ESTE CAPÍTULO."

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 1388 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 56 **Parágrafo:** 3,4 **Inciso:** **Alínea:**
Texto: DÊ-SE NOVA ORGANIZAÇÃO AOS §§ 3º E 4º DO ART. 56, TRANSFORMANDO-SOS EM DISPOSITIVOS SEPARADOS, A SABER::

"ART. ... O PODER EXECUTIVO ENCAMINHARÁ AO CONGRESSO NACIONAL, NO PRAZO DE TRINTA DIAS APÓS O ENCERRAMENTO DE CADA TRIMESTRE E QUINZE DIAS APÓS O FECHAMENTO DO SIAFI, NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO, RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS DO EXERCÍCIO, BEM ASSIM DAS JUSTIFICAÇÕES DE EVENTUAIS DESVIOS, COM INDICAÇÃO DAS MEDIDAS CORRETIVAS.

PARÁGRAFO ÚNICO. A COMISSÃO MISTA DE QUE TRATA O ART. 166, § 1º DA CONSTITUIÇÃO APRECIARÁ OS RELATÓRIOS MENCIONADOS NESTE ARTIGO E ACOMPANHARÁ A EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS PRIMÁRIOS DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL DA UNIÃO, DURANTE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Emenda: 1389 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 56 **Parágrafo:** 1,2 **Inciso:** **Alínea:**
Texto: DÊ-SE AO ART. 56, CAPUTE §§ 1º E 2º, A SEGUINTE REDAÇÃO:

"ART. 56. SE O SETOR COMPETENTE DO PODER EXECUTIVO VERIFICAR QUE, AO FINAL DE UM BIMENSTRE, A REALIZAÇÃO DA RECEITA PODERÁ NÃO COMPORTAR O CUMPRIMENTO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO OU NOMINAL ESTABELECIDAS NO ANEXO DE METAS FISCAIS, OS PODERES E O MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO PROMOVERÃO, POR ATO PRÓPRIO, NOS TRINTA DIAS SUBSEQUENTES, A LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA, SEGUNDO OS PERCENTUAIS INFORMADOS POR AQUELE SETOR COMPETENTE. § 1º NO CASO DE RESTABELECIMENTO DA RECEITA PREVISTA, AINDA QUE PARCIAL, A RECOMPOSIÇÃO DAS DOTAÇÕES CUJOS EMPENHOS FORAM LIMITADOS DAR-SE-Á DE FORMA PROPORCIONAL ÀS REDUÇÕES EFETIVADAS.

§ 2º A LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA SERÁ FEITA COM A APLICAÇÃO DOS PERCENTUAIS MENCIONADOS NO CAPUT SOBRE A SOMA DAS DOTAÇÕES PARA 'OUTRAS DESPESAS CORRENTES', 'INVESTIMENTOS' E 'INVERSÕES FINANCEIRAS' DOS ÓRGÃOS DE CADA PODER E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, EXCLUÍDAS AS PARCELAS DESTINADAS AO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS, INCLUSIVE AQUELAS DESTINADAS AO PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA."

Emenda: 1390 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 56 **Parágrafo:** 3,4 **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Dê-se nova organização aos §§ 3º e 4º, transformando-os em dispositivos separados, a saber:
"Art. ...O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada trimestre e quinze dias após o fechamento do SIAFI, no encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas do exercício, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas.
Parágrafo único. A Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição apreciará os relatórios mencionados neste artigo e acompanhará a evolução dos resultados primários dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária."

Emenda: 1391 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 59 **Parágrafo:** ÚNICO **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Suprima-se o parágrafo único do art. 59.

Emenda: 1392 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 59 **Parágrafo:** ÚNICO **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Dê-se ao parágrafo único do art. 59, a seguinte redação:
"Parágrafo Único. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados aos Poderes legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União, será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ressalvado o relativo aos gastos com pessoal e encargos sociais, que será liberado no montante das despesas mensais, respeitados os limites orçamentários."

Emenda: 1393 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 59 **Parágrafo:** ÚNICO **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Emenda ADITIVA

Inclua-se o seguinte § 2º no art. 59, renumerando-se o atual "parágrafo único" para § 1º.
"§ 2º. Em ocorrendo o disposto no inciso II do § 6º do Art. 57 da Constituição Federal, os recursos necessários para fazer face à despesa serão liberados em acréscimo aos duodécimos previstos no parágrafo anterior."

Emenda: 1394 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 60 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Emenda MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 60 a seguinte redação:

"Art. 60. A execução de gastos não previstos nos limites fixados no art. 47 desta Lei somente poderá ocorrer após a abertura de créditos adicionais para fazer face a tais despesas, ressalvados:

- I - O pagamento de eventuais reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais;
- II - as despesas decorrentes de convocação extraordinária do Congresso Nacional;
- III - as despesas decorrentes da fixação do teto remuneratório dos três Poderes da União;
- IV - as vantagens autorizadas por lei;"

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1396	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda ADITIVA												
Inclua-se o seguinte artigo 62 e renumere-se os que lhe seguem:													
"Art. 62. Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União poderão encaminhar seus pedidos de crédito adicional ao setor competente do Poder Executivo até 15 de outubro de 2001, prazo este que não pode ser restringido.													
§ 1º. Os créditos suplementares solicitados pelos órgãos mencionados no "caput" deste artigo serão aberto no prazo máximo de 30 (trinta) dias, quando depender apenas de decreto do Poder Executivo, a contar da data do pedido.													
§ 2º. O crédito suplementar dependente de lei autorizativa e solicitado por órgão mencionado no "caput" deste artigo, com indicação dos recursos compensatórios, será encaminhado ao Congresso Nacional no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido."													
Emenda:	1397	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	63	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se ao artigo indicado o seguinte inciso:												
"VII - Sistema de Gerenciamento de Convênios - SIGECONV."													
Emenda:	1398	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	65	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda ADITIVA												
Inclua-se o seguinte inciso V no art. 65													
" V - concessão dos auxílios creche, alimentação e transporte aos servidores públicos."													
Emenda:	1399	Capítulo:	VI	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo no Capítulo VI:												
"Art..., Será encaminhado trimestralmente à Comissão Mista do Congresso Nacional, de que trata o art. 166 § 1º da Constituição Federal, demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este capítulo."													
Emenda:	1400	Capítulo:	VI	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se seguinte artigo no Capítulo VI:												
"Art..... Será encaminhado trimestralmente à Comissão Mista do Congresso Nacional, de que trata o art. 166 § 1º da Constituição Federal, demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este capítulo."													
Emenda:	1401	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	67	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao artigo:												
"Art. 67 - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa."													
Emenda:	1402	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se ao Capítulo citado o seguinte artigo:												
Art. Os custos unitários de obras executadas com recursos dos orçamentos da União, relativas a construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico - CUB - por metro quadrado, divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção para cada Unidade da Federação, acrescido de até trinta por cento para cobrir custos não previstos no CUB."													
Emenda:	1404	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo no Capítulo VIII do projeto.												
"Art. O Congresso Nacional publicará síntese da lei orçamentária, em linguagem clara e acessível ao cidadão, a ser distribuída a governos estaduais e municipais, universidades públicas e entidades representativas da sociedade."													

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1406	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Inclua-se o seguinte artigo onde couber no Capítulo VIII:</p> <p>Art. XX. O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166, § 1º da Constituição Federal, até 30 dias após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo, inclusive em meio magnético de processamento eletrônico: I - relação das obras em execução com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nas quais tenham sido identificados indícios de irregularidades graves ou de danos ao Erário, ainda que relativas a processos não apreciados por órgão colegiado do Tribunal, incluídas ou não na proposta orçamentária, devendo, nesses casos, serem indicados a classificação institucional, funcional e programática correspondente atualizada conforme o constante na proposta orçamentária para 2001. O órgão executor, a localização da obra, a descrição circunstanciada dos indícios verificados, as providências adotadas pelo Tribunal e o andamento dos respectivos processos;</p> <p>II - informações gerenciais sobre a execução físico-financeira dos subtítulos mais relevantes, constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, atualizada conforme o constante na proposta orçamentária para 2001, selecionados, especialmente, de acordo com critérios que levem em consideração o valor liquidado no exercício de 1999 e o fixado em 2000, a regionalização do gasto, sem prejuízo das solicitações do Congresso Nacional.</p> <p>§ 1º A lei orçamentária anual poderá contemplar subtítulos relativos a obras mencionadas na inciso I deste artigo com execução orçamentária suspensa até a adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável, sujeitas à apreciação do Congresso Nacional e da Comissão referida no caput deste artigo.</p> <p>§ 2º O Tribunal encaminhará à Comissão referida no caput deste artigo, sempre que necessário, relatórios de atualização das informações constantes da relação mencionada no inciso I deste artigo.</p> <p>§ 3º Nas obras a que se refere o inciso I deste artigo, quando não houver dotação consignada na proposta de lei orçamentária para 2001, o Tribunal poderá apresentar a classificação funcional e programática utilizada em exercícios anteriores, fazendo menção expressa ao fato.</p> <p>§ 4º Na relação mencionada no inciso I deste artigo, não deverão constar as obras já julgadas regulares ou regulares com ressalvas pelo Tribunal, em decisão final.</p>							

Emenda:	845	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:	61	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Emenda ADITIVA</p> <p>Inclua-se o seguinte "parágrafo único" no art. 61:</p> <p>"Parágrafo único. Os créditos adicionais dependentes de lei autorizativa e solicitados pelo órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido."</p>									

AUTOR: EUJÁCIO SIMÕES

PARTIDO: PL

UF: BA

Emenda: 0690 Capítulo: VIII Seção: Artigo: 59 Parágrafo: ÚNICO Inciso: Alínea:

Texto: EMENDA ADITIVA
INCLUA-SE O SEGUINTE § 2º NO ART. 59, RENUMERANDO-SE O ATUAL "PARÁGRAFO ÚNICO" PARA § 1º:
"§ 2º EM OCORRENDO O DISPOSTO NO INCISO II DO § 6º DO ART 57 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, OS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA FAZER FACE À DESPESA SERÃO LIBERADOS EM ACRÉSCIMO AOS DUODÉCIMOS PREVISTOS NO PARÁGRAFO ANTERIOR."

Emenda: 0691 Capítulo: VIII Seção: Artigo: 59 Parágrafo: ÚNICO Inciso: Alínea:

Texto: EMENDA MODIFICATIVA

DÊ-SE AO "PARÁGRAFO ÚNICO" DO ART. 59, A SEGUINTE REDAÇÃO:

"PARÁGRAFO ÚNICO. O DESEMBOLSO DOS RECURSOS FINANCEIROS, CORRESPONDENTES AOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS CONSIGNADOS AOS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO E AO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, SERÁ FEITO ATÉ O DIA 20 DE CADA MÊS, SOB A FORMA DE DUODÉCIMOS, RESSALVADO O RELATIVO AOS GASTOS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, QUE SERÁ LIBERADO NO MONTANTE DAS DESPESAS MENSAIS, RESPEITADOS OS LIMITES ORÇAMENTÁRIOS."

Emenda: 0692 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 3 Inciso: Alínea:

Texto: Insira-se no art. 8º, § 3º, os seguintes termos:
...as despesas estadualizadas do Sistema Único de Saúde - SUS, destacando as parcelas atinentes a cada um dos critérios previstos no art. 35 da nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Emenda: 0693 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo III:
Art. ... No exercício de 2001, serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 2000:
§ 1º Para fins do disposto neste artigo, entende-se por ações e serviços de saúde aqueles a cargo do Ministério da Saúde, excluídos os gastos com a dívida e com os encargos previdenciários da União.
§ 2º No projeto de lei orçamentária para 2001 enviado ao Congresso Nacional, a distribuição dos recursos destinados à assistência ambulatorial de média e alta complexidade e hospitalar - MAC - pautar-se-á por sua equalização per capita em todas as unidades da Federação, nos termos da Lei nº 8.080, de 1990, combinada com a Lei nº 8.142, de 1990.

Emenda: 0694 Capítulo: III Seção: I Artigo: 28 Parágrafo: Inciso: II Alínea:

Texto: Dê-se a seguinte redação ao inciso II do art. 28:
Art. 28. ...
II - sejam de natureza filantrópica, institucional ou assistencial, vinculadas a organismos internacionais;

Emenda: 0695 Capítulo: III Seção: I Artigo: 28 Parágrafo: 1 Inciso: Alínea:

Texto: Dê-se ao § 1º do art. 28 a seguinte redação:
Art. 28.....
§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos emitida no exercício de 2001 por três autoridades locais, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Emenda: 0696 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo III:
Art. ... Sem prejuízo do que determina o art. 35 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a distribuição de recursos do SU aos Estados, Distrito Federal e Municípios observará os seguintes critérios:
I - cinquenta por cento, segundo o número de habitantes;
II - trinta e cinco por cento, na razão direta dos índices mais altos de desnutrição, de morbilidade e mortalidade provocadas por doenças endêmicas;
III - dez por cento, na razão direta dos Municípios mais carentes em relação à infra-estrutura de saneamento básico e de água potável de boa qualidade; e
IV - cinco por cento, pelos demais critérios previstos na referida lei.

Emenda: 0697 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo III:

Art. ... Sem prejuízo do que determina o art. 35 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a distribuição de recursos do SU aos Estados, Distrito Federal e Municípios observará os seguintes critérios:
I - cinquenta por cento, segundo o número de habitantes;
II - trinta e cinco por cento, na razão direta dos índices mais altos de desnutrição, de morbilidade e mortalidade provocadas por doenças endêmicas;
III - dez por cento, na razão direta dos Municípios mais carentes em relação à infra-estrutura de saneamento básico e de água potável de boa qualidade; e
IV - cinco por cento, pelos demais critérios previstos na referida lei.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0698	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	65	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda aditiva: Inclua-se o seguinte inciso no art. 65: "V - concessão dos auxílios creche, alimentação e transporte aos servidores públicos."												
Emenda:	0699	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	62	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda aditiva: Inclua-se o seguinte artigo 62 e renumere-se os que lhe seguem: "Art. 62. Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União poderão encaminhar seus pedidos de crédito adicional ao setor competente do Poder Executivo até 15 de outubro de 2001, prazo este que não pode ser restringido. § 1º Os créditos suplementares solicitados pelos órgãos mencionados no caput deste artigo serão abertos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, quando depender apenas de decreto do Poder Executivo, a contar da data do pedido. § 2º O crédito suplementar dependente de lei autorizativa e solicitado por órgão mencionado no caput deste artigo, com indicação dos recursos compensatórios, será encaminhado ao Congresso Nacional no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido."												
Emenda:	0700	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	61	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda ADITIVA Inclua-se o seguinte "parágrafo único" no art. 61: "Parágrafo único. Os créditos adicionais dependentes de lei autorizativa e solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do pedido."												
Emenda:	0701	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	60	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda MODIFICATIVA: Dê-se ao art. 60 a seguinte redação: "Art. 60. A execução de gastos não previstos nos limites fixados no art. 47 desta Lei somente poderá ocorrer após a abertura de créditos adicionais para fazer face a tais despesas, ressalvados: I - o pagamento de eventuais reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais; II - as despesas decorrentes de convocação extraordinária do Congresso Nacional; III - as despesas decorrentes da fixação do teto remuneratório dos três poderes da União; IV - as vantagens autorizadas por lei."												
Emenda:	0702	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	56	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda SUBSTITUTIVA: Dê-se ao art. 56, caput e §§ 1º e 2º, a seguinte redação: "Art. 56. Se o setor competente do Poder Executivo verificar que, ao final de um bimestre, a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público da União promoverão, por ato próprio, nos trinta dias subsequentes, a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os percentuais informados por aquele setor competente. § 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas. § 2º A limitação de empenho e movimentação financeira será feita com a aplicação dos percentuais mencionados no caput sobre a soma das dotações para "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras" dos órgãos de cada Poder e do Ministério Público da União, excluídas as parcelas destinadas ao cumprimento de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida."												
Emenda:	0703	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda ADITIVA: "Inclua-se o seguinte art. 39, renumerando-se os demais: "Art. 39. Os créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual, referentes a remanejamento de dotações no âmbito dos programas de trabalho dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, serão abertos por ato dos respectivos dirigentes máximos, cuja publicação incluirá a justificativa e o indicativo dos efeitos e dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e respectivos subtítulos e metas atingidas."												
Emenda:	0704	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	18	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda MODIFICATIVA: Dê-se ao caput do art. 18 a seguinte redação: "Art. 18. Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites de outras despesas correntes e de capital em 2001 o conjunto de dotações fixadas na lei orçamentária de 2000, corrigidas pelo IGP-DI verificado no período de abril de 1999 a março de 2000."												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0706	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 06	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Acrescente-se in fine a seguinte expressão: "devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser totalmente registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI."						
Emenda: 0707	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XXV	Alínea:
Texto: Dê-se a seguinte redação ao dispositivo indicado: "XXV - os subtítulos de projeto em andamento, cuja..."						
Emenda: 0708	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XIII	Alínea:
Texto: Dê-se ao inciso nova redação: "XIII - os montantes das receitas diretamente arrecadadas, por"						
Emenda: 0709	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XV	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao dispositivo indicado: "XV - a despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder e total, executada nos três últimos anos, a execução provável em 2000 e o programado para 2001, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente líquida, essa última tal como definida na forma da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para os exercícios a que se referem."						
Emenda: 0710	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Restabeleça-se o inciso XXIX da LDO anterior: "XXVIII - a correlação entre as novas categorias de programação introduzidas a partir de 2000 e as existentes anteriormente."						
Emenda: 0711	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte dispositivo: "XXVIII - discriminação por órgão, programa, projeto e atividade, regionalizada por estado, das despesas destinadas ao combate ao crime organizado e ao narcotráfico, separadamente para os anos de 1999, 2000 e 2001."						
Emenda: 0712	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 2	Inciso:	Alínea:
Texto: Restabeleça-se parcialmente o contido no inciso V da LDO anterior ora suprimido: "V - os valores das aplicações das agências financeiras oficiais de fomento nos dois últimos anos, a execução provável de 2000 e as estimativas para 2001, consolidadas por agência, região, Estado, setor e fonte de recursos, evidenciando, quando possível, a participação dos pequenos, médios e grandes tomadores."						
Emenda: 0713	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 03	Parágrafo: 3	Inciso: I	Alínea:
Texto: Dê-se a seguinte redação ao inciso: "I-a projeção dos resultados correntes dos orçamentos fiscal e da seguridade social;"						
Emenda: 0714	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: III	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação inciso III: "III- o detalhamento dos principais custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos."						
Emenda: 0715	Capítulo: II	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se novo artigo após o artigo 11: "12- É vedada a criação de atividade ou projeto com a mesma finalidade de outra existente com o único propósito de especificar a unidade executora."						
Emenda: 0716	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 12	Parágrafo:	Inciso: I,II	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação aos incisos I e II: "I- 30 - estado;" "II- 40 - município;"						
Emenda: 0717	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 22	Parágrafo:	Inciso: II	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação inciso II: "II- incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão orçamentário."						
Emenda: 0718	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 21	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se ao dispositivo 21 a seguinte alínea: "g) data do trânsito em julgado."						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0719	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 22	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se novo inciso ao artigo em pauta: "V- classificadas como atividades dotações que visem ao desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como classificados como projetos ações de duração continuada."					
Emenda: 0720	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 23	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação ao parágrafo único, transformando-o em dois: "§ 1º excluem-se, para fins de aplicação do disposto neste artigo, projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores. § 2º entendem-se como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de junho de 2000, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no demonstrativo previsto no inciso XXV do § 3º do art. 8º desta Lei."					
Emenda: 0721	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 24	Parágrafo: 1	Inciso: A	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação ao dispositivo emendado: "a) unidades equipadas, inclusive quadras esportivas e próprios residenciais, essenciais à ação das organizações militares;"					
Emenda: 0722	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 24	Parágrafo: 1	Inciso:	Alínea:
Texto:	Suprima-se do artigo indicado, § 1º, a alínea "b" "b- as unidades necessárias à instalação de novas representações diplomáticas no exterior;" "e- as despesas dessa natureza, que sejam relativas às sedes oficiais das representações diplomáticas no exterior e que sejam cobertas com recursos provenientes da renda consular;"					
Emenda: 0723	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 24	Parágrafo: 2	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação ao parágrafo 2º: "§ 2º Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Federal, publicando-se no Diário Oficial da União, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação."					
Emenda: 0724	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 24	Parágrafo:	Inciso: VI	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação ao inciso: "VI- ações que não sejam de competência exclusiva da União, comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou ações para as quais a Constituição não estabeleça a obrigação da União em cooperar técnica e financeiramente;"					
Emenda: 0725	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 24	Parágrafo:	Inciso: VIII	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação ao inciso: "VIII- pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado da administração pública ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais."					
Emenda: 0726	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte parágrafo no art. 8º do projeto: "§ Os órgão setoriais do sistema de orçamento encaminharão à Comissão de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, no mesmo prazo fixado no § 3º deste artigo, detalhamento dos subtítulos destinados a realização de obras cujo valor total ultrapasse R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), contendo: a) especificação da obra a ser realizada; b) estágio em que se encontra a obra; c) cronograma físico-financeiro da obra; e d) etapas a serem executadas com as dotações consignadas no projeto de lei orçamentária."					

AUTOR: EURIPEDES MIRANDA

PARTIDO: PDT

UF: RO

Emenda: 1421 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se no capítulo II o seguinte dispositivo:

"Art. ... - Todas as receitas e as despesas decorrentes das operações no âmbito do Programa Nacional de Desestatização e relativas a participações acionárias da União e das operações de securitização envolvendo títulos da dívida pública mobiliária federal, constarão da lei orçamentária anual nos seus valores brutos, vedada qualquer dedução."

Emenda: 1422 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se no capítulo II o seguinte dispositivo:

"Art. ... - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual."

Emenda: 1423 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 38 **Parágrafo:** 2 **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se no capítulo II o seguinte dispositivo:

"Art. ... -
§ ... - Os decretos de abertura de crédito suplementares autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Orçamento e Gestão ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais e respectivos subtítulos atingidos e das correspondentes metas."

Emenda: 1424 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 38 **Parágrafo:** 3 **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se no capítulo II o seguinte dispositivo:

"Art. ... -
§ - Até cinco dias após a publicação dos decretos de abertura de créditos suplementares, o Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos."

Emenda: 1425 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 38 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se no capítulo II o seguinte dispositivo:

"Art. ... -
§ - Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional."

Emenda: 1426 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 38 **Parágrafo:** 5 **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se no capítulo II o seguinte dispositivo:

"Art. ... -
§ - Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade

Emenda: 1430 **Capítulo:** VI **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se no Capítulo VI o seguinte artigo:

"... - Acompanhará o relatório de que trata o art. 165, § 3º, da Constituição Federal demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este capítulo."

Emenda: 1431 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 65 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Dê-se ao art. 78 a seguinte redação:

"Art. 78 - Se o Projeto de Lei Orçamentária não foi sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2000, a programação dele constante poderá ser executada, durante o primeiro mês do exercício, até o limite de um doze avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida ao Congresso Nacional."

Emenda: 1432 **Capítulo:** **Seção:** **Artigo:** 63 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se no art. 63 o seguinte inciso:

"Art. 63 -
.... Sistema de Gerenciamento de Convênios - SIGECONV."

Emenda: 1433 **Capítulo:** **Seção:** **Artigo:** 59 **Parágrafo:** ÚNICO **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Dê-se ao "parágrafo único" do art. 59, a seguinte redação:

"Art. 59 - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2001, cronograma anual de desembolso mensal, consolidando as despesas classificadas em "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" à conta de recursos do Tesouro, por órgão do Poder Executivo.
"Parágrafo único. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União, será feito até o dia 20 de cada mês sob a forma de duodécimos, ressalvado o relativo aos gastos com pessoal e encargos sociais, que será liberado no montante das despesas mensais, respeitados os limites orçamentários."

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 1434	Capítulo:	Seção:	Artigo: 56	Parágrafo: 4	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>"Art. 56 -</p> <p>§ 4º - A Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º da Constituição, apreciará os relatórios mencionados no parágrafo anterior e acompanhará a evolução dos resultados primário e operacional dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária."</p>					
Emenda: 1435	Capítulo:	Seção:	Artigo: 53	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Inclua-se no art. 53 o seguinte parágrafo:</p> <p>"Art. 53 -</p> <p>§ - O Poder Executivo, quando solicitado pelo órgão deliberativo do Poder Legislativo, deverá efetuar a estimativa de renúncia de receita no prazo máximo de noventa dias."</p>					
Emenda: 1436	Capítulo:	Seção:	Artigo: 52	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Inclua-se no art. 52 o seguinte parágrafo:</p> <p>"§ ... - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária ao Congresso Nacional apresentará, em anexo, relativamente ao BNDES relação dos vinte maiores clientes inadimplentes, informando as datas de vencimento dos respectivos débitos e relatório sobre as gestões da instituição para reavê-los."</p>					
Emenda: 1437	Capítulo:	Seção:	Artigo: 52	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Inclua-se no art. 52 o seguinte parágrafo:</p> <p>"§ ... - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária ao Congresso Nacional apresentará, em anexo, relativamente ao BNDES a divisão percentual dos empréstimos da instituição por setor e, dentro destes, a participação relativa de cada segmento, assim entendido mini, pequeno, médio e grande."</p>					
Emenda: 1438	Capítulo:	Seção:	Artigo: 52	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Inclua-se no art. 52 o seguinte parágrafo:</p> <p>"§ ... - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária ao Congresso Nacional apresentará, em anexo, relativamente ao BNDES relação dos vinte maiores tomadores de empréstimos da instituição, os valores desses empréstimos e datas dos respectivos vencimentos."</p>					
Emenda: 1439	Capítulo:	Seção:	Artigo: 52	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Inclua-se no art. 52 o seguinte parágrafo:</p> <p>"Art. 52 -</p> <p>§ - Os bancos de desenvolvimento federais e seus agentes financeiros adotarão políticas de fomento destinadas a privilegiar os segmentos da micro, pequenas e médias empresas, de forma que, no mínimo, sessenta e cinco por cento do total de seus recursos sejam a elas concedidas."</p>					
Emenda: 1440	Capítulo:	Seção:	Artigo: 51	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Dê-se ao art. 51 a seguinte redação:</p> <p>"Art. 51 - No exercício de 2001, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento dos limites referidos no art. 47 desta Lei, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, da Constituição, somente poderá ocorrer quando ao atendimento de relevantes interesses públicos, especialmente os voltados para as áreas de segurança e saúde, que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade."</p>					
Emenda: 1441	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 2	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Inclua-se no § 2º do art. 8º o seguinte inciso:</p> <p>"... - a avaliação das ações, previstas na proposta orçamentária, destinadas ao atingimento do disposto no art. 165, § 7º, da Constituição Federal, de redução dos desequilíbrios espaciais e sociais do País, como expresso no Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003, demonstrado pelo aumento, em relação a 2000, da participação relativa dos investimentos nos estados e regiões com bases econômicas mais frágeis, bem assim as ações e metas não alcançadas pelo referido Plano e os motivos que impediram o seu cumprimento."</p>					
Emenda: 1442	Capítulo:	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 2	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Inclua-se no § 2º do art. 8º o seguinte inciso:</p> <p>".... - a discriminação dos subprojetos em andamento, cuja execução financeira, até 30 de junho de 2000, ultrapasse vinte por cento do seu custo total estimado, informando o percentual de execução e o custo total acima referidos, observado o que estabelece o art. 24."</p>					
Emenda: 1443	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Inclua-se no art. 8º o seguinte parágrafo:</p> <p>"§ ... - O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional os projetos de lei orçamentária anual e dos créditos adicionais, com a sua despesa discriminada por elemento, também em meio eletrônico, com a sua despesa regionalizada."</p>					

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1444	Capítulo:	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:			
Texto:	Inclua-se inciso no art. 8º com a seguinte redação:										
"... - demonstrativo da compatibilidade da proposta orçamentária com as prioridades e metas constantes do Anexo desta Lei, correlacionando-as com as categorias de programação orçamentária."											
Emenda:	1445	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:	
Texto:	Dê-se ao § 3º do art. 8º a seguinte redação:										
"3º - Acompanharão o projeto de lei orçamentária anual demonstrativos contendo as seguintes informações complementares."											
Emenda:	1446	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	Inciso:	III	Alínea:	
Texto:	Dê-se ao inciso III do art. 8º a seguinte redação:										
"III - anexos individualizados dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei."											
Emenda:	1447	Capítulo:	Seção:	Artigo:	06	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:			
Texto:	Dê-se ao art. 6º a seguinte redação:										
"Art. 6º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes da União, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser totalmente registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI."											
Emenda:	1448	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	38	Parágrafo:	5	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se na LDO 2001, o seguinte artigo:										
"Art. ... - Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a atender despesas de pessoal serão encaminhados ao Congresso Nacional em projeto específico, separadamente de outros projetos de créditos relativos aos demais grupos de natureza despesa."											
Emenda:	1449	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se na LDO 2001, o seguinte artigo:										
"Art. ... - Não será cancelado o empenho referente a convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere celebrado com outra esfera de governo se o conveniente comprovar a existência de comprometimento à conta de recurso a ser transferido."											
Emenda:	1450	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se, na LDO 2001, o seguinte artigo:										
"Art. - Somente projeto de lei específico poderá modificar a Lei de Diretrizes Orçamentárias."											
Emenda:	1451	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se, na LDO 2001, o seguinte artigo:										
"Art. - Os subprojetos/subatividades dos Programas Comunidade Solidária e Brasil em Ação, deverão ter identificação específica que permita sua distinção dos demais programas."											
Emenda:	1452	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	07	Parágrafo:		Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no art. 7º o seguinte inciso:										
"..... - no demonstrativo de que trata o art. 8º, § 1º, inciso V, separadamente, as estimativas relativas às contribuições dos empregadores para a seguridade social, incidentes sobre a folha de salários, o faturamento, os lucros e a contribuição dos trabalhadores, estabelecidos, respectivamente, nos incisos I e II do art. 195 da Constituição Federal."											
Emenda:	1453	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se, na LDO 2001, o seguinte artigo:										
"Art..... - As receitas provenientes da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional serão classificadas por fonte de recursos, de acordo com suas origens, distinguindo-se ao menos a remuneração das disponibilidades originárias da emissão de títulos da dívida mobiliária."											

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1454	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo: "Art. - Os créditos adicionais solicitados pelos Poderes Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público da União, nos prazos fixados pelo Poder Executivo, que dependerem de previa autorização legislativa, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de encaminhamento do pedido, indicadas pelos respectivos órgãos as fontes de cancelamento. Parágrafo único - O órgão competente justificará, no prazo de até trinta dias do recebimento das solicitações de que trata o caput deste artigo, as razões do indeferimento.												
Emenda:	1455	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se, na LDO 2001, o seguinte artigo: "Art. - O Poder Executivo publicará e distribuirá síntese da proposta e da lei orçamentária, inclusive em meio magnético e Internet, em linguagem clara e acessível ao cidadão em geral, autorizando sua reprodução."												
Emenda:	1456	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se, onde couber, a seguinte redação: Art. - O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente, prevista no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, até 30 de setembro de 2000: I - relação das obras em execução com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nas quais tenham sido identificados indícios de irregularidades grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, incluídas ou não na proposta orçamentária, indicando a classificação institucional, funcional e programática, o órgão executante, a localização da obra, os indícios verificados e outros dados julgados relevantes; II - informações gerenciais sobre a execução físico-financeira dos subprojetos mais relevantes, constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade.												
Emenda:	1457	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: "... - O relatório bimestral de execução orçamentária conterá a execução mensal dos orçamentos fiscal e da seguridade social, classificada segundo: I - grupo de despesa; II - fonte; III - órgão; IV - unidade orçamentária; V - função; VI - subfunção; e VII - programa.												
Emenda:	1458	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: "Art. ... - Até vinte e quatro horas após a publicação do relatório a que se refere o art. 165, § 3º, da Constituição Federal, o Poder Executivo colocará à disposição do Congresso Nacional os dados relativos à execução orçamentária do mesmo período, por categoria de programação, detalhada por fontes de recursos, grupo de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesas, mediante acesso amplo: I - ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, para os orçamentos fiscal e da seguridade social; II - ao Sistema de Informação das Estatais - Siest, para o orçamento de investimento."												
Emenda:	1459	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: ".... - O relatório bimestral de execução orçamentária não conterá duplicidades, eliminando-se os valores correspondes às transferências intragovernamentais."												
Emenda:	1460	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: "... - O relatório bimestral de execução orçamentária discriminará as despesas com pessoal e encargos sociais, de modo a evidenciar os quantitativos despendidos com vencimentos e vantagens fixas, despesas variáveis, encargos com pensionistas e inativos e encargos sociais para as seguintes categorias: I - pessoal civil da administração direta; II - pessoal militar; III - servidores das autarquias; IV - servidores das fundações; V - empregados de empresas que integrem os orçamentos fiscal e da seguridade social."												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1461	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo:												
<p>" ... - Além da parte relativa à despesa, o relatório bimestral de execução orçamentária conterá demonstrativo da execução das principais receitas, por rubrica, de acordo com a classificação constante do Anexo II da Lei n.º 4320, de 1964, e por fonte de recursos, incluindo o valor estimado e o arrecadado no mês, e acumulado no exercício, bem como informações sobre eventuais reestimativas.</p> <p>... Os dados sobre as despesas encaminhadas em meio magnético conterão informações agregadas sobre a execução dos orçamentos em todos os seus estágios, até o pagamento.</p> <p>... O relatório da execução orçamentária correspondente ao segundo bimestre conterá demonstrativo do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, discriminando União, fundos e entidades da administração direta."</p>													
Emenda:	1462	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo:												
<p>"..... - O Tribunal encaminhará à Comissão Mista Permanente de que trata o art. 16, § 1º da Constituição Federal, sempre que necessário, relatórios de atualização das informações sobre as obras irregulares."</p>													
Emenda:	1463	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo:												
<p>"..... - O Poder Executivo publicará e distribuirá síntese da proposta e da lei orçamentária, também em meio magnético e por meio da Internet, em linguagem clara e acessível ao cidadão em geral, autorizando sua reprodução."</p>													
Emenda:	1464	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Incluam-se no Capítulo VIII os seguintes dispositivos:												
<p>" ... - O Poder Executivo encaminhará quinzenalmente ao Congresso Nacional, por meio eletrônico, informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira dos convênios nos quais a União seja parte."</p> <p>"..... - A publicação do relatório relativo ao bimestre de novembro e dezembro de que trata o art. 165 da Constituição Federal deverá se dar no máximo até trinta dias do encerramento das operações contábeis do órgão central do sistema de execução financeira."</p>													
Emenda:	1537	Capítulo:	III	Seção:	II	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se na Seção II do Capítulo III o seguinte artigo:												
<p>"Art. ... - O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, detalhará, individualmente, por empresa, categoria de programação e grupo da despesa as aplicações programadas em despesas de capital, inclusive, as resultantes da aplicação do conceito estabelecido pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para as participações acionárias em outras empresas."</p>													
Emenda:	1538	Capítulo:	IV	Seção:		Artigo:	43	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se ao artigo 43 a seguinte redação:												
<p>"Art. 43 - A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada da União não poderá superar, no exercício de 2001, a variação do Índice de Preços ao Consumidor ampliado (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística."</p>													
Emenda:	1539	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	33	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se ao § 3º do art. 33 a seguinte redação:												
<p>"Art. 33 -</p> <p>§ 3º - Ressalvam-se ainda das disposições deste artigo as operações realizadas no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e da assunção e refinanciamento da dívida dos Municípios."</p>													
Emenda:	1540	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	32	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no art. 32 o seguinte parágrafo:												
<p>"Art. 32 -</p> <p>§ ... - Desde que não haja impedimento de ordem técnica ou legal, não será cancelado o empenho referente a convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere celebrado em outras esferas de governo, se já houver sido liberado recurso dele decorrente, ou se, ainda que não tenha havido liberação, o conveniente comprovar a existência de comprometimento à conta de recurso a ser transferido."</p>													
Emenda:	1541	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	32	Parágrafo:	1	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no § 1º do art. 32 o seguinte inciso:												
<p>"Art. 32 -</p> <p>... Destinam-se ao atendimento dos programas de educação fundamental, exclusivamente nos bolsões de pobreza identificados como áreas prioritárias."</p>													

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1542	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	32	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no art. 32, o seguinte parágrafo: "Art. 32 - §... - Os órgãos responsáveis pelas trnsferências de que trata este artigo deverão disponibilizar na Internet informações contendo no mínimo, data da assinatura dos convênios, nome do conveniente, objeto, valor liberado e classificação funcional programática e econômica do respectivo crédito, em conformidade com o disposto na Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998."												
Emenda:	1543	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	29	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Parágrafo Único do art. 29 o seguinte inciso: "Art. 29 - Comprovação de que, no mínimo, sessenta por cento dos serviços prestados pela entidade sejam gratuitos;"												
Emenda:	1544	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	24	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no art. 24 o seguinte inciso: "Art. 24 - - início de construção, ampliação, reforma voluptuária e a aquisição de imóveis administrativos no âmbito da administração pública direta, indireta ou funcional de qualquer dos Poderes da União;"												
Emenda:	1545	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	24	Parágrafo:		Inciso:	VI	Alínea:	
Texto:	Dê-se ao inciso VI do art. 24 a seguinte redação: "Art. 24 - VI - ações que não sejam de competência exclusiva da União, comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios, ou com ações em que a Constituição não estabeleça a obrigação da União em cooperar técnica e financeiramentee, ressalvadas as ações compreendidas nos arts. 23, inclusive para aquisição de patrulhas mecanizadas, 30, incisos VI e VII, 200, 204, inciso I, e 225, § 1º, inciso III, da Constituição Federal, em lei específica e destinadas à melhoria de transporte e sistema viário primário nas regiões metropolitanas, ou constantes do Plano Plurianual, financiadas total ou parcialmente pela União ou por agência oficial de fomento e que se encontrem inacabadas com mais de cinquenta por cento de execução, desde que já tenham aquelas entidades adimplido mais de setenta por cento da contrapartida;"												
Emenda:	1546	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	38	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se ao art. 17 a seguinte redação: "Art. 17 - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com detalhamento estabelecidos na Lei Orçamentária Anual."												
Emenda:	1547	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	17	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se ao art. 17 a seguinte redação: "Art. 17 - O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constantee de propostas de alterações do Plano Plurianual 2000-2003, que tenham sido objeto de projetos de leei específicos encaminhados ao Congresso nacional até 31 de agosto de 2000.												
Emenda:	1548	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	14	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se ao art. 16 a seguinte redação: "Art. 16 - As fontes de recursos que corresponderem às receitas provenientes da concessão e permissão e ressarcimento pela fiscalização de bens e serviços constarão na lei orçamentária com código próprio, que as identifiquem conformee a origem da receita, discriminando-se durante a execução, no mínimo, aquelas decorrentes da concessão ou permissão nas áreas de telecomunicações, transportes, petróleo e eletricidade."												
Emenda:	1549	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	9	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Suprima-se o § 9º do art. 8º.												
Emenda:	1550	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso XXIII: "Art. 8º - § 3º XXXIII - o detalhamento das negociações das dívidas dos Estados e Municípios, indicando os valores totais envolvidos, a data e os valores de pagamentos devidos pelas unidades beneficiadas vencidos e vincendos, e, ainda, as datas e os valores em que foram efetivamente realizados."												
Emenda:	1551	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso XXII: "Art. 8º § 3º XXII - discriminação, por órgão, atividade, projeto, operação especial e respectivos subtítulos, dos recursos destinados aos Programas "Comunidade Solidária", "Brasil em Ação" e "Rede de Proteção Social";"												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1552	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso XXI: "Art. 8º § 3º XXI - o resultado do Banco Central do Brasil realizado no exercício de 1999, destacando os principais elementos que contribuíram para esse resultado, bem como o estimado para 2000 e 2001;"</p>									
Emenda:	1553	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso XXVIII: "Art. 8º § 3º XXVIII - das despesas regionalizadas do Sistema Único de Saúde - SUS, destacando as parcelas atinentes a cada um dos critérios previstos no art. 35 da Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990."</p>									
Emenda:	1554	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Dê-se ao inciso XV do § 3º do art. 8º a seguinte redação: "Art. 8º § 3º XV - as despesas com pessoal e encargos sociais, por Poder e total, executada nos últimos três anos, a execução provável em 2000 e a programação para 2001, com indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente e à receita corrente líquida, esta última tal como definida na Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999, e alterações posteriores, para os exercícios a que se referem;"</p>									
Emenda:	1555	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Dê-se ao inciso III do § 3º do art. 8º a seguinte redação: "....o detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os investimentos, com justificativa fornecida pelos órgãos setoriais para aqueles que excederem em mais de 20% (vinte por cento) a média do mercado;"</p>									
Emenda:	1556	Capítulo:		Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso: ".... - as obras ou serviços que estejam submetidos à investigação do Tribunal de Contas da União, por força de irregularidades observadas, incluídas na proposta orçamentária, indicando subprojeto/subatividade orçamentária correspondente, órgão, cronograma físico-financeiro e empresa executora."</p>									
Emenda:	1557	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso: ".... Metodologia de cálculo do superavit primário, indicando o valor do PIB empregado, as principais premissas subjacentes a tais previsões, as estimativas das variáveis fiscais básicas, receita, despesa, resultado, dívida e patrimônio líquido do Governo Federal e do setor público consolidado, além de indicar, também, o resultado operacional do Governo Federal e o consolidado."</p>									
Emenda:	1558	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso: ".... - os critérios adotados na proposta para a regionalização dos gastos nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde e transporte."</p>									
Emenda:	1559	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Inclua-se o seguinte inciso no § 3º do art. 8º: ".... - a memória de cálculo da estimativa das despesas com a amortização e com juros e encargos da dívida pública mobiliária federal interna e externa em 2001 indicando as taxas de juros, os deságios e outros encargos e os prazos médios de emissão, considerados para cada tipo e série de títulos, evidenciando, ainda, os montantes de juros e amortização, pagos ao Banco Central e ao público, respectivamente."</p>									
Emenda:	1560	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso: "... - demonstrativo da estimativa do "Resultado do Banco Central" no exercício de 2001, discriminando o impacto das gerações realizadas no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - PROER."</p>									
Emenda:	1561	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: "Art. A prestação de contas anual do Presidente da República incluirá relatório de execução na forma e com o detalhamento apresentado pela lei orçamentária anual. Parágrafo único. Da prestação de contas anual constará, necessariamente, informação quantitativa sobre o cumprimento das metas físicas previstas na lei orçamentária anual."</p>									

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1562	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: "Art. O excesso de arrecadação proveniente da receita de aplicação financeira, bem como de retorno ou de amortização de empréstimos concedidos, dos órgãos, fundos, autarquias e fundações, ressalvados os fundos e os recursos previstos na Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, será aplicada prioritariamente na concessão de novos empréstimos e financiamentos e no pagamento de juros e amortização de sua própria dívida."												
Emenda:	1563	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte disposto: ".... - Integrará o relatório bimestral de execução orçamentária quadro comparativo, discriminando para cada um dos níveis referidos no parágrafo anterior: I - o valor constante da lei orçamentária anual; II - o valor orçado, considerando-se a lei orçamentária anual e os créditos adicionais aprovados; III - o valor do empenhado até o mês; IV - o valor liquidado até o mês; e V - o valor pago até o mês."												
Emenda:	1564	Capítulo:	VI	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VI o seguinte dispositivo: "§ A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual ao Congresso Nacional apresentará, em anexo, os valores das aplicações das agências financeiras oficiais de fomento nos dois últimos anos, a execução provável para 2000 e as estimativas para 2001, consolidados e por agências, por região e Estado, por setor e por fonte de recursos."												
Emenda:	1565	Capítulo:	VI	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	ACRESCENTE-SE AO CAPÍTULO VI O SEGUINTE DISPOSITIVO: " É vedada a utilização de recursos das agências financeiras oficiais de fomento, inclusive o BNDES, para concessão de empréstimos ou financiamentos a empresas com a finalidade de integrar o processo de privatização"												
Emenda:	1566	Capítulo:	IV	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo IV o seguinte artigo: " Art.... A emissão de títulos da dívida pública externa será limitada a atender a despesas com a amortização, inclusive o refinanciamnto, os juros e outros encargos da dívida, interna ou externa, de responsabilidade direta ou indireta do Tesouro Nacional".												
Emenda:	1567	Capítulo:	IV	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo IV o seguinte artigo e parágrafos: "Art. ... Todas as despesas relativas à dívida pública federal, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual. § 1º - As despesas com o refinanciamento da dívida pública federal e a estimativa da receita proveniente da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional para atendê-lo serão incluídas na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida e das demais receitas provenientes da emissão de títulos. § 2º - Entende-se por refinanciamento o pagamento do principal corrigido da dívida pública federal, realizado com receita proveniente da emissão de títulos e, por sua amortização efetiva, o seu pagamento efetuado com recursos das demais fontes. § 3º As despesas com o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal ...												
Emenda:	1568	Capítulo:	IV	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo IV o seguinte artigo e parágrafos: "Art. ... Todas as despesas relativas à dívida pública federal, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual. § 1º - As despesas com o refinanciamento da dívida pública federal e a estimativa da receita proveniente da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional para atendê-lo serão incluídas na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida e das demais receitas provenientes da emissão de títulos. § 2º - Entende-se por refinanciamento o pagamento do principal corrigido da dívida pública federal, realizado com receita proveniente da emissão de títulos e, por sua amortização efetiva, o seu pagamento efetuado com recursos das demais fontes. § 3º As despesas com o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal constarão da lei em unidade orçamentária específica, distinta da que contemple os encargos financeiros da União."												
Emenda:	1569	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se, no Capítulo III, o seguinte dispositivo: " ... - As ações voltadas para a criança e o adolescente no âmbito do Ministério da Justiça, deverão estar previstas na unidade orçamentária - FNCA - 30.908"												
Emenda:	1570	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se, na LDO para 2001, o seguinte artigo: "Art. ... - A abertura de créditos adicionais que tenham como sustentação o superávit financeiro do exercício anterior deverá obedecer a vinculação das respectivas fontes de recursos."												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1571	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se, na LDO 2001, no Capítulo acima, o seguinte artigo: "Art. - O orçamento da seguridade social destinará, no mínimo, 5% (cinco por cento) de todos os seus recursos para o programa "assistência"."												
Emenda:	1572	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se, na LDO 2001, no Capítulo acima, o seguinte artigo: "Art.... - O orçamento da seguridade social destinará no mínimo 30% (trinta por cento) de todos os recursos para a função 'saúde e saneamento'."												
Emenda:	1573	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se, na Seção III, o seguinte artigo: "Art... - A lei orçamentária anual contemplará dotações para o Fundo Nacional de Assistência Social para atender ao disposto no art. 203, V, da Constituição e na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993."												
Emenda:	1574	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no §3º do art. 8º o seguinte inciso: "... - a evolução da receita e da despesa do Tesouro Nacional, contendo a realização nos últimos três anos, a execução provável, para 2000, e a programação para 2001, segundo categorias econômicas e grupos de despesa, incluindo as premissas básicas de comportamento dos principais itens."												
Emenda:	1575	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso: "...- as contrapartidas constantes da proposta orçamentária, por unidade orçamentária e classificação funcional programática, com base em informações fornecidas pelos órgãos setoriais, inclusive contratante e contratado, valor total, prazo e finalidade."												
Emenda:	1576	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Acrescente-se o seguinte inciso ao §3º do art. 8º: "...- o percentual de execução física e financeira até 30 de junho de 2000 das obras cujo custo total estimado ultrapasse três milhões de reais, incluídas ou não na proposta orçamentária, paralisadas ou não, indicando a classificação institucional e funcional programática correspondente, o custo toal atualizado, o custo estimado para sua conclusão e a etapa em que se encontra a obra, do ponto de vista de sua licitação ou contratação."												
Emenda:	1577	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Incluam-se os seguintes incisos no § 3º do art. 8º "....-a estimativa do "Resultado do Banco Central" no exercício de 2001, discriminando o impacto das operações realizadas no âmbito do Programa de estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do sistema Financeiro nacional - PROER.- a compatibilidade das metas presentes na proposta orçamentária com as constantes do Anexo desta Lei e com as previstas no Plano Plurianual para o período 2000 a 2003, correlacionando-as com as categorias de programação orçamentária;- as contrapartidas constantes da proposta orçamentária, por unidade orçamentária e classificação funcional programática, com base em informações fornecidas pelos órgãos setoriais, inclusive contratante e contratado, valor total, prazo e finalidade."												
Emenda:	1578	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso: "... O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional extrato indicando, por unidade orçamentária e funcional programática, as informações para se ter conhecimento do real valor de todas as contrapartidas a cargo da União, inclusive contratante e contratado, valor total, prazo, finalidade, termos do contrato e percentual ou valor da contrapartida."												
Emenda:	1579	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso: " XXV- o impacto em 1998 e 1999, as estimativas para 2000 e 2001, no âmbito do orçamento fiscal, da securitização das dívidas do setor rural e das dívidas dos estados e municípios assumidas pela União".												
Emenda:	1580	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso: "...-cópia dos contratos de gestão previstos no art. 31 e dos respectivos planos de trabalho de cada entidade para o atingimento de suas metas no exercício de 2001, assim como os relatórios de que trata o art. 8º, § 1º, da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998."												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 1581 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 3 **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se no § 3º do art. 8º:

"... - O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional extrato indicando, por unidade orçamentária e funcional programática, as informações para se ter conhecimento do real valor de todas as contrapartidas a cargo da União, inclusive cotratante e contratado, valor total, prazo, finalidade, termos do contrato e percentual ou valor da contrapartida."

Emenda: 1582 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 3 **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso:

"... - Os recursos destinados à contrapartida nacional de empréstimos externos, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, por órgão e categoria de programação."

Emenda: 1583 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 3 **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se no § 3º do art. 8º a seguinte redação:

"§ 3º - ... Comparativo da estimativa de gasto com pessoal e encargos sociais em 2001 e 2002 e o efetivamente realizado em 1999, 1998, 1997, 1996 e 1995, relativamente às despesas com juros e encargos da dívida interna, com o estoque da dívida interna e com a receita líquida de impostos, segundo os parâmetros previstos na Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999."

Emenda: 1584 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 3 **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se no § 3º do art. 7º o seguinte inciso:

"... - Os recursos destinados à contrapartida nacional de empréstimos externos, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, por órgão e categoria de programação."

Emenda: 1585 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 2 **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se o seguinte inciso V ao § 2º do art. 8º:

"Art. 8º
§ 2º"

V - os valores das aplicações das agências financeiras oficiais de fomento nos dois últimos anos, a execução provável para 2000 e as estimativas para 2001, consolidadas e por agência, região, Estado, setor e fonte de recursos, evidenciando ainda, a participação dos pequenos, médios e grandes tomadores."

AUTOR: FERNANDO DINIZ

PARTIDO: PMDB

UF: MG

Emenda: 1465 Capítulo: IV Seção: Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescente-se, após o art. 43, o seguinte novo artigo, renumerando-se os demais que se seguem:

"Art. 44. Todas as despesas relativas à dívida pública federal, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
§ 1º As despesas com o refinanciamento da dívida pública federal e a estimativa da receita proveniente da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional para atendê-las serão incluídas, na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida e das demais receitas provenientes da emissão de títulos.
§ 2º Entende-se por refinanciamento, o pagamento do principal corrigido da dívida pública federal, realizado com receita proveniente da emissão de títulos, e por sua amortização efetiva, o seu pagamento efetuado com recursos das demais fontes.
§ 3º As despesas com o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal constarão da lei em unidade orçamentária específica distinta da que contemple os encargos financeiros da União."

Emenda: 1466 Capítulo: III Seção: I Artigo: 16 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescente-se, após a expressão "... Resultados...", constante do caput do art. 16 do PLN n.º 01/2000, as expressões "...primário nominal ...", ficando o artigo em foco com a seguinte nova redação:

"A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2001 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados primário e nominal previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei."

Emenda: 1467 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art." A proposta orçamentária dos investimentos no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE será elaborada conjugando-se critérios baseados na área assistida e na população beneficiada."

Emenda: 1468 Capítulo: I Seção: Artigo: 02 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Reduzam-se, no PLN n.º 01/2000, as ações e suas respectivas metas integrantes do Anexo de Metas e Prioridades para 2001 a, no máximo, duas ações prioritárias por Programa.

AUTOR: FERNANDO MARRONI

PARTIDO: PT

UF: RS

Emenda: 1080 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se no Capítulo III o seguinte artigo:

O orçamento fiscal destinará para o programa Desenvolvimento do Ensino de Graduação, no exercício de 2001, o valor mínimo de R\$ 6,6 bilhões (seis bilhões e seiscentos milhões de reais).

Emenda: 1081 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se na Seção I do Capítulo III o seguinte artigo:

O Orçamento Geral da União para o exercício de 2001 destinará recursos suficientes para um reajuste mínimo de 54,5% nas despesas com pessoal.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

AUTOR: GASTÃO VIEIRA

PARTIDO: PMDB

UF: MA

Emenda: 0626	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XIV	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação à alínea b): b) das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, segundo as rubricas da lei orçamentária, calculadas a partir dos montantes estimados na alínea anterior, mês a mês;						
Emenda: 0627	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: VII	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao inciso VII: VII - memória de cálculo das estimativas: a) do resultado da previdência social geral, especificando receitas e despesas mensais e no exercício, explicitando as hipóteses quanto aos fatores que afetam o crescimento das receitas, ao crescimento vegetativo das despesa com benefícios e do índice de reajuste do salário mínimo; b) do gasto com pessoal e encargos sociais, mês a mês e no exercício, explicitando as hipóteses quanto a seu crescimento vegetativo, aos reajustes geral e específicos que afetem essas despesa e ao aumento do número de servidores.						
Emenda: 0628	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo III: Art. ... No exercício de 2001, serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seu créditos adicionais no exercício financeiro de 2000. § 1º Para fins do disposto neste artigo, entende-se por ações e serviços de saúde aqueles a cargo do Ministério da Saúde, excluídos os gastos com a dívida e com os encargos previdenciários da União. § 2º No projeto de lei orçamentária para 2001 enviado ao Congresso Nacional, a distribuição dos recursos destinados à assistência ambulatorial de média e alta complexidade e hospitalar - MAC - pautar-se-á por sua equalização per capita em todas as unidades da Federação, nos termos da Lei n.º 8.080, de 1990, combinada com a Lei n.º 8.142, de 1990.						
Emenda: 0629	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Insira-se no art. 8º, § 3º, inciso nos seguintes termos: ... As despesa estadualizadas do Sistema Único de Saúde - SUS, destacando as parcelas atinentes a cada um dos critérios previstos no art. 35 da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990.						
Emenda: 0630	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Restabeleça-se o inciso XXIX da LDO anterior: "XXVIII - a correlação entre as novas categorias de programação introduzidas a partir de 2000 e as existentes anteriormente."						
Emenda: 0632	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte dispositivo: "XXVIII - discriminação por órgão, programa, projeto e atividade, regionalizada por estado, das despesas destinadas ao combate do crime e do narcotráfico, separadamente para os anos de 1999, 2000 e 2001."						
Emenda: 0633	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte parágrafo no art. 8º do projeto: "§ Os órgãos setoriais do sistema de orçamento encaminharão à Comissão de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, no mesmo prazo fixado no § 3º deste artigo, detalhamento dos subtítulos destinados a realização de obras cujo valor total ultrapasse R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), contendo: a) especificação da obra a ser realizada; b) estágio em que se encontra a obra; c) cronograma físico-financeiro da obra; e d) etapas a serem executadas com as dotações consignadas no projeto de lei orçamentária.						
Emenda: 0634	Capítulo: II	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se novo artigo após o artigo 11: "12 - é vedada a criação de atividade ou projeto com a mesma finalidade de outra existente com o único propósito de especificar a unidade executora."						
Emenda: 0635	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 12	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação aos incisos I e II: I - 30 - estado; II - 40 - município;						
Emenda: 0636	Capítulo: II	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se após o art. 14 o seguinte artigo e seu parágrafo único: A proposta e a lei orçamentária conterão código classificador em todas as categorias de programação identificando se a despesa é de natureza financeira ou não-financeira. Parágrafo único. A metodologia adotada para a classificação mencionada no caput acompanhará os demonstrativos previstos no art. 8º, § 3º.						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0637	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 18	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação ao caput do art. 18: Art. 18. Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites as suas respectivas propostas orçamentárias, para outras despesas correntes e despesas de capital, o conjunto das dotações fixadas na lei orçamentária de 2000.					
Emenda: 0638	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 06	Parágrafo: CAPU	Inciso:	Alínea:
Texto:	Acrescente-se in fine a expressão: "devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser totalmente registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI."					
Emenda: 0639	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 06	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no caput do art. 6º in fine: "... Devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser registrada no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI na modalidade total."					
Emenda: 0640	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 21	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte parágrafo: A inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais para atender as despesas mencionadas neste artigo fica condicionada ao encaminhamento de todas as informações relacionadas nas alíneas do caput deste artigo.					
Emenda: 0641	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 22	Parágrafo:	Inciso: II	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação inciso II: "II - incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão orçamentário."					
Emenda: 0642	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 22	Parágrafo:	Inciso: V	Alínea:
Texto:	Inclua-se novo inciso ao artigo em pauta: "V - classificadas como atividades dotações que visem ao desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como classificados como projetos ações de duração continuada."					
Emenda: 0643	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 23	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação ao parágrafo único, transformando-o em dois: "§ 1º - excluem-se, para fins de aplicação do disposto neste artigo, projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores; § 2º - entendem-se como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de junho de 2000, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no demonstrativo previsto no inciso XXV do § 3º do art. 8º desta Lei."					
Emenda: 0644	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 24	Parágrafo:	Inciso: VIII	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação ao inciso: "VIII - pagamento , a qualquer título, a servidor ou empregado da administração pública ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgão ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais."					
Emenda: 0645	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 25	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação ao parágrafo único: "Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo a destinação, mediante a abertura de crédito adicional de recursos de contrapartida para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade da sua aplicação original"					
Emenda: 0646	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 28	Parágrafo:	Inciso: II	Alínea:
Texto:	Dê-se a seguinte redação ao inciso II do art. 28: Art. 28 II - sejam de natureza filantrópica, institucional ou assistencial, vinculadas a organismos internacionais;					
Emenda: 0647	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 28	Parágrafo: 1	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao §1º do art. 28 a seguinte redação: Art. 28 §1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2001 por três autoridades locais, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.					
Emenda: 0648	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 30	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao artigo 30 a seguinte redação: Art. 30. A lei orçamentária anual conterá reserva de contingência em montante equivalente a, no mínimo, um por cento da receita corrente líquida, sendo quarenta por cento destinados a atender à programação do orçamento fiscal e sessenta por cento ao orçamento da seguridade social. Parágrafo único. Para o projeto de lei orçamentária anual o montante de reserva será de, no mínimo, dois por cento da receita corrente líquida.					

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0649	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 32	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao caput do art. 32: Art. 32. As transferências voluntárias de recursos da União consignadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais. Para Estados, Distrito Federal e Municípios, a qualquer título, dependerão da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que:"						
Emenda: 0650	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 38	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no art. 38 o seguinte §9º: §9º Os créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual, referentes a remanejamento de dotações, exceto despesas com pessoal, no âmbito dos programas de trabalho dos respectivos órgãos, serão abertos e publicados com justificativa e indicativo dos efeitos sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e respectivos subtítulos e metas atingidos: I - no Poder Legislativo, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União; II - no Poder Judiciário, pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores; III - no Ministério Público da União, pelo Procurador-Geral da República.						
Emenda: 0651	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 24	Parágrafo: 1	Inciso: I	Alínea: a
Texto: Dê-se nova redação ao dispositivo emendado: "a) unidades equipadas, inclusive quadras esportivas e próprios residenciais, essenciais à ação das organizações militares;"						
Emenda: 0652	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 24	Parágrafo: 2	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao parágrafo 2º: "§ 2º - Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Federal, publicando-se no Diário Oficial da União, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação."						
Emenda: 0653	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 24	Parágrafo:	Inciso: VI	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao inciso: "VI - ações que não sejam de competência exclusiva da União, comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou ações para as quais a Constituição não estabeleça a obrigação da União em cooperar técnica e financeiramente;"						
Emenda: 0654	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 38	Parágrafo: 9	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte parágrafo no art. 38: § 9º A lei orçamentária anual poderá autorizar a abertura, por decreto do Presidente da República, de créditos suplementares referentes ao pagamento de pessoal e encargos sociais, com o cancelamento de recursos do mesmo grupo de despesa ou com recursos provenientes de excesso de arrecadação.						
Emenda: 0655	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte artigo: "A parcela equivalente a 20% (vinte por cento) das receitas e das diretamente arrecadadas por órgãos , fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, será obrigatoriamente destinada a investimentos nas atividades-fim, tratando-se de órgão ou entidades voltadas para a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico ou para ações na área de recursos hídricos."						
Emenda: 0656	Capítulo: IV	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se novo artigo Art. 44, renumerando-se os demais, com a seguinte redação: "Art. 44. As despesas com o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal serão incluídas, na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida e constarão em unidade orçamentária específica, distinta da que contemple os encargos financeiros da União."						
Emenda: 0657	Capítulo: IV	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se novo artigo art. 44, renumerando-se os demais, com a seguinte redação: "Art. 44. As despesas com o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal serão incluídas, na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida e constarão em unidade orçamentária específica, distinta da que contemple os encargos financeiros da União."						
Emenda: 0658	Capítulo: VI	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se seguinte artigo no capítulo VI: "Art. Será encaminhado trimestralmente à Comissão Mista do Congresso Nacional, de que trata o art. 166 § 1º da Constituição Federal, demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este capítulo."						
Emenda: 0659	Capítulo: VI	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se novo art. 53, renumerando-se os demais, com a seguinte redação: "Art. 53 Acompanhará o relatório de que trata o art. 165, §3º, da Constituição Federal, demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este capítulo."						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0660	Capítulo: VII	Seção:	Artigo: 54	Parágrafo: 4	Inciso:	Alínea:
Texto:	Suprima-se o §4º do art. 54.					
Emenda: 0661	Capítulo: VII	Seção:	Artigo: 59	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao "parágrafo único" do art. 59, a seguinte redação: "Parágrafo único. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União, será feito até o dia 20 de cada mês sob a forma de duodécimos, ressalvado o relativo aos gastos com pessoal e encargos sociais, que será liberado no montante das despesas mensais, respeitados os limites orçamentários."					
Emenda: 0662	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 59	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte § 2º no art. 59, renumerando-se o atual "parágrafo único" para § 1º: "§ 2º. Em ocorrendo o disposto no inciso II do § 6º do Art. 57 da Constituição Federal, os recursos necessários para fazer face à despesa serão liberados em acréscimo aos duodécimos previstos no parágrafo anterior."					
Emenda: 0663	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 60	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao art. 60 a seguinte redação: "Art. 60. A execução de gastos não previstos nos limites fixados no art. 47 desta Lei somente poderá ocorrer após a abertura de créditos adicionais para fazer face a tais despesas, ressalvados: I- O pagamento de eventuais reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais; II - as despesas decorrentes de convocação extraordinária do Congresso Nacional; III - as despesas decorrentes da fixação do teto remuneratório dos três Poderes da União; IV - as vantagens autorizadas por lei."					
Emenda: 0664	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 61	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte "parágrafo único" no art. 61: "Parágrafo único. Os créditos adicionais dependentes de lei autorizativa e solicitados pelos órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido."					
Emenda: 0665	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 62	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo 62 e renumere-se os que lhe seguem: "Art. 62. Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União poderão encaminhar seus pedidos de crédito adicional ao setor competente do Poder Executivo até 15 de outubro de 2001, prazo este que não pode ser restringido. §1º. Os créditos suplementares solicitados pelos órgão mencionados no "caput" deste artigo serão abertos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, quando depender apenas de decreto do Poder Executivo, a contar da data do pedido. §2º. O crédito suplementar dependente de lei autorizativa e solicitado por órgão mencionado no "caput" deste artigo, com indicação dos recursos compensatórios. Será encaminhado ao Congresso Nacional no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido."					
Emenda: 0666	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 65	Parágrafo:	Inciso: V	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso V no art. 65 "V - concessão dos auxílios creche, alimentação e transporte aos servidores públicos."					
Emenda: 0667	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo onde couber no Capítulo VIII: O tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166 §1º da Constituição Federal, até 30 dias após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo, inclusive em meio magnético de processamento eletrônico: I - relação das obras em execução com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nas quais tenham sido identificados indícios de irregularidades graves ou de danos ao Erário, ainda que relativas a processos não apreciados por órgão instituído do Tribunal, incluídas ou não na proposta orçamentária, devendo, nesses casos, serem indicados a classificação funcional, funcional e programática correspondente atualizada conforme o constante na proposta orçamentária para 2001, o órgão executor, a localização da obra, a descrição circunstanciada dos indícios verificados, as providências adotadas pelo Tribunal e o andamento dos respectivos processos: II - informações gerenciais sobre a execução físico-financeira dos subtítulos mais relevantes, constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, atualizada conforme o constante na proposta orçamentária para 2001, selecionados, especialmente, de acordo com critérios que levem em consideração o valor liquidado no exercício de 1999 e o fixado em 2000, a regionalização do gasto, sem prejuízo das solicitações do Congresso Nacional. § 1º A lei orçamentária anual poderá contemplar subtítulos relativos a obras mencionadas no inciso I deste artigo com execução orçamentária suspensa até a adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável, sujeitas à apreciação do Congresso Nacional e da Comissão referida no caput deste artigo. § 2º O Tribunal encaminhará à Comissão referida no caput deste artigo, sempre que necessário, relatórios de atualização das informações constantes da relação mencionada no inciso I deste artigo. § 3º Nas obras a que se refere o inciso I deste artigo, quando não houver dotação consignada na proposta de lei orçamentária para 2001, o Tribunal poderá apresentar a classificação funcional e programática utilizada em exercícios anteriores, fazendo menção expressa ao fato. § 4º Na relação mencionada no inciso I deste artigo, não deverão constar as obras já julgadas regulares ou regulares com ressalvas pelo Tribunal, em decisão final.					

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0668	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 56	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se ao art. 56, caput e §§ 1º e 2º, a seguinte redação: "Art. 56. Se o setor competente do Poder Executivo verificar que, ao final de um bimestre, a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público da União promoverão, por ato próprio, nos trinta dias subsequentes, a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os percentuais informados por aquele setor competente. § 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivas. § 2º A limitação de empenho e movimentação financeira será feita com a aplicação dos percentuais mencionados no caput sobre a soma das dotações para "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões financeiras" dos órgãos de cada Poder e do Ministério Público da União, excluídas as parcelas destinadas ao cumprimento de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida."						
Emenda: 0669	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 39	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte art.39, renumerando-se os demais: "Art. 39. Os créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual, referentes a remanejamento de dotações no âmbito dos programas de trabalho dos órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, serão abertos por ato dos respectivos dirigentes máximos, cuja publicação incluirá a justificativa e o indicativo dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e respectivos subtítulos e metas atingidas."						
Emenda: 0670	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 18	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se ao caput do art. 18 a seguinte redação: "Art. 18. Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites de outras despesas correntes e de capital em 2001 o conjunto das dotações fixadas na lei orçamentária de 2000, corrigidas pelo IGP-DI verificado no período de abril de 1999 a março de 2000."						
Emenda: 0671	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se onde couber o seguinte artigo ao PLDO/2001: Art. O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Permanente prevista no art. 166, §1º da Constituição Federal, até 30 dias após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo, relatório contendo informações recentes sobre a execução físico-financeiro dos subtítulos mais relevantes relativos a obras constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social. §1º O relatório referido no caput deverá informar para cada obra fiscalizada, a classificação institucional e programática correspondente, a localização do empreendimento, os eventuais indícios de irregularidades classificados de acordo com sua gravidade, as providências adotadas pelo Tribunal, o percentual de execução físico-financeira e a estimativa do valor necessário par conclusão, além de outras informações consideradas pertinentes pelo Tribunal. §2º As informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União em cumprimento ao disposto no caput deste artigo deverão ser obtidas mediante procedimentos fiscalizatórios específicos para subsidiar a apreciação da proposta orçamentária pelo Congresso Nacional. §3º A seleção das obras a serem fiscalizadas deve considerar, dentre outros fatores, o valor liquidado no exercício de 1999, o fixado em 2000, a regionalização do gasto e o histórico de irregularidades pendentes obtido a partir de fiscalizações anteriores do Tribunal. §4º No atendimento ao disposto no caput deste artigo, o Tribunal fiscalizará um número de obras superior em pelo menos 20% ao número de obras fiscalizadas por ocasião do processo orçamentário federal para o exercício de 2000. §5º O Tribunal encaminhará à Comissão referida no caput deste artigo, sempre que necessário, relatórios de atualização das informações relativas às obras fiscalizadas."						
Emenda: 0672	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 56	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Suprima-se o art. 56.						
Emenda: 0673	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 56	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se nova organização aos §§ 3º e 4º, transformando-os em dispositivos separados, a saber: "Art. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada trimestre e quinze dias após o fechamento do SIAFI, no encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas do exercício, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas. Parágrafo Único. A Comissão Mista de que trata o art. 166, §1º da Constituição, apreciará os relatórios mencionados neste artigo e acompanhará a evolução dos resultados primários dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária."						
Emenda: 0674	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 59	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto: Suprima-se o parágrafo único do art. 59.						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0675	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 63	Parágrafo:	Inciso: VII	Alínea:
Texto: Inclua-se ao artigo indicado o seguinte inciso: "VII - Sistema de Gerenciamento de Convênios - SIGECONV."						
Emenda: 0676	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 67	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao artigo: "Art. 67 - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa."						
Emenda: 0677	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se ao Capítulo citado o seguinte artigo: Art. Os custos unitários de obras executadas com recursos dos orçamentos da União, relativas à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico - CUB - por metro quadrado, divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção para cada Unidade da Federação, acrescido de até trinta por cento para cobrir custos não previstos no CUB."						
Emenda: 0678	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o artigo, em anexo, no Capítulo VIII do projeto.						
Emenda: 0679	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: I	Alínea:
Texto: Dê-se a seguinte redação ao inciso: "I - a projeção dos resultados correntes dos orçamentos fiscal e da seguridade social;"						
Emenda: 0680	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se onde couber: As receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, serão e destinadas: I - em até 60% para custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida, e à contrapartida das operações de crédito; II - no mínimo em 40% para investimentos em atividades-fim da entidade arrecadadora.						
Emenda: 0681	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XXV	Alínea:
Texto: Dê-se a seguinte redação ao dispositivo indicado: "XXV - os subtítulos de projeto em andamento, cuja..."						
Emenda: 0682	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XV	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao dispositivo indicado: "XV - a despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder e total, executada nos últimos três anos, a execução provável em 2000 e o programado para 2001, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente e à receita corrente líquida, esta última tal como definida na forma da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, para os exercícios a que se referem."						
Emenda: 0683	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XIII	Alínea:
Texto: Dê-se ao inciso nova redação: "XIII - os montantes das receitas diretamente arrecadadas, por..."						
Emenda: 0684	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: III	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação inciso III: "III - o detalhamento dos principais custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos."						
Emenda: 0685	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 2	Inciso: V	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte inciso no §2º do art. 8º do projeto: "V - avaliação das seguintes políticas públicas, com informações detalhadas para que se possa comprovar o cumprimento da legislação pertinente e estimar a efetividade das ações governamentais: a- política fundiária; b- política de desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério; c- política nacional de segurança pública; d- política nacional de saúde."						
Emenda: 0686	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 2	Inciso:	Alínea:
Texto: Restabeleça-se parcialmente o contido no inciso V da LDO anterior ora suprimido: "V - os valores das aplicações das agências financeiras oficiais de fomento nos últimos anos, a execução, a provável de 2000 e as estimativas para 2001, consolidadas e por agência, região, Estado, setor e fonte de recursos, evidenciando, quando possível, a participação dos pequenos, médios e grandes tomadores."						
Emenda: 0687	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 07	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se os seguintes incisos no art. 7º: - à despesa com publicidade, propaganda e divulgação oficial - consultoria e assessoramento.						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0688	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	06	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:	IV	Alínea:	
----------------	-------------	------------------	-----------	---------------	--	----------------	-----------	-------------------	--------------	----------------	-----------	----------------	--

Texto: Exclua-se a parte final do inciso IV do parágrafo único do art. 6º, passando o dispositivo a constar com a seguinte redação:
"Art. 6º.....
Parágrafo único.....
IV - transferências para aplicação em programas de financiamento nos termos do disposto nos arts. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal."

Emenda:	0689	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	56	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
----------------	-------------	------------------	-------------	---------------	--	----------------	-----------	-------------------	--	----------------	--	----------------	--

Texto: Dê-se ao art. 56 a seguinte redação:
"Art. 56. O Poder Executivo editará até trinta dias a publicação dos orçamentos decreto contendo a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, para a integralidade das dotações de despesas constantes na lei orçamentária anual, respeitada a natureza das receitas e das despesas, a vinculação de recursos determinado pelo parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar n.º 101, de 2000, e ainda, enviará mensagem ao Congresso Nacional apresentado os critérios adotados, inclusive o cronograma previsto de realização de receitas por fonte.
§ 1º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta lei, o Poder Executivo promoverá a alteração do decreto de que trata o caput indicando o percentual de limitação de empenho e movimentação financeira a que ficarão submetidos os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público, nos termos do art. 9º da Lei Complementar n.º 101, de 2000, devendo o Poder Executivo demonstrar perante o Congresso Nacional a necessidade das medidas tomadas mediante verificação de inadequação do cronograma previsto de realização de receitas por fonte, justificar as providências necessárias para o cumprimento das metas de que trata o caput deste artigo, mediante ajuste do cronograma, bem como dos limites para movimentação e empenho.
§ 2º. No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.
§ 3º. Na situação prevista pelo §3º do art. 9º da lei Complementar 101, de 2000, a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" de cada Poder e do Ministério Público da União.
§ 4º. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada trimestre e quinze dias após o fechamento do SIAFI, no encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas do exercício, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas.
§ 5º. A Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º da Constituição Federal, apreciará os relatórios mencionados no parágrafo anterior e acompanhará a evolução dos resultados primários dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária."

AUTOR: GEOVAN FREITAS

PARTIDO: PMDB

UF: GO

Emenda:	Capítulo:	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
1802	III	I				
Texto: Inclua-se onde couber o seguinte artigo: "Art. - A lei orçamentária para 2001 consignará recursos do Tesouro Nacional para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA, em atendimento ao disposto no caput do art. 227 da Constituição e no inciso II do art. 3º do Decreto 1.198/94. Parágrafo Único: No programa de trabalho do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente será observada a aplicação do disposto no art. 4º do Decreto 1.196/94.						
Emenda:	Capítulo:	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
1803	III	I				
Texto: Inclua-se onde couber o seguinte artigo: "Art. - O Orçamento da Seguridade Social destinará em 2001, destinará à função Assistência, recursos, no mínimo, iguais aos valores gastos em 2001, corrigidos pelo índice do IGPI, acrescido de dez por cento.						
Emenda:	Capítulo:	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
1804	III	I				
Texto: Inclua-se o seguinte artigo: "Art. - O Orçamento da Seguridade Social destinará no mínimo 30% (trinta por cento) de toda a sua dotação para a função Saúde, excetuando-se no cálculo da dotação a contribuição do PIS/PASEP.						
Emenda:	Capítulo:	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
1805	III	I	32			
Texto: Inclua-se, onde couber, o seguinte inciso, alíneas e parágrafo: "- " - Não está inadimplente. a) com a União; b) com as contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; c) com a prestação de contas relativas a recursos anteriormente recebidos da administração pública federal. § 1º - Fica o Poder Executivo, ressalvadas as vedações constitucionais, autorizado a dispensar, em caráter excepcional, mediante decreto, que conterà a justificativa da exceção, as exigências previstas nas alíneas do inciso acima, para atendimento de ações emergenciais na área da saúde pública e dos serviços assistências previstos na Lei 8.742/93.						
Emenda:	Capítulo:	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
1806	VIII		56			
Texto: Inclua-se onde couber o seguinte parágrafo: " " - Havendo a necessidade de se proceder a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no Anexo referido do artigo 16 desta, deverão, prioritariamente, ser preservadas as ações incluídas nos Fundo Nacional de Assistência Social, Fundo Nacional de Saúde e Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente.						
Emenda:	Capítulo:	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
1807	III	I				
Texto: Inclua-se onde couber o seguinte artigo: " Art. " - A lei orçamentária para o ano 2001, destinará a função Saúde recursos, no mínimo, iguais aos valores gastos no exercício 2000, corrigidos pelo índice do IGPI, acrescido de dez por cento.						
Emenda:	Capítulo:	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
1808	III	I				
Texto: Inclua-se onde couber o seguinte parágrafo: " ---" - O Orçamento destinado ao Fundo Nacional de Assistência Social em suas atividades finalísticas, constante na lei orçamentária de 2001, não poderá ser inferior ao montante aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.						

AUTOR: GERSON CAMATA

PARTIDO: PMDB

UF: ES

Emenda: 2201 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 3 **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Acrescente-se ao §3º do Art. 8º inciso contendo:

"XXXIV - os Programas de Ajuste Fiscal dos Estados, bem como suas atualizações, quando for o caso, que sejam parte integrante dos contratos assinados entre a União e cada Estado, com base na Lei 9;496/96 e Resolução 69 do Senado Federal."

AUTOR: GILBERTO MESTRINHO

PARTIDO: PMDB

UF: AM

Emenda: 2199 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 20 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Insira-se o seguinte art. 20, renumerando-se os demais:

Art. 20. As dotações orçamentárias relativas a recursos próprios diretamente arrecadados, decorrentes de leis específicas, constarão na proposta de lei orçamentária no exato valor da receita prevista pelo órgão ou entidade responsável pela gestão dos recursos, calculada na forma do art. 12 da Lei complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

AUTOR: GIOVANNI QUEIROZ

PARTIDO: PDT

UF: PA

Emenda:	0044	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: "Art. ... - O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166 §1º, da Constituição Federal, até 30 dias após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo: I - relação das obras em execução com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nas quais tenham sido identificados indícios de irregularidades graves ou de danos ao Erário, incluídas ou não na proposta orçamentária, devendo, nesses casos, serem indicados a classificação institucional, funcional e programática correspondente, o órgão executor, a localização da obra, os indícios verificados e as providências adotadas nos processos; II - informações gerenciais sobre a execução físico-financeira dos subtítulos mais relevantes, constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, selecionados, especialmente, de acordo com critérios que levem em consideração o valor liquidado no exercício de 1999 e fixado em 2000, a regionalização do gasto, sem prejuízo das solicitações do Congresso Nacional. § 1º. A lei orçamentária anual poderá contemplar subtítulos relativos a obras mencionadas no inciso I deste artigo com execução orçamentária suspensa até a adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável, sujeitas à apreciação do Congresso Nacional e da Comissão referida no caput deste artigo.												

Emenda:	0045	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Acrescente-se o seguinte inciso ao § 3º do art. 8º "....O percentual de execução física e financeira até 30 de junho de 2000 das obras cujo custo total estimado ultrapasse três milhões de reais, incluídas ou não na proposta orçamentária, paralisadas ou não, indicando a classificação institucional e funcional programática correspondente, o custo total atualizado, o custo estimado para sua conclusão e a etapa em que se encontra a obra, do ponto de vista de sua licitação ou contratação."!												

Emenda:	0046	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	2	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso V ao § 2º do art. 8º "Art. 8º.... §2º..... V - Os valores das aplicações das agências financeiras oficiais de fomento nos dois últimos anos, a execução provável para 2000 e as estimativas para 2001, consolidadas e por agência, região, Estado, setor e fonte de recursos, evidenciando ainda, a participação dos pequenos, médios e grandes tomadores."												

Emenda:	0047	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se os seguintes incisos no § 3º do art. 8º "....a estimativa do "Resultado do Banco Central" no exercício de 2001, discriminando o impacto das operações realizadas no âmbito do Programa de estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do sistema Financeiro nacional - PROER.- a compatibilidade das metas presentes na proposta orçamentária com as constantes do Anexo desta Lei e com as previstas no Plano Plurianual para o período 2000 a 2003, correlacionando-as com as categorias de programação orçamentária;- as contrapartidas constantes da proposta orçamentária, por unidade orçamentária e classificação funcional programática, com base em informações fornecidas pelos órgãos setoriais, inclusive contratante e contratado, valor total, prazo e finalidade."												

Emenda:	0048	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso: "XXV - o impacto em 1998 e 1999, as estimativas para 2000 e 2001, no âmbito do orçamento fiscal, da securitização das dívidas do setor rural e das dívidas de estado e municípios assumidas pela União."												

Emenda:	0049	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	2	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no § 2º do art. 8º o seguinte inciso: ".....- a avaliação das ações, previstas na proposta orçamentária, destinadas ao atingimento do disposto no art. 165, § 7º, da Constituição Federal, de redução dos desequilíbrios espaciais e sociais do País, como expresso no Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003, demonstrado pelo aumento, em relação a 2000, da participação relativa dos investimentos nos estados e regiões com bases econômicas mais frágeis, bem assim as ações e metas não alcançadas pelo referido Plano e os motivos que impedem o seu cumprimento."												

Emenda:	0050	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso: "....cópia dos contratos de gestão previstos no art.31 e dos respectivos planos de trabalho de cada entidade para o atingimento de suas metas no exercício de 2001, assim como os relatórios de que trata o art. 8º §1º, da Lei n.º 9.637, de 15 de maio de 1998."												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0051	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso:									
".....O Poder executivo encaminhará ao Congresso nacional extrato indicando, por unidade orçamentária e funcional programática, as informações para se ter conhecimento do real valor de todas as contrapartidas a cargo da União, inclusive contratante e contratado, valor total, prazo, finalidade, termos do contrato e percentual ou valor da contrapartida."										
Emenda:	0052	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no §3º do art. 8º o seguinte inciso:									
"...- Os recursos destinados à contrapartida nacional de empréstimos externos, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, por órgão e categoria de programação."										
Emenda:	0053	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso:									
"...- Os recursos destinados à contrapartida nacional de empréstimos externos, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, por órgão e categoria de programação."										
Emenda:	0054	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º a seguinte redação:									
"..§3º.....comparativo da estimativa de gasto com pessoal e encargos sociais em 2001 e 2002 e o efetivamente realizado em 1999, 1998, 1997, 1996 e 1995, relativamente às despesas com juros e encargos da dívida interna, com o estoque da dívida interna e com a receita de impostos, segundo os parâmetros previstos na Lei Complementar º 96, de 31 de maio de 1999."										
Emenda:	0055	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	2	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no § 2º do art. 8º o seguinte inciso:									
".....- a discriminação dos subprojetos em andamento, cuja execução financeira, até 30 de junho de 2000, ultrapasse vinte por cento do seu custo total estimado, informando o percentual de execução e o custo total acima referidos, observado o que estabelece o art. 24."										
Emenda:	0056	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	1	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao inciso I do § 1º do art. 8º a seguinte redação:									
"Art. 8º..... §1º..... I - evolução da receita do tesouro Nacional, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento em fontes, discriminando cada imposto e contribuição de que tratam os incisos e alíneas do art. 195 da Constituição federal."										
Emenda:	0057	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	5	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no art. 8º o seguinte parágrafo:									
§.....O Poder Executivo enviará ao Congresso nacional os projetos de lei orçamentária anual e dos créditos adicionais com a suas despesas discriminada por elemento, também em meio magnético, com sua despesa regionalizada."										
Emenda:	0058	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:		Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se inciso no art. 8º com a seguinte redação:									
"....-demonstrativo da compatibilidade da proposta orçamentária com as prioridades e metas constantes do Anexo desta Lei, correlacionando-as com as categorias de programação orçamentária."										
Emenda:	0059	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao § 3º do art. 8º a seguinte redação:									
"3º - Acompanharão o projeto de lei orçamentária anual demonstrativos contendo as seguintes informações complementares."										
Emenda:	0060	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	14	Parágrafo:		Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao art. 14 a seguinte redação:									
"Art. 16 - As fontes de recursos que correspondem às receitas provenientes da concessão e permissão e ressarcimento pela fiscalização de bens e serviços públicos constarão na lei orçamentária com código próprio, que as identifiquem conforme a origem da receita, discriminando-se durante a execução, no mínimo, aquelas decorrentes da concessão ou permissão nas áreas de telecomunicações, transportes, petróleo e eletricidade."										
Emenda:	0061	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	9	Inciso:	Alínea:
Texto:	Suprima-se o § 9º do art. 8º									

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0062	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XXXII	Alínea:
Texto: Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso XXIII:						
"Art. 8º -.....						
XXXIII - o detalhamento das negociações das dívidas dos Estados e Municípios, indicando os valores totais envolvidas, a data e os valores de pagamento devidos pela unidades beneficiadas vencidos e vincendos, e, ainda, as datas e os valores em que foram efetivamente realizados."						
Emenda: 0063	Capítulo:	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XXII	Alínea:
Texto: Inclua-se no §3º do art. 8º o seguinte inciso XXII:						
"Art. 8º....						
§ 3º.....						
XXII - discriminação, por órgão, atividade, projeto, operação especial e respectivos subtítulos, dos recursos destinados aos Programas "Comunidade Solidária", "Brasil em Ação" e Rede de Proteção Social".						
Emenda: 0064	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XXI	Alínea:
Texto: Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso XXI:						
"Art. 8º....						
§ 3º.....						
XXI - o resultado do banco Central do Brasil realizado no exercício de 1999, destacando os principais elementos que contribuíram para esse resultado, bem como o estimado para 2000 e 2001."						
Emenda: 0065	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XXVII	Alínea:
Texto: Inclua-se no §3º do art. 8º o seguinte inciso XXVIII:						
"Art. 8º-.....						
§ 3º.....						
XXVIII - das despesas regionalizadas do Sistema Único de Saúde - SUS, destacando as parcelas atinentes a cada um dos critérios previstos no art. 35 da Lei n.º 8080, de 19 de setembro de 1990."						
Emenda: 0066	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XV	Alínea:
Texto: Dê-se ao inciso XV do §3º do art. 8º a seguinte redação:						
"Art. 8º -						
§3º						
XV - a despesa com pessoal e encargos sociais, POR Poder e total, executada nos últimos três anos, a execução provável em 2000 e o programado para 2001, com indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente e à receita corrente líquida, esta última tal como definida na Lei Complementar n.º 96, de 31 de maio de 1999, e alterações posteriores, para os exercícios a que se referem."						
Emenda: 0067	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: III	Alínea:
Texto: Dê-se ao inciso III do § 3º do art. 8º a seguinte redação:						
".....- o detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para os investimentos, com justificativa fornecida pelos órgãos setoriais para aqueles que excederam em mais de 20% (vinte por cento) a média do mercado."						
Emenda: 0068	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: III	Alínea:
Texto: Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso:						
"....- as obras ou serviços que estejam submetidos à investigação do Tribunal de Contas da União, por força de irregularidades observadas, incluídas na propostas orçamentária, indicando subprojeto/subatividade orçamentária correspondente. Órgão, cronograma físico-financeiro e empresa executora."						
Emenda: 0069	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no §3º do art. 8º o seguinte inciso:						
"....metodologia de cálculo o superávit primário, indicando o valor do PIB empregado, as principais premissas subjacentes a tais previsões, as estimativas das variáveis fiscais básicas, receita, despesas, resultado, dívida e patrimônio líquido do Governo Federal e do setor público consolidado, além de indicar, também, o resultado operacional do Governo Federal e o consolidado."						
Emenda: 0070	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso:						
".....- os critérios adotados na proposta para a regionalização dos gastos nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação , saneamento, saúde e transporte."						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0071	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte inciso no § 3º do art. 8º:						
"..... - a memória de cálculo da estimativa das despesas com amortização e com juros e encargos da dívida pública mobiliária federal interna e externa em 2001 indicando as taxas de juros, os deságios e outros encargos e os prazos médios de emissão, considerados para cada tipo e série de títulos, evidenciando, ainda, os montantes de juros e amortização, pagos ao Banco Central e ao público, respectivamente."						
Emenda: 0072	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no a§3º do art. 8º o seguinte inciso:						
".....- Demonstrativo da estimativa do "Resultado do Banco Central" no exercício de 2001, discriminando o impacto das gerações realizadas no âmbito do Programa de estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - PORER."						
Emenda: 0073	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no § 3º do art. 7º o seguinte inciso:						
".....- A consolidação dos gastos nos Grupos de Natureza de Despesa (GND) Investimentos, inversões financeiras e outras despesas de capital programados nos orçamentos fiscal e da seguridade social e de investimento, por órgão e por Unidade da Federação, eliminadas as transferências intragovernamentais, explicitando-se os critérios utilizados na regionalização."						
Emenda: 0074	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso:						
"..... - a evolução da receita e da despesa do tesouro Nacional, contendo a realização nos últimos três anos. A execução provável, para 2000, e a programação para 2001, segundo categorias econômicas e grupos de despesa, incluindo as premissas básicas de comportamento dos principais itens."						
Emenda: 0075	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo:	Inciso: III	Alínea:
Texto: Dê-se ao inciso III do art. 8º a seguinte redação:						
"III - anexos individualizados dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei."						
Emenda: 0076	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 06	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se ao art. 6º a seguinte redação:						
"Art. 6º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social, compreenderão a programação dos Poderes da União, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser totalmente registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI."						
Emenda: 0077	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se na LDO 2001, o seguinte artigo:						
"Art.- As dotações alocadas em subprojetos ou subatividades com objetivos idênticos ou semelhantes manterão o mesmo custo unitário, ou variação máxima de 20 % referente a particularidade ou a situação específica, caso em que serão devidamente justificadas."						
Emenda: 0078	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se na LDO 2001, o seguinte artigo:						
"Art. - Os recursos das contrapartidas de empréstimos externos a cargo da União não poderão ficar concentradas em nenhum estado da federação em percentual superior a 10% (dez por cento) do total das contrapartidas."						
Emenda: 0079	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no Capítulo VIII os seguintes dispositivos:						
"Art. - Os custos unitários de obras executadas com recursos dos orçamentos da União, relativas à construção de prédios públicos, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico - CUB - por m², divulgado pelo sindicato da indústria da construção, por unidade da federação, acrescido de até trinta por cento para cobrir custos não previstos no CUB. Parágrafo único - Somente em condições especiais, devidamente justificadas, poderão os respectivos custos ultrapassar os limites fixados no caput deste artigo, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo."						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0080	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII, o seguinte artigo:												
"Art..... - Fica a Advocacia Geral da União autorizada, observada a Lei Complementar n.º 73/93, a contratar serviços advocatícios para promover a execução judicial de créditos da União, de suas autarquias e fundações exclusivamente com cláusula ad exitum."													
Emenda:	0081	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo III o seguinte dispositivo:												
"O produto da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira será destinado, integralmente, ao Fundo Nacional de Saúde e ao Custeio da Previdência Social, vedadas quaisquer desvinculações ou reduções compensatórias de outras fontes de recursos que tenham por objetivo reduzir o aporte de responsabilidade do Tesouro Nacional."													
Emenda:	0082	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo III o seguinte artigo:												
"Art. - Na hipótese de haver desistência por parte do Poder Executivo, em executar alguma dotação constante da Lei Orçamentária, deverá ele encaminhar Mensagem ao Congresso Nacional solicitando tal autorização."													
Emenda:	0083	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	XXVII	Alínea:	
Texto:	Inclua-se no art. § 3º do art. 8º o seguinte inciso XXI:												
"Art. 8º -													
§ 3º													
XXVII - discriminação da observância da aplicação dos recursos do FUNDEF nos termos do art. 6º, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 9.424/96."													
Emenda:	0084	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Acrescente-se o seguinte inciso ao § 3º do art. 8º:												
"..... - o percentual de execução física e financeira até 30 de junho de 2000 das obras cujo total estimado ultrapasse três milhões de reais, incluídas ou não na proposta orçamentária, paralisadas ou não, indicando a classificação institucional e funcional programática correspondente, o custo total atualizado, o custo estimado para sua conclusão e a etapa em que se encontra a obra, do ponto de vista de sua licitação ou contratação."													
Emenda:	0085	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no capítulo II o seguinte dispositivo:												
"Art.....- Todas as receitas e as despesas decorrentes das operações no âmbito do Programa Nacional de Desestatização e relativas a participações acionárias da União e das operações de securitização envolvendo títulos da dívida público mobiliária federal, constarão da lei orçamentária anual nos seus valores brutos, vedada qualquer dedução."													
Emenda:	0086	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	37	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo III o seguinte artigo:												
"Art. ... - As fontes de recursos e modalidades de aplicação aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução se publicadas por meio de:													
I - portaria do Ministro do Orçamento e Gestão, para as fontes, exceto as de que trata o § 2º do art. 69 desta Lei:													
II - portaria do dirigente máximo de cada órgão a que estiver subordinada a unidade orçamentária, para as modalidades de aplicação, desde que verificada a inviabilidade técnica operacional ou econômica da execução do crédito na modalidade prevista na lei orçamentária													
Emenda:	0087	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo II o seguinte dispositivo:												
"As receitas provenientes de remuneração das disponibilidades do tesouro nacional serão discriminadas conforme sejam originadas de:													
I - emissão de títulos da dívida pública mobiliária federal, e													
II - contribuições sociais."													

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0088	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no Capítulo III o seguinte dispositivo: ".... - No projeto de lei orçamentária para 2001 serão destinados recursos necessários: I - à complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, nos termos do art. 6º, §§ 1º e 2º, da lei n.º 9.424, de 1996; II - ao atendimento do disposto no art. 42 do ADCT."					
Emenda: 0089	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se na Seção III, do Capítulo III, o seguinte artigo: "Art. - A lei orçamentária anual contemplará dotações para o Fundo Nacional de Assistência Social para atender ao disposto no art. 203, V, da Constituição e na Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993."					
Emenda: 0090	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se na LDO 2001, no Capítulo acima o seguinte artigo: "Art. ...- O orçamento da seguridade social destinará no mínimo 30% (trinta por cento) de todos os recursos para a função saúde e saneamento."					
Emenda: 0091	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se na LDO 2001, no Capítulo acima o seguinte artigo: "Art..... - O orçamento da seguridade social destinará no mínimo 5% (cinco por cento) de todos os seus recursos para o programa "assistência"."					
Emenda: 0092	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se na LDO 2001 o seguinte artigo: "Art.....- A abertura de créditos adicionais que tenham como sustentação o superávit financeiro do exercício anterior deverá obedecer a vinculação das respectivas fontes de recursos."					
Emenda: 0093	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no Capítulo III,, o seguinte dispositivo: ".... - As ações voltadas para a criança e o adolescente no âmbito do Ministério da Justiça, deverão estar previstas na unidade orçamentária - FNCA - 30.908"					
Emenda: 0094	Capítulo: IV	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no Capítulo IV, o seguinte artigo e parágrafos: "....Art. Todas as despesas relativas à dívida pública federal, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual. § 1º - As despesas com o refinanciamento da dívida pública federal e a estimativa da receita provenientes da emissão de títulos de responsabilidade do tesouro Nacional para atendê-lo serão incluídas na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida e das demais receitas provenientes da emissão de títulos. § 2º - entende-se por refinanciamento, o pagamento do principal corrigido da dívida pública federal, realizado com receita proveniente da emissão de títulos, e por sua amortização efetiva, o seu pagamento efetuado com recursos das demais fontes. § 3º - As despesas com o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal constarão da lei em unidade orçamentária específica, distinta da que contemple os encargos financeiros da União."					
Emenda: 0095	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 38	Parágrafo: 5	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no capítulo II o seguinte dispositivo: "Art. ... - § - Os créditos adicionais destinados a despesas com pessoal e encargos sociais serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade."					
Emenda: 0096	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no capítulo II o seguinte dispositivo: "Art.-..... § ... - Os créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual, referentes a remanejamento de dotações, exceto despesas com pessoal, no âmbito dos programas de trabalho dos respectivos órgãos, serão abertos e publicados com justificativa e indicativo dos efeitos sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e respectivos subtítulos e metas atingidos: I - no Poder Legislativos, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União; II - no Poder Judiciário, pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores; III - no Ministério Público da União, pelo Procurador Geral da República."					

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0097	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 40	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no capítulo II o seguinte dispositivo: "Art. ... - § ... - Os recursos destinados a precatórios judiciais, somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos adicionais com outra finalidade mediante autorização específica do Congresso Nacional."					
Emenda: 0098	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no capítulo II o seguinte dispositivo: "... - A Secretaria Nacional de Assistência Social publicará trimestralmente no Diário Oficial da União a relação dos Estados e Municípios beneficiados e o montante dos recursos a eles transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência social nos termos do §2º da Lei n.º 9604, de 5 de fevereiro de 1998."					
Emenda: 0099	Capítulo: VI	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no Capítulo VI, o seguinte artigo: "Art. 53 Acompanhará o relatório de que trata o art. 165, §3º, da Constituição Federal, demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este capítulo."					
Emenda: 0100	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 65	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao art. 78 a seguinte redação: "Art. 78 - Se o Projeto de Lei Orçamentária não foi sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2000, a programação dele constante poderá ser executada, durante o primeiro mês do exercício, até o limite de um doze avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida ao Congresso Nacional."					
Emenda: 0101	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 63	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no artigo 63 o seguinte inciso: "Art. 63 - Sistema de Gerenciamento de Convênios - SIGECONV."					
Emenda: 0102	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 59	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao art. 59 e seu Parágrafo único a seguinte redação: "Art. 59 - O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2001, cronograma anual de desembolso mensal, consolidando as despesas classificadas em "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" à conta de recursos do Tesouro, por órgão do Poder Executivo. "Parágrafo único. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União, será feito até o dia 20 de cada mês."					
Emenda: 0103	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 58	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no art. 58 o seguinte parágrafo: "Art. 58 - § - Cada transferência, movimentação financeira ou pagamento efetivado no âmbito do Siafi, somente poderá referir-se a uma única nota de empenho, de lançamento ou movimentação."					
Emenda: 0104	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 56	Parágrafo: 4	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao = 4º do art. 56 a seguinte redação: "Art. 56 - § 4º - A Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º da Constituição, apreciará os relatórios mencionados no parágrafo anterior e acompanhará a evolução dos resultados primário e operacional dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária."					
Emenda: 0105	Capítulo: VII	Seção:	Artigo: 53	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no art. 53 o seguinte parágrafo: "Art. 53 - § - O Poder Executivo, quando solicitado pelo órgão deliberativo do Poder Legislativo, deverá efetuar a estimativa de renúncia de receita no prazo máximo de noventa dias."					
Emenda: 0106	Capítulo: VI	Seção:	Artigo: 52	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no art. 52 o seguinte parágrafo: "§ ... - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária ao Congresso Nacional apresentará, em anexo, relativamente ao BNDES relação dos vinte maiores clientes inadimplentes, informando as datas de vencimento dos respectivos débitos e relatório sobre as gestões da instituição para reavê-los."					

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0107	Capítulo:	VI	Seção:	Artigo:	52	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no art. 52 o seguinte parágrafo:								
<p>"§ ... - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária ao Congresso Nacional apresentará, em anexo, relativamente ao BNDES a divisão percentual dos empréstimos da instituição por setor e, dentro destes, a participação relativa de cada segmento, assim entendido mini, pequeno, médio e grande."</p>									
Emenda:	0108	Capítulo:	VI	Seção:	Artigo:	52	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no art. 52 o seguinte parágrafo:								
<p>"§ ... - A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária ao Congresso Nacional apresentará, em anexo, relativamente ao BNDES relação dos vinte maiores tomadores de empréstimos da instituição, os valores desses empréstimos e datas dos respectivos vencimentos."</p>									
Emenda:	0109	Capítulo:	VI	Seção:	Artigo:	52	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no art. 52 o seguinte parágrafo:								
<p>"Art. 52 - § - Os bancos de desenvolvimento federais e seus agentes financeiros adotarão políticas de fomento destinadas a privilegiar os segmentos das micro, pequenas e médias empresas, de forma que, no mínimo, sessenta e cinco por cento do total de seus recursos sejam a elas concedidas."</p>									
Emenda:	0110	Capítulo:	IV	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no Capítulo IV o seguinte artigo e parágrafos:								
<p>"Art. ... Todas as despesas relativas à dívida pública federal, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual. § 1º As despesas com o refinanciamento da dívida pública federal e a estimativa da receita proveniente da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional para atendê-las serão incluídas, na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida e das demais receitas provenientes da emissão de títulos. § 2º Entende-se por refinanciamento, o pagamento do principal corrigido da dívida pública federal, realizado com receita proveniente da emissão de títulos, e por sua amortização efetiva, o seu pagamento efetuado com recursos das demais fontes. § 3º As despesas com o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal ...</p>									
Emenda:	0111	Capítulo:	IV	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no Capítulo IV o seguinte artigo:								
<p>"Art. - A emissão de títulos da dívida pública federal externa será limitada a atender a despesas com a amortização, inclusive o refinanciamento, os juros e outros encargos da dívida, interna ou externa, de responsabilidade direta ou indireta do Tesouro Nacional."</p>									
Emenda:	0112	Capítulo:	VI	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Acrescente-se ao Capítulo VI o seguinte dispositivo:								
<p>"É vedada a utilização de recursos das agências financeiras oficiais de fomento, inclusive o BNDES, para concessão de empréstimos ou financiamentos a empresas com a finalidade de integrar o processo de privatização."</p>									
Emenda:	0113	Capítulo:	VI	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no Capítulo VI o seguinte dispositivo:								
<p>"§ ... - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual ao Congresso Nacional apresentará, em anexo, os valores das aplicações das agências financeiras oficiais de fomento nos dois últimos anos, a execução provável para 2000 e as estimativas para 2001, consolidadas e por agências, por região e Estado, por setor e por fonte de recursos.;"</p>									
Emenda:	0114	Capítulo:	VI	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no Capítulo VI o seguinte dispositivo:								
<p>"Art. ... - As agências financeiras de fomento aplicarão no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos seus recursos na concessão de empréstimos ou financiamentos a empresas com faturamento bruto anual não superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)."</p>									
Emenda:	0115	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo:								
<p>"... - Integrará o relatório bimestral de execução orçamentária quadro comparativo, discriminando para cada um dos níveis referidos no parágrafo anterior: I - o valor constante da lei orçamentária anual; II - o valor orçado, considerando-se a lei orçamentária anual e os créditos adicionais aprovados; III - o valor de empenho até o mês; IV - o valor liquidado até o mês; e V - o valor pago até o mês."</p>									

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0116	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 38	Parágrafo: 5	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se, na LDO 2001, o seguinte artigo:						
"Art. ... - Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a atender despesas de pessoal serão encaminhados ao Congresso Nacional em projeto específico, separadamente de outros projetos de créditos relativos aos demais grupos de natureza despesa."						
Emenda: 0117	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se, na LDO 2001, o seguinte artigo:						
"Art. - O Poder Executivo publicará e distribuirá síntese da proposta e da lei orçamentária, inclusive em meio magnético e Internet, em linguagem clara e acessível ao cidadão em geral, autorizando sua reprodução."						
Emenda: 0118	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte artigo onde couber no Capítulo VII:						
" O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente prevista §1º do art. 166 da Constituição, até 30 de setembro de 2000:						
I - relação das obras em execução com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, nas quais tenham sido identificados indícios de irregularidades grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, incluídas ou não na proposta orçamentária, indicando a classificação institucional e funcional programática, o órgão executante, a localização da obra, os indícios verificados e outros dados julgados relevantes;						
II - informações gerenciais sobre a execução físico-financeira dos subtítulos mais relevantes, constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade.						
Emenda: 0119	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo:						
"... - O relatório bimestral de execução orçamentária conterà a execução mensal dos orçamentos fiscal e da seguridade social, classificada segundo:						
I - grupo de despesa;						
II - fonte;						
III - órgão;						
IV - unidade orçamentária;						
V - função;						
VI - subfunção; e						
VII - programa.						
Emenda: 0120	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo:						
"Art. ... - Até vinte e quatro horas após a publicação do relatório a que se refere o art. 165, § 3º, da Constituição Federal, o Poder Executivo colocará à disposição do Congresso Nacional os dados relativos à execução orçamentária do mesmo período, por categoria de programação, detalhada por fontes de recursos, grupo de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesas, mediante acesso amplo:						
I - ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, para os orçamentos fiscal e da seguridade social;						
II - ao Sistema de Informação das Estatais - Siest, para o orçamento de investimento."						
Emenda: 0121	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo:						
"... - O relatório bimestral de execução orçamentária conterà a execução mensal dos orçamentos fiscal e da seguridade social, classificada segundo:						
I - grupo de despesa;						
II - fonte;						
III - órgão;						
IV - unidade orçamentária;						
V - função;						
VI - subfunção; e						
VII - programa.						
Emenda: 0122	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo:						
"... - Integrará o relatório bimestral de execução orçamentária quadro comparativo, discriminando para cada um dos níveis referidos no parágrafo anterior:						
I - o valor constante da lei orçamentária anual;						
II - o valor orçado, considerando-se a lei orçamentária anual e os créditos adicionais aprovados;						
III - o valor de empenho até o mês;						
IV - o valor liquidado até o mês; e						
V - o valor pago até o mês."						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0123	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: "....- O relatório bimestral de execução orçamentária não conterá duplicidades, eliminando-se os valores correspondentes às transferências intragovernamentais."												
Emenda:	0124	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: "... - O relatório bimestral de execução orçamentária discriminará as despesas com pessoal e encargos sociais, de modo a evidenciar os quantitativos despendidos com vencimentos e vantagens fixas, despesas variáveis, encargos com pensionistas e inativos e encargos sociais para as seguintes categorias: I - pessoal civil da administração direta; II - pessoal militar; III - servidores das autarquias; IV - servidores das fundações; V - empregados de empresas que integrem os orçamentos fiscal e da seguridade social."												
Emenda:	0125	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: " ... - Além da parte relativa à despesa, o relatório bimestral de execução orçamentária conterá demonstrativo da execução das principais receitas, por rubrica, de acordo com a classificação constante do Anexo II da Lei n.º 4320, de 1964, e por fonte de recursos, incluindo o valor estimado e o arrecadado no mês, e acumulado no exercício, bem como informações sobre eventuais reestimativas. ... Os dados sobre as despesas encaminhadas em meio magnético conterão informações agregadas sobre a execução dos orçamentos em todos os seus estágios, até o pagamento. ... O relatório da execução orçamentária correspondente ao segundo bimestre conterá demonstrativo do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, discriminando União, fundos e entidades da administração direta."												
Emenda:	0126	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: "Art. ...- O excesso de arrecadação proveniente de receita de aplicação financeira, bem como de retorno ou de amortização de empréstimos concedidos, dos órgãos, fundos, autarquias e fundações, ressalvados os fundos e os recursos previstos na Lei n.º 9.530, de 10 de dezembro de 1997, será aplicada prioritariamente na concessão de novos empréstimos e financiamentos e no pagamento de juros e amortização de sua própria dívida."												
Emenda:	0127	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: "Art..... - A prestação de contas anual do Presidente da República incluirá relatório de execução na forma e com o detalhamento apresentado pela lei orçamentária anual. Parágrafo único. Da prestação de contas anual constará, necessariamente, informação quantitativa sobre o cumprimento das metas físicas previstas na lei orçamentária anual."												
Emenda:	0128	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Incluem-se no Capítulo VIII os seguintes dispositivos: " ... - O Poder Executivo encaminhará quinzenalmente ao Congresso Nacional, por meio eletrônico, informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira dos convênios nos quais a União seja parte." "..... - A publicação do relatório relativo ao bimestre de novembro e dezembro de que trata o art. 165 da Constituição Federal deverá se dar no máximo até trinta dias do encerramento das operações contábeis do órgão central do sistema de execução financeira."												
Emenda:	0129	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: "..... - O Poder Executivo publicará e distribuirá síntese da proposta e da lei orçamentária, também em meio magnético e por meio da Internet, em linguagem clara e acessível ao cidadão em geral, autorizando sua reprodução."												
Emenda:	0130	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: "..... - O Tribunal encaminhará à Comissão Mista Permanente de que trata o art. 166, § 1º da Constituição Federal, sempre que necessário, relatórios de atualização das informações sobre as obras irregulares."												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0131	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se, na LDO 2001, o seguinte artigo:						
"Art. ...- Os subprojetos/subatividades dos Programas Comunidade Solidária e Brasil em Ação, deverão ter identificação específica que permita sua distinção dos demais programas."						
Emenda: 0132	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se, na LDO 2001, o seguinte artigo:						
"Art.- Somente projeto de lei específico poderá modificar a Lei de Diretrizes Orçamentárias."						
Emenda: 0133	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se, na LDO 2001, o seguinte artigo:						
"Art. ... - Não será cancelado o empenho referente a convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere celebrado com outra esfera de governo se o conveniente comprovar a existência de comprometimento à conta de recurso a ser transferido."						
Emenda: 0134	Capítulo: II	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se, na LDO 2001, o seguinte artigo:						
"Art. ... - As receitas provenientes da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional serão classificadas por fonte de recursos, de acordo com suas origens, distinguindo-se ao menos a remuneração das disponibilidades originárias da emissão de títulos da dívida mobiliária."						
Emenda: 0135	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo:						
"Art. - Os créditos adicionais solicitados pelos Poderes Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público da União, nos prazos fixados pelo Poder Executivo, que dependerem de prévia autorização legislativa, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de encaminhamento do pedido, indicadas pelos respectivos órgãos as fontes de cancelamento. Parágrafo único - O órgão competente justificará, no prazo de até trinta dias do recebimento das solicitações de que trata o caput deste artigo, as razões do indeferimento."						
Emenda: 0136	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se, na LDO 2001, o seguinte artigo:						
"Art. ...- Na alocação de recursos por Estado, destinado ao setor rodoviário, serão obedecidos os seguintes critérios: III - Os recursos destinados à rubrica "Construção e Pavimentação de Rodovias", serão distribuídos proporcionalmente à malha rodoviária federal não pavimentada."						
Emenda: 0137	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se, na LDO 2001, o seguinte artigo e inciso:						
"Art.....- Na alocação de recursos por Estado, destinado ao setor rodoviário, serão obedecidos os seguintes critérios: II - Os recursos destinados à rubrica "Conservação Preventiva Rotineira e Emergencial", serão distribuídos proporcionalmente `a malha rodoviária federal pavimentada e não pavimentada."						
Emenda: 0138	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: inclua-se, na LDO 2001, o seguinte artigo e inciso:						
"Art. ...- Na alocação de recursos por Estado, destinado ao setor rodoviário, serão obedecidos os seguintes critérios: III - Os recursos destinados à rubrica "Restauração de Rodovias", serão distribuídos proporcionalmente à malha rodoviária federal não pavimentada."						
Emenda: 0139	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 38	Parágrafo: 4	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no capítulo II o seguinte dispositivo:						
"Art.... - § ... - Cada projeto de lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional."						
Emenda: 0140	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 38	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no capítulo II o seguinte dispositivo:						
"Art. ... - §- Até cinco dias após a publicação dos decretos de abertura de créditos suplementares, o Poder Executivo encaminhará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166 da Constituição Federal cópia dos referidos decretos e respectivas exposições de motivos."						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0141	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 38	Parágrafo: 2	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no capítulo II o seguinte dispositivo: "Art. ... - § ... - Os decretos de abertura de crédito suplementares autorizados na lei orçamentária anual serão submetidos pelo Ministério do Orçamento e Gestão ao Presidente da República, acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos ou das operações especiais e respectivos subtítulos atingidos e das correspondentes metas."						
Emenda: 0142	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 38	Parágrafo: 1	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no capítulo II o seguinte dispositivo: "Art.-..... § - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos títulos."						
Emenda: 0143	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 38	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no capítulo II o seguinte dispositivo: "Art. - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual."						
Emenda: 0144	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 38	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se ao art. 17 a seguinte redação: "Art. 17 - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na Lei Orçamentária Anual."						
Emenda: 0145	Capítulo: III	Seção: II	Artigo: 41	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se na Seção II do Capítulo III o seguinte artigo: "Art. - O orçamento de investimento, previsto no art. 165, = 5º, inciso II, da Constituição Federal, detalhará, individualmente, por empresa, categoria de programação e grupo da despesa as aplicações programadas em despesas de capital, inclusive, as resultantes da aplicação do conceito estabelecido pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para as participações acionárias em outras empresas."						
Emenda: 0146	Capítulo: VI	Seção:	Artigo: 52	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no art. 52 os seguintes §§ 4º e 5º: "Art. 52 - § 3º - A programação orçamentária dos recursos destinados as agências oficiais de fomento será detalhada de forma a possibilitar a verificação do cumprimento do disposto nesta Lei. § 4º - Acompanhará o relatório de que trata o art. 165, § 3º, da Constituição Federal, demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este capítulo."						
Emenda: 0147	Capítulo: V	Seção:	Artigo: 51	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se ao art. 51 a seguinte redação: "Art. 51 - No exercício de 2001, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento dos limites referidos no art. 47 desta Lei, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, da Constituição, somente poderá ocorrer quando ao atendimento de relevantes interesses públicos, especialmente os voltados para as áreas de segurança e saúde, que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade."						
Emenda: 0148	Capítulo: IV	Seção:	Artigo: 43	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se ao art. 43 a seguinte redação: "Art. 43 - A atualização monetária do principal da dívida pública mobiliária refinanciada da União, não poderá superar, no exercício de 2001, a variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística."						
Emenda: 0149	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 33	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se ao § 3º do art. 33 a seguinte redação: "Art. 33 - § 3º - Ressalvam-se ainda das disposições deste artigo as operações realizadas no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e da assunção e refinanciamento da dívida dos Municípios."						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0150	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 32	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no Art. 32, o seguinte parágrafo: "Art. 32 -..... §..... - Os órgãos responsáveis pelas transferências de que trata este artigo deverão disponibilizar na Internet informações contendo, no mínimo, data da assinatura dos convênios, nome do conveniente, objeto, valor liberado e classificação funcional programática e econômica do respectivo crédito, em conformidade com o disposto na Lei n.º 9755, de 16 de dezembro de 1998."						
Emenda: 0151	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 32	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no Art. 32, o seguinte parágrafo: "Art. 32 -..... §... - Desde que não haja impedimento de ordem técnica ou legal, não será cancelado o empenho referente a convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere celebrado em outras esferas de governo, se já houver sido liberado recurso dele decorrente, ou se, ainda que não tenha havido liberação, o conveniente comprovar a existência de comprometimento à conta de recurso a ser transferido."						
Emenda: 0152	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no Art. 32, o seguinte parágrafo: "Art. 32 -..... Destinam-se ao atendimento dos programas de educação fundamental, exclusivamente nos bolsões de pobreza identificados como áreas prioritárias."						
Emenda: 0153	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 29	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no Parágrafo Único do art. 29 o seguinte inciso: "Art. 29 -..... ... Comprovação de que, no mínimo, sessenta por cento dos serviços prestados pela entidade sejam gratuitos;"						
Emenda: 0154	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 24	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no art. 24 o seguinte inciso: "Art. 24 - - início de construção, ampliação, reforma voluptuária e a aquisição de imóveis administrativos no âmbito da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União;"						
Emenda: 0155	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 24	Parágrafo:	Inciso: VI	Alínea:
Texto: Dê-se ao inciso VI do art. 24 a seguinte redação: "Art. 24 - VI - ações que não sejam de competência exclusiva da União, comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou ações para as quais a Constituição não estabeleça a obrigação da União em cooperar técnica e financeiramente, ressalvadas as ações compreendidas nos arts. 23, inclusive para aquisição de patrulhas mecanizadas, 30, incisos VI e VII, 200, 204, inciso I, e 225, § 1º, inciso III, da Constituição Federal, em lei específica e destinadas à melhoria de transporte e sistema viário primário nas regiões metropolitanas, ou constantes do Plano Plurianual, financiadas total ou parcialmente pela União ou por agência oficial de fomento e que se encontrem inacabadas, com mais de cinquenta por cento de execução, desde que já tenham aquelas entidades adimplido mais de setenta por cento da contrapartida;"						
Emenda: 0156	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 17	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê ao art. 17 a seguinte redação: "Art. 17 - O projeto de lei orçamentária poderá incluir a programação constante de propostas de alterações do Plano Plurianual 2000-2003, que tenham sido objeto de projetos de lei específicos encaminhados ao Congresso Nacional até 31 de agosto de 2000."						
Emenda: 0157	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso: ".....O Poder executivo encaminhará ao Congresso nacional extrato indicando, por unidade orçamentária e funcional programática, as informações para se ter conhecimento do real valor de todas as contrapartidas a cargo da União, inclusive contratante e contratado, valor total, prazo, finalidade, termos do contrato e percentual ou valor da contrapartida."						
Emenda: 0158	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso: ".....- as contrapartidas constantes da proposta orçamentária, por unidade orçamentária e classificação funcional programática, com base em informações fornecidas pelos órgãos setoriais, inclusive contratante e contratado, valor total, prazo e finalidade."						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LD0/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1057	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo III: "Art.No exercício de 2001, serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 2000, acrescidos de cinco por cento em termos reais. § 1º - Para fins do disposto neste artigo, entende-se por ações e serviços de saúde aqueles a cargo do Ministério da Saúde, excluídos os gastos com a dívida e com os encargos previdenciários da União. § 2º - No projeto de lei orçamentária para 2001 enviado ao Congresso Nacional, a distribuição dos recursos destinados à assistência ambulatorial de média e alta complexidade hospitalar - MAC - pautar-se-á por sua equalização per capita em todas as unidades da Federação, nos termos da Lei n.º 8.080, de 1990, combinada com a Lei n.º 8.142, de 1990."												
Emenda:	1058	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no PLDO para 2001 o seguinte artigo: "Art.....-Nenhum programa de ação continuada, referente a custeio ou investimento, poderá conter subtítulo com dotação global superior a 10% (dez por cento) do respectivo programa."												
Emenda:	1059	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no PLDO para 2001 o seguinte artigo: "Art.....- A distribuição de recursos, por estado, referentes aos programas de ação continuada, dar-se-á proporcionalmente à população de cada Estado, sendo permitida cariação máxima de 10% (dez por cento) desde que devidamente justificada."												
Emenda:	1060	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	03	Parágrafo:	4	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no art. 3º o seguinte parágrafo 4º "Art. 3º..... § 4º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificados no projeto e na Lei Orçamentária por programas atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com indicação de suas metas físicas."												
Emenda:	1061	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	30	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se ao art. 30 a seguinte redação: "Art. 3º - O projeto de lei orçamentária conterà reservas de contingência vinculadas aos orçamentos fiscal e da seguridade social, em montante equivalente a quatro por cento da receita corrente líquida."												
Emenda:	1062	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo III; "Art.- No exercício de 2001, serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 2000. § 1º - Para fins do disposto neste artigo, entende-se por ações e serviços de saúde aqueles a cargo do Ministério da Saúde, excluídos os gastos com a dívida e com os encargos previdenciários da União. §2º - No projeto de lei orçamentária para 2001 enviado ao Congresso Nacional, a distribuição pautar-se-á por sua equalização per capita em todas as unidades da federação, nos termos da Lei n.º 8.080, de 1990, combinada com a Lei n.º 8.142, de 1990."												
Emenda:	1063	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no PLDO para 2001 o seguinte artigo: "Art.....- A distribuição de recursos, por Estado, referentes aos programas de ação continuada, dar-se-á, 50% (cinquenta por cento) proporcionalmente à população de cada Estado e os restantes 50% (cinquenta por cento), proporcionalmente ao inverso de sua renda per capita, devendo ser justificada variação porventura ocorrida."												
Emenda:	1064	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo III; "Art.- No exercício de 2001, serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 2000, acrescidos de cinco por cento. § 1º - Para fins do disposto neste artigo, entende-se por ações e serviços de saúde aqueles a cargo do Ministério da Saúde, excluídos os gastos com a dívida e com os encargos previdenciários da União. § 2º - No projeto de lei orçamentária para 2001 enviado ao Congresso nacional, a distribuição dos recursos destinados à assistência ambulatorial de média e alta complexidade hospitalar - MAC - pautar-se-á por sua equalização per capita em todas as unidades da Federação, nos termos da Lei n.º 8.080, de 1990, combinada com a Lei 8.080, de 1990, combinada com a Lei n.º 8.142, de 1990."												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 1065	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 23	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no PLDO 2001 o seguinte artigo: "Art.....- Constará da proposta e da lei orçamentária, para cada subtítulo de projeto de obra pública que tenha duração prevista para mais de um exercício financeiro, por meio de código numérico ou de outro tipo de classificação, as seguintes informações: I - quantidade de anos prevista para o término da obra, contraída a partir de seu início; II - ano de execução em que a obra se encontra; III - calor total necessário para terminar a obra."						
Emenda: 1066	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 28	Parágrafo: 1	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se ao § 1º do art. 28 a seguinte redação: "Art. -28... § 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2001 por três autoridades locais, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria."						
Emenda: 1067	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 21	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no art. 21 o seguinte parágrafo: "Art. 21.... §....-A inclusão de recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais para atender as despesas mencionadas neste artigo fica condicionada ao encaminhamento de todas as informações relacionadas nas alíneas do caput deste artigo."						
Emenda: 1068	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 07	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Incluam-se os seguintes incisos no art. 7º: "Art. 7º.... ...-às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial; - consultoria e assessoramento."						
Emenda: 1069	Capítulo: II	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se após o art. 14 o seguinte artigo e seu parágrafo único: "Art. - A proposta e a lei orçamentária conterão código classificar em todas as categorias de programação identificando se a despesa é de natureza financeira ou não-financeira. Parágrafo único - A metodologia adotada para a classificação mencionada no caput acompanhará os demonstrativos previstos no art. 8º, §3º."						
Emenda: 1070	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se ao inciso VII do § 3º a seguinte redação: "VII - memória de cálculo estimativas: a) do resultado da previdência social geral, especificando receitas e despesas mensais e no exercício, explicitando as hipóteses quanto aos fatores que afetam o crescimento das receitas, ao crescimento vegetativo das despesas com benefícios e do índice de reajuste do salário mínimo; b) do gasto com pessoal e encargos sociais, mês a mês e no exercício, explicitando as hipóteses quanto a seu crescimento vegetativo, aos reajustes geral e específicos que afetem essas despesas e ao aumento do número de servidores."						
Emenda: 1071	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XX	Alínea:
Texto: Dê-se ao inciso XX do § 3º do art. 8º a seguinte redação: "XX - as receitas e a aplicação dos recursos decorrentes do Programa Nacional de Desestatização até 1999, bem como estimativas e uso previsto para 2000 e 2001, por empresa ou participação da União objeto da alienação;"						
Emenda: 1072	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XIV	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação à alínea "b" do inciso XIV do § 3º do art. 8º: "Art. 8º..... §3º..... XIV..... -b) das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, segundo as rubricas da lei orçamentária, calculadas a partir dos montantes estimados na alínea anterior, m)es a m)es;"						
Emenda: 1073	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Insira-se no art. 8º, § 3º, o seguinte inciso: "Art. 8º --memória de cálculo das despesas estadualizadas no Sistema Único de Saúde - SUS, destacando as parcelas atinentes a cada um dos critérios previstos no art. 35 da Lei n.º 8.080, de 19 de setyembro de 1990."						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1074	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	06	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:	IV	Alínea:
Texto:	Dê-se ao inciso IV do parágrafo único do art. 6º a seguinte redação: "Art. 6º - Parágrafo único..... IV - transferências para aplicação em programas de financiamento nos termos do disposto nos arts. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal."										
Emenda:	1075	Capítulo:	IV	Seção:	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se no novo artigo 44, renumerando-se os demais, com a seguinte redação: "Art. 44 - As despesas com o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal serão incluídas, na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida e constarão em unidade orçamentária específica, distinta da que contemple os encargos financeiros da União."										
Emenda:	1076	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se, no Capítulo III, Seção I, o seguinte artigo: "Art. - Será obrigatoriamente destinada a investimentos nas atividades-fim das entidades voltadas para a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, a parcela equivalente a 20% (vinte por cento) das receitas vinculadas e das diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto."										
Emenda:	1077	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se, onde couber: "Art. - As receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, serão destinadas: I -- em até 60% para custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida, e à contrapartida das operações de crédito; II - no mínimo em 40% para investimento em atividades-fim da entidade arrecadadora."										
Emenda:	1078	Capítulo:	VII	Seção:		Artigo:	54	Parágrafo:	4	Inciso:	Alínea:
Texto:	Suprima-se o § 4º do art. 54, verbis: "Art. 54 - § 4º - Aplica-se o disposto neste artigo às propostas de alteração na destinação das receitas."										
Emenda:	1079	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso: " ... - as estimativas das receitas de concessões e permissões, por serviço outorgado, com os valores total e mensais;"										
Emenda:	1082	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo: "Art. ... - Os créditos adicionais solicitados pelos Poderes Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público da União, nos prazos fixados pelo Poder Executivo, que dependerem de prévia autorização legislativa, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de encaminhamento do pedido, indicadas pelos respectivos órgãos as fontes de cancelamento. Parágrafo único - O órgão competente justificará, no prazo de até trinta dias do recebimento das solicitações de que trata o caput deste artigo, as razões do indeferimento										
Emenda:	1083	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: " ... - Além da parte relativa à despesa, o relatório bimestral de execução orçamentária conterá demonstrativo da execução das principais receitas, por rubrica, de acordo com a classificação constante do Anexo II da Lei n.º 4320, de 1964, e por fonte de recursos, incluindo o valor estimado e o arrecadado no mês, e acumulado no exercício, bem como informações sobre eventuais reestimativas. ... Os dados sobre as despesas encaminhadas em meio magnético conterão informações agregadas sobre a execução dos orçamentos em todos os seus estágios, até o pagamento. ... O relatório da execução orçamentária correspondente ao segundo bimestre conterá demonstrativo do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, discriminando União, fundos e entidades da administração direta."										

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1084	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: "... - Integrará o relatório bimestral de execução orçamentária quadro comparativo, discriminando para cada um dos níveis referidos no parágrafo anterior: I - o valor constante da lei orçamentária anual; II - o valor orçado, considerando-se a lei orçamentária anual e os créditos adicionais aprovados; III - o valor de empenho até o mês; IV - o valor liquidado até o mês; e V - o valor pago até o mês."												
Emenda:	1085	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: "... - O relatório bimestral de execução orçamentária conterá a execução mensal dos orçamentos fiscal e da seguridade social, classificada segundo: I - grupo de despesa; II - fonte; III - órgão; IV - unidade orçamentária; V - função; VI - subfunção; e VII - programa."												
Emenda:	1086	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: "... - O relatório bimestral de execução orçamentária não conterá duplicidades, eliminado-se os valores correspondentes às transferências intragovernamentais."												
Emenda:	1087	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: "... - O relatório bimestral de execução orçamentária discriminará as despesas com pessoal e encargos sociais, de modo a evidenciar os quantitativos despendidos com vencimentos e vantagens fixas, despesas variáveis, encargos com pensionistas e inativos e encargos sociais para as seguintes categorias: I - pessoal civil da administração direta; II - pessoal militar; III - servidores das autarquias; IV - servidores das fundações; V - empregados de empresas que integrem os orçamentos fiscal e da seguridade social."												
Emenda:	1088	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se, na LDO 2001, o seguinte artigo: "Art. ... - O Poder Executivo publicará e distribuirá síntese da proposta e da lei orçamentária, inclusive em meio magnético e Internet, em linguagem clara e acessível ao cidadão em geral, autorizando sua reprodução."												
Emenda:	1089	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	38	Parágrafo:	5	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se, na LDO 2001, o seguinte artigo: "Art. ... - Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a atender despesas de pessoal serão encaminhados ao Congresso Nacional em projeto específico, separadamente de outros projetos de créditos relativos aos demais grupos de natureza despesa."												
Emenda:	1090	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte artigo: "Art. ... O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente prevista no § 1º do art. 166 da Constituição, até 30 de setembro de 2000: I - relação das obras em execução com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, nas quais tenham sido identificados indícios de atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, incluídas ou não na proposta orçamentária, indicando a classificação institucional e funcional programática, o órgão executante, a localização da obra, os indícios verificados e outros dados julgados relevantes. II - informações gerenciais sobre a execução físico-financeira dos subprojetos mais relevantes, constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade."												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1091	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: "... - O relatório bimestral de execução orçamentária conterá a execução mensal dos orçamentos fiscal e da seguridade social, classificada segundo: I - grupo de despesa; II - fonte; III - órgão; IV - unidade orçamentária; V - função; VI - subfunção; e VII - programa.												
Emenda:	1092	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	63	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no Capítulo VIII o seguinte dispositivo: "Art. ... - Até vinte e quatro horas após a publicação do relatório a que se refere o art. 165, § 3º, da Constituição Federal, o Poder Executivo colocará à disposição do Congresso Nacional os dados relativos à execução orçamentária do mesmo período, por categoria de programação, detalhada por fontes de recursos, grupo de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesas, mediante acesso amplo: I - ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, para os orçamentos fiscal e da seguridade social; II - ao Sistema de Informação das Estatais - Siest, para o orçamento de investimento."												
Emenda:	1093	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se, na LDO 2001, o seguinte artigo: "Art. - Não será cancelado o empenho referente a convênio, ajuste ou instrumento congênere celebrado com outra esfera de governo se o conveniente comprovar a existência de comprometimento à conta de recurso a ser transferido."												
Emenda:	1094	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se, na LDO 2001, o seguinte artigo: "Art. ... - As receitas provenientes da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional serão classificadas por fonte de recursos, de acordo com suas origens, distinguindo-se ao menos a remuneração das disponibilidades originárias da emissão de títulos da dívida mobiliária."												
Emenda:	1095	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se, na LDO 2001, o seguinte artigo: "Art. ... - Somente projeto de lei específico poderá modificar a Lei de Diretrizes Orçamentárias."												
Emenda:	1096	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se, na LDO 2001, o seguinte artigo: "Art. ... - Os subprojetos/subatividades dos Programas Comunidade Solidária e Brasil em Ação, deverão ter identificação específica que permita sua distinção dos demais programas."												

AUTOR: GONZAGA PATRIOTA

PARTIDO: PSB

UF: PE

Emenda: 0199 Capítulo: VIII Seção: Artigo: 65 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: PLN 01/2000: "Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2000, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento....."

ALTERAÇÃO PROPOSTA: SE O PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL NÃO FOR SANCIONADO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2000, A PROGRAMAÇÃO DELE CONSTANTE PODERÁ SER EXECUTADA, ENQUANTO A RESPECTIVA LEI NÃO FOR SANCIONADA, NA FORMA DE DUODÉCIMOS DA PROPOSTA REMETIDA AO CONGRESSO NACIONAL, EXCETUANDO:

I - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS;

II - PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL;

III - PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA; E

IV - TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS E LEGAIS POR REPARTIÇÃO DE RECEITAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS.

Emenda: 0200 Capítulo: VIII Seção: Artigo: 56 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Alteração proposta: SUPRESSÃO DO REFERIDO ARTIGO

pln 01/2000: "Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no Anexo referido no art. 16 desta Lei, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" de cada Poder e do Ministério Público da União."

Emenda: 0201 Capítulo: III Seção: I Artigo: 21 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: PLN 01/2000: "O Poder Judiciário, sem prejuízo do envio das relações de dados cadastrais dos precatórios aos órgãos ou entidades devedores, encaminhará à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e à Secretaria de Orçamento Federal, até sete dias após publicação desta Lei, inclusive em meio magnético de processamento eletrônico....."

ALTERAÇÃO PROPOSTA: O PODER JUDICIÁRIO, SEM PREJUÍZO DO ENVIO DAS RELAÇÕES DE DADOS CADASTRAIS DOS PRECATÓRIOS AOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DEVEDORES, ENCAMINHARÁ À COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL E À SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, ATÉ SETE DIAS CONTADOS DE 1º DE JULHO, INCLUSIVE EM MEIO MAGNÉTICO DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO.

AUTOR: HELOÍSA HELENA

PARTIDO: PT

UF: AL

Emenda: 2088 **Capítulo:** **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Crie-se Anexo das Metas e Prioridades o subtítulo "Dos Programas Sociais", que deverá ser composto pelos programas abaixo relacionados, já constantes deste Anexo, mantendo suas metas:

1. ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM
2. AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF
3. ÁGUAS DO BRASIL
4. ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL
5. ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA
6. ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR
7. CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA PESQUISA
8. CENTROS DA JUVENTUDE
10. DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
11. DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO
12. EDUCAÇÃO AMBIENTAL
13. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
14. ENERGIA DAS PEQUENAS COMUNIDADES
15. ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA
16. ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL
17. ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS
18. ESPORTE SOLITÁRIO
19. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
20. MORAR MELHOR
21. NOSSO BAIRRO
22. NOVO EMPREGO E SEGURO DESEMPREGO
23. NOVO MUNDO RURAL: ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS
24. NOVO MUNDO RURAL: CONSOLIDAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS
25. PAZ NAS ESCOLAS
26. PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS
27. PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM
28. QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS
29. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR
30. REINSERÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI
31. SANEAMENTO BÁSICO
32. SANEAMENTO É VIDA
33. SAÚDE DA CRIANÇA E ALEITAMENTO MATERNO
34. SAÚDE DA FAMÍLIA
35. SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS
36. VALORIZAÇÃO E SAÚDE DO IDOSO
37. ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	2113	Capítulo:	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Incluem-se os seguintes programas entre as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2001, criando o subtítulo "Dos Programas Sociais" no Anexo de Metas e Prioridades. As respectivas metas de execução física devem ter por base mínima os valores aprovados no Plano Plurianual 2000/2003:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS 2. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA 3. ATENÇÃO À CRIANÇA 4. CESTA DE ALIMENTOS 5. COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER 6. COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTES 7. CONTROLE DA HANSENIASE E DE OUTRAS DERMATOSES 8. DEFESA JURÍDICA GRATUITA 9. DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL 10. DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO 11. DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO 12. DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS 13. EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA 14. EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA VISUAL 15. EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO 16. EMANCIPAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS 17. ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVIZADOR E DEGRADANTE 18. ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS 19. EEXTENSÃO UNIVERSITÁRIA 20. HOSPITAIS DE ENSINO 21. LIVRO ABERTO 22. PREVENÇÃO E COMBATE A DESMATAMENTOS, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS 23. PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE 24. PREVENÇÃO E CONTROLE DA MALÁRIA 25. PREVENÇÃO E CONTROLE DA TUBERCULOSE E OUTRAS PNEUMOPATIAS 26. PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS CRÔNICO-DEGENERATIVAS 27. PREVENÇÃO E CONTROLE DAS INFECÇÕES HOSPITALARES 28. PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS POR VETORES 29. PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA 30. PREVENÇÃO, CONTROLE E ASSISTÊNCIA AOS PORTADORES DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS E DA AIDS 31. QUALIDADE DO SANGUE 32. QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA 33. QUALIDADE DOS INSUMOS AGRÍCOLAS 34. QUALIDADE DOS INSUMOS PECUÁRIOS 35. QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TECOMUNICAÇÕES 36. QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SUS 37. QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO 38. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR 39. SAÚDE DA MULHER 40. SAÚDE DO JOVEM 41. SAÚDE DO TRABALHADOR 42. SAÚDE MENTAL 43. SEGURANÇA DO CIDADÃO 44. TERRITÓRIO E CULTURA INDÍGENAS 45. TRABALHO LEGAL 46. TRABALHO SEGURO E SAUDÁVEL 47. VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL EM SAÚDE 48. VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS 49. VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS 50. PARQUES DO BRASIL 52. QUALIDADE AMBIENTAL 53. AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL 54. PREVENÇÃO E COMBATE A DESMATAMENTOS, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS 55. FLORESTAS SUSTENTÁVEIS 56. GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE 57. BRASIL JOGA LIMPO 						

Emenda:	2114	Capítulo:	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Reduza-se a meta de RESULTADO PRIMÁRIO (I-II) para 2001 de 2,60% para 0% do PIB, alterando-se proporcionalmente os valores monetários especificados para a mesma meta, nas tabelas constantes no Anexo de Metas Fiscais à página 34.</p>						

Emenda:	2115	Capítulo:	Seção:	Artigo:	16	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Inclua-se onde couber o seguinte artigo:</p> <p>Os recursos disponibilizados em decorrência da redução do resultado primário, de 2,60% para 0% do PIB em 2001, serão destinados para os programas sociais que constam do Anexo de Metas e Prioridades, em especial os programas: Novo Mundo Rural - consolidação de assentamentos; Novo Mundo Rural - assentamento de trabalhadores rurais; Atenção a Pessoa Portadora de Deficiência; Geração de Emprego e Renda; Erradicação do Trabalho Infantil e Agricultura Familiar - PRONAF, aumentando as metas desses programas.</p>							

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	2116	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
----------------	-------------	------------------	------------	---------------	----------	----------------	--	-------------------	--	----------------	--	----------------	--

Texto: Inclua-se no Capítulo III, Seção I, onde couber, o seguinte artigo:
Os recursos destinados aos programas sociais constantes do Orçamento de 2001 não sofrerão cortes ou contingenciamentos, permitindo sua plena execução.

Emenda:	2117	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
----------------	-------------	------------------	------------	---------------	----------	----------------	--	-------------------	--	----------------	--	----------------	--

Texto: Inclua-se o seguinte artigo no Capítulo III, Seção I:

Os recursos destinados aos programas sociais constantes do Orçamento de 2001 não poderão ser inferiores aos recursos destinados aos mesmos programas no Orçamento de 2000.

Emenda:	2118	Capítulo:	I	Seção:		Artigo:	02	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
----------------	-------------	------------------	----------	---------------	--	----------------	-----------	-------------------	--------------	----------------	--	----------------	--

Texto: Dê-se ao parágrafo único do art. 2º a seguinte redação:

"Aos municípios com menor índice de Desenvolvimento Humano, definido a partir de critérios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), será conferida prioridade na destinação dos recursos para os programas sociais, relacionados no Anexo de Metas e Prioridades."

Emenda:	2122	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	16	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
----------------	-------------	------------------	------------	---------------	----------	----------------	-----------	-------------------	--	----------------	--	----------------	--

Texto: Inclua-se no art. 16, parágrafo único com a seguinte redação:

No cumprimento do disposto no caput deste artigo não poderá haver restrição para movimentação e empenho das dotações destinadas às despesas de ações:
I - voltadas para os recursos hídricos e desenvolvimento exclusivamente nas áreas do Polígono da Seca;
II - incluídas na Rede de Proteção Social;
III - programas sociais constantes no Anexo Metas e Prioridades para 2001.

AUTOR: IBERÊ FERREIRA

PARTIDO: PPB

UF: RN

Emenda:	0230	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	03	Parágrafo:	2	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se ao §2º do Art. 3º, a seguinte redação: "Art.3º..... §2º As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, com as suas respectivas metas quantificadas, para especificar a ação executiva e identificar a localização geográfica integral ou parcial das respectivas atividades, projetos e operações especiais, não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade."											
Emenda:	0280	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se ao Art. 56, a seguinte redação: "Art. 56. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional , no prazo de trinta dias, após o encerramento de cada trimestre e quinze dias após o fechamento do SIAFI, no encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas." Parágrafo Único. A Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º da Constituição, apreciará os relatórios mencionados neste artigo e acompanhará a evolução dos resultados primários dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária.											
Emenda:	0281	Capítulo:	VII	Seção:	Artigo:	54	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Suprima-se o Art. 54											
Emenda:	0282	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:	37	Parágrafo:		Inciso:	I	Alínea:	
Texto:	Dê-se ao inciso I do Art. 37 a seguinte redação: "Art. 37 I - Portaria do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as fontes, exceto as de que trata o § 2º do art. 54 desta lei, obedecidos os limites fixados na lei orçamentária para cada fonte."											
Emenda:	0283	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:	22	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Suprima-se o parágrafo único do Art. 22, da Seção 1, do Capítulo III.											
Emenda:	0284	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:	18	Parágrafo:	1	Inciso:	II	Alínea:	
Texto:	Dê-se ao § 1º do Art. 18, a seguinte redação: "Art. 18 § 1º Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites de outras despesas correntes e de capital em 2001 o conjunto das dotações fixadas na lei orçamentária, devidamente corrigidas pela taxa média de inflação de 2001 sobre a de 2000, prevista na elaboração da proposta orçamentária."											
Emenda:	0285	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se à Seção I, do Capítulo III, artigo com a seguinte redação: "Art. As receitas vinculadas e as diretamente arrecadadas por órgão, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, serão destinadas prioritariamente aos custeios administrativos e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida, e à contrapartida das operações de crédito, excetuando-se a parcela de vinte por cento dos recursos diretamente arrecadados por órgãos ou entidades voltadas para a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico e para ações na área de recursos hídricos, desde que destinadas a investimentos em sua atividades fim."											
Emenda:	0286	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	VI	Alínea:	
Texto:	Dê-se ao inciso VI, do § 3º do Art. 8º, a seguinte redação: "Art. 8º §3º VI - critérios e modelo de alocação de recursos para a execução descentralizada de programas setoriais, por Unidade da Federação, destacadamente, nas áreas de assistência social, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação.											
Emenda:	0287	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se novo artigo no capítulo II, onde couber, renumerando-se os demais, com a seguinte redação: "Art. Os investimentos correspondentes a projetos de execução descentralizada, a cargo de Estados, Distrito Federal e Municípios, terão seus recursos consignados em dotações globais por Unidade da Federação. Parágrafo único. A identificação da execução local ficará a cargo do Congresso Nacional, mediante a inclusão de subtítulos específicos, correspondentes a cada projeto."											
Emenda:	0288	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se ao §3º, do Art. 8º do Capítulo II, a seguinte redação: "Art. 3º..... §3º. Acompanharão o projeto de lei orçamentária anual, podendo ser disponibilizado por meio eletrônico, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares."											

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0289 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 03 **Parágrafo:** 2 **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Dê-se ao §2º do Art. 3º, a seguinte redação:

"Art.3º

§2º. As atividades, projetos e operações especiais serão desdobradas em subtítulos, com as suas respectivas metas quantificadas, para especificar a ação executiva e identificar a localização geográfica integral ou parcial das respectivas atividades, projetos e operações especiais, não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade."

AUTOR: IÉDIO ROSA

PARTIDO: PMDB

UF: RJ

Emenda:	0885	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Art - A proposta orçamentária para 2001 deverá prever recursos para a execução da Ação "Canalização de Córregos e Rios", prevista no Programa 0235 - PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA."												

Emenda:	0886	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se onde couber, o seguinte artigo: "Art___ - A proposta orçamentária para 2.001 deverá prever recursos para a execução da Ação "Despoluição de Lagoas", prevista no Programa 0234-PROÁGUA-GESTÃO."												

AUTOR: JANDIRA FEGHALI

PARTIDO: PC DO B

UF: RJ

Emenda: 1634 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se no capítulo III, das Disposições para Elaboração dos Orçamentos da União e suas Alterações, a seguinte seção específica para dispor sobre as Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social com, no mínimo, os seguintes artigos:
"Seção
"Das Diretrizes Específicas Do Orçamento da Seguridade Social
"Art. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos arts. 194, 195, 196, 199, 200, 201, 203 e 212, § 4º, da Constituição Federal, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:
"I - das contribuições sociais previstas na Constituição Federal;
"II - da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários da União;
"III - das receitas financeiras e não financeiras diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento;
"IV - exclusivamente para utilização a cargo do Fundo Nacional de Saúde, das receitas de ressarcimento previstas pelo art. 32 da Lei n.º 9.656, de 1998, com a redação dada pela MP 1.976-26 e reedições, e pela respectiva parcela da receita de participação no DPVAT;
"V - das operações de crédito, externas ou internas, realizadas com a finalidade de atender às despesas previstas no orçamento da seguridade social;
"VI - das doações destinados aos programas ou entidades da seguridade social;
"VII - do orçamento fiscal.
"§ 1º - A destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da descentralização.
"§ 2º A integralidade dos recursos previstos nos incisos de I a VI desse artigo serão classificados como recursos do orçamento da seguridade social.
"Art. No exercício de 2001 serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 1999, acrescidos da variação nominal do PIB prevista para o exercício de 2000;
Parágrafo único. A distribuição dos recursos para custeio do SUS pautar-se-á, nos termos da Lei n.º 8.080, de 1990, por sua equalização per capita em todas as unidades da Federação".

Emenda: 1636 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 3 Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se o seguinte inciso:
" -- o detalhamento das receitas de contribuições previdenciárias, por categoria de contribuinte e segurado, verificadas nos exercícios posteriores a 1994 e previstas para 2000, 2001 e 2002, e das despesas, nos mesmos períodos, para cada um dos benefícios previdenciários e por segurado, evidenciando-se a Unidade da Federação onde realizou-se a arrecadação e pagou-se o benefício, e apresentando os demais elementos que permitem uma avaliação da situação financeira e atuarial da previdência social.

Emenda: 1637 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 3 Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se o seguinte inciso no § 3º do art. 8º:
" - memória de cálculo da regionalização das despesas do SUS - Sistema Único de Saúde, destacando as parcelas atinentes a cada um dos critérios previstos no art. 35 da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990;"

Emenda: 1638 Capítulo: II Seção: Artigo: 07 Parágrafo: Inciso: II Alínea:

Texto: Dê-se ao inciso II do art. 7º a seguinte redação:
" - ao pagamento de benefícios previdenciários para cada categoria de benefício;"

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

AUTOR: JOÃO CALDAS

PARTIDO: PMN

UF: AL

Emenda: 0309 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 06** **Parágrafo: CAPU** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: ACRESCENTE-SE IN FINE A EXPRESSÃO:
"...DEVENDO A CORRESPONDENTE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA SER TOTALMENTE REGISTRADA NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL - SIAFI"

Emenda: 0310 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 08** **Parágrafo: 3** **Inciso: XIII** **Alínea:**
Texto: DÊ-SE AO INCISO NOVA REDAÇÃO:
"XIII - OS MONTANTES DAS RECEITAS DIRETAMENTE ARRECADADAS, POR..."

Emenda: 0311 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 03** **Parágrafo: 3** **Inciso: I** **Alínea:**
Texto: DÊ-SE A SEGUINTE REDAÇÃO AO INCISO:
"I - A PROJEÇÃO DOS RESULTADOS CORRENTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL;"

Emenda: 0312 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: INCLUA-SE NOVO ARTIGO APÓS O ARTIGO 11:
"12 - É VEDADA A CRIAÇÃO DE ATIVIDADE OU PROJETO COM A MESMA FINALIDADE DE OUTRA EXISTENTE COM O ÚNICO PROPÓSITO DE ESPECIFICAR A UNIDADE EXECUTORA."

Emenda: 0313 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 08** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: INCLUA-SE O SEGUINTE PARÁGRAFO NO ART. 8º DO PROJETO:
"§ OS ÓRGÃOS SETORIAIS DO SISTEMA DE ORÇAMENTO ENCAMINHARÃO A COMISSÃO DE QUE TRATA O § 1º DO ART. 166 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO MESMO PRAZO FIXADO NO § 3º DESTE ARTIGO, DETALHAMENTO DOS SUBTÍTULOS DESTINADOS A REALIZAÇÃO DE OBRAS CUJO VALOR TOTAL ULTRAPASSE R\$ 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE REAIS), CONTENDO:
A) ESPECIFICAÇÃO DA OBRA A SER REALIZADA;
B) ESTÁGIO EM QUE SE ENCONTRA A OBRA;
C) CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DA OBRA; E
D) ETAPAS A SEREM EXECUTADAS COM AS DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA."

Emenda: 0314 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 08** **Parágrafo: 3** **Inciso: III** **Alínea:**
Texto: DÊ-SE NOVA REDAÇÃO INCISO III:
"III - O DETALHAMENTO DOS PRINCIPAIS CUSTOS UNITÁRIOS MÉDIOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS."

Emenda: 0315 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 08** **Parágrafo: 2** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: RESTABELEÇA-SE PARCIALMENTE O CONTIDO NO INCISO V DA LDO ANTERIOR ORA SUPRIMIDO:
"V - OS VALORES DAS APLICAÇÕES DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO NOS DOIS ÚLTIMOS ANOS, A EXECUÇÃO, A PROVÁVEL DE 2000 E AS ESTIMATIVAS PARA 2001, CONSOLIDADAS E POR AGÊNCIA, REGIÃO, ESTADO, SETOR E FONTE DE RECURSOS, EVIDENCIANDO, QUANDO POSSÍVEL, A PARTICIPAÇÃO DOS PEQUENOS, MÉDIOS E GRANDES TOMADORES."

Emenda: 0316 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 08** **Parágrafo: 3** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: INCLUA-SE O SEGUINTE DISPOSITIVO:
"XXVIII - DISCRIMINAÇÃO POR ÓRGÃO, PROGRAM PROJETO E ATIVIDADE, REGIONALIZADA POR ESTADO, DAS DESPESAS DESTINADAS AO COMBATE DO CRIME ORGANIZADO E DO NARCOTRÁFICO, SEPARADAMENTE PARA OS ANOS DE 1999, 2000 E 2001."

Emenda: 0317 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 08** **Parágrafo: 3** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: RESTABELEÇA-SE O INCISO XXIX DA LDO ANTERIOR:
"XXVIII - A CORRELAÇÃO ENTRE AS NOVAS CATEGORIAS DE PROGRAMAÇÃO INTRODUZIDAS A PARTIR DE 2000 E AS EXISTENTES ANTERIORMENTE."

Emenda: 0318 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 08** **Parágrafo: 3** **Inciso: XV** **Alínea:**
Texto: DÊ-SE NOVA REDAÇÃO AO DISPOSITIVO INDICADO:
"XV - A DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, POR PODER E TOTAL, EXECUTADA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, A EXECUÇÃO PROVÁVEL EM 2000 E O PROGRAMADO PARA 2001, COM A INDICAÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE PERCENTUAL DO TOTAL E POR PODER EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE E À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, ESTA ÚLTIMA TAL COMO DEFINIDA NA FORMA DA LEI COMPLEMENTAR N.º 101, DE 4 DE MAIO DE 2000, PARA OS EXERCÍCIOS A QUE SE REFEREM."

Emenda: 0319 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 08** **Parágrafo: 3** **Inciso: XXV** **Alínea:**
Texto: DÊ-SE A SEGUINTE REDAÇÃO AO DISPOSITIVO INDICADO:
"XXV - OS SUBTÍTULOS DE PROJETO EM ANDAMENTO, CUJA..."

Emenda: 0320 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 08** **Parágrafo: 3** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: INSIRA-SE NO ART. 8º, §3º, INCISO NOS SEGUINTE TERMOS:
... AS DESPESAS ESTADUALIZADAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS, DESTACANDO AS PARCELAS ATINENTES A CADA UM DOS CRITÉRIOS PREVISTOS NO ART. 35 DA EI N.º 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0321	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	12	Parágrafo:		Inciso:	I,II	Alínea:	
Texto:	DÊ-SE NOVA REDAÇÃO AOS INCISOS I E II: I - 30 - ESTADO; II - 40 - MUNICÍPIO;												
Emenda:	0322	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	22	Parágrafo:		Inciso:	II	Alínea:	
Texto:	DÊ-SE NOVA REDAÇÃO INCISO II: "II - INCLUÍDOS PROJETOS COM A MESMA FINALIDADE EM MAIS DE UM ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO."												
Emenda:	0323	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	INCLUA-SE O SEGUINTE ARTIGO NA SEÇÃO I DO CAPÍTULO III: ART. ... SEM PREJUÍZO DO QUE DETERMINA O ART. 35 DA LEI N.º 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990, A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO SUS AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS OBSERVARÁ OS SEGUINTEES CRITÉRIOS: I - CINQUENTA POR CENTO, SEGUNDO O NÚMERO DE HABITANTES; II - TRINTA E CINCO POR CENTO, NA RAZÃO DIRETA DOS ÍNDICES MAIS ALTOS DE DESNUTRIÇÃO, DE MORBIDADE E MORTALIDADE PROVOCADAS POR DOENÇAS ENDÊMICAS; III - DEZ POR CENTO, NA RAZÃO DIRETA DOS MUNICÍPIOS MAIS CARENTES EM RELAÇÃO À INFRA-ESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO E DE ÁGUA POTÁVEL DE BOA QUALIDADE; E IV - CINCO POR CENTO, PELOS DEMAIS CRITÉRIOS PREVISTOS NA REFERIDA LEI.												
Emenda:	0324	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	28	Parágrafo:	1	Inciso:		Alínea:	
Texto:	DÊ-SE AO 1º DO ART. 28 A SEGUINTE REDAÇÃO: ART. 28. §1º PARA HABILITAR-SE AO RECEBIMENTO DE SUBVENÇÕES SOCIAIS, A ENTIDADE PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS DEVERÁ APRESENTAR DECLARAÇÃO DE FUNCIONAMENTO REGULAR NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, EMITIDA NO EXERCÍCIO DE 2001 POR TRÊS AUTORIDADES LOCAIS, E COMPROVANTE DE REGULARIDADE DO MANDATO DE SUA DIRETORIA.												
Emenda:	0325	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	28	Parágrafo:		Inciso:	II	Alínea:	
Texto:	DÊ-SE A SEGUINTE REDAÇÃO AO INCISO II DO ART. 28: ART. 28. ... II - SEJAM DE NATUREZA FILANTRÓPICA, INSTITUCIONAL OU ASSISTENCIAL, VINCULADAS A ORGANISMOS INTERNACIONAIS;												
Emenda:	0326	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	INCLUA-SE O SEGUINTE ARTIGO NA SEÇÃO I DO CAPÍTULO III: ART. ... NO EXERCÍCIO DE 2001, SERÃO APLICADOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, NO MÍNIMO, RECURSOS EQUIVALENTES AOS FIXADOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA E EM SEUS CRÉDITOS ADICIONAIS NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2000. §1º PARA FINS DO DISPOSTO NESTE ARTIGO, ENTENDE-SE POR AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE AQUELES A CARGO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EXCLUÍDOS OS GASTOS COM A DÍVIDA E COM OS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO. §2º NO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2001 ENVIADO AO CONGRESSO NACIONAL, A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DESTINADOS À ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E HOSPITALAR - MAC - PAUTAR-SE-Á POR SUA EQUALIZAÇÃO PER CAPITA EM TODAS AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO, NOS TERMOS DA LEI N.º 8.080, DE 1990, COMBINADA COM A LEI N.º 8.142, DE 1990.												
Emenda:	0327	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	18	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	EMENDA: MODIFICATIVA DÊ-SE AO CAPUT DO ART. 18 A SEGUINTE REDAÇÃO: "ART. 18. OS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO E O MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO TERÃO COMO LIMITES DE OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL EM 2001 O CONJUNTO DAS DOTAÇÕES FIXADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2000, CORRIGIDAS PELO IGP-DI VERIFICADO NO PERÍODO DE ABRIL DE 1999 A MARÇO DE 2000."												
Emenda:	0328	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	22	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	INCLUA-SE NOVO INCISO AO ARTIGO EM PAUTA: "V - CLASSIFICADAS COMO ATIVIDADES DOTAÇÕES QUE VISEM AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES LIMITADAS NO TEMPO E DAS QUAIS RESULTEM PRODUTOS QUE CONCORRAM PARA A EXPANSÃO OU APERFEIÇOAMENTO DA AÇÃO DO GOVERNO, BEM COMO CLASSIFICADOS COMO PROJETOS AÇÕES DE DURAÇÃO CONTINUADA."												
Emenda:	0329	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	23	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	DÊ-SE NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO ÚNICO, TRANSFORMANDO-O EM DOIS: "§1º - EXCLUEM-SE, PARA FINS DE APLICAÇÃO DO DISPOSTO NESTE ARTIGO, PROJETOS COM TÍTULOS GENÉRICOS QUE TENHAM CONSTADO DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS ANTERIORES: "§2º - ENTENDEM-SE COMO PROJETOS OU SUBTÍTULOS DE PROJETOS EM ANDAMENTO AQUELES CUJA EXECUÇÃO FINANCEIRA, ATÉ 30 DE JUNHO DE 2000, ULTRAPASSAR VINTE POR CENTO DO SEU CUSTO TOTAL ESTIMADO, CONFORME INDICADO NO DEMONSTRATIVO PREVISTO NO INCISO XXV DO § 3º DO ART. 8º DESTA LEI.												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0330	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	24	Parágrafo:	1	Inciso:	A	Alínea:
Texto:	DÊ-SE NOVA REDAÇÃO AO DISPOSITIVO EMENDADO: "A) UNIDADES EQUIPADAS, INCLUSIVE QUADRAS ESPORTIVAS E PRÓPRIOS RESIDENCIAIS, ESSENCIAIS À AÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES."											
Emenda:	0331	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	21	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:
Texto:	INCLUA-SE AO DISPOSITIVO 21 A SEGUINTE ALÍNEA: "G) DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO."											
Emenda:	0332	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	24	Parágrafo:	1	Inciso:	B,E	Alínea:
Texto:	SUPRIMA-SE DO ARTIGO INDICADO, §1º, A ALÍNEA "B" E "E". "B - AS UNIDADES NECESSÁRIAS À INSTALAÇÃO DE NOVAS REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS NO EXTERIOR"; "E - AS DESPESAS DESSA NATUREZA, QUE SEJAM RELATIVAS ÀS SEDES OFICIAIS DAS REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS NO EXTERIOR E QUE SEJAM COBERTAS COM RECURSOS PROVENIENTES DA RENDA CONSULAR;"											
Emenda:	0333	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	24	Parágrafo:	2	Inciso:		Alínea:
Texto:	DÊ-SE NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO 2º: "§ 2º - OS SERVIÇOS DE CONSULTORIA SOMENTE SERÃO CONTRATADOS PARA EXECUÇÃO DE ATIVIDADES QUE COMPROVADAMENTE NÃO POSSAM SER DESEMPENHADAS POR SERVIDORES OU EMPREGADOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, PUBLICANDO-SE NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, ALÉM DO EXTRATO DO CONTRATO, A JUSTIFICATIVA E A AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO."											
Emenda:	0334	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	24	Parágrafo:		Inciso:	VI	Alínea:
Texto:	DÊ-SE NOVA REDAÇÃO AO INCISO: "VI - AÇÕES QUE NÃO SEJAM DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA UNIÃO, COMUM À UNIÃO, AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICÍPIOS, OU AÇÕES PARA AS QUAIS A CONSTITUIÇÃO NÃO ESTABELEÇA A OBRIGAÇÃO DA UNIÃO EM COOPERAR TÉCNICA E FINANCEIRAMENTE."											
Emenda:	0335	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	24	Parágrafo:		Inciso:	VIII	Alínea:
Texto:	DÊ-SE NOVA REDAÇÃO AO INCISO: "VIII - PAGAMENTO, A QUALQUER TÍTULO, A SERVIDOR OU EMPREGADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA OU EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA OU DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, POR SERVIÇOS DE CONSULTORIA OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA, INCLUSIVE CUSTEADOS COM RECURSOS PROVENIENTES DE CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES, FIRMADOS COM ÓRGÃOS OU ENTIDADES DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, NACIONAIS OU INTERNACIONAIS."											
Emenda:	0336	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:
Texto:	EMENDA ADITIVA INCLUA-SE O SEGUINTE ART. 39, RENUMERANDO-SE OS DEMAIS: "ART. 39. OS CRÉDITOS SUPLEMENTARES AUTORIZADOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, REFERENTES A REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS DE TRABALHO DOS ÓRGÃOS DOS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, SERÃO ABERTOS POR ATO DOS RESPECTIVOS DIRIGENTES MÁXIMOS, CUJA PUBLICAÇÃO INCLUIRÁ A JUSTIFICATIVA E O INDICATIVO DOS EFEITOS DOS CANCELAMENTOS DE DOTAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES, DOS PROJETOS, DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS E RESPECTIVOS SUBTÍTULOS E METAS ATINGIDAS."											
Emenda:	0337	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	56	Parágrafo:	1,2	Inciso:		Alínea:
Texto:	EMENDA SUBSTITUTIVA DÊ-SE AO ART. 56, CAPUT E §§1º E 2º, A SEGUINTE REDAÇÃO: "ART. 56. SE O SETOR COMPETENTE DO PODER EXECUTIVO VERIFICAR QUE, AO FINAL DE UM BIMESTRE, A REALIZAÇÃO DA RECEITA PODERÁ NÃO COMPORTAR O CUMPRIMENTO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO OU NOMINAL ESTABELECIDAS NO ANEXO DE METAS FISCAIS, OS PODERES E O MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO PROMOVERÃO, POR ATO PRÓPRIO, NOS TRINTA DIAS SUBSEQÜENTES, A LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA, SEGUNDO OS PERCENTUAIS INFORMADOS POR AQUELE SETOR COMPETENTE. §1º NO CASO DE RESTABELECIMENTO DA RECEITA PREVISTA, AINDA QUE PARCIAL, A RECOMPOSIÇÃO DAS DOTAÇÕES CUJOS EMPENHOS FORAM LIMITADOS DAR-SE-Á DE FORMA PROPORCIONAL ÀS REDUÇÕES EFETIVADAS. §2º A LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA SERÁ FEITA COM A APLICAÇÃO DOS PERCENTUAIS MENCIONADOS NO CAPUT SOBRE A SOMA DAS DOTAÇÕES PARA "OUTRAS DESPESAS CORRENTES", "INVESTIMENTOS" E "INVERSÕES FINANCEIRAS" DOS ÓRGÃOS DE CADA PODER E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, EXCLUÍDAS AS PARCELAS DESTINADAS AO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS, INCLUSIVE AQUELAS DESTINADAS AO PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA."											
Emenda:	0338	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	59	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:
Texto:	Dê-se ao "parágrafo único" do art. 59, a seguinte redação: "Parágrafo único. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União, será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ressalvado o relativo aos gastos com pessoal e encargos sociais, que será liberado no montante das despesas mensais, respeitados os limites orçamentários."											

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0339 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 59 **Parágrafo:** ÚNICO **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Emenda ADITIVA

Inclua-se o seguinte § 2º no art. 59, renumerando-se o atual "parágrafo único" para § 1º.
§ 2º. Em ocorrendo o disposto no inciso II do § 6º do Art. 57 da Constituição Federal, os recursos necessários para fazer face à despesa serão liberados em acréscimo aos duodécimos previstos no parágrafo anterior."

Emenda: 0340 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 60 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Emenda MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 60 a seguinte redação:

"Art.60. A execução de gastos não previstos nos limites fixados no art. 47 desta Lei somente poderá ocorrer após a abertura de créditos adicionais para fazer face a tais despesas, ressalvados:
I- O pagamento de eventuais reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais;
II- as despesas decorrente de convocação extraordinária do Congresso Nacional;
III- as despesas decorrentes da fixação do teto remuneratório dos três Poderes da União;
IV- as vantagens autorizadas por lei."

Emenda: 0341 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 61 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Emenda ADITIVA

Inclua-se o seguinte "parágrafo único" no art. 61:
"Parágrafo único. Os créditos adicionais dependentes de lei autorizativa e solicitados pelos órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido."

Emenda: 0342 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte artigo 62 e renumere-se os que lhe seguem:

"Art. 62. Os órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União poderão encaminhar seus pedidos de crédito adicional ao setor competente do Poder Executivo até 15 de outubro de 2001, prazo este que não pode ser restringido.

§ 1º. Os créditos suplementares solicitados pelos órgãos mencionados no "caput" deste artigo serão aberto no prazo máximo de 30 (trinta) dias, quando depender apenas de decreto do Poder Executivo, a contar da data do pedido.
§2º. O crédito suplementar dependente de lei autorizativa e solicitado por órgão mencionado no "caput" deste artigo, com indicação dos recursos compensatórios, será encaminhado ao Congresso Nacional no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido."

Emenda: 0343 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 65 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Emenda ADITIVA

Inclua-se o seguinte inciso V no art. 65

"V - concessão dos auxílios creche, alimentação e transporte aos servidores públicos."

AUTOR: JOÃO COSER

PARTIDO: PT

UF: ES

Emenda: 0001 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se, imediatamente após o art. 23 do Projeto do Executivo, o seguinte artigo:

"Art. 24. A programação de investimentos par 2001, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, obedecerá, para fins de sua distribuição por unidades da federação, aos seguintes critérios:

I - metade, proporcionalmente à população de cada Estado;

II - metade, inversamente proporcional à renda per capita de cada Estado.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no caput deste artigo os valores consignados a subtítulos que devam ser excluídos por força do que estabelece o art. 35, §1º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias."

Emenda: 0038 Capítulo: VIII Seção: Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se o seguinte artigo 62 e renumere-se os que lhe seguem:

"Art. 62. Os órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União poderão encaminhar seus pedidos de crédito adicional ao setor competente do Poder Executivo até 15 de outubro de 2001, prazo este que não pode ser restringido.

§ 1º. Os créditos suplementares solicitados pelos órgãos mencionados no "caput" deste artigo serão aberto no prazo máximo de 30 (trinta) dias, quando depender apenas de decreto do Poder Executivo, a contar da data do pedido.

§2º. O crédito suplementar dependente de lei autorizativa e solicitado por órgão mencionado no "caput" deste artigo, com indicação dos recursos compensatórios, será encaminhado ao Congresso Nacional no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido."

Emenda: 0424 Capítulo: Seção: Artigo: 01 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescente-se ao Art. 1º o seguinte inciso:
IX - Regras para a execução orçamentária.

Emenda: 0425 Capítulo: I Seção: Artigo: 02 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescente-se ao Art. 2º o seguinte parágrafo:

§ 2º Todo o excesso previsto ao longo do ano de superávit primário do governo central, relativamente à meta fixada de 2,6% do PIB para 2001, será destinado às funções de saúde, educação e assistência social, proporcionalmente à dotação de cada função na proposta orçamentária aprovada no Congresso.

Emenda: 0426 Capítulo: II Seção: Artigo: 04 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Dê-se a seguinte redação ao Art. 4º:

Os orçamentos fiscal e da seguridade social, separadamente, discriminarão, a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificando a modalidade de aplicação, a fonte de recursos, o identificador de uso e o grupo de despesa, conforme a seguir discriminados:

Emenda: 0427 Capítulo: II Seção: Artigo: 04 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescente-se ao Art. 4º o seguinte parágrafo:

Parágrafo único. As contribuições sociais e previdenciárias deverão constar, necessariamente, como fonte de recursos da seguridade social.

Emenda: 0428 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: Inciso: III Alínea:

Texto: Dê-se ao inciso III do Art. 8º a seguinte redação:

anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, separando-se cada um deles e discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

Emenda: 0429 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 3 Inciso: XXI Alínea:

Texto: Altere-se a redação do inciso XXI do § 3º do artigo 8º para a seguinte:

O resultado do Banco Central do Brasil verificado no exercício de 1999 e primeiro semestre de 2000, discriminando-se todos os elementos que contribuíram para este resultado, especialmente as operações com as instituições financeiras, cambiais e com o Tesouro Nacional.

Emenda: 0430 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 2 Inciso: III Alínea:

Texto: Dê-se ao inciso III do § 2º do Art. 8º a seguinte redação:

avaliação das necessidades de financiamento do setor público federal, explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário e operacional implícitos no projeto de lei orçamentária para 2001, os estimados para 2000 e os observados em 1999, evidenciando, ainda, a relação com a dívida líquida do setor público federal e a metodologia do cálculo de todos os itens computados nas necessidades de financiamento bem como na dívida líquida, com referência específica ao cálculo dos juros reais por competência; e

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0431	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 2	Inciso: III	Alínea:
Texto: Dê-se ao inciso III do § 2º do Art. 80 a seguinte redação:						
avaliação das necessidades de financiamento do setor público federal, explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário e operacional implícitos no projeto de lei orçamentária para 2001, os estimados para 2000 e os observados em 1999, evidenciando, ainda, a metodologia do cálculo de todos os itens computados nas necessidades de financiamento, com referência específica ao cálculo dos juros reais e nominais por competência; e						
Emenda: 0432	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se ao § 3º do art. 8º a seguinte redação:						
O Poder Executivo deverá disponibilizar na página do órgão correspondente na internet, sem prejuízo de utilizar também outros meios, até quinze dias após o encaminhamento do projeto de lei orçamentária, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares;						
Emenda: 0433	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no § 3º do Art. 8º o seguinte inciso:						
memória de cálculo dos custos, além da forma como estão explicitados no orçamento, de todas as renegociações de dívida feitas entre 1997 e primeiro semestre de 2000 e pretendidas no segundo semestre de 2000 e em 2001, com o setor rural e no âmbito do ajuste das contas dos estados e municípios.						
Emenda: 0434	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no § 3º do Art. 8º o seguinte inciso:						
memória de cálculo da dívida líquida do setor público a partir da dívida bruta, discriminando-se as esferas de governo e respectivas estatais, assim como cada item que compõe a dívida para cada ano do período 1997 a primeiro semestre de 2000 e o previsto para o segundo semestre de 2000 e o ano de 2001.						
Emenda: 0435	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no § 3º do Art. 8º o seguinte inciso:						
memória de cálculo das necessidades de financiamento do setor público a partir da variação da dívida líquida, discriminando-se os juros nominais e reais para cada item que compõe a dívida bruta e o crédito do setor público, as esferas de governo e as respectivas estatais e o saldo primário para cada ano do período 1 997 a primeiro semestre de 2000 e o previsto para o segundo semestre de 2000 e o ano de 2001.						
Emenda: 0436	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Incluir no § 3º do art. 8º o seguinte inciso:						
descrição detalhada de todos os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.						
Emenda: 0437	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso:						
memória de cálculo dos recursos do FUNDEF (Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), a partir das determinações da Lei nº 9.424, discriminando-se as unidades da federação, para cada ano do período de 1997 e primeiro semestre de 2000 e o previsto para o segundo semestre de 2000 e o ano de 2001.						
Emenda: 0438	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no § 3º do art. 8º o seguinte inciso:						
discriminação de cada um dos empréstimos, com respectivo custo, prazo e montante, concedido pelo BNDES ou outra instituição financeira pública, direta ou indiretamente relacionado com o Programa Nacional de Desestatização, inclusive as operações pretendidas no segundo semestre de 2000 e em 2001.						
Emenda: 0439	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no § 3º do Art. 8º o seguinte inciso:						
detalhamento da situação atual do PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional), contendo os recursos utilizados com respectivo custo, prazo, probabilidade de retorno e instituição beneficiada, além das operações previstas para o segundo semestre de 2000 e em 2001.						
Emenda: 0440	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no § 3º do Art. 8º o seguinte inciso:						
as despesas regionalizadas do SUS, destacando as parcelas atinentes a cada um dos critérios previstos no Art. 35 da Lei no. 8.080, de 19 de setembro de 1990.						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0441 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 3 **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se no § 3º do Art. 8º o seguinte inciso:

discriminação de cada um dos empréstimos, com respectivo custo, prazo e montante concedido pelo BNDES ou outra instituição financeira pública, direta ou indiretamente relacionado com o Programa Nacional de Desestatização, inclusive as operações pretendidas em 2001.

Emenda: 0442 **Capítulo:** III **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se no Capítulo III a seguinte seção:

Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Emenda: 0443 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 16 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Acrescente-se ao Art. 16 o seguinte parágrafo:

As ações voltadas para garantir as metas previstas no anexo de metas fiscais deverão priorizar a preservação das ações incluídas nas funções saúde, assistência social e educação.

Emenda: 0444 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte artigo no Capítulo III Seção I:

O Poder Executivo deverá solicitar até 31 de outubro de 2001, mediante projeto de lei, a anulação total ou parcial dos créditos orçamentários relativos aos investimentos que não pretenda executar no exercício.

Emenda: 0445 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte artigo no Capítulo III, Seção I:

O Orçamento da Seguridade Social destinará recursos suficientes para o atendimento integral da assistência social em todos os assentamentos de trabalhadores rurais.

Emenda: 0446 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 18 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Suprima-se o Art. 18.

Emenda: 0447 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte artigo no Capítulo III, Seção I:

A execução orçamentária será feita de forma a que não exista, em nenhum momento do ano, diferença superior a vinte pontos percentuais nas comparações entre as execuções ao nível de cada ação, utilizando-se como referência na comparação o percentual resultante da relação entre a execução e os recursos aprovados, inclusive créditos adicionais, ao nível de cada ação.

Emenda: 0448 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte artigo no Capítulo III, Seção I:

O Orçamento da Seguridade Social destinará recursos suficientes para o atendimento integral da saúde em todos os assentamentos de trabalhadores rurais.

Emenda: 0449 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte artigo no Capítulo III, Seção I:

O Orçamento fiscal destinará recursos suficientes para que os serviços de educação sejam oferecidos de forma integral nos assentamentos rurais.

Emenda: 0450 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte artigo no Capítulo III, Seção I:

Os recursos que a União destinar ao FUNDEF (Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) deverão ser calculados rigorosamente de acordo com o disposto na Lei 9.424, especialmente no que se refere ao § 1º do Art. 6º.

Emenda: 0451 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte artigo no Capítulo III, Seção I:

Não serão aplicados menos do que 5% dos recursos destinados à seguridade social no orçamento de 2001 à função assistência social, especialmente nos programas atenção à pessoa portadora de deficiência, valorização e saúde do idoso, atenção à criança, escola de qualidade para todos, erradicação do trabalho infantil, cesta de alimentos, enfrentamento da pobreza e centros da juventude.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0452	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no Art. 24 o seguinte inciso: solicitações feitas por qualquer órgão do Poder Executivo após o início da apreciação da proposta orçamentária pejo Congresso Nacional, exceto nos casos de erros e omissões, do ponto de vista legal.					
Emenda: 0453	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo no Capítulo III, Seção I: As transferências para entidades que firmarem contratos de gestão com a administração pública federal poderão ser agrupadas em dotações orçamentárias de uma única categoria de programação, conforme definida no § 4º do art. 3º desta Lei, classificada no grupo de despesa "outras despesas de capital", incluindo-se as principais metas constantes do contrato de gestão, desde que a execução orçamentária seja feita no SIAFI, no detalhamento equivalente ao da administração pública federal.					
Emenda: 0454	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo no capítulo III, seção I: O Programa Comunidade Solidária deverá constar explicitamente na lei orçamentária, identificando-se cada um dos programas especificamente, se contiver mais do que um, bem como os projetos e atividades de cada programa e os subtítulos de cada projeto e atividade.					
Emenda: 0455	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 24	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no art. 24 o seguinte inciso: compra de títulos públicos por parte das autarquias do governo federal, a menos que seja o estritamente necessário para executar as atividades para os quais foram criadas.					
Emenda: 0456	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 24	Parágrafo: 2	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao § 2º do art. 24 a seguinte redação: Os serviços de consultoria somente serão contratados para a execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores da Administração Federal, publicando-se no Diário Oficial da União a justificativa, a autorização da contratação e o extrato do contrato, no qual constará, necessariamente, o nome do consultor, remuneração mensal, detalhes do serviço a ser prestado e o tempo máximo para concluí-lo, vedada a contratação sistemática para realizar o mesmo serviço.					
Emenda: 0457	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 38	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Acrescente-se ao art. 38 o seguinte parágrafo: a abertura de créditos suplementares por meio de decretos do Poder Executivo só será permitida para alterações inferiores a 15% da dotação aprovada pelo Congresso Nacional ao respectivo subtítulo.					
Emenda: 0458	Capítulo: III	Seção: II	Artigo: 41	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao art. 41 a seguinte redação: O Orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II da Constituição Federal deverá apresentar as despesas de capital de cada empresa, em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, detalhadas por categoria de programação e grupo de despesa, incluindo-se nas despesas de capital as participações acionárias em outras empresas conforme definida na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.					
Emenda: 0459	Capítulo: VI	Seção:	Artigo: 52	Parágrafo:	Inciso: III	Alínea:
Texto:	Dê-se ao inciso III do art. 52 a seguinte redação: estímulo à criação de empregos e ampliação da oferta de produtos de consumo popular, mediante apoio à expansão e ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas, com recursos administrados pelo Banco do Brasil S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNB, BASA e Banco Banespa.					
Emenda: 0460	Capítulo: VI	Seção:	Artigo: 52	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no art. 52 o seguinte inciso: O BNDES criará as condições adequadas, pelo lado da oferta e da demanda, para que não menos de 60% dos empréstimos concedidos em 2001 sejam destinados às micro, pequenas e médias empresas, inclusive dentro de um programa de estímulo às exportações.					
Emenda: 0461	Capítulo: VI	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Acrescente o seguinte artigo ao capítulo VI: Ao BNDES estará vedado conceder financiamento a empresas direta ou indiretamente controladas por empresas estrangeiras, estabelecidas ou não no Brasil, incluindo-se na vedação os empréstimos a empresas que venham a ser adquiridas por estrangeiros, no âmbito ou não do Programa Nacional de Desestatização.					
Emenda: 0462	Capítulo: VII	Seção:	Artigo: 56	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Acrescente-se o seguinte parágrafo ao art. 56: A limitação do empenho e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais deverá priorizar a preservação das ações incluídas nas funções saúde, assistência social e educação.					
Emenda: 0463	Capítulo:	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Suprima-se o item III da primeira Tabela do Anexo de Metas Fiscais.					

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0464	Capítulo:	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	
Texto:	Altere-se os números constantes dos intens II e III da primeira Tabela do Anexo de Metas Fiscais para os seguintes:							
			2001		2002		2003	
			valor	%PIB	valor	%PIB	valor	% PIB
	II. Despesa total		254.362,6	19,56	277.041,0	19,56	300.289,6	19,56
	III. Resultado primário		0,0	0,00	0,0	0,0	0,0	0,00

Emenda:	0465	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo ao Capítulo III, Seção I: A proposta orçamentária para 2001 deverá ser elaborada considerando-se um reajuste do salário mínimo em 2001 correspondente à inflação mais, no mínimo, 12,5 pontos percentuais. Parágrafo único. A inflação será medida pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas, referente aos doze meses anteriores à data do reajuste, pelo critério de ponta.								

Emenda:	0466	Capítulo:	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	
Texto:	Altere-se os números constantes dos intens II e III da primeira tabela do Anexo de Metas Fiscais para os seguintes:							
			2001		2002		2003	
			valor	%PIB	valor	%PIB	valor	% PIB
	II. Despesa total		228.3554,1	17,56	254.379,2	17,96	281.866,9	18,36
	III. Resultado primário		26.008,0	2,00	22.661,8	1,60	18.422,7	1,20

Emenda:	0467	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Incluir no capítulo III a seguinte Seção " das Diretrizes específicas do orçamento da seguridade social", contendo toda matéria incluída na LDO 2000							

Emenda:	0468	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo II a seguinte emenda: No exercício de 2001, serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seu créditos adicionais no exercício financeiro de 2000.								

Emenda:	0469	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:	56	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Suprimir o artigo 56								

Emenda:	0470	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	37	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se a seguinte redação ao Art. 37: As fontes de recursos e as modalidades de aplicação aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução se publicadas por meio de decreto do Presidente da República.									

Emenda:	0471	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:
Texto:	detalhamento dos recursos orçamentários transferidos para entidades que têm contrato de gestão com União, discriminando-se cada entidade.									

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0481	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	65	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao artigo 65: "Art. 65. Se o projeto de lei orçamentária anual não for sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2000, a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva lei não for sancionada, até o limite de dois doze avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida ao Congresso Nacional. § 1º. Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo. § 2º. Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de cancelamentos ou reduções efetuadas no projeto de lei de orçamento no Congresso Nacional e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados por decreto do Poder Executivo, após sanção da lei orçamentária, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações, até o limite de vinte por cento da programação objeto de cancelamento, desde que não seja possível a reapropriação das despesas executadas. § 3º. Excetuam-se do disposto no caput deste artigo as ações que não estavam em execução no exercício de 2000, bem como as dotações à conta de fontes de recursos condicionadas à aprovação de alterações na legislação tributária e das contribuições, conforme disposto no art. 54 desta Lei. § 4º. Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, observado o disposto no parágrafo anterior, as dotações para atendimento de despesas com: I - Pessoal e encargos sociais; II - pagamento de benefícios previdenciários a cargo do Instituto Nacional de Seguro Social; III - pagamento do serviço de dívida; IV - o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos - Prodea; V - pagamento de bolsa de estudo; VI - pagamento de benefícios de prestação continuada (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) e desenvolvimento de ações de enfrentamento à pobreza; VII - pagamento de abono salarial e despesas à conta de recursos diretamente arrecadados, no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT; VIII - pagamento de compromissos contratuais no exterior; IX - pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde; X - o Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae; XI - transferências constitucionais e legais por repartição de receitas a Estados, Distrito Federal e Municípios; e XII - a complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, previsto no art. 60, § 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal. § 5º. Aplica-se o disposto nos arts. 13, § 1º, 37 e 67 aos recursos liberados na forma deste artigo.												
Emenda:	0482	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	VII	Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao inciso VII: VII - memória de cálculo das estimativas: a) do resultado da previdência social geral, especificando receitas mensais e no exercício, explicitando as hipóteses quanto aos fatores que afetam o crescimento das receitas, ao crescimento vegetativo das despesas com benefícios e do índice de reajustee do salário mínimo; b) do gasto com pessoal e encargos sociais, mês a mês e no exercício, explicitando as hipóteses quanto a seu crescimento vegetativo, aos reajustes geral e específicos que afetem essas despesas e ao aumento do número dee servidores.												
Emenda:	0483	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Insira-se no art. 8º, § 3º, inciso nos seguintes termos: ...as despesas estadualizadas do Sistema Único de Saúde - SUS, destacando as parcelas atinentes a cada um dos critérios previstos no art. 35 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.												
Emenda:	0484	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	28	Parágrafo:	1	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se ao § 1º do art. 28 a seguinte redação: Art. 28. § 1º. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2001 por três autoridades locais, e comprovantee de regularidadde do mandato de sua diretoria.												
Emenda:	0485	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	28	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se a seguinte redação ao inciso II do art. 28: Art. 28. II - sejam de natureza filantrópica, institucional ou assistencial, vinculados a organismo internacionais;												
Emenda:	0486	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se onde couber a seguinte alínea: ..) as estimativas das receitas de concessões e permissões. por serviço outorgado, com os valores total e mensais;												
Emenda:	0487	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	XX	Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao inciso XX: XX - as receitas decorrentes do Programa Nacional de Desestatização até 1999, bem como estimativas e uso previsto para 2000 e 2001, por empresa ou participação da União objeto da alienação;												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0488	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XXI	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação ao inciso XXI: XXI - o resultado do Banco Central do Brasil verificado no exercício de 1999, destacando os principais elementos que contribuíram para esse resultado, bem como o estimado para 2000 e 2001;					
Emenda: 0489	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XIV	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação à alínea b): b) das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, segundo as rubricas da lei orçamentária, calculadas a partir dos montantes estimados na alínea anterior, mês a mês;					
Emenda: 0490	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 59	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao "parágrafo único" do art. 59, a seguinte redação: "Parágrafo único. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União, será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ressalvado o relativo aos gastos com pessoal e encargos sociais, que será liberado no montante das despesas mensais, respeitados os limites orçamentários."					
Emenda: 0491	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo onde couber no Capítulo VIII: Art. XX. O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166, § 1º da Constituição Federal, até 30 dias após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo, inclusive em meio magnético de processamento eletrônico: I - relação das obras em execução com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nas quais tenham sido identificados indícios de irregularidades graves ou de danos ao Erário, ainda que relativas a processos não apreciados por órgão colegiado do tribunal, incluídas ou não na proposta orçamentária, devendo, nesses casos, serem indicados a classificação institucional, funcional e programática correspondente atualizada conforme o constante na proposta orçamentária para 2001, o órgão executor, a localização da obra, a descrição circunstanciada dos indícios verificados, as providências adotadas pelo Tribunal e o andamento dos respectivos processos; II - informações gerenciais sobre a execução físico-financeira dos subtítulos mais relevantes, constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, atualizada conforme o constante na proposta orçamentária para 2001, selecionados, especialmente, de acordo com critérios que levem em consideração o valor liquidado no exercício de 1999 e o fixado em 2000, a regionalização do gasto, sem prejuízo das solicitações do Congresso Nacional. § 1º. A lei orçamentária anual poderá contemplar subtítulos relativos a obras mencionadas no inciso I deste artigo com execução orçamentária suspensa até a adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável, sujeitas à apreciação do Congresso Nacional e da Comissão referida no caput deste artigo. § 2º. O Tribunal encaminhará à Comissão referida no caput deste artigo, sempre que necessário, relatórios de atualização das informações constantes da relação mencionada no inciso I deste artigo. § 3º. Nas obras a que se refere o inciso I deste artigo, quando não houver dotação consignada na proposta de lei orçamentária para 2001, o Tribunal poderá apresentar a classificação funcional e programática utilizada em exercícios anteriores, fazendo menção expressa ao fato. § 4º. Na relação mencionada no inciso I deste artigo, não deverão constar as obras já julgadas regulares ou regulares com ressalvas pelo Tribunal, em decisão final.					
Emenda: 0492	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo: "A parcela equivalente a 20% (vinte por cento) das receitas vinculadas e das diretamente arrecadadas por órgão, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, será obrigatoriamente destinada a investimentos nas atividades-fim, tratando-se de órgãos ou entidades voltadas para a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico ou para ações na área de recursos hídricos."					
Emenda: 0493	Capítulo: VII	Seção:	Artigo: 54	Parágrafo: 4	Inciso:	Alínea:
Texto:	Suprima-se o § 4º do art. 54.					
Emenda: 0494	Capítulo: IV	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se novo artigo 44, renumerando-se os demais, com a seguinte redação: "Art. 44. As despesas com o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal serão incluídas, na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida e constarão em unidade orçamentária específica, distinta da que contemple os encargos financeiros da União."					
Emenda: 0495	Capítulo: VI	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se novo art. 53, renumerando-se os demais, com a seguinte redação: "Art. 53 Acompanhará o relatório de que trata o art. 165, §3º, da Constituição Federal, demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este capítulo."					

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0496 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 06 **Parágrafo:** ÚNICO **Inciso:** IV **Alínea:**
Texto: Exclua-se a parte final do inciso IV do parágrafo único do art. 6º, passando o dispositivo a constar com a seguinte redação:

"Art. 6º
Parágrafo único
IV - transferências para aplicação em programas de financiamento nos termos do dispositivo nos arts. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal."

Emenda: 0497 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 06 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se no caput do art. 6º in fine:

"...devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser registrada no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI na modalidade total."

Emenda: 0498 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se após o art. 14 o seguinte artigo e seu parágrafo único:

A proposta e a lei orçamentária conterão código classificador em todas as categorias de programação identificando se a despesa é de natureza financeira ou não-financeira.

Parágrafo único. A metodologia adotada para a classificação mencionada no caput acompanhará os demonstrativos previstos no art. 8º, § 3º.

Emenda: 0499 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 07 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se os seguintes incisos no art. 7º:

- às despesa com publicidade, propaganda e divulgação oficial
- consultoria e assessoramento.

Emenda: 0500 **Capítulo:** III **Seção:** **Artigo:** 21 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte parágrafo: A inclusão de recurso na lei orçamentária e em seus créditos adicionais para atender as despesas mencionadas neste artigo fica condicionada ao encaminhamento de todas as informações relacionadas nas alíneas do caput deste artigo

Emenda: 0501 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 38 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se no art. 38 o seguinte § 9º:
§ 9º Os créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual, referentes a remanejamento de dotações, exceto despesas com pessoal, no âmbito dos programas de trabalho dos respectivos órgãos, serão abertos e publicados com justificativa e indicativo dos efeitos sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e respectivos subtítulos e metas atingidos:
I - no Poder Legislativo, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União;
II - no Poder Judiciário, pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores;
III - no Ministério Público da União, pelo Procurador-Geral da República.

Emenda: 0502 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se onde couber:
As receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha maioria do capital com direito a voto, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, serão destinadas:
I - em até 60% para custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida, e a contrapartida das operações de crédito;
II - no mínimo em 40% para investimentos em atividades-fim da entidade arrecadadora.

Emenda: 0503 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 3 **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Incluir no §3 do art. 8º inciso com a seguinte redação:
... - memória de cálculo da complementação da União ao Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, indicando o valor mínimo por aluno, nos termos do art. 6º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

Emenda: 0504 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo III:
Art. ... No exercício de 2001, serão aplicados em ações e serviços de saúde e, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 2000.
§ 1º. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por ações e serviços de saúde aqueles a cargo do Ministério da Saúde, excluídos os gastos com a dívida e com os encargos previdenciários da União.
§ 2º. No projeto de lei orçamentária para 2001 enviado ao Congresso Nacional, a distribuição dos recursos destinados à assistência ambulatorial de média e alta complexidade e hospitalar - MAC - pautar-se-á por sua equalização per capita em todas as unidades da Federação, nos termos da Lei nº 8.080, de 1990, combinada com a Lei nº 8.142, de 1990.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0505	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	23	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se onde couber: Constará da proposta e da lei orçamentária, para cada subtítulo de projeto de obra pública que tenha duração prevista para mais de um exercício financeiro, por meio de código numérico ou outro tipo de classificação, as seguintes informações: I - quantidade de anos prevista para término da obra, contada a partir de seu início; II - ano de execução em que a obra se encontra; III - valor total necessário para terminar a obra.												

Emenda:	0506	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se onde couber o seguinte artigo ao PLDO 2001: Art. O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166, § 1º da Constituição Federal, até 30 dias após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo, relatório contendo informações sobre a execução físico-financeira dos subtítulos mais relevantes relativos a obras constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social. § 1º. O relatório referido no caput deverá informar, para cada obra fiscalizada, a classificação institucional, funcional e programática correspondente, a localização do empreendimento, os eventuais indícios de irregularidades classificados de acordo com sua gravidade, as providências adotadas pelo Tribunal, o percentual de execução físico-financeira e a estimativa do valor necessário para conclusão, além de outras informações consideradas pertinentes pelo Tribunal. § 2º. As informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União em cumprimento ao disposto no caput deste artigo deverão ser obtidas mediante procedimentos fiscalizatórios específicos para subsidiar a apreciação da proposta orçamentária pelo Congresso Nacional. § 3º. A seleção das obras a serem fiscalizadas deve considerar, dentre outros fatores, o valor liquidado no exercício de 1999, o fixado em 2000, a regionalização do gasto e o histórico de irregularidades pendentes obtido a partir de fiscalizações anteriores do Tribunal. § 4º. No atendimento ao disposto no caput deste artigo, o Tribunal fiscalizará um número de obras superior em pelo menos 20% ao número de obras fiscalizadas por ocasião do processo orçamentário federal para o exercício de 2000. § 5º. O Tribunal encaminhará à Comissão referida no caput deste artigo, sempre que necessário, relatórios de atualização das informações relativas às obras fiscalizadas."												

AUTOR: JOÃO FASSARELA

PARTIDO: PT

UF: MG

Emenda: 0961 Capítulo: VIII Seção: Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

"Art. - O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, até 30 dias após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo:
I - relação das obras em execução com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nas quais tenham sido identificados indícios de irregularidades graves ou danos ao erário, incluídas ou não na proposta orçamentária, devendo nesses casos, serem indicados a classificação institucional, funcional e programática correspondente, o órgão executor, a localização da obra, os indícios verificados e as providências adotados nos processos;
II - Informações gerenciais sobre a execução físico financeira dos subtítulos mais relevantes constantes dos orçamentos fiscal e seguridade social, selecionados, especialmente, de acordo com critérios que levem em consideração o valor liquidado no exercício de 1990 e o fixado em 2000, a regionalização do gasto, sem prejuízo das solicitações do Congresso Nacional.
§ 1º A lei orçamentária poderá contemplar subtítulos relativos a obras mencionadas no inciso I deste artigo com execução orçamentária suspensa até a adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável, sujeitas à apreciação do Congresso Nacional e da Comissão referida no caput deste artigo.
§ 2º O Tribunal encaminhará à Comissão referida no caput deste artigo, sempre que necessário, relatórios de atualização das informações constantes da relação mencionada no inciso I deste artigo.

Emenda: 0962 Capítulo: I Seção: Artigo: 02 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Dê-se nova redação ao Art. 2º, incluindo os seguintes incisos:

Art. 2º - Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2001 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária 2001, não se constituindo, todavia, em limites à programação das despesas e devem observar as seguintes estratégias:
I - consolidar a estabilidade econômica com crescimento sustentado;
II - promover o desenvolvimento sustentável coletado para a geração de empregos e oportunidade de renda;
III - combater a pobreza e promover a cidadania e a inserção social;
IV - consolidar a democracia e a defesa dos direitos humanos, inclusive os direitos de minorias vítimas de preconceito e discriminação;
V - reduzir as desigualdades inter regionais.

Emenda: 0963 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se onde couber o seguinte parágrafo:

"..... - O Orçamento destinado ao Fundo Nacional de Assistência Social em suas atividades finalísticas, constante na lei orçamentária de 2001, não poderá ser inferior ao montante aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Emenda: 0964 Capítulo: VIII Seção: Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

"Art. - Os custos unitários de obras executadas com recursos dos orçamentos da União, relativas à construção de prédio públicos, saneamento e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico - CUB - por m², divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção, por Unidade da Federação, acrescido de até 15% (quinze por cento) para cobrir custos não previstos no CUB."
Parágrafo Único: Somente em condições especiais, devidamente justificadas, poderão os respectivos custos ultrapassar os limites fixados no caput deste artigo, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo.

Emenda: 0965 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

"Art. - A lei orçamentária para 2001 consignará recursos do Tesouro Nacional para o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA, em atendimento ao disposto no caput do art. 277 da Constituição e no inciso II do art. 3º do Decreto 1.198/94.
Parágrafo Único: No programa de trabalho do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente será observada a aplicação do disposto no art. 4º do Decreto 1.196/94.

Emenda: 0966 Capítulo: III Seção: I Artigo: 28 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se, onde couber, o seguinte parágrafo ao art. 32:

"..... - A Secretaria de Estado de Assistência Social publicará mensalmente no Diário Oficial da União, a relação dos Municípios e Estados beneficiados com recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social, nos termos do parágrafo 2º, da Lei 9.604/98.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0967	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se, onde couber, o seguinte art.:						
<p>"Art. - A destinação de recursos a Municípios, Estados e ao Distrito Federal, inclusive para atendimento de ações de assistência social, saúde e educação, será realizada mediante transferências intergovernamentais.</p> <p>Parágrafo Único: Os recursos financeiros de qualquer natureza, destinados aos Municípios, serão a eles transferidos diretamente pela União, exceto se comprovada, mediante justificativa pelo gestor, a inviabilidade da transferência direta.</p>						
Emenda: 0968	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 32	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se, onde couber, o seguinte inciso, alíneas e parágrafo:						
<p>"......" - Não está inadimplente.</p> <p>A) com a União;</p> <p>b) com as contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;</p> <p>c) com a prestação de contas relativas a recursos anteriormente recebidos da administração pública federal.</p> <p>§ 1º - Fica o Poder Executivo, ressalvadas as vedações constitucionais, autorizado a dispensar, em caráter excepcional, mediante decreto, que contere a justificativa da exceção, as exigências previstas nas alíneas do inciso acima, para atendimento de ações emergenciais na área da saúde pública e dos serviços assistências previstos na Lei 8.742/93.</p>						
Emenda: 0969	Capítulo: VIII	Seção: II	Artigo: 56	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se onde couber o seguinte parágrafo:						
<p>"...... - Havendo a necessidade de se proceder a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no Anexo referido do artigo 16 desta deverão, prioritariamente, ser preservadas as ações incluídas nos Fundo Nacional de Assistência Social, Fundo Nacional de Saúde e Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente.</p>						
Emenda: 0970	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte artigo:						
<p>"Art. - O orçamento da Seguridade Social destinará no mínimo 30% (trinta por cento) de toda a sua dotação para a função Saúde, excetuando-se no cálculo da dotação a contribuição do PIS/PASEP.</p>						
Emenda: 0971	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se onde couber o seguinte artigo:						
<p>"Art. - A destinação de recursos a título de "contribuições", a qualquer entidade, para despesas correntes e de capital, além de atender ao que determina o art. 12, §§ 2º e 6º, da Lei 4.320, de 1964, somente poderá ser efetivada mediante previsão na lei orçamentária e a identificação do beneficiário do convênio."</p>						
Emenda: 0972	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 32	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao art. 32:						
<p>"As transferências voluntárias de recursos da União, consignadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, para Estados, Distrito Federal ou Municípios, a título de cooperação, auxílios ou assistência financeira serão realizadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, na forma da legislação vigente, ressalvadas aquelas decorrentes de recursos originários da repartição de receitas previstas em legislação específica, de repartições de receitas tributárias, de operações de crédito externas e das destinadas a atender estado de calamidade pública legalmente reconhecido por ato ministerial, e dependerão da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que:"</p>						
Emenda: 0973	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 06	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao art. 6º:						
<p>"Art. 6º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes da União, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mistas e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser totalmente registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI."</p>						
Emenda: 0974	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se onde couber o seguinte artigo:						
<p>"Art. - A lei orçamentária anual para 2001, destinará a função Assistência, recursos no mínimo, iguais aos valores gastos em 2001, corrigidos pelo índice do IGP-DI, acrescido de dez por cento.</p>						
Emenda: 0975	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se onde couber o seguinte artigo:						
<p>"Art. - A lei orçamentária para o ano 2001, destinação a função Saúde recursos, no mínimo, iguais aos valores gastos no exercício 2000, corrigidos pelo índice do IGP-DI, acrescido de dez por cento.</p>						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1005	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	30	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Acrescenta-se no artigo 30, o seguinte parágrafo: § A reserva de contingência discriminará a parcela relativa ao orçamento da seguridade, proporcionalmente à participação das contribuições sociais na receita corrente líquida												
Emenda:	1006	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	30	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Acrescenta-se ao artigo 30, o seguinte parágrafo: § A proposta de lei orçamentária enviada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo deverá conter a reserva de contingência nunca inferior ao mínimo previsto no caput deste artigo.												
Emenda:	1007	Capítulo:	I	Seção:		Artigo:	02	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Acrescenta-se ao artigo 2, o seguinte parágrafo: § os programas sociais terão prioridade de execução relativamente às metas fiscais												
Emenda:	1008	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	65	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Acrescenta-se ao artigo 65, os seguintes incisos: - pagamento de bolsa de estudo; - pagamento de despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde; - pagamento de benefícios de prestação continuidade; - desenvolvimento de ações de enfrentamento a pobreza												
Emenda:	1009	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	65	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao artigo 65: Art. 65 - Se o projeto de lei orçamentária não for sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2001, a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva lei não for sancionada, até o limite de dois doze avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida ao Congresso Nacional.												
Emenda:	1010	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	32	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Acrescenta-se ao artigo 32, o seguinte parágrafo: § As transferências voluntárias deverão ser feitas necessariamente por meio de convênio, ajuste ou outros instrumentos congêneres.												
Emenda:	1011	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	06	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao inciso VI do parágrafo único do art. 6º: VI - Transferências para aplicação em programas de financiamento nos termos do disposto nos arts. 159, inciso I, alínea "c", e 239, §1º, da Constituição Federal, excetuando-se deste inciso o BNDES.												
Emenda:	1012	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se na seção I do capítulo III o seguinte artigo: Art. - É vedada a inclusão na lei orçamentária de dotações para pagamento de precatórios cuja ação não tenha sido informada pelos tribunais federais à Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMPOP), na forma de banco de dados em meio magnético												
Emenda:	1013	Capítulo:	III	Seção:	II	Artigo:	41	Parágrafo:	1	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao § 1º, art. 41, da seção II, capítulo III: § 1º - para efeito de compatibilidade da programação orçamentária a que se refere este artigo com a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, serão considerados investimentos as despesas com aquisição do ativo imobilizado, excetuando as relativas à aquisição de bens para arrendamento mercantil e inversões financeiras												
Emenda:	1014	Capítulo:	V	Seção:		Artigo:	47	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Exclua-se o art. 47 Art. 47 - No exercício financeiro de 2001, as despesas com pessoal, ativo e inativo dos Poderes Legislativo, executivo e Judiciário e do Ministério Público da União observarão os limites estabelecidos na forma da Lei Completar a que se refere o art. 169 da Constituição.												
Emenda:	1015	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	18	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Alterar a redação do art. 18, passando a ser: Para a proposta orçamentária de 2001, os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites de outras despesas correntes e de capital o total destas dotações fixadas no Plano Plurianual (PPA).												
Emenda:	1016	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	56	Parágrafo:	1,4	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Exclua-se o art. 56 e seus parágrafos												
Emenda:	1104	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	1	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Detalhamento do uso previsto da fonte de recursos originada da Desvinculação das Receitas da União, desde o nível de função até o nível de ações.												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 1105 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Incluir no Capítulo VIII o seguinte artigo:

A União enviará em trinta dias após o término de cada bimestre demonstrativo da execução da Desvinculação dos Recursos da União, detalhado desde o nível de função até ação.

Emenda: 1106 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se na Seção I do Capítulo III o seguinte artigo:

O Orçamento de 2001 deverá considerar na sua elaboração um salário mínimo equivalente a R\$ 200,00, corrigido pela variação esperada do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas de maio de 2000 a abril de 2001.

Emenda: 1107 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se na Seção I do Capítulo III o seguinte artigo:

Os recursos destinados à erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental, conforme disposto no § 6º do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, deverão obedecer os Artigos 69, 70 e 71 da Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996.

Emenda: 1108 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 56 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Dê-se ao Art. 56 e o seu § 1º a seguinte redação:

Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no Anexo referido no art. 16 desta Lei, esta será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" do Poder Executivo.

§ 1º - Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo solicitará aos demais poderes e ao Ministério Público da União o montante que poderá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Emenda: 1118 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 06 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Dê-se ao Artigo 6º a seguinte redação:

Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes da União, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser totalmente e detalhadamente registrada no sistema Integração de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

AUTOR: JOÃO GRANDÃO

PARTIDO: PT

UF: MS

Emenda: 1801 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 65 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: IV - a atividade crédito para a reforma agrária

AUTOR: JOÃO HERRMANN NETO

PARTIDO: PPS

UF: SP

Emenda: 1427 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se no capítulo II o seguinte dispositivo:
"Art. ...-.....
§ ... - Os créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual, referentes a remanejamento de dotações, exceto despesas com pessoal, no âmbito dos programas de trabalho dos respectivos órgãos, serão abertos e publicados com justificativa e indicativo dos efeitos sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e respectivos subtítulos e metas atingidos:
I - no Poder Legislativo, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União;
II - no Poder Judiciário, pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores;
III - no Ministério Público da União, pelo Procurador Geral da República."

Emenda: 1428 **Capítulo: III** **Seção: I** **Artigo: 40** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se no capítulo II o seguinte dispositivo:
"Art. ... -
§ ... - Os recursos destinados a precatórios judiciais, somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos adicionais com outra finalidade mediante autorização específica do Congresso Nacional."

Emenda: 1429 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se no capítulo II o seguinte dispositivo:
"... - A Secretaria Nacional de Assistência Social publicará trimestralmente no Diário Oficial da União a relação dos Estados e Municípios beneficiados e o montante do recurso a eles transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência social nos termos do §2º da Lei n.º 9604, de 5 de fevereiro de 1998."

Emenda: 1695 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 06** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Acrescente-se in fine a expressão:
"devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser totalmente registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI."

Emenda: 1696 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 08** **Parágrafo: 3** **Inciso: XXV** **Alínea:**
Texto: Dê-se a seguinte redação ao dispositivo indicado:
"XXV - os subtítulos de projeto em andamento, cuja...."

Emenda: 1697 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 08** **Parágrafo: 3** **Inciso: XIII** **Alínea:**
Texto: Dê-se ao inciso nova redação:
"XIII - os montantes das receitas diretamente arrecadadas, por ,,,,,"

Emenda: 1698 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 08** **Parágrafo: 3** **Inciso: XV** **Alínea:**
Texto: DÊ-SE NOVA REDAÇÃO AO DISPOSITIVO INDICADO:
"XV - A DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, POR PODER E TOTAL, EXECUTADA NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, A EXECUÇÃO PROVÁVEL EM 2000 E O PROGRAMADO PARA 2001, COM A INDICAÇÃO DA REPRESENTATIVIDADE PERCENTUAL DO TOTAL E POR PODER EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE E À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA, ESTA ÚLTIMA TAL COMO DEFINIDA NA FORMA DA LEI COMPLEMENTAR N.º 101, DE 4 DE MAIO DE 2000, PARA OS EXERCÍCIOS A QUE SE REFEREM."

Emenda: 1699 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 08** **Parágrafo: 3** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Restabeleça-se o inciso XXIX da LDO anterior:
"XXVIII - a correlação entre as novas categorias de programação introduzidas a partir de 2000 e as existentes anteriormente."

Emenda: 1700 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 08** **Parágrafo: 3** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte dispositivo:
"XXVIII - discriminação por órgão, programa, projeto e atividade, regionalizada por estado, das despesas destinadas ao combate do crime organizado e do narcotráfico, separadamente para os anos de 1999, 2000 e 2001."

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1701	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	INCLUA-SE O SEGUINTE PARÁGRAFO NO ART. 8º DO PROJETO: "§ OS ÓRGÃOS SETORIAIS DO SISTEMA DE ORÇAMENTO ENCAMINHARÃO A COMISSÃO DE QUE TRATA O § 1º DO ART. 166 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO MESMO PRAZO FIXADO NO § 3º DESTE ARTIGO, DETALHAMENTO DOS SUBTÍTULOS DESTINADOS A REALIZAÇÃO DE OBRAS CUJO VALOR TOTAL ULTRAPASSE R\$ 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE REAIS), CONTENDO: A) ESPECIFICAÇÃO DA OBRA A SER REALIZADA; B) ESTÁGIO EM QUE SE ENCONTRA A OBRA; C) CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DA OBRA; E D) ETAPAS A SEREM EXECUTADAS COM AS DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA.												
Emenda:	1702	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	2	Inciso:		Alínea:	
Texto:	RESTABELEÇA-SE PARCIALMENTE O CONTIDO NO INCISO V DA LDO ANTERIOR ORA SUPRIMIDO: "V - OS VALORES DAS APLICAÇÕES DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO NOS DOIS ÚLTIMOS ANOS, A EXECUÇÃO, A PROVÁVEL DE 2000 E AS ESTIMATIVAS PARA 2001, CONSOLIDADAS E POR AGÊNCIA, REGIÃO, ESTADO, SETOR E FONTE DE RECURSOS, EVIDENCIANDO, QUANDO POSSÍVEL, A PARTICIPAÇÃO DOS PEQUENOS, MÉDIOS E GRANDES TOMADORES."												
Emenda:	1703	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	I	Alínea:	
Texto:	Dê-se a seguinte redação ao inciso: "I - a projeção dos resultados correntes dos orçamentos fiscal e da seguridade social."												
Emenda:	1704	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	III	Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação inciso III: "III - o detalhamento dos principais custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos."												
Emenda:	1705	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se novo artigo após o artigo 11: "12 - É vedada a criação de atividade ou projeto com a mesma finalidade de outra existente com o único propósito de especificar a unidade executora."												
Emenda:	1706	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	12	Parágrafo:		Inciso:	I,II	Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação aos incisos I e II: I - 30 - estado; II - 40 - município;												
Emenda:	1707	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	18	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao caput do art. 18: "Art. 18. Na proposta orçamentária, os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites de outras despesas correntes e de capital, em 2001, os seguintes parâmetros, calculados com base na receita corrente líquida: Poder Legislativo - 0,34% (trinta e quatro centésimos por cento); Poder Judiciário - 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) e Ministério Público da União - 0,07% (sete centésimos por cento).												
Emenda:	1708	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	21	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se ao dispositivo 21 a seguinte alínea: "g) data do trânsito em julgado."												
Emenda:	1709	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	22	Parágrafo:		Inciso:	II	Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação inciso II: "II - incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão orçamentário."												
Emenda:	1710	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	22	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	INCLUA-SE NOVO INCISO AO ARTIGO EM PAUTA: "V - CLASSIFICADAS COMO ATIVIDADES DOTAÇÕES QUE VISEM AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES LIMITADAS NO TEMPO E DAS QUAIS RESULTEM PRODUTOS QUE CONCORRAM PARA A EXPANSÃO OU APERFEIÇOAMENTO DA AÇÃO DO GOVERNO, BEM COMO CLASSIFICADOS COMO PROJETOS AÇÕES DE DURAÇÃO CONTINUADA."												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1711	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	23	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	DÊ-SE NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO ÚNICO, TRANSFORMANDO-O EM DOIS: "§1º - EXCLUEM-SE, PARA FINS DE APLICAÇÃO DO DISPOSTO NESTE ARTIGO, PROJETOS COM TÍTULOS GENÉRICOS QUE TENHAM CONSTADO DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS ANTERIORES: "§2º - ENTENDEM-SE COMO PROJETOS OU SUBTÍTULOS DE PROJETOS EM ANDAMENTO AQUELES CUJA EXECUÇÃO FINANCEIRA, ATÉ 30 DE JUNHO DE 2000, ULTRAPASSAR VINTE POR CENTO DO SEU CUSTO TOTAL ESTIMADO, CONFORME INDICADO NO DEMONSTRATIVO PREVISTO NO INCISO XXV DO § 3º DO ART. 8º DESTA LEI.												
Emenda:	1712	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	24	Parágrafo:	1	Inciso:	I	Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao dispositivo emendado: "a) unidades equipadas, inclusive quadras esportivas e próprios residenciais, essenciais à ação das organizações militares;"												
Emenda:	1713	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	24	Parágrafo:	2	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao parágrafo 2º: "§ 2º - Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Federal. Publicando-se no Diário Oficial da União, além do extrato do contrato, a justificativa e autorização da contratação."												
Emenda:	1714	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	24	Parágrafo:	1	Inciso:	I	Alínea:	b,e
Texto:	SUPRIMA-SE DO ARTIGO INDICADO, §1º, A ALÍNEA "B" E "E". "B - AS UNIDADES NECESSÁRIAS À INSTALAÇÃO DE NOVAS REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS NO EXTERIOR"; "E - AS DESPESAS DESSA NATUREZA, QUE SEJAM RELATIVAS ÀS SEDES OFICIAIS DAS REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS NO EXTERIOR E QUE SEJAM COBERTAS COM RECURSOS PROVENIENTES DA RENDA CONSULAR;"												
Emenda:	1717	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	65	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	EMENDA ADITIVA INCLUA-SE O SEGUINTE INCISO V NO ART. 65 "V - CONCESSÃO DOS AUXÍLIOS CRECHE, ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE AOS SERVIDORES PÚBLICOS."												
Emenda:	1718	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	60	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se ao art. 60 a seguinte redação: "Art. 60. A execução de gastos não previstos nos limites fixados no art. 47 desta Lei somente poderá ocorrer após a abertura de créditos adicionais para fazer face a tais despesas, ressalvados: I- O pagamento de eventuais reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais; II - as despesas decorrentes de convocação extraordinária do Congresso Nacional; III - as despesas decorrentes da fixação do teto remuneratório dos três Poderes da União; IV - as vantagens autorizadas por lei."												
Emenda:	1719	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	59	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte §2º no art. 59, renumerando-se o atual "parágrafo único" para §1º. "§ 2º. Em ocorrendo o disposto no inciso II do § 6º do Art. 57 da Constituição Federal, os recursos necessários para fazer face à despesa serão liberados em acréscimo aos duodécimos previstos no parágrafo anterior"												
Emenda:	1720	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	59	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda MODIFICATIVA Dê-se ao "parágrafo único" do art. 59, a seguinte redação: "Parágrafo único. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados aos Poderes Legislativos e Judiciário e ao Ministério Público da União. Será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ressalvado o relativo aos gastos com pessoal e encargos sociais, que será liberado no montante das despesas mensais, respeitados os limites orçamentários."												
Emenda:	1721	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte art.39, renumerando-se os demais: "Art. 39. Os créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual, referentes a remanejamento de dotações no âmbito dos programas de trabalho dos órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, serão abertos por ato dos respectivos dirigentes máximos, cuja publicação incluirá a justificativa e o indicativo dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e respectivos subtítulos e metas atingidas."												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1722	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	18	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	EMENDA: MODIFICATIVA DÊ-SE AO CAPUT DO ART. 18 A SEGUINTE REDAÇÃO: "ART. 18. OS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO E O MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO TERÃO COMO LIMITES DE OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL EM 2001 O CONJUNTO DAS DOTAÇÕES FIXADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2000, CORRIGIDAS PELO IGP-DI VERIFICADO NO PERÍODO DE ABRIL DE 1999 A MARÇO DE 2000."												
Emenda:	1723	Capítulo:	VI	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se seguinte artigo no capítulo VI: "Art. Será encaminhado trimestralmente à Comissão Mista do Congresso Nacional, de que trata o art. 166 § 1º da Constituição Federal, demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este capítulo."												
Emenda:	1724	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo no Capítulo VIII do projeto. "Art. O Congresso Nacional publicará síntese da lei orçamentária, em linguagem clara e acessível ao cidadão, a ser distribuída a governos estaduais e municipais, universidades públicas e entidades representativas da sociedade."												
Emenda:	1725	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo 62 e renumere-se os que lhe seguem: "Art. 62. Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União poderão encaminhar seus pedidos de crédito adicional ao setor competente do Poder Executivo até 15 de outubro de 2001, prazo este que não pode ser restringido. §1º. Os créditos suplementares solicitados pelos órgão mencionados no "caput" deste artigo serão abertos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, quando depender apenas de decreto do Poder Executivo, a contar da data do pedido. §2º. O crédito suplementar dependente de lei autorizativa e solicitado por órgão mencionado no "caput" deste artigo, com indicação dos recursos compensatórios. Será encaminhado ao Congresso Nacional no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido."												
Emenda:	1726	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	2	Inciso:		Alínea:	
Texto:	INCLUA-SE O SEGUINTE INCISO NO §2º DO ART. 8º DO PROJETO: "V - AVALIAÇÃO DAS SEGUINTEs POLÍTICAS PÚBLICAS, COM INFORMAÇÕES DETALHADAS PARA QUE SE POSSA COMPROVAR O CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE É ESTIMAR A EFETIVIDADE DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS: A - POLÍTICA FUNDIÁRIA; B - POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO; C - POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA; D - POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE."												
Emenda:	1727	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se ao Capítulo citado o seguinte artigo: Art. Os custos unitários de obras executadas com recursos dos orçamentos da União, relativas à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico - CUB - por metro quadrado, divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção para cada Unidade da Federação, acrescido de até trinta por cento para cobrir custos não previstos no CUB.												
Emenda:	1728	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	24	Parágrafo:		Inciso:	VI	Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao inciso: "VI - ações que não sejam de competência exclusiva da União, comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou ações para as quais a Constituição não estabeleça a obrigação da União em cooperar técnica e financeiramente;"												
Emenda:	1729	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	24	Parágrafo:		Inciso:	VIII	Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao inciso: "VIII - pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado da administração pública ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais."												
Emenda:	1730	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	25	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao parágrafo único: "Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo a destinação, mediante a abertura de crédito adicional de recursos de contrapartida para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade da sua aplicação original."												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1731	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	30	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se ao artigo 30 a seguinte redação:												
Art. 30. A lei orçamentária anual conterá reserva de contingência em montante equivalente a, no mínimo, um por cento da receita corrente líquida, sendo quarenta por cento destinados a atender à programação do orçamento fiscal e sessenta por cento ao orçamento da seguridade social.													
Parágrafo único. Para o projeto de lei orçamentária anual o montante da reserva será de, no mínimo, dois por cento da receita corrente líquida.													
Emenda:	1732	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	32	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao caput do art. 32:												
Art. 32. As transferências voluntárias de recursos da união consignadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, para Estados, Distrito Federal e Municípios, a qualquer título, dependerão da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original de que:"													
...													
...													
Emenda:	1733	Capítulo:	III	Seção:	II	Artigo:	38	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte parágrafo no art. 38:												
§ 9º A lei orçamentária anual poderá autorizar a abertura, por decreto do Presidente da república, de créditos suplementares referentes ao pagamento de pessoal e encargos sociais, com o cancelamento de recursos do mesmo grupo de despesa ou com recursos provenientes de excesso de arrecadação.													
Emenda:	1734	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	56	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Suprima-se o art. 56.												
Emenda:	1735	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	56	Parágrafo:	3,4	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova organização ao §§ 3º e 4º, transformando-os em dispositivos separados, a saber:												
"Art. ... O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada trimestre e quinze dias após o fechamento do SIAFI, no encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas do exercício, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas. Parágrafo único. A Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º da Constituição, apreciará os relatórios mencionados neste artigo e acompanhará a evolução dos resultados primários dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária."													
Emenda:	1736	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	59	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Suprima-se o parágrafo único do art. 59.												
Emenda:	1737	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	63	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se ao artigo indicado o seguinte inciso:												
"VII - Sistema de Gerenciamento de Convênios - SIGECONV."													
Emenda:	1738	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	67	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao artigo:												
"Art. 67 - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa."													
Emenda:	1739	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	61	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte "parágrafo único" no art. 61:												
"Parágrafo único. Os créditos adicionais dependentes de lei autorizativa e solicitados pelos órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido."													

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 1740 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 56 **Parágrafo:** 1,2 **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Dê-se ao art. 56, caput e §§ 1º e 2º, a seguinte redação:

"Art. 56. Se o setor competente do Poder Executivo verificar que, ao final de um bimestre, a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público da União promoverão, por ato próprio, nos trinta dias subsequentes, a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os percentuais informados por aquele setor competente.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º A Limitação de empenho e movimentação financeira será feita com a aplicação dos percentuais mencionados no caput sobre a soma das dotações para "outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões financeiras" dos órgãos de cada Poder e do Ministério Público da União, excluídas as parcelas destinadas ao cumprimento de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida."

Emenda: 1741 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se o artigo, em anexo, no Capítulo VIII do projeto.

Art. ... Se o projeto de lei orçamentária anual não for sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2000, a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva lei não for sancionada, até o limite de um doze avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida ao Congresso Nacional.

§1º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§2º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento no Congresso Nacional e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados por decreto do Poder Executivo, após sanção da lei orçamentária, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações, até o limite de vinte por cento da programação objeto de cancelamento, desde que não seja possível a reapropriação das despesas executadas.

§3º Excetua-se do disposto no caput deste artigo as ações que não estavam em execução no exercício de 2000, bem como as dotações à conta de fontes de recursos condicionadas à aprovação de alterações na legislação tributária e das contribuições, conforme disposto no art. 54 desta Lei.

§4º Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, observado o disposto no parágrafo anterior, as dotações para atendimento despesas com:

I - pagamento de benefícios previdenciários a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social;

II - as Operações Oficiais de Crédito - Recurso sob Supervisão do Ministério da Fazenda;

III - o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos - Prodea;

IV - o Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae;

V - pagamento de sinistro vinculado ao Seguro de Crédito à Exportação (Lei n.º 6.704, de 26 de outubro de 1979);

VI - transferências constitucionais e legais por repartição de receitas a Estados, Distrito Federal e Municípios.

Emenda: 1742 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se o artigo em anexo no Capítulo VIII do projeto.

Art. ... O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166, §1º da Constituição Federal, até 30 dias após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo:

I - relação das obras em execução com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nas quais tenham sido identificados indícios de irregularidades graves ou de danos ao Erário, incluídas ou não na proposta orçamentária, devendo, nesses casos, serem indicados a classificação institucional, funcional e programática correspondente, o órgão executor, a localização da obra, os indícios verificados e as providências adotadas nos processos;

II - informações gerenciais sobre a execução físico-financeira dos subtítulos mais relevantes, constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, selecionados, especialmente de acordo com critérios que levem em consideração o valor liquidado no exercício de 1998 e o fixado em 1999, a regionalização do gasto, sem prejuízo das solicitações do Congresso Nacional.

§ 1º A lei orçamentária anual poderá contemplar subtítulos relativos a obras mencionadas no inciso I deste artigo com execução orçamentária suspensa até a adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável, sujeitas à apreciação do Congresso Nacional e da Comissão referida no caput deste artigo.

§ 2º O Tribunal encaminhará à Comissão referida no caput deste artigo, sempre que necessário, relatórios de atualização das informações constantes da relação mencionada no inciso I deste artigo.

AUTOR: JOÃO TOTA

PARTIDO: PPB

UF: AC

Emenda:	Capítulo:	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
1244	II					
Texto: Inclua-se novo artigo no capítulo II, onde couber, renumerando-se os demais, com a seguinte redação: "art. Os investimentos correspondentes a projetos de execução descentralizada, a cargo de Estados, Distrito Federal e Municípios, terão seus recursos consignados em dotações globais por Unidade da Federação. Parágrafo Único. A identificação da execução fiscal ficará a cargo do Congresso Nacional, mediante a inclusão de subtítulos específicos, correspondentes a cada projeto."						
Emenda:	Capítulo:	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
1245	II		03	2		
Texto: Dê-se ao § 2º do Art. 3º, a seguinte redação: "Art. 3º § 2º As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, com as suas respectivas metas quantificadas, para especificar a ação executiva e identificar a localização geográfica integral ou parcial das respectivas atividades, projetos e operações especiais, não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade."						
Emenda:	Capítulo:	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
1246	II		08	3		
Texto: Dê-se ao § 3º, do Art. 8º do Capítulo II, a seguinte redação: "Art. 3º..... § 3º. Acompanharão o projeto de lei orçamentária anual, podendo ser disponibilizado por meio eletrônico, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares: "						
Emenda:	Capítulo:	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
1247	II		08	3	VI	
Texto: Dê-se ao inciso VI, do § 3º do Art. 8º, a seguinte redação: "Art. 8º § 3º..... VI - critérios e modelos de alocação de recursos para a execução descentralizada de programas setoriais, por Unidade da Federação, destacadamente, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação."						
Emenda:	Capítulo:	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
1248	III	I				
Texto: Inclua-se à Seção I, do Capítulo III, artigo com a seguinte redação: "Art. As receitas vinculadas e as diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, serão destinadas prioritariamente aos custeios administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida, e à contrapartida das operações de crédito, excetuando-se a parcela de vinte por cento dos recursos diretamente arrecadados por órgãos ou entidades voltadas para a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico e para ações na área de recursos hídricos, desde que destinadas a investimentos em suas atividades fim."						
Emenda:	Capítulo:	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
1249	III	I	18	1		
Texto: Dê-se ao § 1º, do Art. 18, a seguinte redação: "Art. 18 § 1º Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites de outras despesas correntes e de capital em 2001 o conjunto de dotações fixadas na lei orçamentária, devidamente corrigidas pela taxa média de inflação de 2001 sobre a de 2000, prevista na elaboração da proposta orçamentária."						
Emenda:	Capítulo:	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
1250	III	I	22	ÚNICO		
Texto: Suprima-se o parágrafo único do art. 22, da Seção I, do Capítulo III.						
Emenda:	Capítulo:	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
1251	II		37		I	
Texto: Dê-se ao inciso I do Art. 37 a seguinte redação: "Art. 37..... I - Portaria do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as fontes, exceto as de que trata o § 2º do art. 54 desta lei, obedecidos os limites fixados na lei orçamentária para cada fonte."						
Emenda:	Capítulo:	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
1252	VII		54			
Texto: Suprima-se o art. 54						
Emenda:	Capítulo:	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
1253	VIII		56			
Texto: Dê-se ao Art. 56, a seguinte redação: "Art. 56. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso nacional, no prazo de trinta dias, após o encerramento de cada trimestre e quinze dias após o fechamento do SIAFI, no encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas. Parágrafo Único. A Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º da Constituição, apreciará os relatórios mencionados neste artigo e acompanhará a evolução dos resultados primários dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária. "						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1254	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	I	Alínea:
Texto:	Dê-se a seguinte redação ao inciso: "I - a projeção dos resultados correntes dos orçamentos fiscal e da seguridade social;"										
Emenda:	1255	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	06	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:
Texto:	Acrescente-se in fine a expressão: "devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser totalmente registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI"										
Emenda:	1256	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	06	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se no caput do art. 6º in fine: "...devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser registrada no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI na modalidade total"										
Emenda:	1257	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	06	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:	IV	Alínea:
Texto:	Exclua-se a parte final do inciso IV do parágrafo único do art. 6º, passando o dispositivo a constar com a seguinte redação: "Art. 6º Parágrafo único IV - transferências para aplicação em programas de financiamento nos termos do disposto nos arts. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal."										
Emenda:	1258	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte parágrafo no art. 8º do projeto: "§ Os órgãos setoriais do sistema de orçamento encaminharão à Comissão de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, I no mesmo prazo fixado no § 3º deste artigo, detalhamento dos subtítulos destinados a realização de obras cujo valor total ultrapasse R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), contendo: a) especificação da obra a ser realizada; b) estágio em que se encontra a obra; c) cronograma físico-financeiro da obra; e d) etapas a serem executadas com as dotações consignadas no projeto de lei orçamentária;"										
Emenda:	1259	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	2	Inciso:	V	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso no § 2º do art. 8º do projeto: "V - avaliação das seguintes políticas públicas, com informações detalhadas para que se possa comprovar o cumprimento da legislação pertinente e estimar a efetividade das ações governamentais: a - política fundiária; b - política de desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério; c - política nacional de segurança pública; d - política nacional de saúde."										
Emenda:	1260	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	I	Alínea:
Texto:	Dê-se a seguinte redação ao inciso: "I - a projeção dos resultados correntes dos orçamentos fiscal e da seguridade social;"										
Emenda:	1261	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	2	Inciso:		Alínea:
Texto:	Restabeleça-se parcialmente o contido no inciso V da LDO anterior ora suprimido: "V - os valores das aplicações das agências financeiras oficiais de fomento nos dois últimos anos, a execução, a provável de 2000 e as estimativas para 2001, consolidadas e por agência, região, Estado, setor e fonte de recursos, evidenciando, quando possível, a participação dos pequenos, médios e grandes tomadores."										
Emenda:	1262	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	III	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação inciso III: "III - o detalhamento dos principais custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos."										
Emenda:	1263	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	XIII	Alínea:
Texto:	Dê-se ao inciso nova redação: "XIII - os montantes das receitas diretamente arrecadadas, por ..."										

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1264	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	XV	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação ao dispositivo indicado: "XV - a despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder e total, executada nos últimos três anos, a execução provável em 2000 e o programado para 2001, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação Pa receita corrente e à receita corrente líquida, esta última tal como definida na forma da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, para os exercícios a que se referem."										
Emenda:	1265	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	XXV	Alínea:
Texto:	Dê-se a seguinte redação ao dispositivo indicado: "XXV - os subtítulos de projeto em andamento, cuja ..."										
Emenda:	1266	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte dispositivo: "XXVIII - discriminação por órgão, programa, projeto e atividade, regionalizada por estado, das despesas destinadas ao combate do crime organizado e do narcotráfico, separadamente para os anos de 1999, 2000 e 2001."										
Emenda:	1267	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:
Texto:	Restabeleça-se o inciso XXIX da LDO anterior: "XXVIII - a correlação entre as novas categorias de programação introduzidas a partir de 2000 e as existentes anteriormente."										
Emenda:	1268	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:
Texto:	Insira-se no art. 8º, § 3º, inciso nos seguintes termos: ...as despesas estadualizadas do Sistema Único de Saúde - SUS, destacando as parcelas atinentes a cada um dos critérios previstos no art. 35 da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990										
Emenda:	1269	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo III: Art. ... No exercício de 2001, serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 2000. § 1º Para fins do disposto neste artigo, entende-se por ações e serviços de saúde aqueles a cargo do Ministério da Saúde, excluídos os gastos com a dívida e com os encargos previdenciários da União. § 2º No projeto de lei orçamentária para 2001 enviado ao Congresso Nacional, a distribuição dos recursos destinados à assistência ambulatorial de média e alta complexidade e hospitalar - MAC - pautar-se-á por sua equalização per capita em todas as unidades da Federação, nos termos da Lei n.º 8.080, de 1990, combinada com a Lei n.º 8.142, de 1990.										
Emenda:	1270	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se novo artigo após o artigo 11: "12 - É vedada a criação de atividade ou projeto com a mesma finalidade de outra existente com o único propósito de especificar a unidade executora."										
Emenda:	1271	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	12	Parágrafo:		Inciso:	I,II	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação aos incisos I e II: I - 30 - estado; II - 40 - município;										
Emenda:	1272	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se após o art. 14 o seguinte artigo e seu parágrafo único: A proposta e a lei orçamentária conterão código classificador em todas as categorias de programação identificando se a despesa é de natureza financeira ou não-financeira. Parágrafo único. A metodologia adotada para a classificação mencionada no caput acompanhará os demonstrativos previstos no art. 8º, § 3º.										
Emenda:	1273	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:	18	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação ao caput do art. 18: "Art. 18. Na proposta orçamentária, os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites de outras despesas correntes e de capital, em 2001, os seguintes parâmetros, calculados com base na receita corrente líquida: Poder Legislativo - 0,34% (trinta e quatro centésimos por cento); Poder Judiciário - 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) e Ministério Público da União - 0,07% (sete centésimos por cento)										

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1274	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	21	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se ao dispositivo 21 a seguinte alínea: "g) data do trânsito em julgado."												
Emenda:	1275	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	22	Parágrafo:		Inciso:	II	Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação inciso II: "II - incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão orçamentário."												
Emenda:	1276	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	22	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se novo inciso ao artigo em pauta: "V - classificadas como atividades dotações que visem ao desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como classificados como projetos ações de duração continuada."												
Emenda:	1277	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	23	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao parágrafo único, transformando-o em dois: "§ 1º - excluem-se, para fins de aplicação do disposto neste artigo, projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores; § 2º - entendem-se como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de junho de 2000, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no demonstrativo previsto no inciso XXV do § 3º do art. 8º desta Lei."												
Emenda:	1278	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	24	Parágrafo:	1	Inciso:	I	Alínea:	a
Texto:	Dê-se nova redação ao dispositivo emendado: 'a) unidades equipadas, inclusive quadras esportivas e próprios residenciais, essenciais à ação das organizações militares;"												
Emenda:	1279	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	24	Parágrafo:	1	Inciso:		Alínea:	b,e
Texto:	Suprima-se do artigo indicado, § 1º, a alínea "b". "b - as unidades necessárias à instalação de novas representações diplomáticas no exterior"; "e - as despesas de natureza que sejam relativas às sedes oficiais das reprentações diplomáticas no exterior e que sejam cobertas com recursos provenientes da renda consular."												
Emenda:	1280	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	24	Parágrafo:	2	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao parágrafo 2º: "§ 2º - Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Federal, publicando-se no Diário Oficial da União, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação."												
Emenda:	1281	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	24	Parágrafo:		Inciso:	VI	Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao inciso: "VI - ações que não sejam de competência exclusiva da União, comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou ações para as quais a Constituição não estabeleça a obrigação da União em cooperar técnica e financeiramente;/"												
Emenda:	1282	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	24	Parágrafo:		Inciso:	VIII	Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao inciso: "VIII - pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado da administração pública ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais."												
Emenda:	1283	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	25	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao parágrafo único: "Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo a destinação, mediante a abertura de crédito adicional de recursos de contrapartida para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade da sua aplicação original."												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1284	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	28	Parágrafo:		Inciso:	II	Alínea:	
Texto:	Dê-se a seguinte redação ao inciso II do art. 28:												
Art. 28..... II - sejam de natureza filantrópica, institucional ou assistencial, vinculadas a organismos internacionais;													
Emenda:	1285	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	28	Parágrafo:	1	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se ao § 1º do art. 28 a seguinte redação:												
Art. 28 § 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2001 por três autoridades locais, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.													
Emenda:	1286	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	30	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se ao artigo 30 a seguinte redação:												
Art. 30. A lei orçamentária anual conterá reserva de contingência em montante equivalente a, no mínimo, um por cento da receita corrente líquida, sendo quarenta por cento destinados a atender à programação do orçamento fiscal e sessenta por cento ao orçamento da seguridade social. Parágrafo único. Para o projeto de lei orçamentária anual o montante da reserva será, no mínimo, dois por cento da receita corrente líquida.													
Emenda:	1287	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	32	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao caput do art. 32:												
"Art. 32. As transferências voluntárias de recursos da União consignadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, para Estados, Distrito Federal e Municípios, a qualquer título, dependerão da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que:"													
Emenda:	1288	Capítulo:	III	Seção:	II	Artigo:	38	Parágrafo:	9	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte parágrafo no art. 38:												
"§ 9º A lei orçamentária anual poderá autorizar a abertura, por decreto do Presidente da República, de créditos suplementares referentes ao pagamento de pessoal e encargos sociais, com o cancelamento de recursos do mesmo grupo de despesa ou com recursos provenientes de excesso de arrecadação."													
Emenda:	1289	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda ADITIVA:												
Inclua-se o seguinte art. 39, renumerando-se os demais:													
"Art. 39. Os créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual, referentes a remanejamento de dotações no âmbito dos programas de trabalho dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, serão abertos por ato dos respectivos dirigentes máximos, cuja publicação incluirá a justificativa e o indicativo dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e respectivos subtítulos e metas atingidas."													
Emenda:	1290	Capítulo:	IV	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se novo artigo , art. 44, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:												
"Art. 44. As despesas com o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal serão incluídas, na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida e constarão em unidade orçamentária específica, distinta da que contemple os encargos financeiros da União."													
Emenda:	1291	Capítulo:	VI	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se novo art. 53, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:												
"Art. 53. Acompanhará o relatório de que trata o art. 165, § 3º, da Constituição Federal, demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este capítulo."													
Emenda:	1292	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	56	Parágrafo:	3,4	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova organização aos §§ 3º e 4º, transformando-os em dispositivos separados, a saber:												
"Art. ... O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada trimestre e quinze dias após o fechamento do SIAFI, no encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas do exercício, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas. Parágrafo Único. A Comissão Mista de que trata o art. 166 § 1º da Constituição, apreciará os relatórios mencionados neste artigo e acompanhará a evolução dos resultados primários dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária."													

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1293	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	56	Parágrafo:	1,2	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda SUBSTITUTIVA												
Dê-se ao art. 56, caput e §§ 1º e 2º, a seguinte redação:													
"Art. 56. Se o setor competente do Poder Executivo verificar que, ao final de um bimestre, a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público da União promoverão, por ato próprio, nos trinta dias subseqüentes, a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os													
§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.													
§ 2º A limitação de empenho e movimentação financeira será feita com a aplicação dos percentuais mencionados no caput sobre a soma das dotações para "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras" dos órgãos de cada Poder e do Ministério Público da União, excluídas as parcelas destinadas ao cumprimento de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida."													
Emenda:	1294	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	56	Parágrafo:	3,4	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova organização aos §§ 3º e 4º, transformando-os em dispositivos separados, a saber:												
"Art. ... O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada trimestre e quinze dias após o fechamento do SIAFI, no encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas do exercício, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas.													
Parágrafo único. A Comissão Mista de que trata o art. 166 § 1º da Constituição, apreciará os relatórios mencionados neste artigo e acompanhará a evolução dos resultados primários dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária."													
Emenda:	1295	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	59	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Suprima-se o parágrafo único do art. 59.												
Emenda:	1296	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	59	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se ao "parágrafo único" do art. 59, a seguinte redação:												
"Parágrafo único. O desembolso dos recurso financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União, será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ressalvado o relativo aos gastos com pessoal e encargos sociais, que será liberado no montante das despesas mensais, respeitados os limites orçamentários."													
Emenda:	1297	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	59	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte §2º no art. 59, renumerando-se o atual "parágrafo único" para §1º.												
"§ 2º. Em ocorrendo o disposto no inciso II do § 6º do Art. 57 da Constituição Federal, os recursos necessários para fazer face à despesa serão liberados em acréscimo aos duodécimos previstos no parágrafo anterior"													
Emenda:	1298	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	60	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda MODIFICATIVA												
Dê-se ao art. 60 a seguinte redação:													
"Art.60. A execução de gastos não previstos nos limites fixados no art. 47 desta Lei somente poderá ocorrer após a abertura de créditos adicionais para fazer face a tais despesas, ressalvados:													
I- O pagamento de eventuais reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais;													
II- as despesas decorrente de convocação extraordinária do Congresso Nacional;													
III- as despesas decorrentes da fixação do teto remuneratório dos três Poderes da União;													
IV- as vantagens autorizadas por lei."													
Emenda:	1299	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	61	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda ADITIVA												
Inclua-se o seguinte "parágrafo único" no art. 61:													
"Parágrafo único. Os créditos adicionais dependentes de lei autorizativa e solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados ao congresso Nacional no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido."													

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1300	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo 62 e renumere-se os que lhe seguem:												
<p>"Art. 62. Os órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União poderão encaminhar seus pedidos de crédito adicional ao setor competente do Poder Executivo até 15 de outubro de 2001, prazo este que não pode ser restringido.</p> <p>§ 1º. Os créditos suplementares solicitados pelos órgãos mencionados no "caput" deste artigo serão aberto no prazo máximo de 30 (trinta) dias, quando depender apenas de decreto do Poder Executivo, a contar da data do pedido.</p> <p>§2º. O crédito suplementar dependente de lei autorizativa e solicitado por órgão mencionado no "caput" deste artigo, com indicação dos recursos compensatórios, será encaminhado ao Congresso Nacional no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido."</p>													
Emenda:	1301	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	63	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se ao artigo indicado o seguinte inciso:												
<p>"VII - Sistema de Gerenciamento de Convênios - SIGECONV."</p>													
Emenda:	1302	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	65	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda ADITIVA												
<p>Inclua-se o seguinte inciso V no art. 65</p> <p>"V - concessão dos auxílios creche, alimentação e transporte aos servidores públicos."</p>													
Emenda:	1303	Capítulo:	VI	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se seguinte artigo no Capítulo VI:												
<p>"Art. ...Será encaminhado trimestralmente à Comissão Mista do Congresso Nacional, de que trata o art. 166 §1º da Constituição Federal, demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este capítulo."</p>													
Emenda:	1304	Capítulo:	VI	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se seguinte artigo no Capítulo VI:												
<p>"Art. ...Será encaminhado trimestralmente à Comissão Mista do Congresso Nacional, de que trata o art. 166 §1º da Constituição Federal, demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este capítulo."</p>													
Emenda:	1305	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	67	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao artigo:												
<p>"Art. 67 - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa."</p>													
Emenda:	1306	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se ao Capítulo citado o seguinte artigo:												
<p>Art. Os custos unitários de obras executadas com recursos dos orçamentos da União, relativas a construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico - CUB - por metro quadrado, divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção para cada Unidade da Federação, acrescido de até trinta por cento para cobrir custos não previstos no CUB."</p>													
Emenda:	1307	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o artigo, em anexo, no Capítulo VIII do projeto.												
Emenda:	1308	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo no Capítulo VIII do projeto.												
<p>"Art. O Congresso Nacional publicará síntese da lei orçamentária, em linguagem clara e acessível ao cidadão, a ser distribuída a governos estaduais e municipais, universidades públicas e entidades representativas da sociedade."</p>													
Emenda:	1309	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o artigo, em anexo, no Capítulo VIII do projeto.												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1310	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	<p>Inclua-se o seguinte artigo onde couber no Capítulo VIII:</p> <p>O tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166 §1º da Constituição Federal, até 30 dias após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo, inclusive em meio magnético de processamento eletrônico:</p> <p>I - relação das obras em execução com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nas quais tenham sido identificados indícios de irregularidades graves ou de danos ao Erário , ainda que relativas a processos não apreciados por órgão colegiado do Tribunal, incluídas ou não na proposta orçamentária, devendo, nesses casos, serem indicados a classificação institucional, funcional e programática correspondente atualizada conforme o constante na proposta orçamentária para 2001, o órgão executor, a localização da obra, a descrição circunstanciada dos indícios verificados, as providências adotadas pelo Tribunal e o andamento dos respectivos processos:</p> <p>II - informações gerenciais sobre a execução físico-financeira dos subtítulos mais relevantes, constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, atualizada conforme o constante na proposta orçamentária para 2001, selecionados, especialmente, de acordo com critérios que levem em consideração o valor liquidado no exercício de 1999 e o fixado em 2000, a regionalização do gasto, sem prejuízo das solicitações do Congresso Nacional.</p> <p>§ 1º A lei orçamentária anual poderá contemplar subtítulos relativos a obras mencionadas no inciso I deste artigo com execução orçamentária suspensa até a adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável, sujeitas à apreciação do Congresso Nacional e da Comissão referida no caput deste artigo.</p> <p>§ 2º O Tribunal encaminhará à Comissão referida no caput deste artigo, sempre que necessário, relatórios de atualização das informações constantes da relação mencionada no inciso I deste artigo.</p> <p>§ 3º Nas obras a que se refere o inciso I deste artigo, quando não houver dotação consignada na proposta de lei orçamentária para 2001, o Tribunal poderá apresentar a classificação funcional e programática utilizada em exercícios anteriores, fazendo menção expressa ao fato.</p> <p>§ 4º Na relação mencionada no inciso I deste artigo, não deverão constar as obras já julgadas regulares ou regulares com ressalvas pelo Tribunal, em decisão final.</p>							

AUTOR: JORGE BITTAR

PARTIDO: PT

UF: RJ

Emenda: 0177 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 24 **Parágrafo:** 1 **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Adicionar Parágrafo ao art. 24:

.... - A exclusão no inciso VIII do caput deste artigo dos pagamentos referentes a consultorias realizadas por professores ou pesquisadores de instituições de ensino ou pesquisa através de recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais

Emenda: 0178 **Capítulo:** I **Seção:** **Artigo:** 02 **Parágrafo:** ÚNICO **Inciso:** **Alínea:**

Texto: "Na destinação dos recursos relativos a programas sociais, será conferida prioridade às áreas de menor índice de Desenvolvimento Humano ou áreas com Índice de Condições de Sobrevivência entre 1,00 e 0,50, esta desagregação por distrito e setor censitário."

AUTOR: JORGE BORNHAUSEN

PARTIDO: PFL

UF: SC

Emenda: 1635 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 20 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Insira-se o seguinte art. 20, renumerando-se os demais:

Art. 20. As dotações orçamentárias relativas a recursos próprios diretamente arrecadados, decorrentes de leis específicas, constarão na proposta de lei orçamentária no exato valor da receita prevista pelo órgão ou entidade responsável pela gestão dos recursos, calculada na forma do art. 12 da Lei complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

AUTOR: JORGE KHOURY

PARTIDO: PFL

UF: BA

Emenda: 1610 **Capítulo:** **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Modifique-se o Art.2º do Substitutivo, dando para o art. 17 a seguinte redação para o inciso I, para o caput do §1º e seu nº 2 da alínea "a":

Art. 17 -

I - em prioridade na distribuição de dividendo;

.....

§1º Além das ações com dividendo prioritário fixo ou mínimo estabelecido como valor certo em moeda ou percentual sobre o capital correspondente a essas ações, somente serão admitidas à negociação no mercado de valores mobiliários as ações com as seguintes preferências ou vantagens:"

a).....:

1;e

2. Direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias , depois de a estas assegurado dividendo igual ao estabelecido em conformidade com o item 1 acima, ou

Emenda: 1611 **Capítulo:** **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: EMENDA ADITIVA
Emenda ao PL 3115, na forma do Substitutivo Kapaz aprovado na Comissão de Economia, que se encontra em tramitação na Comissão de Finanças e Tributação.

Modifique-se o Art.3º do Substitutivo, acrescentando aos parágrafos do art. 254-A o seguinte §5º:

"Art. 254-A...

§5º - O novo controlador, na hipótese do caput deste artigo, deverá fazer oferta pública aos minoritários ordinários por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor por ação pago pelo bloco de controle."

Emenda: 1612 **Capítulo:** **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA:

Emenda ao PL 3115 na forma do Substitutivo Kapza aprovado na Comissão de Economia, que se encontra em tramitação na Comissão de Finanças e Tributação.

Modifique-se o Art. 2º do Substitutivo, dando-se para o §1º do art. 45 a redação abaixo o acrescente-se ao mesmo artigo do Substitutivo, o novo texto para §1º do art. 170.

Emenda Modificativa:

Art. 45 -

§ 1º O valor do reembolso será estabelecido de acordo com normas fixadas no estatuto, podendo ser:

a) o valor de patrimônio líquido;

b) o valor econômico calculado pelo método especificado no estatuto, a ser apurado em avaliação (§§ 3º e 4º)

c) o valor de mercado, utilizando-se, para tanto, a metodologia especificada no estatuto para seu cálculo.

Emenda aditiva:

Art..170 -

§1º O preço de emissão deverá ser fixado, sem diluição injustificada da participação dos antigos acionistas, ainda que tenham direito de preferência para subscrevê-la, tendo em vista normas contidas no estatuto para estabelecer:

a) o valor de patrimônio líquido;

b) o valor econômico; e

c) o valor de mercado

AUTOR: JOSÉ ANTONIO

PARTIDO: PSB

UF: MA

Emenda: 1586 **Capítulo:** V **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Acrescente-se artigo ao Capítulo V do PLN 01/2000, com a seguinte redação:
Art. Fica autorizada a criação, de atividade no âmbito das Forças Armadas:
I - Da carreira de Tecnologia Militar de Nível Médio, bem como da Gratificação de Atividade de Tecnologia Militar - GDATM, sendo enquadrados nos cargos de Técnico Militar Naval, no mesmo nível, classe e padrão onde esteje posicionados.
II - Na carreira de Tecnologia Militar de Nível médio naval, a concessão de benefícios com assistência à saúde de seus servidores civis e seus dependentes.

AUTOR: JOSE ROBERTO ARRUDA

PARTIDO: PSDB

UF: DF

Emenda: 2145 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Acrescente-se ao Capítulo VIII - Das Disposições Gerais - do PLN 01/2000 o seguinte artigo:
"Art. A lei orçamentária consignará dotações para atender aos programas e projetos previstos no art. 5º. da Lei Complementar nº. 94, de 19 de fevereiro de 1998 e ao disposto no parágrafo 6º. do art. 13 das Disposições Transitórias da Constituição Federal combinado com o que estabelece a Lei Complementar nº. 31, de 11 de outubro de 1977".

AUTOR: JOVAIR ARANTES

PARTIDO: PSDB

UF: GO

Emenda: 2206 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se, onde couber, novo artigo com a seguinte redação:

Art. ... Dos recursos da União destinados à irrigação, 20% serão aplicados, obrigatoriamente, na região Centro-Oeste, conforme disposto no art. 42, inciso I do ADCT da Constituição Federal."

AUTOR: LAEL VARELLA

PARTIDO: PFL

UF: MG

Emenda: 0005 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 29 **Parágrafo:** **Inciso:** III **Alínea:**
Texto: Exclua-se do inciso III do art. 29 a expressão: "prestadas pelas Santas Casas de Misericórdia" e inclua-se, "prestadas pelas entidades privadas sem fins lucrativos, e que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS."

Emenda: 0006 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 29 **Parágrafo:** **Inciso:** III **Alínea:**
Texto: Dê-se ao inciso III do art. 29 a seguinte redação:
Art. 29 ...
III - voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas Santas Casas de Misericórdia e demais entidades sem fins lucrativos, e que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

AUTOR: LEOMAR QUINTANILHA

PARTIDO: PPB

UF: TO

Emenda: 1844 **Capítulo:** III **Seção:** II **Artigo:** 36 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se o seguinte inciso VIII:

VIII - Atendimento ao disposto nos parágrafos 6º e 7º do artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Emenda: 1845 **Capítulo:** III **Seção:** II **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se o seguinte artigo:

"A União poderá repassar recursos às fundações universitárias dos estados não contemplados com a existência de universidades federais, participando, ainda que parcialmente, das despesas de custeio dessas instituições."

Emenda: 1846 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 32 **Parágrafo:** **Inciso:** II **Alínea:** a

Texto: a) no caso dos municípios:

1. Cinco e dez por cento, para os municípios com até 25.000 habitantes ou se localizados nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e no Centro-Oeste.

AUTOR: LUCIA VANIA

PARTIDO: PSDB

UF: GO

Emenda: 2143 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se, onde couber, novo artigo com a seguinte redação:
Art.... Dos recursos da União destinados à irrigação, 20% serão aplicados, obrigatoriamente, na região Centro-Oeste, conforme disposto no art. 42, inciso I do ADCT da Constituição Federal."

AUTOR: LÚCIO ALCÂNTARA

PARTIDO: PSDB

UF: CE

Emenda: 0419 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se o seguinte artigo:
"Art. No exercício de 2001 serão aplicados:
I - em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 2000;
II - no Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, recursos compatíveis com o crescimento das receitas correntes do orçamento da seguridade social.
III - em Assistência Integral à Saúde da Mulher, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 2000 mais o valor correspondente à taxa de crescimento da receita de contribuições da seguridade social multiplicada pela dotação, mais créditos adicionais, do exercício financeiro de 2000.
§ 1º Sem prejuízo do atendimento do disposto no caput deste artigo, o conjunto das despesas classificadas nos grupos "Outras Despesas Correntes" e "Investimentos", constantes da função "Saúde", não poderão ter seu valor reduzido.
§ 2º A distribuição dos recursos para custeio do SUS pautar-se-á, nos termos da Lei no 8.080, de 1990, por sua equalização per capita em todas as unidades da Federação."

Emenda: 0420 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se o seguinte artigo:
"Art. O orçamento da seguridade social discriminará:
I - as dotações relativas às ações descentralizadas de saúde e assistência social, em categorias de programação específicas para cada Estado, para o Distrito Federal e para o conjunto dos Municípios de cada um dos Estados;
II - as dotações relativas ao pagamento de benefícios, em categorias de programação específicas para cada categoria de benefício;
III - no demonstrativo de que trata o art. 8º, §1º, inciso V, separadamente, as estimativas às contribuições dos empregadores para a seguridade social, incidentes sobre a folha de salários, o faturamento, os lucros e a contribuição dos trabalhadores, estabelecidas, respectivamente, nos incisos I e II do art. 195 da Constituição Federal; e
IV - as dotações relativas aos benefícios mensais às pessoas portadoras de deficiência e aos idosos, destinadas a atender ao disposto no art. 203, inciso V, da Constituição Federal, em categorias de programação específicas."

Emenda: 0421 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se o seguinte artigo:
"Art. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos arts. 194, 195, 196, 199, 200, 201, 203, e 212, §4º, da Constituição Federal, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:
I - das contribuições sociais previstas na Constituição Federal;
II - da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários da União;
III - do orçamento fiscal; e
IV - das demais receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento.
Parágrafo único. A destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da descentralização."

Emenda: 0422 Capítulo: III Seção: I Artigo: 28 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescente-se ao inciso II do artigo 28:
"II - E desde que as execuções orçamentárias e financeira destas entidades sejam feitas no SIAFI, no detalhamento equivalente ao da administração pública federal indireta."

Emenda: 0423 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 3 Inciso: Alínea:

Texto: Acrescente-se ao §3º do Art. 8º inciso contendo:
"XXXIV - os Programas de Ajuste Fiscal do Estados, bem como suas atualizações, quando for o caso, que são parte integrante dos contratos assinados entre a União e cada Estado, com base na Lei 9.496/96 e Resolução 69 do Senado Federal."

AUTOR: LUIZ PONTES

PARTIDO: PSDB

UF: CE

Emenda: 0227 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se, no Capítulo III, Seção I, imediatamente após o art. 36, um novo artigo, com o seguinte teor:

"Art. 36-A A programação a cargo da unidade orçamentária Ministério da Agricultura incluirá dotações destinadas ao atendimento de despesas com as seguintes ações:

I - revitalização da cultura do algodão;

II - desenvolvimento das regiões produtoras de caju."

AUTOR: LUIZ RIBEIRO

PARTIDO: PSDB

UF: RJ

Emenda: 1135 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se onde couber o seguinte artigo:
"Art. - A lei orçamentária para o ano 2001, destinará a função Saúde recursos, no mínimo, iguais aos valores gastos no exercício 2000, corrigidos pelo índice do IGPDÍ, acrescido de dez por cento.

AUTOR: MÁRCIO REINALDO MOREIRA

PARTIDO: PPB

UF: MG

Emenda: 0187 **Capítulo: III** **Seção: I** **Artigo: 22** **Parágrafo: ÚNICO** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Suprima-se o parágrafo único do Art. 22, da Seção I, do Capítulo III.

Emenda: 1868 **Capítulo: VIII** **Seção:** **Artigo: 56** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: TEXTO

Dê-se ao Art. 56, a seguinte redação:

"Art. 56. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de trinta dias, após o encerramento de cada trimestre e quinze dias após o fechamento do SIAFI, no encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas."

Parágrafo Único. A Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º da Constituição, apreciará os relatórios mencionados neste artigo e acompanhará a evolução dos resultados primários dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária.

Emenda: 1869 **Capítulo: VII** **Seção:** **Artigo: 54** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Suprima-se o Art. 54

Emenda: 1870 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 37** **Parágrafo:** **Inciso: I** **Alínea:**
Texto: Dê-se ao inciso I do Art. 37 a seguinte redação:

"Art. 37.

I - Portaria do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as fontes, exceto as de que trata o § 2º do art. 54 desta lei, obedecidos os limites fixados na lei orçamentária para cada fonte."

Emenda: 1871 **Capítulo: III** **Seção: I** **Artigo: 22** **Parágrafo: ÚNICO** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Suprima-se o parágrafo único do Art. 22, da Seção 1, do Capítulo III.

Emenda: 1872 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 08** **Parágrafo: 3** **Inciso: VI** **Alínea:**
Texto: Dê-se ao inciso VI, do § 3º do Art. 8º, a seguinte redação:

"Art. 8º

§ 3º

VI - critérios e modelos de alocação de recursos para a execução descentralizada de programas setoriais, por Unidade da Federação, destacadamente, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação.

Emenda: 1873 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 08** **Parágrafo: 3** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Dê-se ao § 3º, do Art. 8º do Capítulo II, a seguinte redação:

"Art. 3º. Acompanharão o projeto de lei orçamentária anual, podendo ser disponibilizado por meio eletrônico, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:"

AUTOR: MARCOS CINTRA

PARTIDO: PL

UF: SP

Emenda: 0923 Capítulo: VIII Seção: Artigo: 60 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Emenda MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 60 a seguinte redação:

"Art.60. A execução de gastos não previstos nos limites fixados no art. 47 desta Lei somente poderá ocorrer após a abertura de créditos adicionais para fazer face a tais despesas, ressalvados:

I- O pagamento de eventuais reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais;

II- as despesas decorrente de convocação extraordinária do Congresso Nacional;

III- as despesas decorrentes da fixação do teto remuneratório dos três Poderes da União;

IV- as vantagens autorizadas por lei."

Emenda: 0924 Capítulo: VIII Seção: Artigo: 61 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se o seguinte "parágrafo único" no art. 61:

"Parágrafo único. Os créditos adicionais dependentes de lei autorizativa e solicitados pelos órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido."

Emenda: 0925 Capítulo: VIII Seção: Artigo: 62 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se o seguinte artigo 62 e renumere-se os que lhe seguem:

"Art. 62. Os órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União poderão encaminhar seus pedidos de crédito adicional ao setor competente do Poder Executivo até 15 de outubro de 2001, prazo este que não pode ser restringido.

§ 1º. Os créditos suplementares solicitados pelos órgãos mencionados no "caput" deste artigo serão aberto no prazo máximo de 30 (trinta) dias, quando depender apenas de decreto do Poder Executivo, a contar da data do pedido.

§2º. O crédito suplementar dependente de lei autorizativa e solicitado por órgão mencionado no "caput" deste artigo, com indicação dos recursos compensatórios, será encaminhado ao Congresso Nacional no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido."

Emenda: 0926 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: INCLUA-SE O SEGUINTE ARTIGO NA SEÇÃO I DO CAPÍTULO III:

ART. ... SEM PREJUÍZO DO QUE DETERMINA O ART. 35 DA LEI N.º 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990, A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO SUS AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS OBSERVARÁ OS SEGUINTEES CRITÉRIOS:

I - CINQUENTA POR CENTO, SEGUNDO O NÚMERO DE HABITANTES;

II - TRINTA POR CENTO, NA RAZÃO DIRETA DOS ÍNDICES MAIS ALTOS DE DESNUTRIÇÃO, DE MORBIDADE E MORTALIDADE PROVOCADAS POR DOENÇAS ENDÊMICAS;

III - QUINZE POR CENTO, NA RAZÃO DIRETA DOS MUNICÍPIOS MAIS CARENTES EM RELAÇÃO À INFRA-

ESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO E DE ÁGUA POTÁVEL DE BOA QUALIDADE; E

IV - CINCO POR CENTO, PELOS DEMAIS CRITÉRIOS PREVISTOS NA REFERIDA LEI.

Emenda: 0927 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: INCLUA-SE O SEGUINTE ARTIGO NA SEÇÃO I DO CAPÍTULO III:

ART. ... SEM PREJUÍZO DO QUE DETERMINA O ART. 35 DA LEI N.º 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990, A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO SUS AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS OBSERVARÁ OS SEGUINTEES CRITÉRIOS:

I - CINQUENTA POR CENTO, SEGUNDO O NÚMERO DE HABITANTES;

II - TRINTA E CINCO POR CENTO, NA RAZÃO DIRETA DOS ÍNDICES MAIS ALTOS DE DESNUTRIÇÃO, DE MORBIDADE E MORTALIDADE PROVOCADAS POR DOENÇAS ENDÊMICAS;

III - DEZ POR CENTO, NA RAZÃO DIRETA DOS MUNICÍPIOS MAIS CARENTES EM RELAÇÃO À INFRA-ESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO E DE ÁGUA POTÁVEL DE BOA QUALIDADE; E

IV - CINCO POR CENTO, PELOS DEMAIS CRITÉRIOS PREVISTOS NA REFERIDA LEI.

Emenda: 0928 Capítulo: III Seção: I Artigo: 28 Parágrafo: 1 Inciso: Alínea:

Texto: DÊ-SE AO § 1º DO ART. 28 A SEGUINTE REDAÇÃO:

ART. 28.

§1º PARA HABILITAR-SE AO RECEBIMENTO DE SUBVENÇÕES SOCIAIS, A ENTIDADE PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS DEVERÁ APRESENTAR DECLARAÇÃO DE FUNCIONAMENTO REGULAR NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, EMITIDA NO EXERCÍCIO DE 2001 POR TRÊS AUTORIDADES LOCAIS, E COMPROVANTE DE REGULARIDADE DO MANDATO DE SUA DIRETORIA.

Emenda: 0929 Capítulo: III Seção: I Artigo: 28 Parágrafo: Inciso: II Alínea:

Texto: DÊ-SE A SEGUINTE REDAÇÃO AO INCISO II DO ART. 28:

ART. 28. ...

II - SEJAM DE NATUREZA FILANTRÓPICA, INSTITUCIONAL OU ASSISTENCIAL, VINCULADAS A ORGANISMOS INTERNACIONAIS;

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0930	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo III:												
Art. ... No exercício de 2001, serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seu créditos adicionais no exercício financeiro de 2000.													
§ 1º. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por ações e serviços de saúde aqueles a cargo do Ministério da Saúde, excluídos os gastos com a dívida e com os encargos previdenciários da União.													
§ 2º. No projeto de lei orçamentária para 2001 enviado ao Congresso Nacional, a distribuição dos recursos destinados à assistência ambulatorial de média e alta complexidade e hospitalar - MAC - pautar-se-á por sua equalização per capita em todas as unidades da Federação, nos termos da Lei n.º 8.080, de 1990, combinada com a Lei n.º 8.142, de 1990.													
Emenda:	0931	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Insira-se no art. 8º, § 3º, inciso nos seguintes termos: ... As despesas estadualizadas do Sistema Único de Saúde - SUS, destacando as parcelas atinentes a cada um dos critérios previstos no art. 35 da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990.												
Emenda:	0932	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	65	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda ADITIVA Inclua-se o seguinte inciso V no art. 65 "V - concessão dos auxílios creche, alimentação e transporte aos servidores públicos."												
Emenda:	0933	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte parágrafo no art. 8º do projeto: "§ Os órgãos setoriais do sistema de orçamento encaminharão a Comissão de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, no mesmo prazo fixado no § 3º deste artigo, detalhamento dos subtítulos destinados a realização de obras cujo valor total ultrapasse R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), contendo: a) especificação da obra a ser realizada; b) estágio em que se encontra a obra; c) criboirana físico-financeiro da obra; e d) etapas a serem executadas com as dotações consignadas no projeto de lei orçamentária.												
Emenda:	0934	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	24	Parágrafo:		Inciso:	VIII	Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao inciso: "VIII - pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado da administração pública ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica-inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais."												
Emenda:	0935	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	24	Parágrafo:		Inciso:	VI	Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao inciso: "VI - ações que não sejam de competência exclusiva da União, comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou ações para as quais a Constituição não estabeleça a obrigação da União em cooperar técnica e financeiramente."												
Emenda:	0936	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	24	Parágrafo:	2	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao parágrafo 2º: "§ 2º - Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Federal, publicando-se no Diário Oficial da União, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação."												
Emenda:	0937	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	24	Parágrafo:	1	Inciso:	B,E	Alínea:	
Texto:	Suprima-se do artigo indicado, § 1º, alínea "b". "b - as unidades necessárias à instalação de novas representações diplomáticas no exterior". "e - as despesas dessa natureza, que sejam relativas às sedes oficiais das representações diplomáticas no exterior e que sejam cobertas com recursos provenientes da renda consular."												
Emenda:	0938	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	24	Parágrafo:	1	Inciso:	A	Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao dispositivo emendado: "a) unidades equipadas, inclusive quadras esportivas e próprios residenciais, essenciais à ação das organizações militares."												
Emenda:	0939	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	23	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao parágrafo único transformando-o em dois: "§ 1º - excluem-se, para fins de aplicação do disposto neste artigo, projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores: § 2º - entendem-se como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de junho de 2000, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no demonstrativo previsto no inciso XXV do § 3º do art. 8º desta Lei."												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0940	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 22	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se novo inciso ao artigo em pauta: "V - classificadas como atividades dotações que visem ao desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como classificados como projetos ações de duração continuada."						
Emenda: 0941	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 21	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o dispositivo 21 a seguinte alínea: "g) data de trânsito em julgado."						
Emenda: 0942	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 22	Parágrafo:	Inciso: II	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação inciso II: "II - concluídos projetos com a mesma finalidade me mais de um órgão orçamentário."						
Emenda: 0943	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 12	Parágrafo:	Inciso: I,II	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação aos incisos I e II: I - 30 - estado; II - 40 - município.						
Emenda: 0944	Capítulo: II	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se novo artigo após o artigo 11: "12 - É vedada a criação de atividade ou projeto com a mesma finalidade de outra existente com o único propósito de especificar a unidade executora."						
Emenda: 0945	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: III	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação inciso III: "III - o detalhamento dos principais custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos."						
Emenda: 0946	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 03	Parágrafo: 3	Inciso: I	Alínea:
Texto: Dê-se a seguinte redação ao inciso: "I - a projeção dos resultados correntes dos orçamentos fiscal e da seguridade social;"						
Emenda: 0947	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 2	Inciso:	Alínea:
Texto: Restabeleça-se parcialmente o contido no inciso V da LDO anterior ora suprimido: "V - os valores das aplicações das agências financeiras oficiais de fomento nos dois últimos anos, a execução, a provável de 2000 e as estimativas para 2001, consolidadas e por agência, região, Estado, setor e fonte de recursos, evidenciando, quando possível, a participação dos pequenos, médios e grandes tomadores."						
Emenda: 0948	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte dispositivo: "XXVIII - discriminação por órgão, programa, projeto e atividade, regionalizada por estado, das despesas destinadas ao combate do crime organizado e do narcotráfico, separadamente para os anos de 1999, 2000 e 2001."						
Emenda: 0949	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Restabeleça-se o inciso XXIX da LDO anterior: "XXVIII - a correlação entre as novas categorias de programação introduzidas a partir de 2000 e as existentes anteriormente."						
Emenda: 0950	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XV	Alínea:
Texto: Dê-se nova redação ao dispositivo indicado: "XV - a despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder e total, executado nos últimos três anos, a execução provável em 2000 e o programado para 2001, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente e à receita corrente líquida, esta última tal como definida na forma da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, para os exercícios a que se refere."						
Emenda: 0951	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XIII	Alínea:
Texto: Dê-se ao inciso nova redação: "XIII - os montantes das receitas diretamente arrecadadas, por..."						
Emenda: 0952	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XXV	Alínea:
Texto: Dê-se a seguinte redação ao dispositivo indicado: "xxv - os subtítulos de projeto em andamento, cuja..."						
Emenda: 0953	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 06	Parágrafo: CAPU	Inciso:	Alínea:
Texto: Acrescente-se in fine a expressão: "devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser totalmente registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI".						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0955	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 18	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Emenda MODIFICATIVA Dê-se ao caput do art. 18 a seguinte redação: "Art. 18. Os Poderes Legislativo e judiciários e o Ministério Público da União terão como limites de outras despesas correntes e de capital e, 2001 o conjunto das dotações fixadas na lei orçamentária de 2000, corrigidas pelo IGP-DI verificado no período de abril de 1999 a março de 2000."						
Emenda: 0956	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Emenda ADITIVA Inclua-se o seguinte art. 39, renumerando-se os demais: "Art. 39. Os créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual, referentes a remanejamento de dotações no âmbito dos programas de trabalho dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, serão abertos por ato dos respectivos dirigentes máximos, cuja publicação incluirá a justificativa e o indicativo dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e respectivos subtítulos e metas atingidas."						
Emenda: 0957	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 56	Parágrafo: 1,2	Inciso:	Alínea:
Texto: Emenda SUBSTITUTIVA Dê-se ao art. 56, caput e §§ 1º e 2º, a seguinte redação: "Art. 56. Se o setor competente do Poder executivo verificar que, ao final de um bimestre, a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público da União promoverão, por ato próprio, nos trinta dias subsequentes, a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os percentuais, informados por aquele setor competente. § 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas. § 2º A limitação de empenho e movimentação financeira será feita com a aplicação dos percentuais mencionados no caput sobre a soma das dotações para "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões financeiras" dos órgãos de cada Poder e do Ministério Público da União, excluídas as parcelas destinadas ao cumprimento de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida."						
Emenda: 0958	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 59	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto: Emenda ADITIVA Inclua-se o seguinte § 2º no art. 59, renumerando-se o atual "parágrafo único" para § 1º. "§ 2º. Em ocorrendo o disposto no inciso II do § 6º do Art. 57 da Constituição Federal, os recursos necessários para fazer face à despesa serão liberados em acréscimo aos duodécimos previstos no parágrafo anterior."						
Emenda: 0959	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 59	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto: Emenda MODIFICATIVA Dê-se ao "parágrafo único" do art. 59, a seguinte redação: "Parágrafo único. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados aos Poderes Legislativo e judiciário e ao Ministério Público da União, será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ressalvado o relativo aos gastos com pessoal e encargos sociais, que será liberado no montante das despesas mensais, respeitados os limites orçamentárias."						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

AUTOR: MARINA SILVA

PARTIDO: PT

UF: AC

Emenda: 2133 Capítulo: Seção: Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: 56. Gestão da Política de Meio Ambiente
57. Brasil joga limpo

Emenda: 2134 Capítulo: Seção: Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Crie-se no Anexo das Metas e Prioridades o subtítulo "Dos Programas Sociais", que deverá ser composto pelos programas abaixo relacionados, já constantes deste Anexo, mantendo suas metas:

- 1 - Aceleração da aprendizagem
- 2 - Agricultura familiar - PRONAF
- 3 - Águas do Brasil
- 4 - Alimentação saudável
- 5 - Atenção à pessoa portadora de deficiência
- 6 - Atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar
- 7 - Capacitação de recursos humanos para pesquisa
- 8 - Centros da juventude
- 9 - Comunidade ativa
- 10 - Desenvolvimento da educação profissional
- 11 - Desenvolvimento do ensino médio
- 12 - Educação ambiental
- 13 - Educação de jovens e adultos
- 14 - Energia das pequenas comunidades
- 15 - Erradicação da febre aftosa
- 16 - Erradicação do trabalho infantil
- 17 - Escola de qualidade para todos
- 18 - Esporte solidário
- 19 - Geração de emprego e renda
- 20 - Morar melhor
- 21 - Nosso bairro
- 22 - Novo emprego e seguro desemprego
- 23 - Novo mundo rural: assentamento de trabalhadores rurais
- 24 - Novo mundo rural: consolidação dos assentamentos
- 25 - Paz nas escolas
- 26 - Prevenção e controle das doenças imunopreveníveis
- 27 - Profissionalização da enfermagem
- 28 - Qualidade e eficiência do SUS
- 29 - Qualificação profissional do trabalhador
- 30 - Reinserção social do adolescente em conflito com a lei
- 31 - Saneamento básico
- 32 - Saneamento é vida
- 33 - saúde da criança e aleitamento materno
- 34 - Saúde da família
- 35 - Segurança e qualidade de alimentos e bebidas
- 36 - Valorização e saúde do idoso
- 37 - Zoneamento ecológico-econômico

Emenda: 2135 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se no Capítulo III, Seção I, onde couber, o seguinte artigo:
Os recursos destinados aos programas sociais constantes do Orçamento de 2001 não sofrerão cortes ou contingenciamentos, permitindo a sua plena execução.

Emenda: 2136 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se o seguinte artigo no Capítulo III, Seção I:
Os recursos destinados aos programas sociais constantes do Orçamento de 2001 não poderão ser inferiores aos recursos destinados aos mesmos programas no Orçamento de 2000.

Emenda: 2137 Capítulo: I Seção: Artigo: 02 Parágrafo: ÚNICO Inciso: Alínea:

Texto: Dê-se ao parágrafo único do artigo 2 a seguinte redação:
"Aos Municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano, definido a partir de critérios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), será conferida prioridade na destinação dos recursos para os programas sociais, relacionados no Anexo de Metas e Prioridades".

Emenda: 2138 Capítulo: I Seção: Artigo: 02 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescente-se o parágrafo 1º. Renumerando o atual parágrafo único para 2º.:
"Os programas sociais relacionados no Anexo de Metas e Prioridades terão precedência sobre a execução da proposta constante do Anexo de Metas Fiscais."

AUTOR: MARLUCE PINTO

PARTIDO: PMDB

UF: RR

Emenda: 1645 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 08** **Parágrafo: 2** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: No Art. 8º., § 2º., in-fine, inclua-se o seguinte inciso:
Art. 8º.
I -
II -
III -
IV -
V - a discriminação dos subprojetos em andamento, cuja execução financeira, até 30 de junho de 2000, ultrapasse vinte por cento de seu custo total estimado, informando o percentual de execução e o custo total acima referidos, observado o que estabelece o art. 23.

Emenda: 1646 **Capítulo: III** **Seção: I** **Artigo: 32** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte parágrafo no Art. 32:
Art. 32
§ - O Poder Executivo consolidará as normas relativas às transferências de recursos de que trata este artigo, até trinta dias após a sanção da lei orçamentária.

Emenda: 1647 **Capítulo: III** **Seção:** **Artigo: 28** **Parágrafo:** **Inciso: IV** **Alínea:**
Texto: Suprima-se o inciso IV do art. 28 do PLDO/2001.

Emenda: 1648 **Capítulo: VIII** **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo: Art. - O Tribunal de Contas da União enviará à comissão mista permanente prevista no Art. 166 da Constituição Federal, até 30 dias após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo: I - relação das obras em execução com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nas quais tenham sido identificados indícios de atos praticados com grave infração a norma legal ou proposta orçamentária, indicando a classificação institucional e funcional programática do subprojeto ou subatividade correspondente, o órgão executor, a localização da obra, os indícios verificados e outros dados julgados relevantes para sua apreciação, pela comissão.
II - informações gerenciais sobre a execução físico-financeira dos subprojetos mais relevantes, constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, selecionados, especialmente, de acordo com critérios que levem em consideração o valor liquidado de 2000 e o fixado em 2001, a regionalização do gasto, sem prejuízo das solicitações do Congresso Nacional.

Emenda: 1649 **Capítulo: VIII** **Seção:** **Artigo: 65** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Dê-se a seguinte redação ao art. 65:
Art. 65 - Se o projeto de lei orçamentária anual não for sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2000, a programação dele constnte poderá ser executada durante o primeiro mês do exercício, até o limite de um doze avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida ao Congresso Nacional.

Emenda: 1650 **Capítulo: VI** **Seção:** **Artigo: 52** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se no Art. 52, in-fine, o seguinte Parágrafo:
Art. 52
§ - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual ao Congresso Nacional apresentará, em anexo, os valores das aplicações das agências financeiras oficiais de fomento nos dois últimos anos, consolidadas por agência, região e setor de atividade.

Emenda: 1651 **Capítulo: III** **Seção: I** **Artigo: 37** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Art. 37 - As fontes de recursos e as modalidades de aplicação aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de execução se publicadas por meio de:

I - Decreto do Presidente da República, para as fontes;
II - Ato administrativo próprio do dirigente máximo de cada órgão a que estiver subordinada a unidade orçamentária, para as modalidades de aplicação, desde que demonstrada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, na modalidade prevista na lei orçamentária.

AUTOR: MOZARILDO CAVALCANTI

PARTIDO: PFL

UF: RR

Emenda: 0873 **Capítulo: I** **Seção:** **Artigo: 02** **Parágrafo: ÚNICO** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Dê-se ao referido artigo a seguinte redação: Na destinação dos recursos relativos a programas sociais, será conferida prioridade aos Estados de menor índice de desenvolvimento humano e econômico.

Emenda: 0874 **Capítulo: III** **Seção: I** **Artigo: 28** **Parágrafo: 1** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Dê-se ao parágrafo acima especificado a seguinte redação: "§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2000 por três autoridades locais e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria e remeter bimestralmente relatório com demonstrativos físicos/financeiros de suas atividades e declaração anual de Imposto de Renda de todos os seus membros diretores ao Ministério Público da União e ao Tribunal de Contas da União."

Emenda: 0875 **Capítulo: III** **Seção: I** **Artigo: 28** **Parágrafo:** **Inciso: II** **Alínea:**
Texto: Dê-se ao inciso acima especificado a seguinte redação: "II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial e apresentem relatórios bimestrais com demonstrativos físicos/financeiros de suas atividades ao Ministério Público da União e ao Tribunal de Contas da União, conforme especifica o Art. 70 da Constituição Federal."

Emenda: 0876 **Capítulo: III** **Seção: I** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Insira-se, onde couber, o seguinte artigo:
"Art.... Os recursos orçamentários consignados na Lei Orçamentária Anual, provenientes de emendas, ao programa Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira, deverão ter destinação de, no mínimo, 50% aos municípios localizados nas Regiões Norte e Centro-Oeste."

Emenda: 0877 **Capítulo: VIII** **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Insira-se, onde couber, o seguinte artigo:
"Art. ... Os recursos orçamentários consignados na Lei de Orçamento Anual, provenientes de emendas de parlamentares, de bancadas estaduais, de bancadas regionais e de comissões, deverão ter os seguintes tratamentos:
§ 1º - As emendas individuais de parlamentares, deverão ser atendidas, por parte do Poder Executivo Federal, compulsoriamente em sua plenitude;
§ 2º Para que seja efetivamente cumprido o disposto no parágrafo 7º do artigo 165 da Constituição Federal, os parlamentares eleitos por estados que compõem as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, terão percentual de acréscimo nos valores de suas emendas de 30%, 25% e 20% respectivamente, em relação as emendas de parlamentares das regiões Sudeste e Sul.
§ 3º As Bancadas Estaduais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que estão representadas no Congresso Nacional com o número de até 15 parlamentares, poderão assegurar ao Estado até 15 emendas de Bancada;
I - Nas emendas de Bancadas Estaduais ficará assegurado, aos Estados membros das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, no mínimo 80% dos recursos orçamentários alocados àquele Estado membro das Regiões Sudeste e Sul que for contemplado com o maior orçamento proveniente destas emendas.
§ 4º Nas emendas de Bancadas Regionais, ficará limitado o número de emendas de Estados membros das regiões;
§ 5º - As emendas ao Orçamento, de autoria das diversas Comissões Permanentes do Congresso Nacional, que tratam de assuntos sociais, deverão ter um acréscimo de 20% de recursos orçamentários em relação às demais Comissões."

Emenda: 0878 **Capítulo: VIII** **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Insira-se, onde couber, o seguinte artigo.:
"Art. ... O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, até 30 dias após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo:
I - relação das obras em execução com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nas quais tenham sido identificados indícios de irregularidades graves ou de danos ao Erário, incluídas ou não na proposta orçamentária, devendo, nesses casos, serem indicados a classificação institucional, funcional e programática correspondente, o órgão executor, a localização da obra, os indícios verificados e as providências adotadas nos processos;
II - informações gerenciais sobre a execução físico-financeira dos subtítulos mais relevantes, constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, selecionados, especialmente, de acordo com critérios que levem em consideração o valor liquidado no exercício de 1998 e o fixado em 1999, a regionalização do gasto, sem prejuízo das solicitações do Congresso Nacional;
III - informações sobre indícios de irregularidades nas prestações de contas, das quais o Art. 70 da Constituição Federal, relativas às subvenções sociais, constatadas por meio de análise individual de todas as prestações de contas referidas neste inciso.
§ 1º A lei orçamentária anual poderá contemplar subtítulos relativos a obras mencionadas no inciso I deste artigo com execução orçamentária suspensa até a adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável, sujeitas à apreciação do Congresso Nacional e da Comissão referida no caput deste artigo.
§ 2º O Tribunal encaminhará à Comissão referida no caput deste artigo, sempre que necessário, relatórios de atualização das informações constantes da relação mencionada nos incisos I e II deste artigo."

AUTOR: NELSON MARCHEZAN

PARTIDO: PSDB

UF: RS

Emenda: 0302 Capítulo: III Seção: I Artigo: 24 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: INCLUA-SE, NO ART. 24, O SEGUINTE PARÁGRAFO:

ART. 24.....

§..... FICAM EXCLUÍDOS, DO INCISO VIII DO CAPUT DESTE ARTIGO, OS PAGAMENTOS REFERENTES A CONSULTORIAS REALIZADAS POR PROFESSORES OU PESQUISADORES DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO OU PESQUISA ATRAVÉS DE RECURSOS PROVENIENTES DE CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES FIRMADOS COM ÓRGÃOS OU ENTIDADES DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, NACIONAIS OU INTERNACIONAIS.

Emenda: 1321 Capítulo: VIII Seção: Artigo: 57 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescente-se ao art. 57 os seguintes parágrafos:

Art. 57.....

§ 1º Os créditos orçamentários destinados ao custeio, manutenção e investimentos nos sistemas, com receitas tarifárias próprias decorrentes de leis específicas, alocados em fundos próprios, não serão submetidos aos limites do teto orçamentário dos órgãos responsáveis pela administração desses recursos.

§ 2º As propostas orçamentárias para atendimento do exposto no parágrafo anterior serão aprovadas, com base na previsão de arrecadação do sistema considerado e terão como limite de aplicação o montante das receitas efetivamente realizadas no exercício financeiro a que se referem.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

AUTOR: NELSON MEURER

PARTIDO: PPB

UF: PR

Emenda: 1144 Capítulo: III Seção: Artigo: 24 Parágrafo: Inciso: VI Alínea:

Texto: Dê-se nova redação ao inciso

"VI - ações que não sejam de competência exclusiva da união, aos estados, ao distrito federal e aos municípios, ou com ações em que a constituição não estabeleça a obrigação da união em cooperar técnica e financeiramente, ressalvada as ações compreendidas no art. 23 da constituição federal, inclusive para aquisição de patrulhas mecanizadas."

Emenda: 1145 Capítulo: II Seção: Artigo: 06 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescente-se in fine a expressão:
"devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser totalmente registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI."

Emenda: 1146 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 2 Inciso: V Alínea:

Texto: Inclua-se o seguinte inciso no § 2º do art. 8º do projeto:

"V - avaliação das seguintes políticas públicas, com informações detalhadas para que se possa comprovar cumprimento da legislação pertinente e estimar a efetividade das ações governamentais:

- a) política fundiária;
- b) política de desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério;
- c) política nacional de segurança pública;
- d) política nacional de saúde.

Emenda: 1147 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 3 Inciso: III Alínea:

Texto: Dê-se nova redação inciso III:

"III - o detalhamento dos principais custos unitários médicos utilizados na elaboração dos orçamentos."

Emenda: 1148 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 3 Inciso: XV Alínea:

Texto: Dê-se nova redação ao dispositivo indicado:

"XV - a despesa com pessoal e encargos sociais, Por Poder e total executada nos últimos três anos a execução provável em 2000 e o programado para 2001, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente e à receita corrente líquida, esta última tal como definida na forma da Lei Complementar n.º 101 de 4 de maio de 2000. Para os exercícios a que se referem."

Emenda: 1149 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 3 Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se o seguinte dispositivo:

"XXVIII - discriminação por órgão, programa, projeto e atividade, regionalizada por estado, das despesas destinadas ao combate do crime organizado e do anrcotráfico, separadamente para os anos de 1999.

Emenda: 1150 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 3 Inciso: Alínea:

Texto: Restabeleça-se o inciso XXIX da LDO anterior:

"XXVIII - a correlação entre as novas categorias de programação introduzidas a partir de 2000 e as existentes anteriormente."

Emenda: 1151 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 3 Inciso: Alínea:

Texto: Insira-se no art. 8º, §3º, inciso nos seguintes termos:

...as despesas estadualizadas do Sistema Único de Saúde - SUS, destacando as parcelas atinentes a cada um dos critérios previstos no art. 35 da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Emenda: 1152 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo III:

Art. ...No exercício de 2001, serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 2000.

§ 1º para fins do disposto neste artigo, entende-se por ações e serviços de saúde aqueles a cargo do Ministério da Saúde, excluídos os gastos com a dívida e com os encargos previdenciários da União.

§ 2º No projeto de lei orçamentária para 2001 enviado ao Congresso Nacional, a distribuição dos recursos destinados à assistência ambulatorial de média e alta complexidade e hospitalar - MAC - pautar-se-á por sua equalização per capita em todas as unidades da Federação, nos termos da Lei n.º 8.080, de 1990, combinada com a Lei n.º 8.142, de 1990.

Emenda: 1153 Capítulo: II Seção: Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se novo artigo após o artigo 11:

"12 - é vedada a criação de atividade ou projeto com a mesma finalidade de outra existente com o único propósito de especificar a unidade executora."

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1154	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:				
Texto:	Inclua-se após o art. 14 o seguinte artigo e seu parágrafo único: A proposta e a lei orçamentária conterão código classificador em todas as categorias de programação identificando se a despesa é de natureza financeira ou não-financeira. Parágrafo único. - A metodologia adotada para a classificação mencionada no caput acompanhará os demonstrativos previstos no art. 8º § 3º.											
Emenda:	1155	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:	21	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:			
Texto:	Inclua-se ao dispositivo 21 a seguinte alínea: "g) data do trânsito em julgado."											
Emenda:	1156	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:	23	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:	Alínea:		
Texto:	Dê-se nova redação ao parágrafo único, transformando em dois: § 1º - excluem-se, para fins de aplicação do disposto neste artigo, projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores: § 2º - entendem-se como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles cuja execução financeira até 30 de junho de 2000, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado indicado no demonstrativo previsto no inciso XXV do § 3º do art. 8º desta Lei."											
Emenda:	1157	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:	24	Parágrafo:	1	Inciso:	Alínea:		
Texto:	Suprima-se do artigo indicado § 1º a alínea "b". "b) as unidades necessárias a instalação de novas representações diplomáticas no exterior" "e) as despesas dessa natureza que sejam relativas às sedes oficiais das representações diplomáticas no exterior e que sejam cobertas com recursos provenientes da renda bruta consular."											
Emenda:	1158	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:	24	Parágrafo:	2	Inciso:	Alínea:		
Texto:	Dê-se nova redação ao parágrafo 2º § 2º - Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Federal publicando-se no Diário Oficial da União, além do extrato do contrato a justificativa e a autorização da contratação."											
Emenda:	1159	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:	24	Parágrafo:		Inciso:	VIII	Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao inciso: "VIII - pagamento a qualquer título a servidor ou empregado da administração pública ou empregado de empresa pública ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais											
Emenda:	1160	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:	25	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao parágrafo único: 'Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo a destinação, mediante a abertura de crédito adicional de recursos de contrapartida para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade da sua aplicação original."											
Emenda:	1161	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	28	Parágrafo:		Inciso:	II	Alínea:
Texto:	Dê-se nova seguinte redação ao inciso II do art. 28: Art. 28..... II- sejam de natureza filantrópica, institucional ou assistencial, vinculadas a organismos internacionais;											
Emenda:	1162	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	28	Parágrafo:	1	Inciso:		Alínea:
Texto:	Dê-se ao § 1º do art. 28 a seguinte redação: Art. 28..... § 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2001 por três autoridades locais, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.											

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1163	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	30	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se ao artigo 30 a seguinte redação:												
Art. 30 . A lei orçamentária anual conterá reserva de contingência em montante equivalente a, no mínimo, um por cento da receita corrente líquida. Sendo quarenta por cento destinados a atender à programação do orçamento fiscal e sessenta por cento ao orçamento da seguridade social.													
Parágrafo único. Para o projeto de lei orçamentária anual o montante da reserva será de, no mínimo, dois por cento da receita corrente líquida.													
Emenda:	1164	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	32	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao caput do art. 32:												
Art. 32 - As transferências voluntárias de recursos da União consignadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, para Estados, Distrito Federal e Municípios, a qualquer título, dependerão da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que:"													
Emenda:	1165	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda ADITIVA												
Inclua-se o seguinte art. 39, renumerando-se os demais:													
"Art. 39. Os créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual, referentes a remanejamento de dotações no âmbito dos programas de trabalho dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, serão abertos por ato dos respectivos dirigentes máximos, cuja publicação incluirá a justificativa e o indicativo dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e respectivos subtítulos e metas atingidas.													
Emenda:	1166	Capítulo:	IV	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se novo artigo art. 44, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:												
"Art. 44 As despesas com o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal serão incluídas, na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida e constarão em unidade orçamentária específica, distinta da que contemple os encargos financeiros da União."													
Emenda:	1167	Capítulo:	VI	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se novo art. 53, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:												
"Art. 53. Acompanhará o relatório de que trata o art. 165, § 3º, da Constituição Federal, demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este capítulo."													
Emenda:	1168	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	56	Parágrafo:	3,4	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova organização aos §§ 3º e 4º, transformando-os em dispositivos separados, a saber:												
"Art. ... - O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada trimestre e quinze dias após o fechamento do SIAFI, no encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas do exercício, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas. Parágrafo Único. A Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º da Constituição, apreciará os relatórios mencionados neste artigo e acompanhará a evolução dos resultados primários dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária."													
Emenda:	1169	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	56	Parágrafo:	1,2	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda SUBSTITUTIVA												
Dê-se ao art. 56, caput e §§ 1º e 2º, a seguinte redação:													
"Art. 56. Se o setor competente do Poder Executivo verificar que, ao final de um bimestre, a realização da receita poderão não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público da União promoverão, por ato próprio, nos trinta dias subsequentes, a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo o percentuais informados por aquele setor competente. § 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas. § 2º A limitação de empenho e movimentação financeira será feita com a aplicação dos percentuais mencionados no caput sobre a soma das dotações para "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras" dos órgãos de cada Poder e do Ministério Público da União, excluídas as parcelas destinadas ao cumprimento de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida."													

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1170	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	56	Parágrafo:	3,4	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova organização aos §§ 3º e 4º, transformando-os em dispositivos separados, a saber: "Art. ... O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada trimestre e quinze dias após o fechamento do SIAFI, no encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas do exercício, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas. Parágrafo Único. A Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º da Constituição, apreciará os relatórios mencionados neste artigo e acompanhará a evolução dos resultados primários dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária."												
Emenda:	1171	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	59	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Suprima-se o parágrafo único do art. 59												
Emenda:	1172	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	59	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda MODIFICATIVA Dê-se ao "parágrafo único" do art. 59, a seguinte redação: "Parágrafo único. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União, será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ressalvado o relativo aos gastos com pessoal e encargos sociais, que será liberado no montante das despesas mensais, respeitados os limites orçamentários."												
Emenda:	1173	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	59	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda ADITIVA Inclua-se o seguinte § 2º no art. 59, renumerando-se o atual "parágrafo único" para § 1º. "§ 2º. Em ocorrendo o disposto no inciso II do = 6º do Art. 57 da Constituição Federal, os recursos necessários para fazer face à despesa serão liberados em acréscimo aos duodécimos previstos no parágrafo anterior."												
Emenda:	1174	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	60	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda MODIFICATIVA Dê-se ao art. 60 a seguinte redação: "Art. 60. A execução de gastos não previstos nos limites fixados no art. 47 desta Lei somente poderá ocorrer após a abertura de créditos adicionais para fazer face a tais despesas, ressalvados: I - o pagamento de eventuais reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais; II - as despesas decorrentes de convocação extraordinária do Congresso Nacional; III - as despesas decorrentes da fixação do teto remuneratório dos três Poderes da União; IV - as vantagens autorizados por lei."												
Emenda:	1175	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda ADITIVA Inclua-se o seguinte artigo 62 e remunere-se os que lhe seguem: "Art. 62. Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União poderão encaminhar seus pedidos de crédito adicional ao setor competente do Poder Executivo até 15 de outubro de 2001, prazo este que não pode ser restringido. § 1º. Os créditos suplementares solicitados pelos órgãos mencionados no "caput" deste artigo serão abertos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, quando depender de decreto do Poder Executivo, a contar da data do pedido. § 2º. O crédito suplementar dependente de lei autorizativa e solicitado por órgão mencionado no "caput" deste artigo, com indicação dos recursos compensatórios, será encaminhado ao Congresso Nacional no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido."												
Emenda:	1176	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	65	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Emenda ADITIVA Inclua-se o seguinte inciso V no art. 65. "V - concessão dos auxílios creche, alimentação e transporte aos servidores públicos."												
Emenda:	1177	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo no Capítulo VIII do projeto. "Art. O Congresso Nacional publicará síntese da lei orçamentária, em linguagem clara e acessível ao cidadão, a ser distribuída a governos estaduais e municipais, universidades públicas e entidades representativas da sociedade."												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 1178 **Capítulo:** III **Seção:** **Artigo:** 24 **Parágrafo:** 1 **Inciso:** I **Alínea:** a
Texto: Dê-se nova redação ao dispositivo emendado:

"a) unidades equipadas, inclusive quadras esportivas e próprios residenciais, essenciais à ação das organizações militares;"

Emenda: 1179 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se novo artigo no capítulo II, onde couber, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

"Art. Os investimentos correspondentes a projetos de execução descentralizada, a cargo de Estados, Distrito Federal e Municípios, terão seus recursos consignados em dotações globais por Unidade da Federação.
Parágrafo único. A identificação da execução local ficará a cargo do Congresso Nacional, mediante a inclusão de subtítulos específicos, correspondentes a cada projeto."

Emenda: 1180 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 03 **Parágrafo:** 2 **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Dê-se ao § 2º do Art. 3º, a seguinte redação:

"Art. 3º

§ 2º. As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, com as suas respectivas metas quantificadas, para especificar a ação executiva e identificar a localização geográfica integral ou parcial das respectivas atividades, projetos e operações especiais, não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade."

Emenda: 1181 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 3 **Inciso:** VI **Alínea:**
Texto: Dê-se ao inciso VI, do § 3º do Art. 8º, a seguinte redação:

"Art. 8º

§ 3º

VI - critérios e modelos de alocação de recursos para a execução descentralizada de programas setoriais, por Unidade da Federação, destacadamente, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação.

Emenda: 1182 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se à Seção I, do Capítulo III, artigo com a seguinte redação:

"Art. As receitas vinculadas e as diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, serão destinadas prioritariamente aos custeios administrativos e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida, e à contrapartida das operações de crédito, excetuando-se a parcela de vinte por cento dos recursos diretamente arrecadados por órgãos ou entidades voltadas para a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico e para ações na área de recursos hídricos, desde que destinadas a investimentos em suas atividades fim."

Emenda: 1183 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 22 **Parágrafo:** ÚNICO **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Suprima-se o parágrafo único do Art. 22, da Seção I, do Capítulo III.

Emenda: 1184 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 37 **Parágrafo:** **Inciso:** I **Alínea:**
Texto: Dê-se ao inciso I do Art. 37 a seguinte redação:

"Art. 37

I - Portaria do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as fontes, exceto as de que trata o § 2º do art. 54 desta lei, obedecidos os limites fixados na lei orçamentária para cada fonte."

Emenda: 1185 **Capítulo:** VII **Seção:** **Artigo:** 54 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Suprima-se o Art. 54.

AUTOR: NEUTON LIMA

PARTIDO: PFL

UF: SP

Emenda:	0517	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se onde couber o seguinte artigo ao PLDO 2001: Art. O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, até 30 dias após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo, relatório contendo informações recentes sobre a execução físico-financeira dos subtítulos mais relevantes relativos a obras constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social. § 11º. O relatório referido no caput deverá informar, para cada obra fiscalizada, a classificação institucional, funcional e programática correspondente, a localização do empreendimento, os eventuais indícios de irregularidades classificados de acordo com sua gravidade, as providências adotadas pelo Tribunal, o percentual de execução físico-financeira e a estimativa do valor necessário para conclusão, além de outras informações consideradas pertinentes pelo Tribunal. § 2º. As informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União em cumprimento ao disposto no caput deste artigo deverão ser obtidas mediante procedimentos fiscalizatórios específicos para subsidiar a apreciação da proposta orçamentária pelo Congresso Nacional. § 3º. A seleção das obras a serem fiscalizadas deve considerar, dentre outros fatores, o valor liquidado no exercício de 1999, o fixado em 2000, a regionalização do gasto e o histórico de irregularidades pendentes obtido a partir de fiscalizações anteriores do Tribunal. § 4º. No atendimento ao disposto no caput deste artigo, o Tribunal fiscalizará um número de obras superior em pelo menos 20% ao número de obras fiscalizadas por ocasião do processo orçamentário federal para o exercício de 2000. § 5º. O Tribunal encaminhará à Comissão referida no caput deste artigo, sempre que necessário, relatórios de atualização das informações relativas às obras fiscalizadas."												

Emenda:	0519	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	28	Parágrafo:		Inciso:	II	Alínea:	
Texto:	Dê-se a seguinte redação ao inciso II do art. 28: Art. 28. II - sejam de natureza filantrópica, institucional ou assistencial, vinculadas a organismos internacionais;												

Emenda:	0520	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo III: Art. ... No exercício de 20011, serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 2000. § 1º. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por ações e serviços de saúde aqueles a cargo do Ministério da saúde, excluídos os gastos com a dívida e com os encargos previdenciários da União. § 2º. No projeto de lei orçamentária para 2001 enviado ao Congresso Nacional, a distribuição dos recursos destinados à assistência ambulatorial de média e alta complexidade e hospitalar - MAC - pautar-se-á por sua equalização per capita em todas as unidades da Federação, nos termos da Lei nº 8.080, de 1990, combinada com a Lei nº 8.142, de 1990.												

Emenda:	0521	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo III: Art. ... Sem prejuízo do que determina o art. 35 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a distribuição dos recursos do SUS aos Estados, Distrito Federal e Municípios observará os seguintes critérios: I - cinquenta por cento, segundo o número de habitantes; II - trinta e cinco por cento, na razão direta dos índices mais altos de desnutrição, de morbidade e mortalidade provocadas por doenças endêmicas; III - dez por cento, na razão direta dos Municípios mais carentes em relação à infra-estrutura de saneamento básico e de água potável de boa qualidade; e IV - cinco por cento, pelos demais critérios previstos na referida Lei.												

Emenda:	0522	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo III: Art. ... Sem prejuízo do que determina o art. 35 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a distribuição de recursos do SUS aos Estados, Distrito Federal e Municípios observará os seguintes critérios: I - cinquenta por cento, segundo o número de habitantes; II - trinta por cento, na razão direta da participação dos orçamentos estaduais e municipais na destinação de recursos para ações e serviços de saúde, apurada com base na execução dos dois últimos exercícios findos; III - quinze por cento, segundo critério que leve em conta o perfil epidemiológico da população a ser coberta; e IV - cinco por cento, pelos demais critérios previstos na referida lei.												

Emenda:	0523	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Insira-se no art. 8º, § 3º, inciso nos seguintes termos: ... As despesas estadualizadas do Sistema Único de Saúde - SUS, destacando as parcelas atinentes a cada um dos critérios previstos no art. 35 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.												

Emenda:	0527	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	65	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso no Capítulo VIII, art. 65: V - pagamento de benefícios de prestação continuada (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) e desenvolvimento de ações de enfrentamento à pobreza;												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0532	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 28	Parágrafo: 1	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se ao § 1º do art. 28 a seguinte redação: Art. 28. § 1º. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2001 por três autoridades locais, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.						
Emenda: 0533	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Suprimam-se os seguintes incisos do § 3º: a) inciso I; b) inciso IX; c) inciso XXII; d) inciso XXVI.						
Emenda: 0536	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 59	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se ao "parágrafo único" do art. 59, a seguinte redação: "Parágrafo único. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados aos Poderes Legislativos e Judiciário e ao Ministério Público da União, será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ressalvado o relativo aos gastos com pessoal e encargos sociais, que será liberado no montante das despesas mensais, respeitados os limites orçamentários."						
Emenda: 0537	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 59	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte § 2º no art. 59, renumerando-se o atual "parágrafo único" para § 1º. "§ 2º. Em ocorrendo o disposto no inciso II do § 6º do Art. 57 da Constituição Federal, os recursos necessários para fazer face à despesa serão liberados em acréscimo aos duodécimos previstos na parágrafo anterior."						
Emenda: 0538	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte artigo onde couber no Capítulo VIII: Art. XX. O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, até 30 dias após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo, inclusive em meio magnético de processamento eletrônico: I - relação das obras em execução com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nas quais tenham sido identificados indícios de irregularidades graves ou de danos ao Erário, ainda que relativas a processos não apreciados por órgão colegiado do Tribunal, incluídas ou não na proposta orçamentária, devendo, nesses casos, serem indicados a classificação institucional, funcional e programática correspondente atualizada conforme o constante na proposta orçamentária para 2001, o órgão executor, a localização da obra, a descrição circunstanciada dos indícios verificados, as providências adotadas pelo Tribunal e o andamento dos respectivos processos; II - informações gerenciais sobre a execução físico-financeira dos subtítulos mais relevantes, constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, atualizada conforme o constante na proposta orçamentária para 2001, selecionados, especialmente, de acordo com critérios que levem em consideração o valor liquidado no exercício de 1999 e o fixado em 2000, a regionalização do gasto, sem prejuízo das solicitações do Congresso Nacional. § 1º. A lei orçamentária anual poderá contemplar subtítulos relativos a obras mencionadas no inciso I deste artigo com execução orçamentária suspensa até a adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável, sujeitas à apreciação do Congresso Nacional e da Comissão referida no caput deste artigo. § 2º. O Tribunal encaminhará à Comissão referida no caput deste artigo, sempre que necessário, relatórios de atualização das informações constantes da relação mencionada no inciso I deste artigo. § 3º. Nas obras a que se refere o inciso I deste artigo, quando não houver dotação consignada na proposta de lei orçamentária para 2001, o Tribunal poderá apresentar a classificação funcional e programática utilizada em exercícios anteriores, fazendo menção expressa ao fato. § 4º. Na relação mencionada no inciso I deste artigo, não deverão constar as obras já julgadas regulares ou regulares com ressalvas pelo Tribunal, em decisão final.						
Emenda: 0539	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte artigo: "A parcela equivalente a 20% (vinte por cento) das receitas vinculadas e das diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, será obrigatoriamente destinada a investimentos nas atividades-fim, tratando-se de órgãos ou entidades voltadas para a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico ou para ações na área de recursos hídricos."						
Emenda: 0540	Capítulo: VII	Seção:	Artigo: 54	Parágrafo: 4	Inciso:	Alínea:
Texto: Suprima-se o § 4º do art. 54.						
Emenda: 0541	Capítulo: VI	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no Capítulo VI, o seguinte artigo: "Art. 53 Acompanhará o relatório de que trata o art. 165, §3º, da Constituição Federal, demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este capítulo."						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0542	Capítulo: IV	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se novo artigo 44, renumerando-se os demais, com a seguinte redação: "Art. 44. As despesas com o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal serão incluídas, na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida e constarão em unidade orçamentária específica, distinta da que contemple os encargos financeiros da União."						
Emenda: 0543	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 06	Parágrafo: ÚNICO	Inciso: IV	Alínea:
Texto: Exclua-se a parte final do inciso IV do parágrafo único do art. 6º, passando o dispositivo a constar com a seguinte redação: "Art. 6º. "Parágrafo único IV - transferências para aplicação em programas de financiamento nos termos do disposto nos arts. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal."						
Emenda: 0544	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 06	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se no caput do art. 6º in fine: "... Devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser registrada no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI na modalidade total."						
Emenda: 0545	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: "Inclua-se o seguinte artigo ao PLDO 2001: Art. O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166, § 1º da Constituição Federal, até 30 dias após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo, relatório contendo informações recentes sobre a execução físico-financeira dos subtitulos mais relevantes relativos a obras constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social. § 1º. O relatório referido no caput deverá informar, para cada obra fiscalizada, a classificação institucional, funcional e programática correspondente, a localização do empreendimento, os eventuais indícios de irregularidades detectados, as providências adotadas pelo Tribunal, o percentual de execução físico-financeira e a estimativa do valor necessário para conclusão, além de outras informações consideradas pertinentes pelo Tribunal. § 1º. As informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União em cumprimento ao disposto no caput deste artigo deverão ser obtidas mediante trabalhos fiscalizatórios específicos para a demanda do Congresso Nacional relativa ao processo orçamentário. § 2º. A seleção das obras a serem fiscalizadas deve considerar, dentre outros fatores, o valor liquidado no exercício de 1999, o fixado em 2000 e a regionalização do gasto. § 3º. No atendimento ao disposto no caput deste artigo, o Tribunal fiscalizará um número de obras superior em pelo menos 20% ao número de obras fiscalizadas por ocasião do processo orçamentário federal para o exercício de 2000. § 4º. O Tribunal encaminhará à Comissão referida no caput deste artigo, sempre que necessário, relatórios de atualização das informações relativas às obras fiscalizadas."						

AUTOR: NILSON MOURÃO

PARTIDO: PT

UF: AC

Emenda: 1899 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 33 **Parágrafo:** 2 **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Texto: "Ressalvam-se das disposições deste artigo as operações realizadas no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX, e as demais operações de financiamento realizadas com mini e pequenos produtores rurais, agricultores familiares, assentados de reforma agrária, e as operações de crédito sob o amparo do Programa de Revitalização de Cooperativas Agropecuárias - RECOOP, bem como os financiamentos para aquisição, por autarquias e empresas públicas federais, de prontos agropecuários destinados à execução da Política de Garantia de Preços Mínimos....."

AUTOR: NILSON PINTO

PARTIDO: PSDB

UF: PA

Emenda: 0960 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 24 **Parágrafo:** **Inciso:** VIII **Alínea:**

Texto: Adicionar Parágrafo ao artigo 24:

...- A exclusão no inciso VIII do caput deste artigo dos pagamentos referentes a consultorias realizadas por professores ou pesquisadores de instituições de ensino ou pesquisa através de recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais

AUTOR: OLÍMPIO PIRES

PARTIDO: PDT

UF: MG

Emenda: 0615 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 3 Inciso: Alínea:

Texto: INCLUA-SE NO § 3º DO ART. 8º A SEGUINTE REDAÇÃO:

" § 3º -COMPARATIVO DA ESTIMATIVA DE GASTO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS EM 20001 E 2002 E O EFETIVAMENTE REALIZADO EM 1999, 1998, 1997, 1996 E 1995, RELATIVAMENTE ÀS DESPESAS COM JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA, COM O ESTOQUE DA DÍVIDA INTERNA E COM A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS, SEGUNDO OS PARÂMETROS PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 96, DE 31 DE MAIO DE 1999."

Emenda: 0616 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 3 Inciso: Alínea:

Texto: INCLUA-SE NO § 3º DO ART. 8º O SEGUINTE INCISO:

"...- OS RECURSOS DESTINADOS À CONTRAPARTIDA NACIONAL DE EMPRÉSTIMOS EXTERNOS, NOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, POR ÓRGÃO E CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO."

Emenda: 0617 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 2 Inciso: Alínea:

Texto: INCLUA-SE O SEGUINTE INCISO V AO § 2º DO ART. 8º:

"ART. 8º - ...

§ 2º ...

...

V - OS VALORES DAS APLICAÇÕES DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO NOS DOIS ÚLTIMOS ANOS, A EXECUÇÃO PROVÁVEL PARA 2000 E AS ESTIMATIVAS PARA 2001, CONSOLIDADAS E POR AGÊNCIA, REGIÃO, ESTADO, SETOR E FONTE DE RECURSOS, EVIDENCIANDO, AINDA, A PARTICIPAÇÃO DOS PEQUENOS, MÉDIOS E GRANDES TOMADORES."

Emenda: 0618 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 2 Inciso: Alínea:

Texto: INCLUA-SE NO § 2º DO ART. 8º O SEGUINTE INCISO:

"... - A DISCRIMINAÇÃO DOS SUBPROJETOS EM ANDAMENTO, CUJA EXECUÇÃO FINANCEIRA, ATÉ 30 DE JUNHO DE 2000, ULTRAPASSE VINTE POR CENTO DO SEU CUSTO TOTAL ESTIMADO, INFORMANDO O PERCENTUAL DE EXECUÇÃO E O CUSTO TOTAL ACIMA REFERIDOS, OBSERVADO O QUE ESTABELECE O ART. 24."

Emenda: 0619 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 1 Inciso: I Alínea:

Texto: DÊ-SE AO INCISO I DO § 1º DO ART 8º A SEGINTE REDAÇÃO:

"ART. 8º ...

...

§ 1º - ...

I - EVOLUÇÃO DA RECEITA DO TESOIRO NACIONAL, SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMIAS E SEU DESDOBRAMENTO EM FONTES, DISCRIMINANDO CADA IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO DE QUE TRATAM OS INCISOS E ALÍNEAS DO ART. 195 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL."

Emenda: 0620 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 3 Inciso: Alínea:

Texto: DÊ-SE AO § 3º DO ART. 8º A SEGUINTE REDAÇÃO:

"3º - ACOMPANHARÃO O PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DEMOSNTRATIVOS CONTENDO AS SEGUINTES INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:"

Emenda: 0621 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: Inciso: III Alínea:

Texto: DÊ-SE AO III DO ART. 8º A SEGUINTE REDAÇÃO:

"III - ANEXOS INDIVIDUALIZADOS DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, DISCRIMINANDO A RECEITA E A DESPESA NA FORMA DEFINIDA NESTA LEI".

Emenda: 0622 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: INCLUA-SE O SEGUINTE PARÁGRAFO NO ART. 8º:

" ART. 3º - ...

§ ... OS ÓRGÃOS SETORIAIS DO SISTEMA SE ORÇAMENTO ENCAMINHARÃO À COMISSÃO DE QUE TRTA O § 1º DO ART. 166 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO MESMO PRAZO FIXADO NO § 3º DESTE ARTIGO, DEMONSTRATIVO DOS SUBTÍTULOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE OBRAS, CUJO VALOR TOTAL ULTRAPASSE R\$ 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE REAIS), CONTENDO:

A) ESPECIFICAÇÃO DA OBRA A SER REALIZADA;

B) ESTAGIO EM QUE SE ENCONTRA A OBRA;

C) CORNOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DA OBRA; E

D) ETAPAS A SEREM EXECUTADAS COM AS DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA."

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0623	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	06	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	
Texto:	DÊ-SE AO ART. 6º A SEGUINTE REDAÇÃO:									
"ART. 6º - OS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL COMPREENDERÃO A PROGRAMAÇÃO DOS PODERES DA UNIÃO, SEUS FUNDOS, ÓSGÃOS, AUTARQUIAS, INCLUSIVE ESPECIAIS, E FUNDAÇÕES INSTITUÍDAS E MANTIDAS PELO PODER PÚBLICO, BEM COMO DAS EMPRESAS PÚBLICAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA E DEMAIS ENTIDADES EM QUE A UNIÃO, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DETENHA A MAIORIA DO CAPITAL SOCIAL COM DIREITO A VOTO E QUE DELA RECEBAM RECURSOS DO TESOURO NACIONAL, DEVENDO A CORRESPONDENTE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA SER TOTALMENTE REGISTRADA NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - SIAFI."										
Emenda:	0624	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	
Texto:	INCLUA-SE NO ART.8º O SEGUINTE INCISO:									
"... - NO DEMONSTRATIVO DE QUE TRATA O ART. 8º, § 1º, INCISO V, SEPARADAMENTE, AS ESTIMATIVAS RELATIVAS ÀS CONTRIBUIÇÕES DOS EMPREGADORES PARA A SEGURIDADE SOCIAL, INCIDENTES SOBRE A FOLHA DE SALÁRIOS, O FATURAMENTO, OS LUCROS E A CONTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES, ESTABELECIDOS, RESPECTIVAMENTE, NOS INCISOS I E II DO ART. 195 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL."										
Emenda:	0625	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:
Texto:	INCLUA-SE NO § 3º DO ART. 8º O SEGUINTE INCISO:									
"... - O PODER EXECUTIVO ENCAMINHARÁ AO CONGRESSO NACIONAL EXTRATO INDICANDO, POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA, AS INFORMAÇÕES PARA SE TER CONHECIMENTO DO REAL VALOR DE TODAS AS CONTRAPARTIDAS A CARGO DA UNIÃO, INCLUSIVE CONTRATANTE E CONTRATADO, VALOR TOTAL, PRAZO, FINALIDADE, TERMOS DO CONTRATO E PERCENTUAL OU VALOR DA CONTRAPARTIDA."										
Emenda:	1186	Capítulo:	III	Seção:	III	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	
Texto:	Inclua-se, na Seção III, do Capítulo III, o seguinte artigo:									
"Art. - A lei orçamentária anual contemplará dotações para o Fundo Nacional de Assistência Social para atender aos disposto no art. 203., V, da Constituição e na Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993."										
Emenda:	1187	Capítulo:	Seção:	Artigo:	52	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:		
Texto:	Inclua-se no art. 52 o seguinte parágrafo:									
"Art. 52 - § - Os bancos de desenvolvimento federais e seus agentes financeiros adotarão políticas de fomento destinadas a privilegiar os segmentos das micro, pequenas e médias empresas, de forma que, no mínimo, sessenta e cinco por cento do total de seus recursos sejam a elas concedidas."										
Emenda:	1188	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	38	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no capítulo II o seguinte dispositivo:									
"Art. - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecidos na lei orçamentária anual."										
Emenda:	1189	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:		
Texto:	Inclua-se, na LDO 2001, o seguinte artigo:									
"Art. - Somente projeto de lei específico poderá modificar a Lei de Diretrizes Orçamentárias."										
Emenda:	1190	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:		
Texto:	Inclua-se, na LDO para 2001, o seguinte artigo:									
"Art. - A abertura de créditos adicionais que tenham como sustentação o superávit financeiro do exercício anterior deverá obedecer a vinculação das respectivas fontes de recursos."										

AUTOR: OSVALDO REIS

PARTIDO: PMDB

UF: TO

Emenda: 1601 Capítulo: VIII Seção: **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se o seguinte artigo onde couber no Capítulo VIII:
Art. XX. O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, até 30 dias após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo, inclusive em meio magnético de processamento eletrônico:
I - relação das obras em execução com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nas quais tenham sido identificados indícios de irregularidades graves ou de danos ao Erário, ainda que relativas a processos não apreciados por órgão colegiado do Tribunal, incluídas ou não na proposta orçamentária, devendo, nesses casos, serem indicados a classificação institucional, funcional e programática correspondente atualizada conforme o constante na proposta orçamentária para 2001, o órgão executor, a localização da obra, a descrição circunstanciada dos indícios verificados, as providências adotadas pelo Tribunal e o andamento dos respectivos processos;
II - informações gerenciais sobre a execução físico-financeira dos subtítulos mais relevantes, constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, atualizada conforme o constante na proposta orçamentária para 2001, selecionados, especialmente, de acordo com critérios que levem em consideração o valor liquidado no exercício de 1999 e o fixado em 2000, a regionalização do gasto, sem prejuízo das solicitações do Congresso Nacional.
§ 1º A lei orçamentária anual poderá contemplar subtítulos relativos a obras mencionadas no inciso I deste artigo com execução orçamentária suspensa até a adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável, sujeitas à apreciação do Congresso Nacional e da Comissão referida no caput deste artigo.
§ 2º O Tribunal encaminhará à Comissão referida no caput deste artigo, sempre que necessário, relatórios de atualização das informações constantes da relação mencionada no inciso I deste artigo.
§ 3º Nas obras a que se refere o inciso I deste artigo, quando não houver dotação consignada na proposta de lei orçamentária para 2001, o Tribunal poderá apresentar a classificação funcional e programática utilizada em exercícios anteriores, fazendo menção expressa ao fato.
§ 4º Na relação mencionada no inciso I deste artigo, não deverão constar as obras já julgadas regulares ou regulares com ressalvas pelo Tribunal, em decisão final.

Emenda: 1602 Capítulo: III Seção: I Artigo: 32 Parágrafo: **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Dê-se nova redação ao caput do art. 32:
Art. 32. As transferências voluntárias de recursos da União consignadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, para Estados, Distrito Federal e Municípios, a qualquer título, dependerão de comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que:

Emenda: 1603 Capítulo: VIII Seção: **Artigo: 56 Parágrafo: 3,4 Inciso:** **Alínea:**

Texto: Dê-se nova redação aos §§ 3º e 4º, transformando-os em dispositivos separados, a saber:
"Art. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada trimestre e quinze dias após o fechamento do SIAFI, no encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas do exercício, bem assim das justificativas de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas.
Parágrafo único. A Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal apreciará os relatórios mencionados neste artigo e acompanhará a evolução dos resultados primários do orçamento fiscal e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária.

Emenda: 1604 Capítulo: VIII Seção: **Artigo: 67 Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Dê-se nova redação ao artigo:
"Art. 67 - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa."

Emenda: 1605 Capítulo: VIII Seção: **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se ao Capítulo citado o seguinte artigo:
Art. Os custos unitários de obras executadas com recursos dos orçamentos da União, relativas a construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico - CUB - por metro quadrado, divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção para cada Unidade da Federação, acrescido de até trinta por cento para cobrir custos não previstos no CUB.

Emenda: 1606 Capítulo: III Seção: I Artigo: **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo III:
Art. ... No exercício de 2001, serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 2000.
§ 1º Para fins do disposto neste artigo, entende-se por ações e serviços de saúde aqueles a cargo do Ministério da Saúde, excluídos os gastos com a dívida e com os encargos previdenciários da União.
§ 2º No projeto de lei orçamentária para 2001 enviado ao Congresso Nacional, a distribuição dos recursos destinados à assistência ambulatorial de média e alta complexidade hospitalar - MAC - pautar-se-á por sua equalização per capita em todas as unidades da Federação, nos termos da Lei nº 8.080, de 1990, combinada com a Lei nº 8.142, de 1990.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 1607	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 28	Parágrafo:	Inciso: II	Alínea:
Texto: Dê-se a seguinte redação ao inciso II do art. 28:						
Art. 28. ... II - sejam de natureza filantrópica, institucional ou assistencial, vinculadas a organismos internacionais;						
Emenda: 1608	Capítulo: II	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se novo artigo no capítulo II, onde couber, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:						
"Art. Os investimentos correspondentes a projetos de execução descentralizada, a cargo de Estados, Distrito Federal e Municípios, terão seus recursos consignados em dotações globais por Unidade da Federação. Parágrafo único. A identificação da execução local ficará a cargo do Congresso Nacional, mediante a inclusão de subtítulos específicos, correspondentes a cada projeto."						
Emenda: 1613	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte parágrafo no art. 8º do projeto: "§ Os órgãos setoriais do sistema de orçamento encaminharão à Comissão de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, no mesmo prazo fixado no § 3º deste artigo, detalhamento dos subtítulos destinados a realização de obras cujo valor total ultrapasse R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), contendo: a) especificação da obra a ser realizada; b) estágio em que se encontra a obra; c) cronograma físico-financeiro da obra; e d) etapas a serem executadas com as dotações consignadas no projeto de lei orçamentária."						
Emenda: 1614	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte dispositivo: "XXVIII - discriminação por órgão, programa, projeto e atividade, regionalizada por estado, das despesas destinadas ao combate ao crime organizado e do narcotráfico, separadamente para os anos de 1999, 2000 e 2001."						
Emenda: 1615	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 03	Parágrafo: 2	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se ao § 2º do Art. 3º, a seguinte redação: "Art. 3º. § 2º. As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, com as suas respectivas metas quantificadas, para especificar a ação executiva e identificar a localização geográfica integral ou parcial das respectivas atividades, projetos e operações especiais, não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade."						
Emenda: 1616	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se ao § 3º, do Art. 8º do Capítulo II, a seguinte redação: "Art. 3º. § 3º. Acompanharão o projeto de lei orçamentária anual, podendo ser disponibilizando por meio eletrônico, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares:"						
Emenda: 1617	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: VI	Alínea:
Texto: Dê-se ao inciso VI, do § 3º do Art. 8º, a seguinte redação: "Art. 8º. § 3º VI - critérios e modelos de alocação de recursos para a execução descentralizada de programas setoriais, por Unidade da Federação, destacadamente, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação."						
Emenda: 1618	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se à Seção I, do Capítulo III, artigo com a seguinte redação: "Art. As receitas vinculadas e as diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, serão destinadas prioritariamente aos custeios administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos da dívida, e à contrapartida das operações de crédito, excetuando-se a parcela de vinte por cento dos recursos diretamente arrecadados por órgãos ou entidades voltadas para a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico e para ações na área de recursos hídricos, desde que destinadas a investimentos em suas atividades fim."						
Emenda: 1619	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 18	Parágrafo: 1	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se ao § 1º do Art. 18, a seguinte redação: "Art. 18. § 1º. Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites de outras despesas correntes e de capital em 2001 o conjunto das dotações fixados na lei orçamentária, devidamente corrigidas pela taxa média de inflação de 2001 sobre a de 2000, prevista na elaboração da proposta orçamentária."						
Emenda: 1620	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 22	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto: Suprima-se o parágrafo único do art. 22, da Seção I, do Capítulo III.						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 1621 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 37 **Parágrafo:** **Inciso:** I **Alínea:**
Texto: Dê-se ao inciso I do Art. 37 a seguinte redação:
"Art. 37.
I - Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as fontes, exceto as de que trata o § 2º do art. 54 desta lei, obedecidos os limites fixados na lei orçamentária para cada fonte."

Emenda: 1622 **Capítulo:** VII **Seção:** **Artigo:** 54 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Suprima-se o Art. 54.

Emenda: 1623 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 56 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Dê-se ao Art. 56, a seguinte redação:
"Art. 56. O Poder Executivo encaminha ao Congresso nacional, no prazo de trinta dias, após o encerramento de cada trimestre e quinze dias após o fechamento do SIAFI, no encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas."

Parágrafo Único. A Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º. Da Constituição, apreciará os relatórios mencionados neste artigo e acompanhará a evolução dos resultados primários dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária.

AUTOR: PAULO MOURÃO

PARTIDO: PSDB

UF: TO

Emenda: 0184 Capítulo: VIII Seção: Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescente-se ao Capítulo VIII - Das Disposições Gerais - do PLN 01/2000 o seguinte artigo:

"Art..... - A lei orçamentária para o exercício de 2001 consignará dotações para atender à criação e instalação da Universidade Federal do Estado do Tocantins.

Emenda: 0185 Capítulo: VIII Seção: Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescente-se ao Capítulo VIII - Das Disposições Gerais - do PLN 01/2000 o seguinte artigo:

"Art..... A lei orçamentária para o exercício de 2001 consignará dotações para atender a programação especial para o desenvolvimento do Estado do Tocantins, abrangendo as áreas de saúde, educação, administração pública, segurança pública, transportes, agricultura, recursos hídricos e estruturação da Justiça, em observância ao § 6º do art. 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal.

Emenda: 0732 Capítulo: III Seção: I Artigo: 32 Parágrafo: 1 Inciso: III Alínea:

Texto: Altere-se a redação do inciso III, do § 1º, do art. 32 do PLN Nº 01/2000, que passaria a vigorar da seguinte forma:

"Art. 32.

§ 1º

III- beneficiarem a Municípios com até 25.000 habitantes, incluídos nos bolsões de pobreza indicados como áreas prioritárias no "Comunidade Solidária" e no Programa "Comunidade Ativa", bem como aqueles que recebam recursos para implementação de infra-estrutura em projetos de reforma agrária criados pelo Governo Federal ou, criados pelos Estados e Municípios, que tenham sido reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

AUTOR: PAULO PAIM

PARTIDO: PT

UF: RS

Emenda: 0193 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 3 Inciso: NOV Alínea:

Texto: Texto: Inclua-se o seguinte inciso:

" - a evolução das despesas com os benefícios assistenciais determinados pela Lei nº , devidos aos idosos e deficientes físicos, de 1997 até 1999 e a previsão para 2000 e 2001, discriminado a regionalização dos benefícios pagos;"

Emenda: 1792 Capítulo: VIII Seção: Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: A elaboração da Lei Orçamentária fará previsão de dotação suficiente para:

I - Ampliação do Quadro de Auditores Fiscais das carreiras exclusivas de Estado;

II - Modernização da máquina fiscalizadora do Estado (Previdência Social, Receita Federal, etc) contemplando investimentos em informática e treinamento de pessoal.

Emenda: 1793 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 3 Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se o seguinte inciso:

" - a evolução das despesas com os benefícios assistências determinados pela lei n.º , devidos aos idosos e deficientes físicos, de 1997 até 1999 e a previsão para 2000 e 2001, discriminado a regionalização dos benefícios pagos;"

Emenda: 1794 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: "O salário mínimo terá dotação orçamentária que garanta sua atualização monetária pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, em abril de 2001."

Emenda: 1795 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 3 Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se o seguinte inciso:

" - -- o detalhamento das receitas de contribuições previdenciárias, por categoria de contribuinte e segurado, verificadas nos exercícios posteriores a 1994 e previstas para 2000, 2001 e 2002, e das despesas, nos mesmos períodos, para cada um dos benefícios previdenciários e por segurado, evidenciando-se a Unidade da Federação onde realizou-se a arrecadação e pagou-se o benefício, e apresentando os demais elementos que permitem uma avaliação da situação financeira e atuarial da previdência social.

Emenda: 1796 Capítulo: III Seção: NOVA Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se no capítulo III, Das Disposições para Elaboração dos Orçamentos da União e suas Alterações, a seguinte seção específica para dispor sobre as Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social com, no mínimo, os seguintes artigos:

"Seção

Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos arts. 194, 195, 196, 199, 200, 201, 203 e 212, § 4º, da Constituição Federal, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições sociais previstas na Constituição Federal;

II - da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários da União;

III - das receitas financeiras e não-financeiras diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento;

IV - exclusivamente para utilização a cargo do Fundo Nacional de Saúde, das receitas de ressarcimento previstas pelo ar. 32 da Lei n.º 9.656, de 1998, com a redação dada pela MP 1.976-26 e reedições, e pela respectiva parcela da receita de participação no DPVAT;

V - das operações de crédito, externas ou internas, realizadas com a finalidade de atender às despesas previstas no orçamento da seguridade social;

VI - das doações destinadas aos programas ou entidades da seguridade social;

VII - do orçamento fiscal;

§ 1º - a destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da descentralização.

§ 2º - a integridade dos recursos previstos nos incisos de I a VI desse artigo serão classificados como recursos do orçamento da seguridade social.

Art. No exercício de 2001 serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 1999, acrescidos da variação nominal do PIB prevista para o exercício de 2000;

Parágrafo Único. A distribuição dos recursos para custeio do SUS pautar-se-á, nos termos da Lei n.º 8.080, de 1990, por sua equalização "per capita" em todas as unidades da federação.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

AUTOR: PEDRO CELSO

PARTIDO: PT

UF: DF

Emenda: 2148 **Capítulo: IV** **Seção:** **Artigo: 43** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: "A atualização monetária do principal da dívida mobiliária da União não poderá superar, no exercício de 2001, a variação do índice Nacional de Preços ao consumidor (INPC), do IBGE".

Emenda: 2149 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 08** **Parágrafo: 3** **Inciso: NOV** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte inciso:
"- discriminação, por órgão, atividade, projeto, operação especial e respectivos subtítulos, dos recursos destinados aos Programas "Comunidade Solidária", "Rede de Proteção Social" e "Comunidade Ativa;"

Emenda: 2150 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 07** **Parágrafo:** **Inciso: II** **Alínea:**
Texto: Dê-se ao inciso II do art. 7º. a seguinte redação:
"- ao pagamento de benefícios previdenciários para cada categoria de benefício;"

Emenda: 2151 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 08** **Parágrafo: 3** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte inciso no §3º.do art. 8º.
"- memória de cálculo de regionalização das despesas do SUS - Sistema Único de Saúde, destacando as parcelas atinentes a cada um dos critérios previstos no art. 35 da Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990;"

Emenda: 2152 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 07** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte inciso no rol do art. 7º.:
"- às despesa com comunicação social";

Emenda: 2153 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 08** **Parágrafo: CAPU** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte inciso no caput do art. 8º.:
"- VI - anexo com a relação das despesas obrigatórias de caráter continuado, de que trata o art. 17, da Lei Complementar 101, de 2000;"

Emenda: 2154 **Capítulo: II** **Seção:** **Artigo: 08** **Parágrafo: CAPU** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte inciso no caput do art. 8º:
"- VI - anexo com a relação das despesas obrigatórias de caráter continuado, de que trata o art. 17, da Lei Complementar 101, de 2000;"

Emenda: 2155 **Capítulo: VIII** **Seção:** **Artigo: 65** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte inciso no art. 65
"V - concessão dos auxílios creche, alimentação e transporte e demais benefícios previstos em lei aos servidores públicos."

Emenda: 2156 **Capítulo: III** **Seção: NOVA** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se no capítulo III, Das Disposições para Elaboração dos Orçamentos da União e suas alterações, a seguinte seção específica para dispor sobre as Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social com, no mínimo, os seguintes artigos:

Seção

Das Diretrizes Específicas Do Orçamento da Seguridade Social

Art. . O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos arts. 194, 195, 196, 199, 200, 201, 203, 204 e 212, § 4º., da Constituição Federal, às determinações do parágrafo único do art. 8º. da Lei Complementar nº. 101, de 2000, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições sociais previstas na Constituição Federal;

II - da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários da União e das receitas de contribuições de servidores públicos e militares das Forças Armadas, para o custeio de programas ou de fundos de assistência médica, odontológica e hospitalar;

III - das receitas financeiras e não-financeiras diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, o Orçamento da Seguridade Social;

IV - exclusivamente para utilização a cargo do Fundo Nacional de Saúde, das receitas de ressarcimento previstas pelo art. 32 da Lei nº. 9.656, de 1998, com a redação dada pela MP 1.976-26 e reedições, e pela respectiva parcela da receita de participação no DPVAT;

V - das operações de crédito, externas ou internas, realizadas com a finalidade de atender às despesas previstas no orçamento da seguridade social;

VI - das doações destinadas aos programas ou entidades da seguridade social;

VII - do orçamento fiscal.

§ 1º. - A destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da descentralização.

§ 2º. - A integralidade dos recursos previstos nos incisos de I a VI desse artigo serão classificados como recursos do orçamento da seguridade social.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	2157	Capítulo:	III	Seção:	NOVA	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
----------------	-------------	------------------	------------	---------------	-------------	----------------	--	-------------------	--	----------------	--	----------------	--

Texto: Inclua-se no capítulo III, Das Disposições para Elaboração dos Orçamentos da União e suas Alterações, a seguinte seção específica para dispor sobre as Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social com, no mínimo, o seguinte artigo:

Seção

Das Disposições Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. . No exercício de 2001 serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 1999, acrescidos da variação nominal do PIB prevista para o exercício de 2000 e ainda;

Parágrafo único. A distribuição dos recursos para custeio do SUS pautar-se-á, nos termos da Lei nº. 8.080, de 1990, por sua equalização per capita em todas as unidades da Federação.

AUTOR: PEDRO HENRY

PARTIDO: PSDB

UF: MT

Emenda: 1195 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo III:

Art. - No exercício de 2001, serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 2000.

§ 1º. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por ações e serviços de saúde aqueles a cargo do Ministério da Saúde, excluídos os gastos com a dívida e com os encargos previdenciários da União.

§ 2º No projeto de lei orçamentária para 2001 enviado ao Congresso Nacional, a distribuição dos recursos destinados à assistência ambulatorial de média e alta complexidade e hospitalar - MAC - pautar-se-á por sua equalização per capita em todas as unidades da Federação, nos termos da Lei n.º 8.080, de 1990, combinada com a Lei n.º 8.142, de 1990.

Emenda: 1196 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 3 **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Insira-se no art. 8º, § 3º, inciso nos seguintes termos:

... As despesas estadualizadas do Sistema Único de Saúde - SUS, destacando as parcelas atinentes a cada um dos critérios previstos no art. 35 da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

AUTOR: PEDRO WILSON

PARTIDO: PT

UF: GO

Emenda: 0042 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se no PL o seguinte artigo, onde couber:

Art. No projeto de lei orçamentária para 2001 serão destinados recursos necessários:
I - à garantir a manutenção do Programa Especial de Treinamento - PET

Emenda: 0160 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se no PL o seguinte artigo, onde couber:

Art. - No projeto de lei orçamentária para 2001 serão destinados recursos necessários:
I - à complementação da União ao Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, nos termos do art. 6º, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 9.424, de 1996.

Emenda: 0161 Capítulo: III Seção: I Artigo: 24 Parágrafo: 1 Inciso: Alínea:

Texto: ADICIONAR: PARÁGRAFO AO ART. 24:

... - A exclusão no inciso VIII do caput deste artigo dos pagamentos referentes a consultorias realizadas por professores ou pesquisadores de instituições de ensino ou pesquisa através de recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Emenda: 0162 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se no Seção I do Capítulo III o seguinte artigo:

Os recursos para a subfunção ensino médio deverão ser no mínimo de R\$ 1.000.000.000,00 (Hum bilhão de reais).

Emenda: 0163 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se na Seção I do Capítulo III o seguinte artigo:

Os recursos para a subfunção educação de jovens e adultos deverão ser no mínimo de R\$ 200.000.000,00 (Duzentos milhões de reais).

Emenda: 0164 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se na Seção I do Capítulo III o seguinte artigo:

Os recursos para a subfunção ensino superior deverão ser no mínimo de R\$ 8.000.000.000,00 (Oito bilhões de reais)

Emenda: 0165 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se na Seção I do Capítulo III o seguinte artigo:

Os recursos para a subfunção educação infantil ser no mínimo de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais)

Emenda: 0166 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se ao PL o seguinte artigo:

Art..... - A lei orçamentária para 2001 destinará recursos para a execução da Lei n.º 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que autoriza o Governo Federal a dar apoio financeiro aos municípios que instituírem programas de renda mínima associados à educação.

Emenda: 0167 Capítulo: VIII Seção: Artigo: 65 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Incluir no art. 65 os seguintes incisos:

Art. 65.....

I -

.....

V - pagamento de bolsa de estudo;

VI - o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE; e

VII - a complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, previsto no art. 60, § 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal.

Emenda: 0168 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 3 Inciso: Alínea:

Texto: Incluir no § 3º do art. 8º inciso com a seguinte redação:

..... - memória de cálculo da complementação da União ao Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, indicando o valor mínimo por aluno, nos termos do art. 6º, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

Emenda: 1312 Capítulo: VIII Seção: Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se no PL o seguinte artigo:

"Nos processos de licitação relativos à execução das dotações das atividades de Comunicação do Governo serão estabelecidas condições que permitam a participação de empresas regionais e nacionais de publicidade."

AUTOR: REGIS CAVALCANTE

PARTIDO: PPS

UF: AL

Emenda: 2200 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 24 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: ADICIONAR: PARÁGRAFO AO ART. 24:

... - A exclusão no inciso VIII do caput deste artigo dos pagamentos referentes a consultorias realizadas por professores ou pesquisadores de instituições de ensino ou pesquisa através de recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

AUTOR: ROBERTO BALESTRA

PARTIDO: PPB

UF: GO

Emenda: 0348	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 59	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto: Suprima-se o parágrafo único do art. 59.						
Emenda: 0349	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 59	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se ao "parágrafo único" do art. 59, a seguinte redação: "Parágrafo único. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União, será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ressalvado o relativo aos gastos com pessoal e encargos sociais, que será liberado no montante das despesas mensais, respeitados os limites orçamentários."						
Emenda: 0350	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 59	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte §2º no art. 59, renumerando-se o atual "parágrafo único" para §1º. "§ 2º. Em ocorrendo o disposto no inciso II do § 6º do Art. 57 da Constituição Federal, os recursos necessários para fazer face à despesa serão liberados em acréscimo aos duodécimos previstos no parágrafo anterior"						
Emenda: 0351	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 60	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Dê-se ao art. 60 a seguinte redação: "Art.60. A execução de gastos não previstos nos limites fixados no art. 47 desta Lei somente poderá ocorrer após a abertura de créditos adicionais para fazer face a tais despesas, ressalvados: I- O pagamento de eventuais reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais; II- as despesas decorrente de convocação extraordinária do Congresso Nacional; III- as despesas decorrentes da fixação do teto remuneratório dos três Poderes da União; IV- as vantagens autorizadas por lei."						
Emenda: 0352	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 61	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte "parágrafo único" no art. 61: "Parágrafo único. Os créditos adicionais dependentes de lei autorizativa e solicitados pelos órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido."						
Emenda: 0353	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte artigo 62 e renumere-se os que lhe seguem: "Art. 62. Os órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União poderão encaminhar seus pedidos de crédito adicional ao setor competente do Poder Executivo até 15 de outubro de 2001, prazo este que não pode ser restringido. § 1º. Os créditos suplementares solicitados pelos órgãos mencionados no "caput" deste artigo serão aberto no prazo máximo de 30 (trinta) dias, quando depender apenas de decreto do Poder Executivo, a contar da data do pedido. §2º. O crédito suplementar dependente de lei autorizativa e solicitado por órgão mencionado no "caput" deste artigo, com indicação dos recursos compensatórios, será encaminhado ao Congresso Nacional no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido."						
Emenda: 0354	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 63	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se ao artigo indicado o seguinte inciso: "VII - Sistema de Gerenciamento de Convênios - SIGECONV."						
Emenda: 0355	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 65	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se o seguinte inciso V no art. 65 "V - concessão dos auxílios creche, alimentação e transporte aos servidores públicos."						
Emenda: 0356	Capítulo: VI	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se seguinte artigo no Capítulo VI: "Art. ...Será encaminhado trimestralmente à Comissão Mista do Congresso Nacional, de que trata o art. 166 §1º da Constituição Federal, demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este capítulo."						
Emenda: 0357	Capítulo: VI	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclua-se seguinte artigo no Capítulo VI: "Art. ...Será encaminhado trimestralmente à Comissão Mista do Congresso Nacional, de que trata o art. 166 §1º da Constituição Federal, demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este capítulo."						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	0358	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:	67	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:		
Texto:	Dê-se nova redação ao artigo:										
"Art. 67 - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa."											
Emenda:	0359	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:	Alínea:		
Texto:	Inclua-se ao Capítulo citado o seguinte artigo:										
Art. Os custos unitários de obras executadas com recursos dos orçamentos da União, relativas a construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico - CUB - por metro quadrado, divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção para cada Unidade da Federação, acrescido de até trinta por cento para cobrir custos não previstos no CUB."											
Emenda:	0360	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:	Alínea:		
Texto:	Inclua-se o artigo, em anexo, no Capítulo VIII do projeto.										
Emenda:	0361	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:	Alínea:		
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo no Capítulo VIII do projeto.										
"Art. O Congresso Nacional publicará síntese da lei orçamentária, em linguagem clara e acessível ao cidadão, a ser distribuída a governos estaduais e municipais, universidades públicas e entidades representativas da sociedade."											
Emenda:	0362	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:	Alínea:		
Texto:	Inclua-se o artigo em anexo no Capítulo VIII do projeto.										
Emenda:	0363	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:	Alínea:		
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo onde couber no Capítulo VII: " O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166 §1º, da Constituição Federal, até 30 dias após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo, inclusive em meio magnético de processamento eletrônico: I - relação das obras em execução com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nas quais tenham sido identificados indícios de irregularidades graves ou de danos ao Erário, ainda que relativas a processos não apreciados por órgão colegiado do Tribunal, incluídas ou não na proposta orçamentária, devendo, nesses casos, serem indicados a classificação institucional, funcional e programática correspondente atualizada conforme o constante na proposta orçamentária para 2001, o órgão executor, a localização da obra, a descrição circunstanciada dos indícios verificados, as providências adotadas pelo Tribunal e o andamento dos respectivos processos; II - informações gerenciais sobre a execução físico-financeira dos subtítulos mais relevantes, constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, atualizada conforme o constante na proposta orçamentária para 2001, selecionados, especialmente, de acordo com critérios que levem em consideração o valor liquidado no exercício de 1999 e fixado em 2000, a regionalização do gasto, sem prejuízo das solicitações do Congresso Nacional. § 1º. A lei orçamentária anual poderá contemplar subtítulos relativos a obras mencionadas no inciso I deste artigo com execução orçamentária suspensa até a adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável, sujeitas à apreciação do Congresso Nacional e da Comissão referida no caput deste artigo. § 2º. O Tribunal encaminhará à Comissão referida no caput deste artigo, sempre que necessário, relatórios de atualização das informações constantes da relação mencionada no inciso I deste artigo. § 3º. Nas obras a que se refere o inciso I deste artigo, quando não houver dotação consignada na proposta de lei orçamentária para 2001, o Tribunal poderá apresentar a classificação funcional e programática utilizada em exercícios anteriores, fazendo menção expressa ao fato. § 4º. Na relação mencionada no inciso I deste artigo, não deverão constar as obras já julgadas regulares ou regulares com ressalvas pelo Tribunal, em decisão final.										
Emenda:	0364	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	03	Parágrafo:	3	Inciso:	I	Alínea:
Texto:	Dê-se a seguinte redação ao inciso:										
"i - a projeção dos resultados correntes dos orçamentos fiscal e da seguridade social;"											
Emenda:	0365	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	06	Parágrafo:	CAPU	Inciso:		Alínea:
Texto:	Acrescente-se in fine a expressão: "devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser totalmente registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI."										
Emenda:	0366	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	06	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se no caput do art. 6º in fine:										
"... Devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser registrada no Sistema de Administração Financeira do governo Federal - SIAFI na modalidade total."											

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0367 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 06 **Parágrafo:** ÚNICO **Inciso:** IV **Alínea:**
Texto: Exclua-se a parte final do inciso IV do parágrafo único do art. 6º, passando o dispositivo a constar com a seguinte redação:

"Art.6º.....
Parágrafo único.....
IV - transferências para aplicação em programas de financiamento nos termos do disposto nos arts. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal."

Emenda: 0368 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte parágrafo no art. 8º do projeto:

"§ Os órgãos setoriais do sistema de orçamento encaminharão à Comissão de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, no mesmo prazo fixado no § 3º deste artigo, detalhamento dos subtítulos destinados a realização de obras cujo valor total ultrapasse R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), contendo:
a) especificação da obra a ser realizada;
b) estágio em que se encontra a obra;
c) cronograma físico-financeiro da obra; e
d) etapas a serem executadas com as dotações consignadas no projeto de lei orçamentária."

Emenda: 0369 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 2 **Inciso:** V **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte inciso no §2º do art. 8º do projeto:

"V - avaliação das seguintes políticas públicas, com informações detalhadas para que se possa comprovar o cumprimento da legislação pertinente e estimar a efetividade das ações governamentais:
a- política fundiária;
b- política de desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério;
c- política nacional de segurança pública;
d- política nacional de saúde."

Emenda: 0370 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 3 **Inciso:** I **Alínea:**
Texto: Dê-se a seguinte redação ao inciso:

"I - a projeção dos resultados correntes dos orçamento fiscal e da seguridade social."

Emenda: 0371 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 2 **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Restabeleça-se parcialmente o contido no inciso V da LDO anterior ora suprimido:

"V - os valores das aplicações das agências financeiras oficiais de fomento nos dois últimos anos, a execução, a provável de 2000 e as estimativas para 2001, consolidadas e por agência, região, Estado, setor e fonte de recursos, evidenciando, quando possível, a participação dos pequenos, médios e grandes tomadores."

Emenda: 0372 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 3 **Inciso:** III **Alínea:**
Texto: Dê-se nova redação inciso III:

"III - o detalhamento dos principais custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos."

Emenda: 0373 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 3 **Inciso:** XIII **Alínea:**
Texto: Dê-se ao inciso nova redação:

"XIII - os montantes das receitas diretamente arrecadadas, por..."

Emenda: 0374 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 3 **Inciso:** XV **Alínea:**
Texto: Dê-se nova redação ao dispositivo indicado:

"XV - a despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder e total, executada nos últimos três anos, a execução provável em 2000 e o programado para 2001, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente e à receita corrente líquida, esta última tal como definida na forma da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, para os exercícios a que se referem."

Emenda: 0375 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 3 **Inciso:** XXV **Alínea:**
Texto: Dê-se a seguinte redação ao dispositivo indicado:

"XXV - os subtítulos de projeto em andamento, cuja..."

Emenda: 0376 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 3 **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte dispositivo:

"XXVIII - discriminação por órgão, programa, projeto e atividade, regionalizada por estado, das despesas destinadas ao combate do crime organizado e do narcotráfico, separadamente para os anos de 1999, 2000 e 2001."

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0377 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 3 **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Restabeleça-se o inciso XXIX da LDO anterior:

"XXVIII - a correlação entre as novas categorias de programação introduzidas a partir de 2000 e as existentes anteriormente."

Emenda: 0378 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 3 **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Insira-se no art.8º, § 3º, inciso nos seguintes termos:

... As despesas atualizadas do Sistema Único de Saúde - SUS, destacando as parcelas atinentes a cada um dos critérios previstos no art. 35 da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Emenda: 0379 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo III:

Art. ... No exercício de 2001, serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seu créditos adicionais no exercício financeiro de 2000.

§ 1º. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por ações e serviços de saúde aqueles a cargo do Ministério da Saúde, excluídos os gastos com a dívida e com os encargos previdenciários da União.

§ 2º. No projeto de lei orçamentária para 2001 enviado ao Congresso Nacional, a distribuição dos recursos destinados à assistência ambulatorial de média e alta complexidade e hospitalar - MAC - pautar-se-á por sua equalização per capita em todas as unidades da Federação, nos termos da Lei n.º 8.080, de 1990, combinada com a Lei n.º 8.142, de 1990.

Emenda: 0380 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se novo artigo após o artigo 11:

"12 - É vedada a criação de atividade ou projeto com a mesma finalidade de outra existente com o único propósito de especificar a unidade executora."

Emenda: 0381 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 12 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Dê-se nova redação aos incisos I e II:

I - 30 - estado;
II - 40 - município;

Emenda: 0382 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se após o art.14 o seguinte artigo e seu parágrafo único:

A proposta e a lei orçamentária conterão código classificador em todas as categorias de programação identificando se a despesa é de natureza financeira ou não-financeira.

Parágrafo único. A metodologia adotada para a classificação mencionada no caput acompanhará os demonstrativos previstos no art. 8º, §3º

Emenda: 0383 **Capítulo:** III **Seção:** **Artigo:** 18 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Dê-se nova redação ao caput do art. 18:

"Art. 18. Na proposta orçamentária, os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites de outras despesas correntes e de capital, em 2001, os seguintes parâmetros, calculados com base na receita corrente líquida: Poder Legislativo - 0,34% (trinta e quatro centésimos por cento); Poder Judiciário - 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) e Ministério Público da União - 0,07% (sete centésimos por cento).

Emenda: 0384 **Capítulo:** III **Seção:** **Artigo:** 21 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se ao dispositivo 21 a seguinte alínea:

"g) data do trânsito em julgado."

Emenda: 0385 **Capítulo:** III **Seção:** **Artigo:** 22 **Parágrafo:** **Inciso:** II **Alínea:**
Texto: Dê-se nova redação inciso II:

"II - incluídos projetos com as mesma finalidade em mais de um órgão orçamentário."

Emenda: 0386 **Capítulo:** III **Seção:** **Artigo:** 22 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se novo inciso ao artigo em pauta:

"V - classificadas como atividades dotações que visem ao desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem com classificados como projetos ações de duração continuada."

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0387 **Capítulo:** III **Seção:** **Artigo:** 23 **Parágrafo:** ÚNICO **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Dê-se nova redação ao parágrafo único, transformando-o em dois:

"§ 1º - excluem-se, para fins de aplicação do disposto neste artigo, projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentárias anteriores:

§ 2º - entendem-se como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de junho de 2000, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no demonstrativo previsto no inciso XXV do § 3º do art. 8º desta Lei."

Emenda: 0388 **Capítulo:** III **Seção:** **Artigo:** 24 **Parágrafo:** 1 **Inciso:** **Alínea:** a
Texto: Dê-se nova redação ao dispositivo emendado:

"a) unidades equipadas, inclusive quadras esportivas e próprios residenciais, essenciais à ação das organizações militares;"

Emenda: 0389 **Capítulo:** III **Seção:** **Artigo:** 24 **Parágrafo:** 1 **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Suprima-se do artigo indicado § 1º, a alínea "b".

"b - as unidades necessárias à instalação de novas representações diplomáticas no exterior;"

"e - as despesas dessa natureza, que sejam relativas às sedes oficiais das representações diplomáticas no exterior e que sejam cobertas com recursos provenientes da renda consular;"

Emenda: 0390 **Capítulo:** III **Seção:** **Artigo:** 24 **Parágrafo:** 2 **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Dê-se nova redação ao parágrafo 2º:

"§2º - Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Federal, publicando-se no Diário Oficial da União, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação."

Emenda: 0391 **Capítulo:** III **Seção:** **Artigo:** 24 **Parágrafo:** **Inciso:** VI **Alínea:**
Texto: Dê-se nova redação ao inciso:

"VI - ações que não sejam de competência exclusiva da União, comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou ações para as quais a Constituição não estabeleça a obrigação da União em cooperar técnica e financeiramente;"

Emenda: 0392 **Capítulo:** III **Seção:** **Artigo:** 24 **Parágrafo:** **Inciso:** VIII **Alínea:**
Texto: Dê-se nova redação ao inciso:

"VIII - pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado da administração pública ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais."

Emenda: 0393 **Capítulo:** III **Seção:** **Artigo:** 25 **Parágrafo:** ÚNICO **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Dê-se nova redação ao parágrafo único:

"Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo a destinação, mediante a abertura de crédito adicional de recursos de contrapartida para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade da sua aplicação original."

Emenda: 0394 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 28 **Parágrafo:** **Inciso:** II **Alínea:**
Texto: Dê-se a seguinte redação ao inciso II do art. 28:

Art. 28.

II - sejam de natureza filantrópica, institucional ou assistencial, vinculados a organismo internacionais;

Emenda: 0395 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 28 **Parágrafo:** 1 **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Dê-se ao §1º do art. 28 a seguinte redação:

Art. 28.....

§1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2001 por três autoridades locais, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0396	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 30	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao artigo 30 a seguinte redação: Art. 30. A lei orçamentária anual conterá reserva de contingência em montante equivalente a, no mínimo, um por cento da receita corrente líquida, sendo quarenta por cento destinados a atender à programação do orçamento fiscal e sessenta por cento ao orçamento da seguridade social. Parágrafo único. Para o projeto de lei orçamentária anual o montante da reserva será de, no mínimo, dois por cento da receita corrente líquida.					
Emenda: 0397	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 32	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação ao caput do art. 32: Art. 32. As transferências voluntárias de recursos da união consignadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, para Estados, Distrito Federal e Municípios, a qualquer título, dependerão da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original de que:"					
Emenda: 0398	Capítulo: III	Seção: II	Artigo: 38	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte parágrafo no art. 38: § 9º A lei orçamentária anual poderá autorizar a abertura, por decreto do Presidente da república, de créditos suplementares referentes ao pagamento de pessoal e encargos sociais, com o cancelamento de recursos do mesmo grupo de despesa ou com recursos provenientes de excesso de arrecadação.					
Emenda: 0399	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 39	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Emenda ADITIVA Inclua-se o seguinte art. 39, renumerando-se os demais: "Art. 39. Os créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual, referentes a remanejamento de dotações no âmbito dos programas de trabalho dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, serão abertos por ato dos respectivos dirigentes máximos, cuja publicação incluirá a justificativa e o indicativo dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos das operações especiais e respectivos subtítulos e metas atingidas."					
Emenda: 0400	Capítulo: IV	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	inclua-se novo artigo art. 44, renumerando-se os demais, com a seguinte redação: "Art. 44. As despesas com o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal serão incluídas, na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida e constarão em unidade orçamentária específica, distinta da que contemple os encargos financeiros da união."					
Emenda: 0401	Capítulo: VI	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se novo art. 53, renumerando-se os demais, com a seguinte redação: "Art. 53. Acompanhará o relatório de que trata o art. 165, § 3º, da Constituição Federal, demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere esta capítulo."					
Emenda: 0402	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 56	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se nova organização aos §§ 3º e 4º, transformando-os em dispositivos separados, a saber: "Art. ...O Poder Executivo encaminhará ao Congresso nacional, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada trimestre e quinze dias após o fechamento do SIAFI, no encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas do exercício, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas. Parágrafo Único. A Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º da Constituição, apreciará os relatórios mencionados neste artigo e acompanhará a evolução dos resultados primários dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária."					

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0403	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 56	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Emenda SUBSTITUTIVA					
Dê-se ao art. 56, caput e §§ 1º e 2º, a seguinte redação:						
<p>"Art. 56. Se o setor competente do Poder Executivo verificar que, ao final de um bimestre, a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público da União promoverão, por ato próprio, nos trinta dias subsequentes, a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os percentuais informados por aquele setor competente.</p> <p>§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.</p> <p>§ 2º A Limitação de empenho e movimentação financeira será feita com a aplicação dos percentuais mencionados no caput sobre a soma das dotações para "outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões financeiras" dos órgãos de cada Poder e do Ministério Público da união, excluídas as parcelas destinadas ao cumprimento de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida."</p>						
Emenda: 0404	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 56	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se nova organização ao §§ 3º e 4º, transformando-os em dispositivos separados, a saber:					
<p>"Art. ... O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada trimestre e quinze dias após o fechamento do SIAFI, no encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas do exercício, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas.</p> <p>Parágrafo único. A Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º da Constituição, apreciará os relatórios mencionados neste artigo e acompanhará a evolução dos resultados primários dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária."</p>						
Emenda: 0405	Capítulo: II	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se novo artigo no capítulo II, onde couber, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:					
<p>"Art. Os investimentos correspondentes a projetos de execução descentralizada, a cargo de Estados, Distrito Federal e Municípios, terão seus recursos consignados em dotações globais por Unidade da Federação.</p> <p>Parágrafo único. A identificação da execução local ficará a cargo do Congresso Nacional, mediante a inclusão de subtítulos específicos, correspondentes a cada projeto."</p>						
Emenda: 0406	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 03	Parágrafo: 2	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao § 2º do Art. 3º, a seguinte redação:					
<p>"Art. 3º</p> <p>§ 2º As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, com as suas respectivas metas quantificadas, para especificar a ação executiva e identificar a localização geográfica integral ou parcial das respectivas atividades, projetos e operações especiais, não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade."</p>						
Emenda: 0407	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao § 3º, do Art. 8º do Capítulo II, a seguinte redação:					
<p>"Art. 8º</p> <p>§ 3º. Acompanharão o projeto de lei orçamentária anual, podendo ser disponibilizado por meio eletrônico, demonstrativos contendo as seguintes informações complementares."</p>						
Emenda: 0408	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: VI	Alínea:
Texto:	Dê-se ao inciso VI, do § 3º, do Art. 8º, a seguinte redação:					
<p>"Art. 8º</p> <p>§ 3º</p> <p>VI - critérios e modelos de alocação de recursos para a execução descentralizada de programas setoriais, por Unidade da Federação, destacadamente, nas áreas de assistência social, educação, desporto, habitação, saúde, saneamento, transportes e irrigação.</p>						
Emenda: 0409	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se à Seção I, do Capítulo III, artigo com a seguinte redação:					
<p>"Art. As receitas vinculadas e as diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, serão destinadas prioritariamente aos custeios administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida, e à contrapartida das operações de crédito, excetuando-se a parcela de vinte por cento dos recursos diretamente arrecadados por órgãos ou entidades voltadas para a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico e para ações na área de recursos hídricos, desde que destinadas a investimentos em suas atividades fim."</p>						

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0410	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 18	Parágrafo: 1	Inciso: II	Alínea:
Texto: Dê-se ao § 1º do Art. 18, a seguinte redação: "Art. 18 § 1º Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites de outras despesas correntes e de capital em 2001 o conjunto das dotações fixadas na lei orçamentária, devidamente corrigidas pela taxa média de inflação de 2001 sobre a de 2000, prevista na elaboração da proposta orçamentária."						
Emenda: 0411	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 22	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto: Suprima-se o parágrafo único do Art. 22, da Seção 1, do Capítulo III.						
Emenda: 0412	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 37	Parágrafo:	Inciso: I	Alínea:
Texto: Dê-se ao inciso I do Art. 37 a seguinte redação: "Art. 37..... I - Portaria do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as fontes, exceto as de que trata o § 2º do art. 54 desta lei, obedecidos os limites fixados na lei orçamentária para cada fonte."						
Emenda: 0413	Capítulo: VII	Seção:	Artigo: 54	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Suprima-se o Art. 54						
Emenda: 0414	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 56	Parágrafo:	Inciso: VI	Alínea:
Texto: Dê-se ao Art. 56, a seguinte redação: "Art. 56. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada trimestre e quinze dias após o fechamento do SIAFI, no encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas. Parágrafo Único. A Comissão Mista de que trata o art. 166, §1º da Constituição, apreciará os relatórios mencionados neste artigo e acompanhará a evolução dos resultados primários dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária."						
Emenda: 0415	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 65	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclusão do inciso, com a seguinte redação: VI - Programa Produção e Abastecimento Alimentar. a) Ação Formação de Estoques Públicos (PGPM/AGF) b) Ação Aquisição e Comercialização de Produtos de Alimentação Básica						
Emenda: 0416	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 65	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto: Inclusão de inciso, com a seguinte redação: V - Programa Cesta de Alimentos (PRODEA)						
Emenda: 0417	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 36	Parágrafo: 1	Inciso: IV	Alínea:
Texto: Exclusão do inciso IV do parágrafo 1º						
Emenda: 0418	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 36	Parágrafo: 4	Inciso: I	Alínea:
Texto: Incluir no art. 36 o parágrafo 4º, com a seguinte redação: §4º - o prêmio relativo à venda, pelo Governo Federal, de Contratos de Opção de venda de produtos agropecuários será destinado à remuneração da Conab pela operacionalização do Programa.						

AUTOR: ROMERO JUCÁ

PARTIDO: PSDB

UF: RR

Emenda: 0255 Capítulo: III Seção: I Artigo: **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se, onde couber, a seguinte redação:
Art. ... - No exercício financeiro de 2001, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes ao valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto - PIB.

Emenda: 0256 Capítulo: III Seção: I Artigo: 32 Parágrafo: **Inciso: II Alínea: b**
Texto: Inclua-se, onde couber, a seguinte redação:
... - Ficam isentos de contrapartida, os recursos advindos de emendas aprovadas no âmbito do Congresso Nacional, de autoria de Parlamentares (individuais) e de autoria das Bancadas Estaduais e de Comissões (coletivas), que contemplarem municípios identificados como áreas prioritárias no "Comunidade Solidária" e no Programa "Comunidade Ativa".

Emenda: 1192 Capítulo: VIII Seção: **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se, onde couber, a seguinte redação:

Art. - O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente, prevista no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, até 30 dias após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo:
I - relação das obras em execução com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nas quais tenham sido identificados indícios de irregularidades graves ou de danos ao Erário, incluídas ou na proposta orçamentária, devendo, nesses casos, serem indicados a classificação institucional, funcional e programática correspondente, o órgão executor, a localização da obra, os indícios verificados e as providências adotadas nos processos;
II - informações gerenciais sobre a execução físico-financeira dos subtítulos mais relevantes, constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, selecionados, especialmente, de acordo com critérios que levem em consideração o valor liquidado no exercício de 1998 e o fixado em 1999, a regionalização do gasto, sem prejuízo das solicitações do Congresso Nacional.
§ 1º - A Lei Orçamentária Anual poderá contemplar subtítulos relativos a obras mencionadas no inciso I deste artigo, com execução orçamentária suspensa até a adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável, sujeitas à apreciação do Congresso Nacional, e da Comissão referida no caput deste artigo.
§ 2º - O Tribunal encaminhará à Comissão referida no caput deste artigo, sempre que necessário, relatório de atualização das informações constantes da relação mencionada no Inciso deste artigo.

Emenda: 1233 Capítulo: III Seção: I Artigo: 24 Parágrafo: **Inciso: III Alínea:**
Texto: Art. 24 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesa com:
I -
II -
III - aquisições de automóveis de representação, ressalvadas aquelas referentes a automóveis de uso do Presidente, Vice-Presidente e ex-Presidentes da República, Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e dos Tribunais Superiores, dos Membros das Mesas Diretores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, dos Ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal, do Procurador-geral da República, do Advogado-geral da União e dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

AUTOR: RUBENS BUENO

PARTIDO: PPS

UF: PR

Emenda: 0904 Capítulo: III Seção: I Artigo: 28 Parágrafo: Inciso: II Alínea:

Texto: Dê-se a seguinte redação ao inciso II do art. 28:

Art. 28.

II - sejam de natureza filantrópica, institucional ou assistencial, vinculados a organismo internacionais

Emenda: 0905 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 3 Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se onde couber a seguinte alínea:

...) as estimativas das receitas de concessões e permissões por serviços outorgado, com os valores total e mensais;

Emenda: 0906 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 3 Inciso: VII Alínea:

Texto: Dê-se nova redação ao inciso VII:

VII - memória de cálculo das estimativas:

a) do resultado da previdência social geral, especificando receitas e despesas mensais e no exercício, explicitando as hipóteses quanto aos fatores que afetam o crescimento das receitas, ao crescimento vegetativo das despesa com benefícios e do índice de reajuste do salário mínimo;

b) do gasto com pessoal e encargos sociais, mês a mês e no exercício, explicitando as hipóteses quanto a seu crescimento vegetativo, aos reajustes geral e específicos que afetem essas despesa e ao aumento do número de servidores.

Emenda: 0907 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 2 Inciso: III Alínea:

Texto: Dê-se nova redação ao inciso III:

III - avaliação das necessidades de financiamento do setor público federal, explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário e nominal implícitos ...

Emenda: 0908 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 3 Inciso: Alínea:

Texto: Insira-se no art. 8º, §3º, inciso nos seguintes termos:

... As despesa estadualizadas do Sistema Único de Saúde - SUS, destacando as parcelas atinentes a cada um dos critérios previstos no art. 35 da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Emenda: 0909 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Art. ... No exercício de 2001, serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 2000.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, entende-se por ações e serviços de saúde aqueles a cargo do Ministério da Saúde, excluídos os gastos com a dívida e com os encargos previdenciários da União.

§ 2º No projeto de lei orçamentária para 2001 enviado ao Congresso Nacional, a distribuição dos recursos destinados à assistência ambulatorial de média e alta complexidade e hospitalar - MAC - pautar-se-á por sua equalização per capita em todas as unidades da Federação, nos termos da Lei n.º 8.080, de 1990, combinada com a Lei n.º 8.142, de 1990.

Emenda: 0910 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se o seguinte artigo:

"A parcela equivalente a 20% (vinte por cento) das receitas e das diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, será obrigatoriamente destinada a investimentos nas atividades-fim, tratando-se de órgão ou entidades voltadas para a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico ou para ações na área de recursos hídricos."

Emenda: 0911 Capítulo: VII Seção: Artigo: 54 Parágrafo: 4 Inciso: Alínea:

Texto: Suprima-se o § 4º do art. 54.

Emenda: 0912 Capítulo: III Seção: I Artigo: 18 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Dê-se nova redação ao caput do art. 18:

Art. 18. Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites as suas respectivas propostas orçamentárias, para outras despesas correntes e despesas de capital, o conjunto das dotações fixadas na lei orçamentária de 2000.

Emenda: 0913 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se no PL o seguinte artigo, onde couber:

Art. ... No projeto de lei orçamentária par 2001 serão destinados recursos necessários:

I - à complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, nos termos do art. 6º, §§1º e 2º, da lei nº 9.424, de 1996.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0914	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 65	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Incluir no art. 65 os seguintes incisos: Art. 65..... I -; V - pagamento de bolsa de estudo; VI - o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE; e VII - a complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, previsto no art. 60, § 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal.					
Emenda: 0915	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se ao PL o seguinte artigo: Art..... - A lei orçamentária para 2001 destinará recursos para a execução da Lei n.º 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que autoriza o Governo Federal a dar apoio financeiro aos municípios que instituírem programas de renda mínima associados à educação.					
Emenda: 0916	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se ao PL o seguinte artigo: Art..... - A lei orçamentária para 2001 destinará recursos para a execução da Lei n.º 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que autoriza o Governo Federal a dar apoio financeiro aos municípios que instituírem programas de renda mínima associados à educação, bem como para promoção da Educação Ambiental, nos termos do disposto no inciso VI do § 1º do art. 225 da Constituição Federal.					
Emenda: 0917	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto:	Incluir no § 3º do art. 8º inciso com a seguinte redação: - memória de cálculo da complementação da União ao Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, indicando o valor mínimo por aluno, nos termos do art. 6º, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro de 1996.					
Emenda: 0918	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XIV	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação à alínea b): b) das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, segundo as rubricas da lei orçamentária, calculadas a partir dos montantes estimados na alínea anterior, mês a mês;					
Emenda: 0919	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XXI	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação ao inciso XXI: XXI - o resultado do Banco Central do Brasil verificado no exercício de 1999, destacando os principais elementos que contribuíram para esse resultado, bem como o estimado para 2000 e 2001,					
Emenda: 0920	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XX	Alínea:
Texto:	Dê-se ao inciso XX do § 3º do art. 8º a seguinte redação: "XX - as receitas e a aplicação dos recursos decorrentes do Programa Nacional de Desestatização até 1999, bem como estimativas e uso previsto para 2000 e 2001, por empresa ou participação da União objeto da alienação;"					
Emenda: 0921	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 65	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso no Capítulo VIII, art. 65: V - pagamento de benefícios de prestação continuada (Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993) e desenvolvimento de ações de enfrentamento à pobreza;					
Emenda: 0922	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 28	Parágrafo: 1	Inciso:	Alínea:
Texto:	DÊ-SE AO 1º DO ART. 28 A SEGUINTE REDAÇÃO: ART. 28. §1º PARA HABILITAR-SE AO RECEBIMENTO DE SUBVENÇÕES SOCIAIS, A ENTIDADE PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS DEVERÁ APRESENTAR DECLARAÇÃO DE FUNCIONAMENTO REGULAR NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, EMITIDA NO EXERCÍCIO DE 2001 POR TRÊS AUTORIDADES LOCAIS, E COMPROVANTE DE REGULARIDADE DO MANDATO DE SUA DIRETORIA.					

AUTOR: SERGIO GUERRA

PARTIDO: PSDB

UF: PE

Emenda: 0303 Capítulo: VIII Seção: Artigo: 56 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: SUPRESSÃO DO REFERIDO ARTIGO: "CASO SEJA NECESSÁRIA A LIMITAÇÃO DO EMPENHO DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA PARA ATINGIR AS METAS FISCAIS PREVISTAS NO ANEXO REFERIDO NO ART. 16 DESTA LEI, ESSA SERÁ FEITA DE FORMA PROPORCIONAL AO MONTANTE DOS RECURSOS ALOCADOS PARA O ATENDIMENTO DE 'OUTRAS DESPESAS CORRENTES', 'INVESTIMENTOS' E 'INVERSÕES FINANCEIRAS' DE CADA PODER E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO".

Emenda: 0304 Capítulo: III Seção: I Artigo: 21 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: ALTERAÇÃO PROPOSTA: O PODER JUDICIÁRIO, SEM PREJUÍZO DO ENVIO DAS RELAÇÕES DE DADOS CADASTRAIS DOS PRECATÓRIOS AOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DEVEDORES, ENCAMINHARÁ À COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL E À SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, ATÉ SETE DIAS CONTADOS DE 1º DE JULHO, INCLUSIVE EM MEIO MAGNÉTICO DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO.

Emenda: 0305 Capítulo: VIII Seção: Artigo: 65 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: ALTERAÇÃO PROPOSTA: SE O PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL NÃO FOR SANCIONADO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2000, A PROGRAMAÇÃO DELE CONSTANTE PODERÁ SER EXECUTADA, ENQUANTO A RESPECTIVA LEI NÃO FOR SANCIONADA, NA FORMA DE DUODÉCIMOS DA PROPOSTA REMETIDA AO CONGRESSO NACIONAL, EXCETUANDO:
I - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS;
II - PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL;
III - PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA; E
IV - TRANSFERÊNCIA CONSTITUCIONAIS E LEGAIS POR REPARTIÇÃO DE RECEITAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS.

AUTOR: SÉRGIO MIRANDA

PARTIDO: PC DO B

UF: MG

Emenda: 1908 Capítulo: II Seção: Artigo: 08 Parágrafo: 2 Inciso: Alínea:

Texto: Texto:
Inclua-se o seguinte inciso ao § 2º do art. 8º:
" - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual ao Congresso Nacional será acompanhada de:
a) memória de cálculo e demonstrativo de que o déficit nominal ao projeto dos orçamentos fiscal e da seguridade social é compatível com a meta fixada no "caput" deste artigo;
b) indicação dos órgãos que apurarão os resultados de que trata o "caput" deste artigo, para demonstrar o cumprimento das metas;
c) metodologia pormenorizada de apuração desses resultados, distinguindo a que se aplica ao projeto de lei orçamentária e a que deverá ser adotada no exercício, e demonstrando a compatibilidade entre as duas, bem como entre elas e aquela de que trata o art. 30, §1º, IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;
d) demonstrativo sintético do Programa de Dispendios Globais das empresas de que trata o art. 6º, onde deverão estar consubstanciados o resultado primário das empresas estatais federais a metodologia de apuração desses resultados.

Emenda: 1909 Capítulo: III Seção: Artigo: 29 Parágrafo: Inciso: V Alínea:

Texto: Suprima-se o inciso V.

Emenda: 1910 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Acrescente-se o seguinte artigo:

Art. . Todas as receitas e as despesas decorrentes das operações no âmbito do Programa Nacional de Desestatização e relativas a participações acionárias da União e das operações de securitização envolvendo títulos da dívida pública mobiliária federal, constarão da lei orçamentária anual nos seus valores brutos, vedada qualquer dedução.

Emenda: 1911 Capítulo: VII Seção: Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Suprima-se todo o capítulo VII.

Emenda: 1912 Capítulo: III Seção: I Artigo: 37 Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se o seguinte artigo:
"Art. . As fontes de recursos e as modalidades de aplicação aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução se publicadas por meio de:
I - portaria do Ministro do Orçamento e Gestão, para as fontes, exceto as de que trata o § 2º do art. 69 desta Lei;
II - portaria do dirigente máximo de cada órgão a que estiver subordinada a unidade orçamentária, para as modalidades de aplicação, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito na modalidade prevista na lei orçamentária.

Emenda: 1913 Capítulo: III Seção: I Artigo: Parágrafo: Inciso: Alínea:

Texto: Inclua-se o seguinte artigo:
"Art. . A programação orçamentária do Banco Central do Brasil obedecerá ao disposto neste Lei e compreenderá as despesas com pessoal e encargos sociais, outros custeios administrativos e operacionais, inclusive aquelas relativas a planos de benefícios e de assistência a servidores e investimentos.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1914	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	56	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se ao art. 56 a seguinte redação: "Art. 56. O Poder Executivo editará até trinta dias a publicação dos orçamentos decreto contendo a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, para a integralidade das dotações de despesas constantes na lei orçamentária anual, respeitada a natureza das receitas e das despesas, a vinculação de recursos determinado pelo parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000, e, ainda, enviará mensagem ao Congresso Nacional apresentando os critérios adotados, inclusive o cronograma previsto de realização de receitas por fonte. § 1º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta lei, o Poder Executivo promoverá a alteração do decreto de que trata o caput indicando o percentual de limitação de empenho e movimentação financeira a que ficarão submetidos os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, respeitada sempre a vedação de contingenciar as despesas "de outras despesas correntes" dos Ministérios da Saúde e da Educação bem como as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais, devendo o Poder Executivo demonstrar perante o Congresso Nacional a necessidade das medidas tomadas mediante verificação de inadequação do cronograma previsto de realização de receitas por fonte, justificar as providências necessárias para o cumprimento das metas de que trata o caput deste artigo, mediante ajuste do cronograma, bem como dos limites para movimentação e empenho. "§ 2º. No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas. "§ 3º. Na situação prevista pelo § 3º do art. 9º da Lei Complementar 101, de 2000, a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" de cada Poder e do Ministério Público da União. "§ 4º. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada trimestre e quinze dias após o fechamento do SIAFI, no encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas do exercício, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas. "§ 5º. A Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, apreciará os relatórios mencionados no parágrafo anterior e acompanhará a evolução dos resultados primários dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária".												
Emenda:	1915	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	29	Parágrafo:		Inciso:	V	Alínea:	
Texto:	Suprima-se o inciso V												
Emenda:	1916	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Acrescente-se o seguinte artigo: Art. . A lei orçamentária consignará dotações suficientes para assegurar a expansão das despesas de pessoal para atender ao disposto no Art. 37, inciso X, da Constituição Federal, recompondo pelo menos os valores reais verificados na data de promulgação da EC nº 19, de 1998; reajustameento dos valores dos serviços e benefícios da seguridade social, nos termos do art. 24, da Lei Complementar n º 101, de 2000, tomando por base no mínimo o índice definido no art. 43 desta lei e reajuste do salário mínimo para real adequação ao disposto no art. 7º, IV, da Constituição Federal;												
Emenda:	1917	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se ao capítulo III artigo com a seguinte redação: Art. - A proposta e a lei orçamentária conterão código classificador em todas as categoriais de programação identificando se a despesa é de natureza financeira ou não-financeira.												
Emenda:	1918	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Acrescente-se o seguinte parágrafo ao art. 8º: "§ - Os órgãos setoriais do sistema de orçamento encaminharão à Comissão de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, no mesmo prazo fixado no § 3º deste artigo, demonstrativo dos subtítulos destinados à realização de obras, cujo valor total ultrapasse R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), contendo: "a) especificação da obra a ser realizada; "b) estágio em que se encontra a obra; "c) cronograma físico-financeiro da obra; e "d) etapas a serem executadas com as dotações consignadas no projeto de lei orçamentnária."												
Emenda:	1919	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	XI	Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso: "XI - a evolução da receita nos três últimos anos, a execução provável para 2000 e a estimada, mês a mês para 2001, bem como a memória de cálculo dos principais itens de receitas, inclusive as financeiras, destacando as premissas básicas de seu comportamento no exercício de 2001;,"												
Emenda:	1920	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Acrescente-se o seguinte inciso ao art. 8º, § 3º: " - memória de cálculo das receitas de concessão de serviços públicos e de privatizações, por mês e no exercício, especificando para cada caso os bens e direitos objeto a concessão ou privatização;,"												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 1923	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 34	Parágrafo: ÚNICO	Inciso: III	Alínea:
Texto:	Suprima-se o inciso III, do Parágrafo Único do art. 34					
Emenda: 1925	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto:	Acrescente-se o seguinte inciso ao § 3º do art. 8º16/05/2000: " § - relatório do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS identificando a natureza dos débitos regularizados, a parcela originada de inscrição em dívida ativa, discriminado a origem dos débitos por tributo, a previsão de receitas para o exercício de 2000, 2001 e 2002; bem como uma avaliação da eficácia desse programa na recuperação dos débitos para com a fazenda pública."					
Emenda: 1926	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: XXI	Alínea:
Texto:	Dê-se ao seguintes inciso: "XXI - os resultados do Banco Central do Brasil verificados em 1998 e 1999, os estimados para 2000 e 2001, destacando os principais elementos que constituem esses resultados verificados ou estimados					
Emenda: 1927	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso: " -- o detalhamento das receitas de contribuições previdenciárias, por categoria de contribuinte e segurado, verificadas nos exercícios posteriores a 1994 e previstas para 2000, 2001 e 2002, e das despesas, nos mesmos períodos, para cada um dos benefícios previdenciários e por categoria de segurado, evidenciando-se a Unidade da Federação onde realizou-se a arrecadação e pagou-se o benefício, e apresentando os demais elementos que permitem uma avaliação financeira e atuarial da previdência social."					
Emenda: 1928	Capítulo: I	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso ao § 3º do art. 8º: " -- os dados relativos ao índice de desenvolvimento humano de que trata o art. 2º, indicando, dentre outros, o instituto responsável, critérios utilizados, abrangência de apuração;					
Emenda: 1929	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: VII	Alínea:
Texto:	Dê-se ao inciso VII a seguinte redação: VII - memória de cálculo das estimativas: a) do resultado da previdência social, especificando receitas e despesas mensais e no exercício, esplicitando as hipóteses quanto aos fatores que afetam o crescimento das receitas, ao crescimento vegetativo das despesas com benefícios e do índice do salário mínimo; b) do gasto com pessoal e encargfo sociais, mês a mês e no exercício, explicitando as hipóteses quanto ao seu crescimento vegetativo, aos reajustes geral e específico que afetem essas despesas e quadro de servidores diferenciando-se para cada caso os servidores civis dos militares;					
Emenda: 1930	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 07	Parágrafo:	Inciso: II	Alínea:
Texto:	Dê-se ao inciso II do art. 7º a seguinte redação: " - ao pagamento de passagens aéreas e outras despesas com locomoção;"					
Emenda: 1931	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 07	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso no rol do artigo 7º: " - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial;"					
Emenda: 1932	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 65	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação ao art. 65: Art. 65. Se o projeto de lei anual não for sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2000, a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva lei não for sancionada, até o limite de dois doze avos do total de cada dotação, forma da proposta remetida ao Congresso Nacional. § 1º Considerar-se-á anteciação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo. § 2º Os saldos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento no Congresso Nacional e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados por decreto do Poder Executivo, após sanção da lei orçamentária, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações, até o limite de vinte por cento da programação objeto de cancelamento, desde que não seja possível a reapropriação das despesas executadas. § 3º Excetuam-se do disposto no caput deste artigo as dotações à conta de fontes de recursos condicionadas à aprovação de alterações na legislação tributária e das contribuições. § 4º Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, observado os disposto no parágrafo anterior, as dotações para atendimento de despesas de natureza alimentícia, pessoal, encargos sociais, benefícios previdenciários, benefícios assistenciais de prestação continuada, transferências constitucionais e legais, inclusive por repartição de receitas a Estados, Distrito Federal e Municípios e pagamento de abono salarial e seguro desemprego, no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT;					
Emenda: 1933	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 58	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação ao art. 58 Art. 58. Todos os atos e fatos relativos a pagamento ou transferência de recursos financeiros para outra esfera de governo ou entidade privada, serão registrados no SIAFI e conterão obrigatoriamente referencia ao programa de trabalho correspondente ao respectivo crédito orçamentário existente na lei orçamentária.					

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 1934	Capítulo: I	Seção:	Artigo: 02	Parágrafo: ÚNICO	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se a seguinte redação ao parágrafo único do art. 2º: Parágrafo único: Na destinação dos recursos relativos a programas sociais, será conferida às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano, demonstrado a partir de um índice nacionalmente apurado					
Emenda: 1935	Capítulo: I	Seção:	Artigo: 02	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se a seguinte redação ao caput do art. 2º: Art. 2º Em consonância com o art. 165, § 2º, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2001 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, as quais terão precedências na alocação de recursos na lei orçamentária de 2001, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, e, ainda, não poderão ser objetos de contingenciamento.					
Emenda: 1936	Capítulo: III	Seção: I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Acrescente-se o seguinte artigo: Art. . Todas as receitas e as despesas decorrentes das operações no âmbito do Programa Nacional de Desestatização e relativas a participação acionárias da União e das operações de securitização envolvendo títulos da dívida mobiliária federal, constarão da lei orçamentária anual nos seus valores brutos, vedada qualquer dedução.					
Emenda: 1937	Capítulo:	Seção:	Artigo: 04	Parágrafo: 2	Inciso: V	Alínea:
Texto:	Dê-se ao Anexo de Metas Fiscais, no que se refere à margens de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado a seguinte redação: "A margem de expansão as despesas obrigatórias de caráter continuado previstas na lei orçamentária anual para 2001 compreenderá, no mínimo, reajuste das despesas de pessoal para atender ao disposto no Art. 37, inciso X, da Constituição Federal, recompondo pelo menos os valores reais verificados na data de promulgação da EC nº19, de 1998; reajustamento dos valores dos serviços e benefícios da seguridade social, nos termos do art. 24, da Lei Complementar nº 101, de 2000, tomando por base no mínimo o índice definido no art. 43 desta lei; reajuste do salário mínimo para real adequação ao disposto no art. 7º, IV, da Constituição Federal;					
Emenda: 1938	Capítulo: III	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se ao capítulo III, Das Disposições para Elaboração dos Orçamentos da União e suas Alterções, a seguinte seção específica para dispôr sobre as Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social com, no mínimo, o seguinte artigo: Seção Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social Art. . No exercício de 2001 serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 1999, acrescidos da variação nominal do PIB prevista para o exercício de 2000 e ainda; Parágrafo único. A distribuição dos recursos para custeio do SUS pautar-se-á, nos termos da Lei nº 8.080, de 1990, por sua equalização per capita em todas as unidades da Federação.					
Emenda: 1939	Capítulo: III	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se no capítulo III, Das Disposições para Elaboração dos Orçamentos da União e suas Alterações, a seguinte seção específica para dispôr sobre as Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social com, no mínimo, os seguintes artigos: Seção Das Diretrizes Específicas Do Orçamento da Seguridade Social Art. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos arts. 194, 195, 196, 199, 200, 201, 203, 204 e 212, § 4º, da Constituição Federal, às determinações do parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000, e conterá, dentre outros, com recursos provenientes: I - das contribuições sociais previstas na Constituição Federal; II - da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários da União e das receitas de contribuições de servidores públicos e militares das Forças Armadas, para o custeio de programas ou de fundos de assistência médica, odontológica e hospitalar. III - das receitas financeiras e não-financeiras diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, o Orçamento da Seguridade Social; IV- exclusivamente para utilização a cargo do Funco Nacional de Saúde, das receitas de ressarcimento previstas pelo art. 32 da Lei nº 9.656, de 1998, com a redação dada pela MP 1.976-26 e reedições, e pela respectiva parcela da receita de participações no DPVAT; V- das operações de crédito, externas ou internas, realizadas com a finalidade de atender às despesas previstas no orçamento da seguridade social; VI - das doações destinadas aos programas ou entidades da seguridade social; VII - do orçamento fiscal. § 1º - A destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da descentralização. § 2º - A integralidade dos recursos previstos nos incisos de I a VI desse artigo serão classificados como recursos do orçamento da seguridade social.					

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1940	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:		
Texto:	Inclua-se no capítulo III, Das Disposições para Elaboração dos Orçamentos da União e suas Alterações, a seguinte seção específica para dispôr sobre as Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social com, no mínimo, os seguintes artigos: Seção Das Diretrizes Específicas Do Orçamento da Seguridade Social "Art. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos arts. 194, 195, 196, 199, 200, 201, 203 e 212,§ 4º, da Constituição Federal, e Contará, dentre outros, com recursos provenientes: I - das contribuições sociais previstas na Constituição Federal; II - da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários da União. III - das receitas financeiras e não-financeiras diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento; IV - exclusivamente para utilização a cargo do Fundo Nacional de Saúde, das receitas de ressarcimento previstas pelo art. 32 da Lei nº 9.656, de 1998, com a redação dada pela MP 1.976 - 26 e reedições, e pela respectiva parcela da receita de participação no DPVAT; V - das operações de crédito, externas ou internas, realizadas com a finalidade de atender às despesas previstas no orçamento da seguridade social; VI - das doações destinadas aos programas ou entidades da seguridade social; VII - do orçamento fiscal. § 1º - A destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da descentralização. § 2º - A integralidade dos recursos previstos nos incisos de I a VI desse artigo serão classificados como recursos do orçamento da seguridade social. Art. No exercício de 2001 serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 1999, acrescidos da variação nominal do PIB prevista para o exercício de 2000; Parágrafo único. A distribuição dos recursos para custeio do SUS pautar-se-á, nas termos da Lei nº 8.080, de 1990, por sua equalização per capita em todas as unidades da Federação."									
Emenda:	1941	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo: "Art. A destinação de recursos a Estados, Municípios e Distrito Federal, a qualquer título, inclusive para o atendimento às ações de assistência social, saúde, educação, serão realizadas mediante transferência ou descentralização, identificados, sempre, os beneficiários."									
Emenda:	1942	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo: "Art. Cada transferência, movimentação financeira ou pagamento efetivado no âmbito do SIAFI somente poderá referir-se a uma única nota de empenho, de lançamento ou de movimentação e, ainda, a um único beneficiário."									
Emenda:	1943	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso: " a evolução das receitas próprias e das diretamente arrecadadas por fundos, autarquias,fundações e demais entes públicos indicando o montante realizado em cada um dos três últimos anos, a execução provável em 2000 e respectivas estimativas para o ano 2001;"									
Emenda:	1944	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso: " a evolução das despesas com os benefícios assistenciais determinados pela Lei nº , devidos aos idosos e deficientes físicos, de 1997 até 1999 e a previsão para 2000 e 2001, discriminado a regionalização dos benefícios pagos;"									
Emenda:	1945	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso no § 3º do art. 8º " memória de cálculo da regionalização das despesas do SUS - Sistema Único de Saúde, destacando as parcelas atinentes a cada um dos critérios previstos no art. 35 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;"									
Emenda:	1946	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso: " discriminação, por órgão, atividade, projeto, operação especial e respectivo subtítulos, dos recursos destinados aos Programas "Comunidade Solidária", "Rede de Proteção Social" e "Comunidade Ativa;"									
Emenda:	1947	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso no caput do art. 8º: " VI anexo com a relação das despesas obrigatórias de caráter continuado, de que trata o art. 17, da Lei Complementar 101, de 2000;"									
Emenda:	1948	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:	65	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso no art. 65 " V concessão dos auxílios creche, alimentação e transporte e demais benefícios previstos em lei aos servidores públicos."									

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
PLDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1949	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	07	Parágrafo:	Inciso:	II	Alínea:
Texto:	Dê-se ao inciso II do art. 7º a seguinte redação: " ao pagamento de benefícios previdenciários para cada categoria de benefícios;"									
Emenda:	1950	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	07	Parágrafo:	Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso no rol do artigo 7º: " - às despesas com comunicação social";									
Emenda:	1951	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	07	Parágrafo:	Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso no rol do artigo 7º: " - às despesas com assessoramento e consultorias;"									
Emenda:	1952	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:	18	Parágrafo:	Inciso:		Alínea:
Texto:	Dê-se ao caput do art. 18 a seguinte redação: "art. 18. O projeto de lei orçamentária consignará para os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União programação orçamentária cujos limites de outras despesas correntes e de capital em 2001 será o conjunto das dotações de mesma natureza fixados na lei orçamentária de 2000."									
Emenda:	1953	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo ao PLDO 2001: "Art. O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista Permanente prevista no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, até 30 dias após o encaminhamento da proposta orçamentária pelo Poder Executivo, relatório contendo informações recentes sobre a execução físico-financeira dos subtítulos mais relevantes relativos a obras constantes dos orçamentos fiscal, de investimento das estatais e da seguridade social, inclusive em meio magnético de processamento eletrônico. § 1º. O relatório referido no caput deverá informar, para cada obra fiscalizada, a classificação institucional, funcional e programática correspondente, a localização do empreendimento, os eventuais indícios de irregularidades detectados ou danos ao Erário, ainda que relativas a processos não apreciados por órgão colegiado do tribunal, incluídas ou não na proposta orçamentária, as providências adotadas pelo Tribunal, o percentual de execução físico-financeira e a estimativa do valor necessário para conclusão, além de outras informações consideradas pertinentes pelo Tribunal. § 2º. As informações prestadas pelo Tribunal de contas da União em cumprimento ao disposto no caput deste artigo deverão ser obtidas também mediante trabalhos de fiscalização específicos para a demanda do Congresso Nacional relativa ao processo orçamentário. § 3º. A seleção das obras a serem fiscalizadas deve considerar, dentre outros fatores, o valor liquidado no exercício de 1999, o fixado em 2000 e a regionalização do gasto, sem prejuízo das solicitações do Congresso Nacional e deverá representar um número de obras superior em pelo menos 20% ao número de obras fiscalizadas por ocasião do processo orçamentário federal para o exercício de 2000. § 5º. O Tribunal encaminhará à Comissão referida no caput deste artigo, sempre que necessário, relatórios de atualização das informações relativas às obras fiscalizadas." § 6º. A lei orçamentária anual poderá contemplar subtítulos relativos a obras mencionadas no inciso I deste artigo com execução orçamentária suspensa até a adoção de medidas saneadoras pelo órgão responsável, sujeitas à apreciação do Congresso Nacional e da Comissão referida no caput deste artigo. § 7º. Quando não houver dotação consignada na proposta de lei orçamentária para 2001, o Tribunal poderá apresentar a classificação funcional e programática utilizada em exercícios anteriores, fazendo menção expressa ao fato."									
Emenda:	1954	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo: "Art. Os créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual, referentes a remanejamentos de dotações no âmbito dos programas de trabalho dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, serão abertos por ato dos respectivos dirigentes máximos, cuja publicação incluirá a justificativa e o indicativo dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e respectivos subtítulos e metas atingidas."									
Emenda:	1955	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo: "Art. A lei orçamentária para o exercício de 2001 fará a previsão de despesas referente aos recursos à complementação do fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, nos termos do art. 6º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.424, de 1996, capaz de arcar com um valor mínimo por aluno de R\$ 431,00".									
Emenda:	1956	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:		Alínea:
Texto:	"Art. Os órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, que sejam voltados para o ensino, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico destinarão obrigatoriamente pelo menos a parcela equivalente a 20% (vinte por cento) de suas receitas vinculadas e diretamente arrecadadas em suas atividades-fim, respeitadas as disposições previstas em legislação específica."									
Emenda:	1957	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso: " - os modelos e critérios utilizados na alocação de recursos para a execução descentralizada de programas setoriais;"									

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1958	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso: "XVIII - o detalhamento das negociações das dívidas dos Estados e Municípios, indicando os valores totais envolvidos, a data e os valores de pagamentos devidos pelas unidades beneficiadas, vencidos e vincendos, e, ainda, as datas e os valores em que foram efetivameente realizados e o impacto orçamentário verificado em 1997, 1998 e 1999, a sua previsão para 2000 e 2001."										
Emenda:	1959	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	XIX	Alínea:
Texto:	Dê-se ao seguinte inciso: "XIX - o estoque da dívida pública federal, interna e externa, inclusive a em poder do público e junto ao Banco Central do Brasil, verificada em 30 de junho e 31 de dezembro, de 1994 até 30 de junho de 2000, e as previsões do estoque para 31 de dezembro dos exercicios de 2000 e 2001 e para 30 de junho de 2001, especificando-se em cada caso, no que couber: a) mobiliária ou contratual; b) interna ou externa; c) se em poder do público ou em carteira do Banco Central; d) tipo e série do título, valor de face, condições de emissão; e) ágios ou deságios verificados, no caso da mobiliária;										
Emenda:	1960	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso no art. 8º, § 3º: ".... - memória de cálculo da complementação da União ao Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental ee de Valorização do Magistério - FUNDEF, indicando o valor mínimo por aluno, nos termos do art. 6º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 9.424, de 224 de dezembro de 1996;"										
Emenda:	1961	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	2	Inciso:	Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso no § 2º do art. 8º: " - os valores das aplicações das agências financeiras oficiais de fomento nos dois últimos anos, a execução provável para 2000 e as estimativas para 2001, consolidadas e por agência, região, Estado, setor e fonte de recursos, evidenciando, ainda, a participação dos pequenos, médios e grandes tomadores."										
Emenda:	1962	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	2	Inciso:	III	Alínea:
Texto:	Dê-se ao inciso III do § 2º do art. 8º a seguinte redação, para incluir a necessidade de indicar também o resultado nominal: "III - avaliação das necessidades de financiamento do setor público federal, explicitando receitas e despesas, bem como indicando os resultados primário, nominal e operacional implícitos no projeto de lei orçamentário anual para 2001, os estimados para 2000 e os observados em 1998 e 1999, evidenciando, ainda, a metodologia do cálculo de todos os intens computados nas necessidades de financiamento, com referência específica ao cálculo dos juros reais por competência; e"										
Emenda:	1963	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	06	Parágrafo:		Inciso:	Alínea:	
Texto:	Inclua-se in fine do art. 6º a seguinte expressão: "devendo a correspondentee execução orçamentária e financeira ser totalmente registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI."										
Emenda:	1964	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:	Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte artigo 62 e renumere-se os que lhe seguem: "Art. 62. Os órgãos dos Poderes legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União poderão encaminhar seus pedidos de crédito adicional ao setor competentee do Poder Executivo até 15 de outubro de 2001, prazo este que não pode ser restringido. § 1º Os créditos suplementares solicitados pelos órgãos mencionados no "caput" deste artigo serão aberto no prazo máximo de 30 (trinta) dias, quando depender apenas de decreto do Poder Executivo, a contar da data do pedido. § 2º. O crédito suplementar dependente de lei autorizativa e solicitado por órgão mencionado no "caput" deste artigo, com indicação dos recursos compensatórios, será encaminhado ao Congresso Nacional no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido."										
Emenda:	1965	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:	61	Parágrafo:		Inciso:	Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte "parágrafo único' no art. 61: "Parágrafo único. Os créditos adicionais dependentes de lei autorizativa e solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido."										
Emenda:	1966	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:	59	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:	Alínea:	
Texto:	Dê-se ao "parágrafo único" do art. 59, a seguinte redação: "Parágrafo único. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados aos Poderes Legislativo e Judicário e ao Ministério Público da União, será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ressalvado o relativo aos gastos com pessoal e encargos sociais, que será liberado no montante das despesas mensais, respeitados os limites orçamentários."										
Emenda:	1967	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:	59	Parágrafo:		Inciso:	Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte § 2º no art. 59, renumerando-se o atual "parágrafo único" para § 1º. "§ 2º. Os recursos necessários para fazer face às despesas decorrentes do previsto no disposto no inciso II do § 6º do Art. 57 da Constituição Federal serão liberados em acréscimos aos duodécimos previstos no parágrafo anterior, respeitados os limites da lei orçamentária."										

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 1968	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 03	Parágrafo: 2	Inciso:	Alínea:
Texto:	Substitua-se no texto do referido parágrafo a expressão "exclusivamente" por "especialmente".					
Emenda: 1969	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 30	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se a seguinte redação ao art. 30: "Art. 30. A proposta de lei e a lei orçamentária anual conterão reservas de contingência em montante equivalente a no mínimo um por cento da receita de impostos deduzida das transferências constitucionais e a um por cento da receita de contribuições sociais, excetuadas as contribuições previdenciárias, respectivamente, para orçamentos fiscal e da seguridade social."					
Emenda: 1970	Capítulo: III	Seção: I	Artigo: 18	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se ao caput do art. 18 a seguinte redação: "Art. 18. Os poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites de outras despesas correntes e de capital em 2001 o conjunto das dotações fixadas na lei orçamentária de 2000, corrigidas pelo IGP-DI verificado no período de abril de 1999 a março de 2000."					
Emenda: 1971	Capítulo: VIII	Seção:	Artigo: 65	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação ao art. 65 Art. 65. Se o projeto de lei orçamentária anual não for sancionado pelo Presidente da República até 31 de dezembro de 2000, a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva lei não for sancionada, até o limite de dois doze avos do total de cada dotação, na forma da proposta remetida ao Congresso Nacional. § 1º. Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária e utilização dos recursos autorizada neste artigo. § 2º. Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas apresentadas ao projeto de lei de orçamento no Congresso Nacional e do procedimento previsto neste artigo serão ajustados por decreto do Poder Executivo, após sanção da lei orçamentária, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante remanejamento de dotações, até o limite de vinte por cento da programação objeto de cancelamento, desde que não seja possível a repropriação das despesas executadas. § 3º. Excetuem-se do disposto no caput deste artigo as dotações à conta de fontes de recursos condicionadas à aprovação de alterações na legislação tributária e das contribuições. § 4º. Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo, observado o disposto no parágrafo anterior, as dotações para atendimento de despesas com: I - pessoal e encargos sociais; II - pagamento de benefícios previdenciários a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social; III - pagamento do serviço da dívida; IV - as Operações Oficiais de Crédito - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda; V - o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos - Prodea; VI - recursos de doações; VII - as categorias de programação financiadas com recursos externos e contrapartida no ano de 2000; VIII - o Sistema Nacional de Defesa Civil; IX - a atividade Crédito para a Reforma Agrária; X - pagamento de bolsa de estudo; XI - pagamento de benefícios de prestação continuada (Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993) e desenvolvimento de ações de enfrentamento à pobreza; XII - pagamento de abono salarial e despesas à conta de recursos diretamente arrecadados, no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT; XIII - pagamento de compromissos contratuais no exterior; XIV - pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde; XV - o Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae; XVI - pagamento de sinistro vinculado ao Seguro de Crédito à Exportação (Lei nº. 6.704, de 26 de outubro de 1979); XVII - transferências constitucionais e legais por repartição de receitas a Estados, Distrito Federal e Municípios; e XVIII - a complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, previsto no art. 60, § 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal.					
Emenda: 1972	Capítulo: III	Seção:	Artigo: 21	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se ao dispositivo 21 a seguinte alínea: " g) data do trânsito em julgado."					
Emenda: 1973	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 2	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso no § 2º do art. 8º do projeto: "V- avaliação das seguintes políticas públicas, com informações detalhadas para que se possa comprovar o cumprimento da legislação pertinente e estimar a efetividade das ações governamentais: a) política fundiária; b) política de desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério; c) política nacional de segurança pública; d) política nacional de saúde."					
Emenda: 1974	Capítulo: II	Seção:	Artigo: 08	Parágrafo: 3	Inciso: I	Alínea:
Texto:	Dê-se a seguinte redação ao inciso: " I - a projeção dos resultados correntes dos orçamentos fiscal e da seguridade social;"					

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1975	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	XIII	Alínea:
Texto:	Dê-se ao inciso nova redação: "XIII- os montantes das receitas diretamente arrecadadas, por ..."										
Emenda:	1976	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	XXV	Alínea:
Texto:	Dê-se a seguinte redação ao dispositivo indicado: "XXV- os subtítulos de projeto em andamento, cuja ..."										
Emenda:	1977	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:
Texto:	Restabeleça-se o inciso XXIX da LDO anterior: "XXVIII- a correlação entre as novas categorias de programação introduzidas a partir de 2000 e as existentes anteriormente."										
Emenda:	1978	Capítulo:	II	Seção:	Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	XIV	Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação à alínea "b": "b) das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, segundo as rubricas da lei orçamentária, calculadas a partir dos montantes estimados na alínea anterior, mês a mês;"										
Emenda:	1979	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:	22	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se novo inciso ao artigo em pauta: "V- classificadas como atividades dotações que visem ao desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como classificados como projetos ações de duração continuada;"										
Emenda:	1980	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:	24	Parágrafo:	2	Inciso:		Alínea:
Texto:	Dê-se nova redação ao parágrafo 2º: "§ 2º Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Federal, publicando-se no Diário Oficial da União, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação."										
Emenda:	1981	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:	28	Parágrafo:	1	Inciso:		Alínea:
Texto:	Dê-se ao § 1º do art. 28 a seguinte redação: "Art. 28. § 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos cinco anos, emitida no exercício de 2001 por três autoridades locais, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria."										
Emenda:	1982	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:	38	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se no art. 38 o seguinte § 9º: "§ 9º Os créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual, referentes a remanejamento de dotações, exceto despesas com pessoal, no âmbito dos programas de trabalho dos respectivos órgãos, serão abertos e publicados com justificativa e indicativo dos efeitos sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e respectivos subtítulos e metas atingidos: I- no Poder Legislativo, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União; II- no Poder Judiciário, pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores; III- no Ministério Público da União, pelo Procurador-Geral da República."										
Emenda:	1983	Capítulo:	VI	Seção:	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se seguinte artigo no Capítulo VI: "Art. Será encaminhado trimestralmente à Comissão Mista do Congresso Nacional, de que trata o art. 166, § 1º. da Constituição Federal, demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agência a que se refere este capítulo."										
Emenda:	1984	Capítulo:	VI	Seção:	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:
Texto:	Inclua-se novo art. 53, renumerando-se os demais, com a seguinte redação: "Art. 53 Acompanhará o relatório de que trata o art. 165, §3º. da Constituição Federal, demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este capítulo."										
Emenda:	1985	Capítulo:	VII	Seção:	Artigo:	54	Parágrafo:	4	Inciso:		Alínea:
Texto:	Suprima-se o § 4º. do art. 54.										
Emenda:	1986	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:	59	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:
Texto:	Dê-se ao "parágrafo único" do art. 59, a seguinte redação: "Parágrafo único. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados aos Poderes Legislativos e Judiciário e ao Ministério Público da União, será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ressalvado o relativo aos gastos com pessoal e encargos sociais, que será liberado no montante das despesas mensais, respeitados os limites orçamentários."										

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1987	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte art.39, renumerando-se os demais:												
"Art. 39. Os créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual, referentes ao remanejamento de dotações no âmbito dos programas de trabalho dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, serão abertos por ato dos respectivos dirigentes máximos, cuja publicação incluirá a justificativa e o indicativo dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e respectivos subtítulos e metas atingidas".													
Emenda:	1988	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	56	Parágrafo:	3,4	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova organização aos §§ 3º e 4º , transformando-os em dispositivos separados, a saber:												
"Art. ... O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada trimestre e quinze dias após o fechamento do SIAFI, no encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas do exercício, bem assim das justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas. Parágrafo Único. A Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º da Constituição, apreciará so relatórios mencionados neste artigo e acompanhará a evolução dos resultados primários dos orçamentos fiscais e da seguridade social da União, durante a execução orçamentária."													
Emenda:	1989	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	59	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Suprima-se o parágrafo único do art. 59.												
Emenda:	1990	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	63	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se ao artigo indicando o seguinte inciso:												
"VII - Sistema de Gerenciamento de Convênios - SIGECONV."													
Emenda:	1991	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	67	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao artigo:												
"Art. 67 - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários processarão o empenho da despesa, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso, especificando o elemento de despesa."													
Emenda:	1992	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se ao Capítulo citado o seguinte artigo:												
Art. Os custos unitários de obras executadas com recursos dos orçamentos da União, relativas a construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico - CUB - por metro quadrado, divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção para cada Unidade da Federação, acrescido de até trinta por cento para cobrir custos não previstos no CUB."													
Emenda:	1993	Capítulo:		Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se onde couber:												
As receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, inclusive as especiais, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital com direito a voto, respeitadas as disposições previstas em legislação específica, serão destinadas:													
I - em até 60% para custeio administrativos e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais, bem como ao pagamento de amortização, juros e encargos da dívida, e à contrapartida das operações de crédito;													
II - no mínimo em 40% para investimentos em atividades-afim da entidade arrecadadora.													
Emenda:	2001	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:	65	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte inciso no Capítulo VIII, art. 65:												
V - pagamento de benefícios de prestação continuada (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) e desenvolvimento de ações de enfrentamento à pobreza;													
Emenda:	2027	Capítulo:	III	Seção:	II	Artigo:	38	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte parágrafo no art. 38:												
§ 9º A lei orçamentária anual poderá autorizar a abertura, por decreto do Presidente da República, de créditos suplementares referentes ao pagamento de pessoal e encargos sociais, com o cancelamento de recursos do mesmo grupo de despesa ou com recursos provenientes de excesso de arrecadação.													

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	2028	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	32	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao caput do art. 32: Art. 32. As transferências voluntárias de recursos da União consignadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais para Estados, Distrito Federal e Municípios, a qualquer título, dependerão da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que:"												
Emenda:	2029	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	25	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao parágrafo único: "Parágrafo único. Excetua-se do disposto neste artigo a destinação, mediante a abertura de crédito adicional de recursos de contrapartida para a cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, sempre que for evidenciada a impossibilidade de sua aplicação original."												
Emenda:	2030	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	24	Parágrafo:		Inciso:	VIII	Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao parágrafo único: "VIII - pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado da administração pública ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais."												
Emenda:	2031	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	23	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao parágrafo único, transformando-o em dois: § 1º - excluem-se, para fins de aplicação do disposto neste artigo, projetos com títulos genéricos que tenham constado de leis orçamentarias anteriores: § 2º - entendem-se como projetos ou subtítulos de projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 30 de junho de 2000, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no demonstrativo previsto no inciso XXV do § 3º do art. 8º desta Lei."												
Emenda:	2032	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	24	Parágrafo:		Inciso:	VI	Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao inciso: "VI - ações que não sejam de competência exclusiva da União, comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou ações para as quais a Constituição não estabeleça a obrigação da União em cooperar técnica e financeiramente;"												
Emenda:	2033	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:	III	Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação ao inciso III: "III - o detalhamento dos principais custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos."												
Emenda:	2034	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se novo artigo após o artigo 11: "12 - É vedada a criação de atividade ou projeto com a mesma finalidade de outra existente com o único propósito de especificar a unidade executora."												
Emenda:	2035	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	21	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se o seguinte parágrafo: A inclusão de recurso na lei orçamentária e em seus créditos adicionais para atender as despesas mencionadas neste artigo fica condicionada ao encaminhamento de todas as informações relacionadas nas alíneas do caput deste artigo.												
Emenda:	2036	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	12	Parágrafo:		Inciso:	I,II	Alínea:	
Texto:	Dê-se nova redação aos incisos I e II: I - 30 - estado; II - 40 - município;												
Emenda:	2037	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	06	Parágrafo:	ÚNICO	Inciso:	IV	Alínea:	
Texto:	Exclua-se a parte final do inciso IV do parágrafo único do art.6º, passado o dispositivo a constar com a seguinte redação: "Art.6º..... Parágrafo único..... IV - transferências para aplicação em programas de financiamento nos termos do disposto nos arts. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal."												

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	2091	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:	47	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Art. 47. Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites, na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, o gasto efetivo da folha de pagamento de abril de 2000, projetada para o exercício, considerando os acréscimos legais, alterações de planos de carreira admissões para preencher cargos e eventuais reajustes gerais a serm concedidos aos servidores públicos federais, obseervando o disposto no art.71 da Lei Complementar nº101/2000.								
Emenda:	2092	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:	47	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Art. 47. Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites, na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, o gasto efetivo da folha de pagamento de abril de 2000, projetada para o exercício, considerando os acréscimos legais, alterações de planos de carreira admissões para preencher cargos e eventuais reajustes gerais a serm concedidos aos servidores públicos federais, obseervando o disposto no art.71 da Lei Complementar nº101/2000.								
Emenda:	2093	Capítulo:		Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se onde couber o seguinte artigo: As despesas referentes aos benefícios instituídos pelo art.22 da Lei nº8460, de 17 de setembro de 1992 fazem parte da programação do orçamento da seguridade social.								
Emenda:	2094	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se onde couber o seguinte artigo: Art. Para os efeitos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, entende-se como disponibilidade de caixa nos Poderes Legislativo, Judiciário e no Ministério Público as dotações repassadas nos termos do art. 168 da Constituição Federal.								
Emenda:	2095	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se onde couber o seguinte artigo: Art. XX Para os efeitos do § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, entende-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse: I - para bens e serviços os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993; e II - no caso das despesas de pessoal 0,001% (um milésimo por cento) do total da dotação autorizada.								
Emenda:	2096	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se onde couber o seguinte artigo: A vedação a que se refere o art. 42, da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000, não se aplica às obrigações de despesa com a manutenção do fornecimento de bens e serviços de caráter contínuo e permanente já existentes.								
Emenda:	2097	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se onde couber o seguinte artigo: Art. Para efeito da aplicação do § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, entende-se como "outras despesas com pessoal" aquelas ocorridas ou que vierem a ocorrer após a promulgação da lei supracitada; Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no caput as despesas correspondentes à manutenção de serviços já prestados anteriormente à promulgação da lei prevista no caput.								
Emenda:	2098	Capítulo:	III	Seção:	Artigo:	18	Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Art. 18. Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites, na elaboração de suas propostas orçamentárias, para outras despesas correntes e de capital, nos termos do art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o percentual da receita corrente líquida correspondente ao conjunto das dotações fixadas na lei orçamentária para o exercício financeiro de 2000. Parágrafo único. A margem de expansão das despesas mencionadas no caput para efeito do art. 4º, § 2º, V da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio, fica limitada à variação da receita corrente líquida.								
Emenda:	2099	Capítulo:	VIII	Seção:	Artigo:		Parágrafo:	Inciso:	Alínea:
Texto:	Inclua-se onde couber o seguinte artigo: Art. Para efeito de cálculo dos limites de despesa total com pessoal, por Poder e Órgão, previstos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o Poder Executivo colocará à disposição do Tribunal de Contas da União, conforme previsto no art. § 2º do art. 59, da citada Lei Complementar, até quinze dias do encerramento de cada bimestre, a metodologia e a memória de cálculo da evolução da receita corrente líquida. Parágrafo único. O Tribunal de Contas da União remeterá à Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização relatório quadrimestral com as informações mencionadas no caput.								

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	2100	Capítulo:	VIII	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se onde couber o seguinte artigo:												
Art. Para efeito da aplicação do art. 72 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, entende-se como despesa com serviços de terceiros aquelas compreendida nos elementos de despesa, "despesas com serviços de terceiros-pessoa física", despesas com serviços de terceiros-pessoa jurídica".													
Emenda:	2101	Capítulo:	V	Seção:		Artigo:	51	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Dê-se ao art. 51 a seguinte redação:												
Art. 51. No exercício de 2001, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento dos limites referidos no art. 47 desta Lei, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º , inciso II, da Constituição, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos, que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.													
Emenda:	2102	Capítulo:	IV	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Acrescente-se o seguinte artigo: "Art. A lei orçamentária anual para 2001 destinará recursos para a execução da Lei nº 9.533, de 1997, que autoriza o Governo Federal a dar apoio financeiro aos municípios que instituírem programas de renda mínima associados à educação, bem como para promoção da educação ambiental , nos termos do disposto na Constituição Federal, Art. 225, § 1º, inciso VI."												
Emenda:	2103	Capítulo:	III	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
Texto:	Acrescente-se o seguinte inciso ao art. 8º, § 3º: " - memória de cálculo das receitas de concessão e permissões de serviços públicos e de privatizações, por mês e no exercício, especificando para cada caso os bens e direitos objeto da concessão, permissão ou privatização."												
Emenda:	2104	Capítulo:	III	Seção:	NOVA	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se no capítulo III, Das Disposições para Elaboração dos Orçamentos da União e suas Alterações, a seguinte seção específica para dispor sobre as Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social com, no mínimo, o seguinte artigo: Seção Das Diretrizes Específicas Do Orçamento da Seguridade Social Art. No exercício de 2001 serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixadosx na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 1999, acrescidos da variação nominal do PIB prevista para o exercício de 2000 e mais cinco por cento; Parágrafo único. A distribuição dos recursos para custeio do SUS pautar-se-á, nos termos da Lei nº 8.080, de 1990, por sua equalização per capita em todas as unidades da Federação.												
Emenda:	2105	Capítulo:	IV	Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Acrescente-se o seguinte artigo: "Art. As despesas com o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal serão incluídas, na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida e constarão em unidade orçamentária específica, distinta da que contemple os encargos financeiros da União."												
Emenda:	2125	Capítulo:		Seção:		Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
Texto:	Inclua-se onde couber:												
Os recursos advindos das contribuições dos trabalhadores e empregadores para a seguridade social serão utilizados apenas para a realização de despesas com benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, não podendo sofrer qualquer tipo de desvinculação.													

AUTOR: THELMA SIQUEIRA CAMPOS

PARTIDO: PPB

UF: TO

Emenda: 2146 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Acrescente-se ao Capítulo VIII - Das Disposições Gerais - do PLN 01/2000 o seguinte artigo:

"Art. A lei orçamentária para o exercício de 2001 consignará dotações para atender a programação especial para o desenvolvimento do Estado do Tocantins, abrangendo as áreas de saúde, educação, administração pública, segurança pública, transportes, agricultura, recursos hídricos e estruturação da Justiça, em observância ao § 6º do art. 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal.

Emenda: 2183 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Acrescente-se ao Capítulo VIII - Das Disposições Gerais - do PLN 01/2000 o seguinte artigo:

"Art. A lei orçamentária para o exercício de 2001 consignará recursos para atender às despesas com a criação e a instalação da Universidade Federal do Estado do Tocantins, ficando a utilização dos recursos condicionada à entrada em vigor do ato que determinar a criação da Universidade"

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

AUTOR: UBIRATAN AGUIAR

PARTIDO: PSDB

UF: CE

Emenda: 0031 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 18 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Dê-se ao caput do art. 18 a seguinte redação:

"Art. 18. Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites de outras despesas correntes e de capital em 2001 o conjunto das dotações fixadas na lei orçamentária de 2000, corrigidas pelo IGP-DI verificado no período de abril de 1999 a março de 2000."

Emenda: 0032 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se o seguinte art. 39, renumerando-se os demais:

"Art. 39. Os créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual, referentes a remanejamento de dotações no âmbito dos programas de trabalho dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, serão abertos por ato dos respectivos dirigentes máximos, cuja publicação incluirá a justificativa e o indicativo dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e respectivos subtítulos e metas atingidas."

Emenda: 0033 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 56 **Parágrafo:** 1,2 **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Emenda SUBSTITUTIVA

Dê-se ao art. 56, caput e §§ 1º e 2º, a seguinte redação:

"Art. 56. Se o setor competente do Poder Executivo verificar que, ao final de um bimestre, a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público da União promoverão, por ato próprio, nos trinta dias subsequentes, a limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os percentuais informados por aquele setor competente.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º A Limitação de empenho e movimentação financeira será feita com a aplicação dos percentuais mencionados no caput sobre a soma das dotações para "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões financeiras" dos órgãos de cada Poder e do Ministério Público da União, excluídas as parcelas destinadas ao cumprimento de obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida."

Emenda: 0034 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 59 **Parágrafo:** ÚNICO **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Dê-se ao "parágrafo único" do art. 59, a seguinte redação:

"Parágrafo único. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público da União, será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ressalvado o relativo aos gastos com pessoal e encargos sociais, que será liberado no montante das despesas mensais, respeitados os limites orçamentários."

Emenda: 0035 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 59 **Parágrafo:** ÚNICO **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Emenda ADITIVA

Inclua-se o seguinte § 2º no art. 59, renumerando-se o atual "parágrafo único" para § 1º.

§ 2º. Em ocorrendo o disposto no inciso II do § 6º do Art. 57 da Constituição Federal, os recursos necessários para fazer face à despesa serão liberados em acréscimo aos duodécimos previstos no parágrafo anterior."

Emenda: 0036 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 60 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Dê-se ao art. 60 a seguinte redação:

"Art.60. A execução de gastos não previstos nos limites fixados no art. 47 desta Lei somente poderá ocorrer após a abertura de créditos adicionais para fazer face a tais despesas, ressalvados:

- I- O pagamento de eventuais reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais;
- II- as despesas decorrente de convocação extraordinária do Congresso Nacional;
- III- as despesas decorrentes da fixação do teto remuneratório dos três Poderes da União;
- IV- as vantagens autorizadas por lei."

Emenda: 0037 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 61 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Emenda ADITIVA

Inclua-se o seguinte "parágrafo único" no art. 61:

"Parágrafo único. Os créditos adicionais dependentes de lei autorizativa e solicitados pelos órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do pedido."

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda: 0039 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 65 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Emenda ADITIVA

Inclua-se o seguinte inciso V no art. 65

"V - concessão dos auxílios creche, alimentação e transporte aos servidores públicos."

Emenda: 0870 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 18 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Dê-se ao caput do art. 18 a seguinte redação:

"Art. 18. Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como parâmetro para elaboração de suas propostas de 2001, relativamente aos gastos classificados como outras despesas correntes e investimentos, o conjunto das dotações fixadas na lei orçamentária de 2000, corrigidas pelo IGP-DI verificado no período de abril de 1999 a março de 2000."

Emenda: 0871 **Capítulo:** V **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**
Texto: Inclua-se o seguinte art. 52, renumerando-se os que lhe seguem:

"Art. 52. Fica a Câmara dos Deputados autorizada a preencher, no exercício de 2001, mediante concurso público de provas e títulos, cargos vagos constantes da tabela a que se refere o § 1º do art. 46."

AUTOR: URSICINO QUEIROZ

PARTIDO: PFL

UF: BA

Emenda: 0169 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: INCLUA-SE O SEGUINTE ARTIGO NA SEÇÃO I DO CAPÍTULO III:
ART. ... SEM PREJUÍZO DO QUE DETERMINA O ART. 35 DA LEI N.º 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990, A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO SUS AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS OBSERVARÁ OS SEGUINTE CRITÉRIOS:
I - CINQUENTA POR CENTO, SEGUNDO O NÚMERO DE HABITANTES;
II - TRINTA POR CENTO, NA RAZÃO DIRETA DA PARTICIPAÇÃO DOS ORÇAMENTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, APURADA COM BASE NA EXECUÇÃO DOS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS FINDOS;
III - QUINZE POR CENTO, SEGUNDO CRITÉRIO QUE LEVE EM CONTA O PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA POPULAÇÃO A SE COBERTA; E
IV - CINCO POR CENTO, PELOS DEMAIS CRITÉRIOS PREVISTOS NA REFERIDA LEI.

Emenda: 0516 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo III:
Art. Sem prejuízo do que determina o art. 35 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a distribuição dos recursos do SUS aos Estados, Distrito Federal e Municípios observará os seguintes critérios:
I. cinquenta por cento, segundo o número de habitantes;
II. Trinta por cento, na razão direta da participação dos orçamentos estaduais e municipais na destinação de recursos para ações e serviços de saúde, apurada com base na execução dos dois últimos exercícios findos;
III. Quinze por cento, segundo critério que leve em conta o perfil epidemiológico da população a ser coberta; e
IV - cinco por cento, pelos demais critérios previstos na referida Lei.

AUTOR: VALDIR GANZER

PARTIDO: PT

UF: PA

Emenda: 1924 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 34 **Parágrafo:** ÚNICO **Inciso:** III **Alínea:**

Texto: Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, e dos Fundos Constitucionais e Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, quando realizadas com mini e pequenos produtores rurais, agricultores familiares, assentados em projetos de reforma agrária, e com médios produtores rurais.

AUTOR: VANESSA GRAZZIOTIN

PARTIDO: PC DO B

UF: AM

Emenda: 1210 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 06 **Parágrafo:** ÚNICO **Inciso:** IV **Alínea:**
Texto: Exclua-se a parte final do inciso IV do parágrafo único do art. 6º, passando o dispositivo a constar com a seguinte redação:

"Art. 6º

Parágrafo único

IV - transferências para aplicação em programas de financiamento nos termos do disposto nos arts. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal."

Emenda: 1211 **Capítulo:** VI **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se novo art. 53, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

"Art. 53. Acompanhará o relatório de que trata o art. 165, § 3º, da Constituição Federal, demonstrativo regionalizado dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências a que se refere este capítulo."

Emenda: 1212 **Capítulo:** IV **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se novo artigo art. 44, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

"Art. 44. As despesas com o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal serão incluídas, na lei e em seus anexos, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida e constarão em unidade orçamentária específica, distinta da que contemple os encargos financeiros da União."

Emenda: 1213 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se após o art. 14 o seguinte artigo e seu parágrafo único:

A proposta e a lei orçamentária conterão código classificador em todas as categorias de programação identificando se a despesa é de natureza financeira ou não-financeira.

Parágrafo único. A metodologia adotada para a classificação mencionada no caput acompanhará os demonstrativos previstos no art. 8º, § 3º.

Emenda: 1214 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 2 **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Restabeleça-se parcialmente o contido no inciso V da LDO anterior ora suprimido:

"V - os valores das aplicações das agências financeiras oficiais de fomento nos dois últimos anos, a execução, a provável de 2000 e as estimativas para 2001, consolidadas e por agência, região, Estado, setor e fonte de recursos, evidenciando, quando possível, a participação dos pequenos, médios e grandes tomadores."

Emenda: 1215 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 08 **Parágrafo:** 3 **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se o seguinte dispositivo:

"XXVIII - discriminação por órgão, programa, projeto e atividade, regionalizada por estado, das despesas destinadas ao combate do crime organizado e do narcotráfico, separadamente para os anos de 1999, 2000 e 2001."

Emenda: 1216 **Capítulo:** III **Seção:** **Artigo:** 21 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se o seguinte parágrafo: A inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais para atender as despesas mencionadas neste artigo fica condicionada ao encaminhamento de todas as informações relacionadas nas alíneas do caput deste artigo.

Emenda: 1217 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 30 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Dê-se ao artigo 30 a seguinte redação:

Art. 30. A lei orçamentária anual conterá reserva de contingência em montante equivalente a, no mínimo, um por cento da receita corrente líquida, sendo quarenta por cento destinados a atender à programação do orçamento da seguridade social.

Parágrafo único. Para o projeto de lei orçamentária anual o montante da reserva será de, no mínimo, dois por cento da receita corrente líquida.

Emenda: 1218 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Inclua-se o seguinte artigo na Seção I do Capítulo III:

Art. ... No exercício de 2001, serão aplicados em ações e serviços de saúde, no mínimo, recursos equivalentes aos fixados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais no exercício financeiro de 2000.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, entende-se por ações e serviços de saúde aqueles a cargo do Ministério da Saúde, excluídos os gastos com a dívida e com os encargos previdenciários da União.

§ 2º No projeto de lei orçamentária para 2001 enviado ao Congresso Nacional, a distribuição dos recursos destinados à assistência ambulatorial de média e alta complexidade e hospitalar - MAC - pautar-se-á por sua equalização per capita em todas as unidades da Federação, nos termos da Lei n.º 8.080, de 1990, combinada com a Lei n.º 8.142, de 1990.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
LDO/2000 - EMENDAS AO TEXTO POR AUTOR (relatório preliminar)

Emenda:	1219	Capítulo:	II	Seção:		Artigo:	08	Parágrafo:	3	Inciso:		Alínea:	
----------------	-------------	------------------	-----------	---------------	--	----------------	-----------	-------------------	----------	----------------	--	----------------	--

Texto: Insira-se no art. 8º, §3º, inciso nos seguintes termos:
... As despesa estadualizadas do Sistema Único de Saúde - SUS, destacando as parcelas atinentes a cada um dos critérios previstos no art. 35 da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Emenda:	1220	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:		Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
----------------	-------------	------------------	------------	---------------	----------	----------------	--	-------------------	--	----------------	--	----------------	--

Texto: INCLUA-SE O SEGUINTE ARTIGO NA SEÇÃO I DO CAPÍTULO III:
ART. ... SEM PREJUÍZO DO QUE DETERMINA O ART. 35 DA LEI N.º 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990, A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO SUS AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS OBSERVARÁ OS SEGUINTEES CRITÉRIOS:
I - CINQUENTA POR CENTO, SEGUNDO O NÚMERO DE HABITANTES;
II - TRINTA E CINCO POR CENTO, NA RAZÃO DIRETA DOS ÍNDICES MAIS ALTOS DE DESNUTRIÇÃO, DE MORBIDADE E MORTALIDADE PROVOCADAS POR DOENÇAS ENDÊMICAS;
III - DEZ POR CENTO, NA RAZÃO DIRETA DOS MUNICÍPIOS MAIS CARENTES EM RELAÇÃO À INFRA-ESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO E DE ÁGUA POTÁVEL DE BOA QUALIDADE; E
IV - CINCO POR CENTO, PELOS DEMAIS CRITÉRIOS PREVISTOS NA REFERIDA LEI.

Emenda:	1221	Capítulo:	III	Seção:	I	Artigo:	18	Parágrafo:		Inciso:		Alínea:	
----------------	-------------	------------------	------------	---------------	----------	----------------	-----------	-------------------	--	----------------	--	----------------	--

Texto: Dê-se nova redação ao caput do art. 18:
Art. 18. Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União terão como limites as suas respectivas propostas orçamentárias, para outras despesas correntes e despesas de capital, o conjunto das dotações fixadas na lei orçamentária de 2000.

AUTOR: WILSON BRAGA

PARTIDO: PFL

UF: PB

Emenda: 0727 **Capítulo:** II **Seção:** **Artigo:** 09 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Fica substituída a expressão "... até 30 de julho de 2000", por "... até 10 dias úteis após a publicação desta lei".

Emenda: 0728 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 18 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Fica inserido o seguinte parágrafo:

"§ 3º Também deverão ser considerados nos limites a que se refere o caput deste artigo, os valores referentes às despesas previstas com reequilíbrio financeiro dos contratos, conforme previsto na legislação vigente."

Emenda: 0729 **Capítulo:** VIII **Seção:** **Artigo:** 65 **Parágrafo:** **Inciso:** **Alínea:**

Texto: Fica inserido mais um inciso com o seguinte texto:

"V- outras despesas correntes, na proporção de 1/12 avos mensais, caso a Lei não seja publicada até o quinto dia útil do mês corrente."

AUTOR: WILSON SANTOS

PARTIDO: PMDB

UF: MT

Emenda: 0159 **Capítulo:** III **Seção:** I **Artigo:** 24 **Parágrafo:** 1 **Inciso:** **Alínea:**

Texto: ADICIONAR: PARÁGRAFO AO ART. 24:

... - A exclusão no inciso VIII do caput deste artigo dos pagamentos referentes a consultorias realizadas por professores ou pesquisadores de instituições de ensino ou pesquisa através de recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.
